



UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

**A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE 1918 A 1945
E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O ACTUAL QUADRO GEOPOLÍTICO
MUNDIAL – DO ESTATUTO JURÍDICO DA SDN AO DA ACTUAL
ONU**

*MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS*

Autor

JOÃO AUGUSTO GOMES RAMOS

Ano de conclusão: 2018

Professor Orientador

Professor Doutor Pedro Caridade de Freitas

*O mal triunfa
sempre....Que os bons
não fazem nada -
Edmund Burke*

AGRADECIMENTOS

A realização desta Tese de Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais contou com importantes apoios e incentivos sem os quais não se teria tornado uma realidade e aos quais me encontro eternamente grato.

Ao Senhor Professor Doutor Pedro Caridade de Freitas, pela sua orientação, total apoio, disponibilidade, pelo saber que transmitiu, pelas opiniões e críticas, total colaboração no solucionar de dúvidas e questões que foram surgindo ao longo da elaboração desta Tese e por todas as palavras de incentivo.

Ao Senhor Professor Doutor José Góis Chilão e ao Doutor Pedro Albuquerque por toda a ajuda, colaboração e conselhos prestados e pelo sentido critico demonstrado na análise da presente Tese, sem os quais não seria possível o resultado final

Aos meus Pais, um agradecimento especial, por serem modelos de coragem, pelo seu apoio incondicional, incentivo, amizade e paciência demonstrada e total ajuda na superação dos diferentes obstáculos que tem surgido na minha vida Académica.

Por fim e não menos importante, um agradecimento ao Senhor Professor Nuno Tavares por todo o seu apoio, disponibilidade e amizade que prestou em todo o meu percurso académico.

RESUMO

Na presente dissertação, em primeiro lugar faz-se uma ilustração da evolução do Direito Internacional e da sua função na protecção da paz Mundial desde os finais do Séc. XIX até aos dias de hoje. Nesse sentido, discute-se a importância da personalidade jurídica internacional no âmbito das Organizações Internacionais explanando o porquê de ele ser um elemento chave na sua constituição. Neste ponto, apresenta-se de forma inovadora uma nova visão jurídica da Sociedade das Nações fazendo um ponto comparativo com a actual Organização das Nações Unidas.

Com esta análise, consegue-se concluir, em primeiro lugar, a importância do Direito internacional na protecção da paz Mundial. Consecutivamente alcança-se uma nova perspectiva da real natureza da Sociedade das Nações e da importância das questões jurídicas na sua implosão, nomeadamente a questão fundamental da personalidade jurídica Internacional.

Em terceiro lugar, naquele que será o ponto mais actualista, procede-se à análise histórico-jurídica comparativa entre a Sociedade das Nações e a Organização das Nações Unidas que permite estabelecer uma conexão essencial para a compreensão do actual sistema da Organização das Nações Unidas enquanto representante da Comunidade Internacional e protector da Paz Mundial.

Palavras – Chave:

Sociedade das Nações, Organização das Nações Unidas, Personalidade jurídica, Comunidade Internacional, Uso da Força;

ABSTRACT

In this dissertation, we shall firstly illustrate the evolution of the international law and its role in the protection of the world peace from the end of the 19th century up to the present era. In this sense, it is discussed the importance of international legal personality in the scope of Organizations explaining why it is a key element in its own constitution. In this respect, a new legal vision of the League of Nations is presented in an innovative way, making a comparative point with the current United Nations Organization.

With this analysis one can assume the conclusion, first and foremost, of the importance of international law in the protection of world peace. This brings us to a new perspective on the real nature of the League of Nations and the importance of legal issues in its implosion, namely the fundamental question of international legal personality.

Thirdly, in the most actualist perspective, the comparative historical-legal analysis between the League of Nations and the United Nations Organization, which provides an essential link for understanding the present system of the United Nations as on one hand the representative of the Community International and at the same time the Protector of World Peace.

Key words:

League of Nations, United Nations, Legal personality, International Community, The use of force

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO INTRODUTÓRIO – O SÉC. XX E A GRANDE GUERRA.....	15
I) O fim do Séc. XIX e início do Séc. XX no plano das relações Internacionais.....	16
II) A tensão crescente no plano geopolítico Internacional e a Grande Guerra.....	18
III) A Grande Guerra.....	22
IV) O Fim da Grande Guerra e o Armistício.....	24
CAPÍTULO I – O TRATADO DE VERSALHES.....	28
I) O caminho para a paz e os Catorze Pontos do Presidente Wilson.....	28
i) <i>O Presidente Woodrow Wilson como o “arquitecto” da Paz.....</i>	<i>28</i>
ii) <i>O Presidente Woodrow Wilson e o Direito Internacional.....</i>	<i>31</i>
II) As negociações de Versalhes.....	34
III) Versalhes: o erro dos vencedores.....	37
IV) O Tratado de Saint-Germain, Sèvres e Lausana.....	40
V) As consequências dos tratados de Paz e a redefinição das Fronteiras.....	41

CAPÍTULO II – A SOCIEDADE DAS NAÇÕES.....	45
I) Da evolução do Direito internacional no Séc. XIX e XX à criação de uma Sociedade Internacional para preservação da Paz.....	45
II) Da inspiração à realidade : A Sociedade das Nações.....	54
i) <i>As origens da inspiração.....</i>	54
ii) <i>Os projectos para a criação de uma Organização Internacional com vocação para a protecção da Paz Mundial.....</i>	57
III) A Sociedade das Nações – Composição e Funcionamento.....	64
i) <i>A Assembleia e o Conselho.....</i>	66
ii) <i>Tribunal Permanente de Justiça Internacional</i>	68
iii) <i>Secretariado Permanente.....</i>	71
iv) <i>O Instituto Internacional do Trabalho.....</i>	72
v) <i>Instituto de Cooperação Intelectual.....</i>	75
IV) Uma análise factual da Sociedade das Nações.....	77
V) A natureza jurídica do Pacto da Sociedade das Nações.....	79
VI) A Sociedade das Nações e a sua personalidade jurídica – Uma verdadeira Organização Internacional?.....	82

CAPÍTULO III- AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS AO LONGO DOS ANOS 20 E 30.....95

I)	O Regime dos Mandatos – Um marco no Direito e relações Internacionais.....	96
II)	Os Principais actores no quadro geopolítico Mundial e as relações Internacionais no pós-Grande Guerra.....	100
	<i>i) Os Estados Unidos e a Sociedade das Nações.....</i>	100
	<i>ii) A posição Francesa.....</i>	103
	<i>iii) A posição do Reino Unido.....</i>	106
	<i>iv) A posição Italiana.....</i>	108
	<i>v) A posição da Rússia - renascida sobre a bandeira Soviética.....</i>	109
	<i>vi) A posição Alemã.....</i>	113
III)	O período de bonança das relações internacionais e o apogeu da Segurança colectiva.....	115
IV)	O Crash da bolsa de Wall Street e a sua extensão pelo resto do Mundo.....	121
V)	As consequências políticas de Wall Street e a crise das democracias.....	123
VI)	Os Nacionalismos e o Direito internacional.....	125
	<i>i) A Alemanha Nacional-Socialista.....</i>	127
	<i>ii) A Itália Fascista.....</i>	132
	<i>iii) O Japão Imperial.....</i>	133

VII)	O clima de paz armada: Da diplomacia bilateral ao falhanço do projecto de Desarmamento.....	135
VIII)	As causas do falhanço da Sociedade das Nações.....	140
i)	<i>Tratado de Versalhes</i>	140
ii)	<i>A Sociedade das Nações enquanto Organização Internacional</i>	142
iii)	<i>O falhanço dos projectos de Desarmamento e da Cláusula de Solidariedade Territorial</i>	144
iv)	<i>O Tribunal Permanente de Justiça Internacional e os Mandatos</i>	145
v)	<i>A não entrada dos Estados Unidos da América na Sociedade das Nações</i>	146
vi)	<i>O Crash de Wall Street e a onda de Nacionalismos</i>	146

CAPÍTULO IV – A IMPORTANTE EVOLUÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL – “THE LEAGUE IS DEATH, LONG LIVE THE UNITED NATIONS”

147

I)	A criação das Nações Unidas como um aperfeiçoamento do sistema.....	149
II)	Os órgãos da Organização das Nações Unidas.....	158
i)	<i>Conselho de Segurança</i>	158
ii)	<i>A Assembleia Geral</i>	161
iii)	<i>O Secretariado</i>	164
iv)	<i>O Tribunal Internacional de Justiça</i>	164
v)	<i>O Conselho económico e social</i>	165
vi)	<i>O Conselho de Tutela</i>	166
III)	A natureza da Carta das Nações Unidas.....	167

IV) A personalidade jurídica das Nações Unidas.....	171
V) O Uso da Força pela comunidade Internacional : As Nações Unidas como representante da Comunidade Internacional.....	175
VI) O Uso da força pelas Nações Unidas: Desde o poder de veto do Conselho Segurança até ao equilíbrio de poderes com a Assembleia Geral.....	185
VII) A Organização das Nações Unidas como uma evolução da Sociedade das Nações.....	195
CONCLUSÃO.....	200
BIBLIOGRAFIA.....	202

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de carácter histórico-jurídico é elaborada no âmbito do Mestrado profissionalizante em Direito Internacional e Relações Internacionais.

Ao longo da mesma, iremos proceder a um estudo da evolução das relações Internacionais no início do séc. XX, analisando os seus efeitos no ordenamento jurídico-internacionalista.

Deste modo, podemos desde já avançar que o principal objectivo desta dissertação consiste na elaboração de uma análise da evolução do Direito Internacional e da sua função na manutenção da paz Mundial desde os finais do Séc. XIX até aos dias de hoje.

Neste sentido, no capítulo introdutório desta dissertação faremos um enquadramento histórico das relações Internacionais no final do século XIX e início do século XX.

Nesta linha, abordaremos as relações entre as principais potências neste período acabando a análise com o surgimento da Primeira Guerra Mundial (A Grande Guerra) e as suas consequências para o mapa político Internacional e para as relações Internacionais.

No primeiro capítulo, abordaremos os Tratados de paz (nomeadamente o Tratado de Versalhes) de um ponto de vista histórico-jurídico elencando não só as consequências dos Tratados para o Direito Internacional e Relações Internacionais, como também explicando a posição dos principais intervenientes que em parte explicará as decisões políticas e consequências jurídicas do Tratado. Esta análise, sobretudo de teor histórico, permitirá obter uma compreensão essencial para as questões jurídicas que iremos suscitar.

No segundo Capítulo abordaremos a Sociedade das Nações de um ponto de vista histórico-jurídico. Deste modo, começaremos este capítulo por uma breve análise da evolução do Direito Internacional no final do século XIX e início do século XX analisando de que forma é que o pensamento Internacionalista se moldou no sentido de perceber a necessidade de criação de um tipo de Organização para a protecção da paz Mundial.

Com esta primeira abordagem, introduziremos a Sociedade das Nações não só abordando a sua origem e criação como fazendo uma análise formal do seu Pacto. Esta abordagem permitirá uma análise de todos os órgãos que compoñham a Sociedade e quais os seus verdadeiros desígnios e poderes para o efeito. Toda esta primeira análise permitirá entrar num dos pontos essenciais da dissertação – discutir a natureza da Sociedade das Nações e se ela foi no verdadeiro sentido da palavra uma Organização Internacional com o objectivo de protecção da paz Mundial.

Nesse sentido, iremos estudar, nomeadamente, o papel da personalidade jurídica internacional no âmbito das Organizações Internacionais (nomeadamente na Sociedade das Nações), explanando o porquê de a mesma ter carácter essencial na sua constituição. Neste ponto, pretendemos ainda percepçionar, no plano jurídico, a natureza da Sociedade das Nações e do seu Pacto constitutivo e a importância de tal ordem para o funcionamento da Sociedade das Nações enquanto Organização vocacionada para a protecção da paz Mundial.

Por fim, atendendo a todos os resultados que obtivemos sobre a discussão da personalidade jurídica e da natureza da Sociedade das Nações tentaremos explicar a questão principal que é a de perceber se em termos jurídicos a Sociedade das Nações foi uma “verdadeira” Organização Internacional, apresentando as nossas conclusões que serão diferentes da doutrina maioritariamente assumida e que terão um carácter essencialmente híbrido.

Após este estudo importante para os objectivos desta dissertação, entraremos no terceiro capítulo onde faremos uma análise da importância dos anos 20 e 30 nas relações Internacionais.

Face ao supra exposto, não podemos deixar de frisar que nesta dissertação a análise histórica das Relações Internacionais no período considerado tem um papel central, uma vez que apenas através desse estudo se conseguirá expor os factos relevantes que poderão sustentar a nossa posição jurídica nas questões controvertidas com que nos iremos confrontar.

Neste sentido consegue-se facilmente percepçionar a existência deste capítulo. Toda a análise histórico-jurídica que fizemos neste capítulo vai permitir não só explicar factualmente as posições assumidas no capítulo segundo relativamente à Sociedade das Nações, como parte das que assumiremos no capítulo quarto relativamente à

Organização das Nações Unidas. Nomeadamente quando fizermos uma análise comparativa das duas Organizações.

Deste modo, no terceiro capítulo faremos uma análise dos Mandatos da Sociedade das Nações, seguido de uma análise dos diferentes intervenientes nas relações Internacionais analisando de que forma eles se posicionaram relativamente à Sociedade das Nações e o seu pensamento relativamente ao Direito internacional e às Relações internacionais.

Encerraremos este capítulo fazendo um juízo conclusivo da Sociedade das Nações percebendo de forma generalizada as origens e os porquês do seu falhanço no plano Internacional.

Ao longo de todos estes capítulos tentaremos dentro destes contextos, e após uma leitura que será elaborada em diferentes momentos da tese chegar-se a conclusões jurídicas quanto a alguns dos temas que já suscitamos. Entre outros, tentaremos perceber a influência do peso e concepção do Direito (Internacional) no deflagrar da Segunda Guerra Mundial

Por fim entraremos no último capítulo, onde apresentaremos a Organização das Nações Unidas. Este capítulo será de extrema importância porque apesar da História ser essencial para a compreensão da realidade onde vivemos, esta dissertação pretende ter interesse prático para actualidade.

Nesse sentido, faremos uma análise da Organização das Nações Unidas como um “aperfeiçoamento do sistema” Internacional. Assim, começaremos por fazer uma análise formal dos órgãos da Organização das Nações Unidas como forma de compreensão essencial do sistema.

Após esta abordagem entraremos no coração deste capítulo fazendo não só um paralelismo entre a Organização das Nações Unidas e a Sociedade das Nações, indo mais além e abordando quer a natureza da Carta Constitutiva quer as próprias diferenças no que concerne à personalidade jurídica da Organização das Nações Unidas, por oposição ao que estava definido quanto à Sociedade das Nações.

Deste modo, tentaremos demonstrar não só a dinâmica actual da Organização das Nações Unidas, mas, sobretudo, a própria evolução do sistema Internacionalista e a forma como está marca as Relações Internacionais na actualidade.

Com esta análise, poderemos compreender o que foi, de facto, a Sociedade das Nações em termos jurídicos, bem como perceberemos a forma como esta influenciou a “arquitectura” jurídica actual da Organização das Nações Unidas.

Como elemento transversal a este estudo, abordaremos ainda a natureza da Comunidade Internacional e de que forma é que esta se encontra, de facto, habilitada a utilizar a força em conflitos de carácter internacional.

Neste ponto, iremos fazer uma análise comparativa entre a Sociedade das Nações e a Organização das Nações Unidas, com vista a esclarecer o papel de cada uma enquanto potencial representante da Comunidade Internacional.

Em termos conclusivos, pretendemos com esta dissertação fazer uma análise pormenorizada da evolução do Direito Internacional na primeira metade do Século passado o que nos permitirá explicar não só a actual “arquitectura” do sistema Internacionalista, assim como o peso assumido pelas Organizações Internacionais no Direito Internacional e na defesa da paz Mundial.

CAPÍTULO INTRODUTÓRIO – O SÉC.XX E A GRANDE GUERRA

11 de Novembro de 1918. Na manhã nublada deste mesmo dia em Compiègne, uma cidade localizada no norte de França, foi assinado um armistício entre as forças aliadas e o Império Alemão tendo em vista o cessar das hostilidades na frente ocidental da Primeira Guerra Mundial¹.

A Primeira Guerra Mundial ou a Grande Guerra, conforme apelidada por muitos autores², foi um conflito bélico que durou uns quatro longos anos e que foi extremamente marcante na redefinição de toda a política internacionalista do séc. XX.

Foi a primeira Guerra “moderna” da História da Humanidade e ficou marcada não só pelo elevado número de mortos apresentados (na maioria dos estudos realizados fala-se em 20 milhões de mortos³), mas também porque apresentou uma série de práticas que, até à data, eram totalmente desconhecidas na arte da Guerra⁴. Aqui, destacaríamos as primeiras armas químicas que foram utilizadas (o famoso gás mostarda), assim como o “combate nos céus” (tendo-se assistido pela primeira vez na história da humanidade a um combate aéreo efectivo entre as potências beligerantes⁵.)

Contudo, para o estudo que estamos a realizar o mais importante foram sem dúvida as inovações marcantes que trouxeram no plano das Relações Internacionais e do Direito Internacional. Mas, para melhor explicarmos esse fenómeno, devemos recuar ao fim do século XIX/início do Séc. XX para percebermos de que forma o pré e o pós-Guerra constituíram um marco no campo do Direito Internacional.

¹ Para mais informações sobre a assinatura em Compiègne e a Primeira Guerra Mundial, consultar FERRO, Marc. (2008); BUCHAN, John. (2014); GERWARTH, Robert (2017); MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009); MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919); FRANCK, Thomas M. (2004);

² Aqui destaca-se FERRO, Marc. (2008), pág.11 -73; GERWARTH, Robert (2017) pág. 1-199;

³ Dados fornecidos por FERRO, Marc. (2008),pág.73 -169;

⁴ Consultar sobre a “Guerra Moderna”, FERRO, Marc. (2008), pág. 73 -169;

⁵Relatos sobre o gás mostarda e ataques aéreos in FERRO, Marc. (2008), pág. 189 -239;

I) O fim do Séc. XIX e início do Séc. XX no plano das relações Internacionais

Recuemos ao ano de 1870. Depois de avanços e recuos⁶ na segunda metade dos anos 60 do século XIX em discussão de questões territoriais, sobretudo no que ao Reino da Prússia e ao Império Francês diz respeito, verifica-se que, tal como Bismarck sempre pretendeu⁷, a 19 de Julho de 1870 o império Francês, liderado pelo Imperador Napoleão III, declara Guerra à Prússia (que, na prática, liderava a confederação da Alemanha do Norte).

Sem entrar em grandes questões de teor bélico⁸, podemos dizer que o segundo Império Francês sofre na Guerra Franco-Prussiana uma pesada derrota na frente leste, destacando-se a própria rendição de Sedan⁹, que acaba por provocar a queda do Império a 4 de Setembro de 1870 e à formação da Terceira República Francesa.

No entanto, apesar da grande mudança política verificada em França, verifica-se que esta, sem qualquer aliado na Europa¹⁰ e com um cerco às portas da sua capital levado a cabo pelo recém-criado e poderoso império germânico, tem inevitavelmente de se render e assinar um Tratado de Paz em Frankfurt.

As cláusulas do Tratado, que são extremamente penalizadoras, levam ao pagamento de uma pesada indemnização ao Império Germânico e ao mesmo tempo à perda da Alsácia e da Lorena¹¹.

Ora, tal tratado, na parte que mais importa para o nosso estudo, confirma a supremacia Alemã no continente, alterando por completo o equilíbrio europeu¹². Para além de ter enfraquecido naturalmente a França, arrasada pelo resultado da Guerra e

⁶ Sobre os avanços e recuos, consultar MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 31 - 41;

⁷ Para melhor compreensão da posição de Bismarck, consultar KHALEVI, J. Holsti. (1991), pág.138 -175; GREEN, L.C. and DICKASON, Olive P. (1989), pág. 161-201; SMITH, Anthony D. (1998), pág. 170 – 220; NEFF, Stephen C. (2005), pág. 159-276;

⁸ Para uma aprofundada análise consultar HARTMANN, Anja V. (2001), pág. 14-25;

⁹ Para uma aprofundada análise consultar WILLIAMS, Andrew J. ; HADFIELD, Amelia and ROFE, J. Simon. (2012), pág. 7-33;

¹⁰ Consultar sobre a posição Francesa e a paz de Frankfurt MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 31 -41;

¹¹ Sobre a perda da Alsácia e Lorena por parte da França consultar FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne; PETER, Simone and HOGGER, Daniel. (2012);

¹² Sobre a alteração do equilíbrio Europeu, consultar MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.31 -41;

excluída das principais manobras diplomáticas, enfraquece também a monarquia dos Habsburgos, retirando-lhe a condição de principal potência central europeia¹³.

Esta mudança no cenário político Europeu verifica-se graças à não intervenção de outras potências.

O Império Britânico não vê interesse numa intervenção nos assuntos continentais¹⁴, visto que os seus interesses de potência marítima estavam preservados e, ao mesmo tempo, o Império Russo e Reino Italiano também não tem interesse numa intervenção directa, porque com toda esta situação beneficiam, respectivamente, da neutralidade do mar do Norte e da recuperação de Roma.

Com estas alterações no plano político Internacional verifica-se na prática uma redefinição da política Europeia, nomeadamente no que diz respeito à nova partilha de poderes na Europa, com uma clara supremacia alemã no que diz respeito à Europa Continental.

Assim, no período demarcado entre 1871 e 1890, verificou-se o que se chama de “sistema bismarquiano” em que as principais potências centrais redefinem a sua atitude política e diplomática em função do Império Germânico, com uma tentativa clara de exclusão da França por parte da Alemanha do principal palco diplomático e político europeu¹⁵.

Esta nova redefinição política permitiu um período de estabilidade relacional entre Estados Europeus, contudo o desenvolvimento de novas condições económicas e o surgimento de novos desafios vão criar uma série de rivalidades que vão uma vez mais alterar o clima de estabilidade aparente, sobretudo graças ao Reino Unido que vê seriamente os seus interesses ameaçados¹⁶.

Na última década do Séc. XIX, verifica-se que o mundo e o plano das relações internacionais sofreram uma série de modificações fundamentais que devem ser analisadas.

¹³ Sobre a alteração do quadro político Europeu consultar BUZAN, Barry and LAWSON, George. (2015), pág.67- 125;

¹⁴ Sobre a posição do império Britânico consultar MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.31 -41;

¹⁵ No que diz respeito às três fases do sistema bismarckiano e ao afastamento Francês, consultar MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.31 -55;

¹⁶ Uma vez mais, sobre a posição do império Britânico consultar MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.31 -55;

A industrialização crescente verificada numa série de estados, o aparecimento e utilização do petróleo e mesmo da electricidade, assim como a melhoria das técnicas de fabricação e aperfeiçoamento dos meios de transporte¹⁷, vão contribuir para uma alteração do plano político Europeu e mesmo Mundial¹⁸.

A alteração da hierarquização das nações industrializadas com uma concorrência cada vez mais “feroz” por “um lugar ao sol”, vão levar a uma ameaça da posição do Reino Unido como principal potência industrializada a nível Mundial e mesmo a nível regional¹⁹.

Pelo que é de fácil previsão, que tais factores vão alterar a forma de actuar deste agente nas relações Internacionais e esta circunstância pela sua importância vai influenciar uma alteração da política Europeia.

II) A tensão crescente no plano geopolítico Internacional e a Grande Guerra

Conforme referimos anteriormente, verificou-se uma tensão crescente no plano geopolítico Internacional no final do séc. XIX.

A Alemanha recentemente unificada adaptou de forma absolutamente incrível o seu desenvolvimento a uma realidade económica e política internacional. Apesar do papel que, após a sua formação, a Alemanha tentou assumir, verificou-se que a tarefa como afirmação de uma das principais potências não se afigurava fácil²⁰.

De facto, os principais agentes internacionais já tinham uma posição bem definida e demarcada no seio das relações internacionais. Não só pelo acesso a matérias primas que já lhe estavam reservadas, até com os próprios mercados, onde uma série de potências tinha conseguido estabelecer relações privilegiadas ao longo de várias décadas²¹.

¹⁷ Sobre esta situação consultar GRAY, Colin S. (2007), pág. 75-99;

¹⁸ Para uma análise mais aprofundada consultar SMITH, Thomas W. (1999), pág. 1 – 65 ;

¹⁹ Sobre a “concorrência entre potências” consultar FERRO, Marc. (2008), pág. 11 -73;

²⁰ Para maior desenvolvimento consultar FERRO, Marc. (2008), pág.73 -189; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 31 -55;

²¹ Para maior desenvolvimento consultar FERRO, Marc. (2008), pág.11 -169.; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.31 -55;

Contudo, apesar das dificuldades identificadas a Alemanha conseguiu entre 1880 e 1914, graças a uma combinação perfeita entre os mecanismos científicos e industriais²², afirmar-se como uma das principais potências económicas e militares, tendo alguns autores²³ inclusivamente considerado este salto económico como um dos maiores da história da humanidade.

Ora, tal salto económico levou a um crescimento económico de tal ordem que a Alemanha percebeu a necessidade de expandir horizontes²⁴. Neste sentido, percebeu que a expansão ultramarina era absolutamente necessária para se abrir a novos mercados e na obtenção de matérias primas a preços muito mais acessíveis. Contudo, tal expansão conflituava, com os interesses de outras potências, nomeadamente a principal delas todas, o Reino Unido²⁵.

Logo, a Alemanha no final do séc. XIX e início do Séc. XX enfrentava um grande desafio. Era uma potência em franco crescimento, com um potencial económico imenso.

No entanto, o facto de os lugares estratégicos noutros “cantos do mundo” estarem ocupados por outras potências limitava o crescimento do Império Alemão e a sua possibilidade de afirmação como principal potência a nível mundial, alargando a sua zona de influência a essa mesma escala²⁶.

Por sua vez, o Império Britânico encontrava-se numa posição totalmente oposta. O Reino Unido, em virtude de ser uma potência colonial e ter sido o “pai” da revolução industrial era a maior potência industrial e económica da época. Com domínios que se estendiam praticamente por todo o mundo e com uma capacidade naval admirável, estava numa posição privilegiadíssima no final do século XIX²⁷.

²² Para maior desenvolvimento consultar FERRO, Marc. (2008), pág.11 -169.; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.31 -55;

²³ Nomeadamente Marc Ferro, em FERRO, Marc. (2008), pág.239 -289.; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.31 -55;

²⁴ Para maior desenvolvimento consultar FERRO, Marc. (2008), pág.239 -289; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.31 -55;

²⁵ Idem;

²⁶ Ibidem;

²⁷ Para uma melhor compreensão consultar FERRO, Marc. (2008), pág.239 -289; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.31 -55; WILLIAMSON, David. (1994), pág. 30 – 80;

No entanto a sua posição de ser “A” potência estava severamente ameaçada. O surgimento e afirmação dos Estados Unidos no continente Americano e o crescimento incrível da Alemanha, colocavam seriamente o lugar e posição do Reino Unido em causa.

Quando no final do século XIX as intenções de afirmação como potência naval por parte da Alemanha se tornam claras, o Reino Unido percebe que a sua incontestável liderança enquanto potência naval e comercial mundial se encontra severamente ameaçada. A tentativa reiterada de afirmação da Alemanha enquanto potência e a contestação por parte desta do *two powers standart*²⁸, leva a uma posição pública do parlamento de Sua Majestade que, na figura do icónico Joe Chamberlain, profere a famosa frase “storm clouds in the sky”²⁹, para descrever as relações entre o Reino Unido e o recente império do Kaiser Guilherme II.

Ora estas relações conflituantes arrastaram-se até ao início da Grande Guerra, tendo a Alemanha adoptado uma posição mais agressiva e o Reino Unido uma posição mais conservadora, o que se compreende porque procura manter o *status quo* estabelecido³⁰.

Esta situação levou que o Reino Unido se aproximasse da França e Rússia, deixando a sua política do último cinquentenário (marcada pelo proteccionismo) e criasse laços comerciais e militares de cooperação com estes mesmos estados³¹.

Relativamente à França, verificava-se que, ao contrário das últimas duas potências, não se encontrava numa situação tão boa. Com o seu prestígio manchado com a derrota humilhante na Guerra Franco-Prussiana³² e com a perda da posição que tinha enquanto principal potência continental, a França olhava para o velho rival com um presente sentimento de vingança³³.

²⁸ Para compreensão do “Two Powers Standart”, consultar BUZAN, Barry and LITTLE, Richard. (2000), pág. 261-282; FERRO, Marc. (2008), pág.11 -63;

²⁹ FERRO, Marc. (2008), pág.60;

³⁰ Para uma melhor compreensão consultar FERRO, Marc. (2008), pág.11 -73; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.31 -55; WILLIAMSON, David. (1994), pág. 30 – 80;

³¹ Idem;

³² Ibidem;

³³ Sobre a rivalidade entre França e Alemanha, consultar TOWLE, Philip (2000), pág. 29 – 80; FERRO, Marc. (2008), pág.73 -169; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.31 -55;

Tal sentimento era resultante não só da derrota no conflito, mas também pela perda da Alsácia e da Lorena para os Alemães e da concorrência e ameaça que estes últimos representavam no que concerne às relações comerciais ultramarinas Francesas.

Para além disso, a França apresentava também problemas económicos e a curva demográfica caía perigosamente³⁴, pelo que concertar a sua política com o Reino Unido era fundamental e a única forma de fazer face à ameaça germânica.

Por outro lado, a Itália, numa fase inicial, era praticamente um aliado da Alemanha e Áustria pela cooperação comercial e militar que tinha estabelecido³⁵.

No entanto, a relação próxima dos Habsburgos com o Vaticano³⁶ e o apoio diplomático dado em 1911 pela França e Reino Unido no conflito com o Império Otomano, levou a que a Itália se afastasse definitivamente das potências centrais³⁷.

Com o cenário político redesenhado e com a formação da Tríplice Entente e da Tríplice Aliança³⁸, os dados estavam lançados para uma redefinição do espectro político Europeu.

A pergunta que neste momento se impõe é se o mencionado até aqui foram as causas suficiente para a origem da Grande Guerra.

Muitos autores respondem afirmativamente³⁹, mas da nossa parte em nenhum momento se consegue esquecer a questão patriótica/sentimental que levou os Estados a precipitar-se para o conflito mundial.

A idealização do cenário Guerra foi uma das vicissitudes que influenciaram não apenas os Estadistas, mas a própria imprensa e população em geral no início do séc. XX.

A ideia de uma guerra patriótica em defesa da “pátria mãe” foi uma ideia que se foi desenvolvendo em diversos meios⁴⁰ e que esteve bem presente no quotidiano político das principais potências no início de século.

³⁴ Para um desenvolvimento mais aprofundado consultar FERRO, Marc. (2008), pág. 189 -255; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.31 -55;

³⁵ Sobre a posição Italiana, consultar FERRO, Marc. (2008), pág.189 -239; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.31 -55; BUCHAN, John. (2014), pág.15- 261;

³⁶ Idem;

³⁷ Ibidem;

³⁸ Sobre as alianças consultar MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919);

³⁹ Como por exemplo Marc Ferro, Francis Andrew March e Richard Joseph Beamish em FERRO, Marc. (2008), pág.73 -169; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919);

⁴⁰ Para um melhor desenvolvimento sobre a “idealização da Guerra” consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.37 -47;

A idealização de uma guerra diferente das restantes, com a utilização da nova tecnologia à disposição, assombrava os espíritos dos Estados e perpetuava a ideia de que um conflito seria de curta duração, com vencedores e vencidos bem definidos⁴¹.

Aliás, nos projectos que encerravam a preparação para um conflito bélico, a menor preocupação dos Estados era a aquisição de bens alimentícios, uma vez que teorizavam que a duração do conflito seria de tal forma curto que aumentar o número de provisões era uma medida que se relevaria totalmente sem sentido.

Atendendo ao descrito, verifica-se que, para além de haver problemas no que concerne às relações entre os diferentes Estados com rivalidades políticas, económicas e comerciais bem vincadas, existia também no seio das próprias populações um sentido de dever patriótico de “defender a pátria” contra um inimigo comum em defesa dos interesses do Estado.

Tinha-se formulado a “tempestade perfeita”, faltava apenas agora a causa para iniciar acender o “rastilho” do conflito bélico anunciado.

III) A Grande Guerra

No dia 28 de Junho de 1914, quando o príncipe herdeiro do Império Austro-Húngaro, o Arquiduque Francisco Fernando, foi assassinado em Sarajevo por volta das 11h da manhã⁴², ninguém acreditava que tal acontecimento iria precipitar o maior conflito à escala global.

De facto, as principais potências não acreditavam que tal evento levasse a um conflito à escala global.

O atentado, que era muito conveniente à Alemanha e ao Império Austro-húngaro⁴³, acabou por precipitar uma escalada de eventos que culminaram no conhecido desfecho.

⁴¹ Para um melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.37 -47;

⁴² Sobre o assassinato do arquiduque consultar MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919); BUCHAN, John. (2014), pág.15- 261; GERWARTH, Robert (2017) pág. 171 a 199;

⁴³ Sobre a posição dos impérios perante o morte do arquiduque consultar MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919); BUCHAN, John. (2014), pág.15- 261; GERWARTH, Robert (2017), pág. 171 a 199; MAZOWER, Mark (2017), pág.37 -123;

A decisão imatura e pouco cuidada da resistência Sérvia criou a situação necessária para a inflexibilidade dos impérios centrais⁴⁴.

Após este dia, era ponto assente para a Alemanha e Áustria que o conflito bélico com a Sérvia iria acontecer. Portanto, foi com naturalidade que, a 23 de Julho de 1914, a Áustria envia um ultimato com condições inaceitáveis ao governo Sérvio, contendo cláusulas que se pode considerar totalmente inultrapassáveis.

Contudo, e apesar de considerarem que tal acção levaria a uma possível intervenção política das outras potências (nomeadamente da França e Reino Unido, e eventualmente da Rússia), nunca pensaram que tal questão levaria a um conflito à escala global.

As inúmeras questões requisitadas pela Áustria no ultimato (de forma geral: suprimir e colaborar para acabar com qualquer acção que incite o ódio e a desobediência à monarquia austríaca, iniciar uma investigação judicial contra os cúmplices da conspiração de 28 de junho, cooperação contra o tráfico ilegal de armas e explosivos através da fronteira e prisão do Major Voislav Tankosic e do oficial sérvio Milan Ciganovitch) levaram a que de forma pouco expectante⁴⁵ a Sérvia aceitasse todas as exigências, exceptuando a investigação judicial a ser levada a cabo pela Áustria, que era vista como uma violação da soberania da Sérvia⁴⁶.

Ora, por momentos e considerando a própria reacção do Imperador Austro-Húngaro⁴⁷, tal decisão emanada pelo poder político sérvio fez parecer que a Guerra poderia ser evitada.

No entanto, com as agendas bem definidas por Viena e Berlim⁴⁸, no que diz respeito ao futuro da Sérvia, tal não seria possível. A declaração de Guerra feita pela Áustria a 28 de Julho de 1914 (incrivelmente, uma hora após o próprio imperador Austro-Húngaro mostrar-se satisfeito com o resultado do Ultimato) apanhou todas as

⁴⁴ MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919); BUCHAN, John. (2014), pág.15- 261; GERWARTH, Robert (2017), pág. 171 a 199; MAZOWER, Mark (2017), pág.37 -123;

⁴⁵ Sobre a reacção sérvia consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.37 -145; FERRO, Marc. (2008), pág.73 - 169;

⁴⁶ Idem;

⁴⁷ Sobre as agendas definidas pelas potências e reacção do Imperador consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.37 -145; FERRO, Marc. (2008), pág. 189 -239; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919);

⁴⁸ Idem;

potências da entente de surpresa, visto que estas até estavam dispostas a “convidar” a Sérvia a aceitar todas as condições impostas pela Áustria⁴⁹.

A Áustria que, com a declaração de guerra, tinha “jogado a cartada decisiva” acreditava seriamente que esta decisão iria apanhar todas as potências desprevenidas e que tal reacção seria suficiente para conseguir limitar o conflito em termos regionais⁵⁰.

Contudo, como expusemos, não foi assim que acabou por acontecer.

O Reino Unido, que pretendia “forçar” a Sérvia a aceitar as condições⁵¹, perante esta nova situação e com o apoio Francês ameaça as potências centrais com a Guerra, por forma a conseguir obter uma mediação do conflito por via da arbitragem⁵². A Alemanha, orgulhosa de si própria, não gosta da atitude Britânica e rejeita-a.

Não tendo havido cedências das partes⁵³, a Grande Guerra acaba mesmo por se iniciar com as sucessivas declarações de Guerra e manobras ofensivas no início de Agosto de 1914.

Assim, o mês de Agosto de 1914 marcou o início da primeira Guerra moderna que a Humanidade presenciava. Sobre o desenvolvimento da Grande Guerra e das operações militares tomadas não teceremos grandes considerações, afirmando apenas que depois de uma situação de avanços e recuos⁵⁴, havia claramente uma situação de impasse estratégico⁵⁵.

IV) O fim da Grande Guerra e o Armistício

Contra as expectativas, a Grande Guerra acabou por ser ganha não apenas no plano militar, mas sobretudo no plano económico.

⁴⁹ MAZOWER, Mark (2017), pág.37 -45;

⁵⁰ MAZOWER, Mark (2017), pág.37 -45;

⁵¹ FERRO, Marc. (2008), pág.63 -73;

⁵² Idem;

⁵³ Sobre o início da Guerra consultar FERRO, Marc. (2008), pág.63 -73; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919);

⁵⁴ Sobre a Grande Guerra, consultar MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.55 -61;

⁵⁵ Para melhor compreensão da posição de Bismarck, consultar KHALEVI, J. Holsti. (1991), pág.138 -175; GREEN, L.C. and DICKASON, Olive P. (1989), pág. 161-201; SMITH, Anthony D. (1998), pág. 170 – 220; NEFF, Stephen C. (2005), pág. 159-276;

Durante o primeiro ano de Guerra as potências aliadas acabam por adoptar uma política que acabou por dar frutos futuros.

Sendo, de antemão, muito mais fortes do que as potências centrais em termos de comércio naval, as potências aliadas tentaram asfixiar a economia das potências centrais, cortando as fontes de abastecimento⁵⁶.

Ora, no início do Séc. XX, a principal forma de transporte do comércio internacional era o naval⁵⁷. Também verificámos anteriormente que no início da Grande Guerra nenhuma das potências beligerantes acreditava realmente que a Guerra fosse duradoura.

Assim sendo, nenhuma tomou providências especiais no que diz respeito à garantia da manutenção das suas trocas comerciais, nem tão pouco tentou ter um plano de prevenção para a garantia de manutenção de abastecimento.

Ora, neste sentido a manutenção do comércio e consequentemente abastecimento era necessário para a manutenção da guerra por parte de qualquer uma das potências.

Desta feita, a estratégia “asfixiante”⁵⁸, levada a cabo sobretudo pelo Reino Unido (a maior potência naval do planeta) foi a de fechar todas as rotas comerciais por forma a que a Alemanha não pudesse ser abastecida.

A Alemanha, apesar de bravamente⁵⁹ ter tentando proceder à abertura do comércio, sobretudo com os países neutrais, viu o seu esforço ser totalmente inglório.

O Reino Unido, utilizando a noção de contrabando criada nas conferências de Haia e Londres, criou um mecanismo eficaz que impedia, na prática, que qualquer estado fizesse comércio marítimo com o Império Germânico⁶⁰.

⁵⁶ Sobre a prevalência económica consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.37 -47; FERRO, Marc. (2008), pág.73 -169; BUZAN, Barry and LITTLE, Richard. (2000), pág. 261-282; ARMSTRONG, David; FARRELL, Theo and LAMBERT, Hélène. (2007), pág. 9-74; KOSKINIEMI, Martti (2004), pág. 98 – 179;

⁵⁷ FERRO, Marc. (2008), pág.189 -239;

⁵⁸ Consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.37 -47; FERRO, Marc. (2008), pág.189 -239; BUZAN, Barry and LITTLE, Richard. (2000), pág. 261-282; ARMSTRONG, David; FARRELL, Theo and LAMBERT, Hélène. (2007), pág. 9-74; KOSKINIEMI, Martti (2004), pág. 98 – 179;

⁵⁹ Idem;

⁶⁰ Sobre a estratégia Inglesa consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.123 -181; FERRO, Marc. (2008), pág.77 -169;

A medida em si, apesar de ter sido muito contestada por diversos estados neutros (sobretudo os Estados Unidos da América⁶¹), revelou ser bastante eficaz impedindo a fluidez natural adstrita ao comércio Internacional.

Perante tal situação, a Alemanha, em 1915, inicia a chamada “Guerra submarina”⁶² o que vai desencadear um problema diplomático com os Estados Unidos, sobretudo quando um U-Boot Alemão afunda o navio Americano RMS Lusitânia, levando à morte de 128 cidadãos Norte Americanos⁶³.

Após, o aviso do presidente dos Estados Unidos à Alemanha que não aceitaria esta violação reiterada do Direito internacional com a chamada “Guerra submarina” o Império germânico acaba por recuar.

No entanto, com o agravar da situação económica em 1917 e com o aumento dos cortes e restrições impostas pelos Britânicos, a Alemanha acaba por voltar ao delineado em 1915, mesmo sabendo que isso poderia trazer consequências na sua relação com os Estados Unidos da América.

Desta feita, a Alemanha ciente de que os Estados Unidos podem entrar em Guerra tentam obter o apoio Mexicano em caso de conflito, com o famoso “telegrama Zimmermann”⁶⁴ o que acaba por levar à entrada imediata dos Estados Unidos da América no conflito⁶⁵.

Ora, tal situação acabou por ser a “machadada final” nas aspirações de vitória das potências centrais. Isto porque a entrada dos Estados Unidos vem desequilibrar definitivamente o tabuleiro a favor dos aliados com a sua ajuda financeira (sobretudo) e humana o que acaba por desbloquear a situação na frente ocidental⁶⁶.

As potências centrais, falidas ou debilitadas financeiramente, com problemas internos de diferente ordem e apesar de terem desbloqueado o problema da frente

⁶¹ Sobre a estratégia Inglesa consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.123 -181; FERRO, Marc. (2008), pág.77 -169;;

⁶² FERRO, Marc. (2008), pág.229 -239;

⁶³ MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919);

⁶⁴ Sobre o telegrama Zimmermann e a violação do direito Internacional pela Alemanha, consultar SHAW, Malcolm N. (2008), pág. 13 -38; LESAFFER, Randall (2004), pág. 9 - 103; DUNNE, Tim; COX, Michael; BOTH, Ken and BROWN, Chris (1998), pág. 1 - 65; AMERASINGHE, C.F. (2005), pág. 1-24;

⁶⁵ Sobre a entrada dos EUA no conflito, consultar MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919); MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -145; FERRO, Marc. (2008), pág.229 -239;

⁶⁶ Sobre a frente ocidental e ajuda financeira, consultar MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919); MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -145; FERRO, Marc. (2008), pág.229 -239;

leste (com a celebração do armistício com a Rússia) enfrentaram a solução de celebrar um armistício como única forma de resolver o conflito e manterem a sua integridade territorial⁶⁷.

É claro que a fundamentação económica não é a única causa para justificar a derrota das potências da Tríplice aliança. A debilidade política, económica e militar dos impérios Austro-Húngaro e Otomano e as próprias derrotas nas batalhas de Somme, Verdun, Ypres e Amiens são também causas que não podem ser esquecidas nem tão pouco ignoradas⁶⁸.

Voltamos, assim, à data com a qual iniciamos este capítulo. 11 de Novembro de 1918. Data em que os Alemães aceitavam as duras condições impostas pelas potências aliadas e assinavam um armistício que poria fim à Grande Guerra. Antes mesmo da assinatura deste armistício, já a Áustria se tinha rendido à Itália (4 de Novembro)⁶⁹.

As consequências do resultado da Grande Guerra foram imediatas. Os Impérios centrais dissolvem-se, dando lugar a repúblicas e a uma redefinição do mapa político Europeu⁷⁰.

No entanto, existem consequências que ficaram marcadas para além dos tratados assinados. Os retornados da Guerra regressaram às suas terras natais com a vida totalmente destruída. Os Estados Europeus, financeiramente destruídos pela Guerra, não conseguiram assegurar aos seus antigos combatentes uma reintegração condigna, levando a situações de elevados níveis de desemprego e mendicidade⁷¹.

Os altos dirigentes políticos dos Estados, com vários problemas em mãos, com promessas e discursos vazios, desinteressaram-se por um problema premente das sociedades europeias⁷². Toda esta situação vai levar à criação e crescimento de um ódio crescente a alguns sistemas políticos instituídos, com o aparecimento do fenómeno

⁶⁷ Sobre o fim da Grande Guerra, consultar FERRO, Marc. (2008); BUCHAN, John. (2014); GERWARTH, Robert (2017); MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009); MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919);

⁶⁸ Idem;

⁶⁹ GERWARTH, Robert (2017), pág. 171 a 199;

⁷⁰ Sobre as alterações políticas consultar ROTH, Ariel Ilan. (2010), pág. 1-167; MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -145.; FERRO, Marc. (2008), pág.189 -239;

⁷¹ FERRO, Marc. (2008), pág.189 -239;

⁷² Idem;

apelidado de “homens das trincheiras”⁷³ em que os ex-combatentes e suas famílias em sinal claro de revolta pelo que não foi cumprido se unem com os seus pares e influenciam de forma determinante a política levada a cabo por inúmeras potências ⁷⁴ na década de 20 do Século passado.

CAPÍTULO I – O TRATADO DE VERSALHES

I) O caminho para a paz e os Catorze Pontos do Presidente Wilson

i) O Presidente Woodrow Wilson como o “arquitecto” da Paz

E a Grande Guerra tinha por fim terminado. Depois de quatro longos anos de guerra. e depois de 20 milhões de mortos, a Europa tentava recuperar não só do desastre humanitário, mas também do desastre económico que as potências Europeias enfrentavam⁷⁵. Para além disso, toda a Europa tinha que enfrentar uma nova realidade: o desmembramento dos Impérios e a ascensão do comunismo em alguns países europeus⁷⁶ representava uma nova concepção e organização política do mapa europeu.

A Europa tinha assim que recuperar, não apenas economicamente, mas também que se adaptar à formação de novas realidades políticas e ao aparecimento de novos movimentos.

⁷³ Consultar ROTH, Ariel Ilan. (2010), pág. 1-167; MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -145.; FERRO, Marc. (2008), pág.189 -239;

⁷⁴ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -145; FERRO, Marc. (2008), pág.255 -295;

⁷⁵ De facto o problema económico era o que mais preocupava as potências Europeias. Para um maior desenvolvimento consultar MARCH, Francis Andrew, BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág.669-729;

⁷⁶ Para perceber melhor a ascensão do comunismo e dos movimentos socialistas na Europa, consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.181 -213; CONQUEST, Robert, (1986); DAVIES, R.W., (1980); AMMENDE, Ewald, (1936).

Mesmo antes da assinatura do armistício, a Alemanha, através (ainda) da figura do Kaiser e dos seus representantes⁷⁷, tentava mediar o fim do conflito armado através do Presidente Wilson.

Desde que se afigurou um cenário de paz. o Presidente dos Estados Unidos da América tentou assumir para si a figura da democracia e da paz no Mundo com vista a evitar o aparecimento de um novo conflito desta natureza⁷⁸.

Após a assinatura do armistício a 11 de Novembro de 1918, as preocupações do Presidente Wilson centraram-se tanto na pacificação, como na tentativa de recuperação económica pós-guerra vista, como fundamental para o projecto de paz que se pretendia construir⁷⁹. Desta feita, ainda no mês de Novembro de 1918, levou à aprovação do congresso dos Estados Unidos da América uma série de medidas por forma a se proceder a uma recuperação efectiva da Guerra. Entre as diversas medidas apresentadas, destacamos o objectivo de criação de um *War Finance Corporation*, com o objectivo de prolongar o prazo para pagamento das potências beligerantes dos empréstimos requisitados aos Estados Unidos e como forma de reorganização da economia Norte-Americana pós-Guerra⁸⁰. Para além disso, aprovado o decreto foram também aplicadas uma série de medidas com vista à reorganização política e governamental do país⁸¹.

⁷⁷ Desde que se começou a colocar a possibilidade de armistício, o Kaiser e o General Ludendorff tentaram estabelecer contactos com o Presidente Norte Americano com vista à formulação da paz. Acreditavam que a índole pacifista de Wilson poderia facilitar as negociações. Para posterior desenvolvimento consultar MARCH, Francis Andrew, BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág.669 -729;

⁷⁸ O Presidente Woodrow Wilson sempre foi um defensor da paz. Aliás por várias vezes influenciou as potências Europeias a resolver as diferenças sem o recurso à guerra. Pelo que a assunção da figura pacifista e de construtor da paz assentava-lhe bem. Para perceber melhor o Presidente Woodrow Wilson deve-se consultar MARCH, Francis Andrew, BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág.669 a 729; MAZOWER, Mark (2017),pág. 147 a 156;

⁷⁹ Para um melhor desenvolvimento consultar MARCH, Francis Andrew, BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág.669 a 729.

⁸⁰ Sobre as medidas implementadas consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.147 -156; RÉMOND, René (2011), pág.307 -314; FERRO, Marc. (2008), pág.255 -295;

⁸¹ idem

Assim, atendendo à atitude que o Presidente Wilson teve durante a guerra, a assunção como porta voz da democracia no Mundo foi largamente aceite pelas potências do velho Mundo⁸².

Neste seu novo “papel”, o Presidente Norte-Americano tentou desde cedo impor e recuperar os princípios democráticos sobre qual cada sociedade de cada país se deve assentar⁸³. Nesta circunstância, foi com alguma naturalidade que a 8 de Janeiro de 1918 durante a discussão dos termos de paz perante o congresso Americano⁸⁴, o Presidente Wilson invocou 14 pontos sobre os quais se devia construir a paz⁸⁵. Apesar de estes 14 pontos estarem claramente influenciados por uma perspectiva Norte-Americana de Paz (e sobre os quais os Estados Unidos deveriam definir os termos da “sua paz”)⁸⁶, tentava-se, sobretudo, que eles tivessem uma grande amplitude e fosse uma “primeira maquete” da paz que deveria ser construída a nível Mundial.

Durante o discurso, o Presidente Wilson tentou, sobretudo, fazer conter nos pontos propostos uma série de medidas que, segundo ele, eram absolutamente essenciais para a prossecução da paz a nível mundial.

Sobretudo a ideia que importa reter é que o discurso tenta, numa primeira perspectiva, representar o triunfo da Justiça sobre a força e a vitória dos modelos democráticos sobre a derrocada dos regimes imperialistas e autocráticos⁸⁷. Para além disso, a promoção da criação de novos estados tenta representar a criação de uma nova Ordem Internacional, onde o princípio das nacionalidades se encontra bem presente⁸⁸.

⁸² Sobre a influência e posição de Wilson consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.147 -156; RÉMOND, René (2011), pág. 307 -314; FERRO, Marc. (2008),pág. 239 -259; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729;

⁸³ Idem;

⁸⁴ MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729;

⁸⁵ Idem;

⁸⁶ Sobre as ideias de Wilson consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.147 -156; RÉMOND, René (2011), pág.307 -314; FERRO, Marc. (2008), pág.259 -289; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729;

⁸⁷ MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729;

⁸⁸ Sobre os ideais descritos no Catorze pontos consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.147 -156; RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; FERRO, Marc. (2008), pág.259 -289; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 - 72; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; WILLIAMS, Andrew J. ; HADFIELD, Amelia and ROFE, J. Simon. (2012), pág. 63-95; HARTMANN, Anja V. (2001), pág. 214-237;

Acima de tudo, este discurso tenta representar a nova Ordem Internacional, que o Presidente dos Estados Unidos tenta impor baseada no grande objectivo de levar ao desaparecimento das causas futuras de confronto, criando um novo sistema internacional baseado na solidariedade internacional entre os Estados⁸⁹.

ii) *O Presidente Woodrow Wilson e o Direito Internacional*

Atendo ao referido até aqui, a pergunta que se impõe é se o discurso do Presidente Wilson constitui um passo para a consagração do Direito Internacional como pilar base da resolução de conflitos entre as nações?

A nossa resposta tem de ser um redondo não. E esse é provavelmente o maior erro do Presidente Norte-Americano na sua luta pela preservação da paz.

Não haja dúvidas que o reconhecimento de Woodrow Wilson, a nível Mundial, como um agente da paz é inegável. Não só em 1918, aquando da sua chegada à Europa⁹⁰, mas mesmo até aos dias de hoje⁹¹. E também é verdade que, se não fosse o Presidente Norte-Americano, muito provavelmente a Sociedade das Nações não teria sido fundada⁹².

No entanto, ao contrário do que deveria ter acontecido, as ideias de Woodrow Wilson são sobretudo, como bem refere MAZOWER⁹³, “(...) um conjunto de escolhas políticas que determinaram a natureza e os poderes do novo órgão mundial, escolhas que contornaram o que era o modo americano de empenhamento internacionalista”.

⁸⁹ Consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.147 -156; RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; FERRO, Marc. (2008), pág.259 -289; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; WILLIAMS, Andrew J. ; HADFIELD, Amelia and ROFE, J. Simon. (2012), pág. 63-95; HARTMANN, Anja V. (2001), pág. 214-237;

⁹⁰ Sobre Wilson na Europa consultar RÉMOND, René (2011), pág.147 -156; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729;

⁹¹ A importância de Wilson ainda hoje é realçada. Muitas vezes é ainda apelidado o “arquitecto da paz” e é visto como o “Pai” da Sociedade das Nações. Para maior desenvolvimento consultar MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60; RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; KOSKINIEMI, Martti (2004), pág. 98 – 179;

⁹² Idem;

⁹³ MAZOWER, Mark (2017), pág.147;

O objectivo de Wilson era o de que a paz criada assentasse numa organização centrada num fórum de decisões parlamentares, não num tribunal judicial para pronunciar vereditos⁹⁴. Mais uma vez, como refere MAZOWER ⁹⁵“(...) Wilson quis manter o poder nas mãos dos políticos em vez de o entregar aos juristas (...)”. Na realidade, o Presidente Norte-Americano na defesa da Paz Mundial interessou-se muito pouco pelo Direito Internacional⁹⁶.

De facto, para o Presidente Norte-Americano⁹⁷ “o que realmente importava não eram as instituições nem os códigos legais, mas sim as atitudes mentais e os valores. Wilson, que era filho de um sacerdote presbiteriano, pensava em alianças em termos bíblicos e não em contratos, e procurou construir algo que crescesse organicamente com o tempo para ir ao encontro das aspirações universais da humanidade e não dos interesses de meia dúzia de potências que se calhar até se conseguiriam dar bem. A ideia de que a paz podia ser alcançada desde que os juristas não fizessem asneira era absurda para ele. As palavras seriam para inspirar e não para delimitar”.

A política externa levada a cabo pelo Presidente Norte-Americano apostava em formas de mediação e pacificação, afastando-se claramente de princípios orientadores da legalidade⁹⁸. Ao contrário de outras concepções para a preservação da paz que foram criadas, o Presidente Wilson considerava que o caminho para a paz Mundial não era feito de instituições vinculativas, nem tão pouco do cumprimento de princípios legais, mas sim de atitudes e valores morais⁹⁹. Em suma, para ele, o que se deveria procurar construir era algo que crescesse e que fosse ao encontro das aspirações morais da humanidade¹⁰⁰.

⁹⁴ MAZOWER, Mark (2017), pág.147;

⁹⁵ MAZOWER, Mark (2017), pág.147 -148;

⁹⁶ Wilson era filho de um Sacerdote Presbiteriano e isso influenciou a sua visão sobre as alianças entre os Estados e sobre a forma como via o Direito Internacional. Para um melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.147-156; KOSKINIEMI, Martti (2004), pág. 98 – 179; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne ; PETER, Simone and HOGGER, Daniel. (2012); GRAY, Colin S. (2007), pág. 99-184;

⁹⁷ In MAZOWER, Mark (2017), pág.150;;

⁹⁸ MAZOWER, Mark (2017), pág.147-156;

⁹⁹ Para melhor compreensão das ideias e perceber o discurso de Wilson consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.147-156; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729;

¹⁰⁰ Idem;

Uma organização para a defesa da paz que não procurasse limitar legalmente um campo de actuação dos Estados, mas sim para inspirar a humanidade na prática dos bons valores morais.

A Paz internacional deveria estar dependente de uma política democrática com uma esfera de acção moral, e não circunscrita à criação científica produzida pelos juristas¹⁰¹.

Acima de tudo, atendendo à própria natureza de Woodrow Wilson, podemos dizer que a sua visão se centrava na confiança da evolução da Sociedade Humana e que ela, através dos seus representantes políticos, iria evoluir no sentido de agregar os instintos morais correctos.

Pelo que, mais do que uma organização para a preservação da Paz, o Presidente Norte-Americano pretendia uma associação de estados para a preservação da Paz¹⁰². Esta sua clara tendência ficava bem vincada no apoio que dava à União Pan-Americana, que se versava muito mais sob um plano moral do que propriamente sob um plano institucional e legal¹⁰³.

Portanto, quando Wilson apresenta ao congresso os seus 14 pontos para a preservação da paz, não faz da codificação jurídica ou mesmo da arbitragem a sua bandeira, mas sim a justiça e a moral como princípio basilar sobre o qual o edifício da paz se deveria edificar¹⁰⁴. Em toda a sua linha de pensamento se percebe o porquê de o Presidente Norte Americano ser tão crítico dos regimes autocráticos e imperialistas, porque eles afrontavam os ideais definidos pelo Presidente para a obtenção e manutenção da Paz¹⁰⁵.

Eles representavam, sobretudo, um “poder egoísta dos governantes que ignoravam os desejos dos seus povos”¹⁰⁶ e levavam ao surgimento de guerras que eram travadas e

¹⁰¹ MAZOWER, Mark (2017), pág.147-156; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729

¹⁰² Para um melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.147-156; SMITH, Thomas W. (1999), pág. 7 – 185; MARKS, Sally (1976), pág. 1-147; BERNHARDT, Rudolf (1983);

¹⁰³ Para um melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.147-156; SMITH, Thomas W. (1999), pág. 7 – 185; MARKS, Sally (1976), pág. 1-147; BERNHARDT, Rudolf (1983);

¹⁰⁴ MAZOWER, Mark (2017), pág.147-156

¹⁰⁵ Sobre o pensamento de Wilson e os regimes Imperialistas consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.147-156; WILLIAMS, Andrews (2006), pág. 35-65; LESAFFER, Randall (2004), pág. 9 - 103; NEFF, Stephen C. (2005), pág. 277-376;

¹⁰⁶ Idem;

provocadas para agradar o “interesse de dinastias e pequenos grupos de homens ambiciosos, acostumados a usarem os seus semelhantes como peões e instrumentos”¹⁰⁷.

Este egoísmo, proveniente dos regimes autocráticos, era para Wilson inadmissível, não porque afrontasse princípios fundamentais de direito, mas porque iam contra os princípios morais de Paz, Justiça e Liberdade dos próprios povos.

Em jeito de conclusão, para Wilson a definição e manutenção da paz deveria ser feita através de uma “Liga de honra, uma parceria de opinião...”¹⁰⁸.

II) As Negociações de Versalhes

Quando se iniciaram as negociações que levaram à assinatura do Tratado de Versalhes, havia uma expectativa crescente na Comunidade Internacional¹⁰⁹. As expectativas centravam-se, sobretudo, em tentar perceber qual seria o papel dos Estados Unidos da América na negociação do Tratado (sobretudo pela relevância do seu Presidente) e, ao mesmo tempo, a demonstração da posição que as potências vencedoras assumiriam na negociação do tratado face à Alemanha, bem como quais as condições que lhe imporiam.

Para além disso, havia muita expectativa em tentar perceber qual seria o papel da Alemanha nesta nova Europa, e se ela conseguiria manter o estatuto até aqui desempenhado¹¹⁰. Pelo que, sem desprimor para os outros tratados, Versalhes foi “o” Tratado de Paz¹¹¹. Basicamente, porque de todas as potências derrotadas na Grande Guerra, a Alemanha era a principal potência, tendo inclusive, desde a sua formação, suplantado a França como principal potência continental.

¹⁰⁷ In MAZOWER, Mark (2017), pág.153;

¹⁰⁸ In MAZOWER, Mark (2017), pág.153;

¹⁰⁹ Sobre a expectativa na Comunidade Internacional consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.147-156; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; KHALEVI, J. Holsti. (1991), pág.138 -175;

¹¹⁰ Sobre o novo “papel” da Alemanha consultar MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; FERRO, Marc. (2008), pág.189 -239;

¹¹¹ Sobre o Tratado de Versalhes consultar MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; FERRO, Marc. (2008), pág.189 -239; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729;

Na negociação que conduziu a Versalhes, um dos problemas com que as potências logo se depararam foram as exigências feitas pelo governo Francês no que diz respeito às garantias que pretendia ver satisfeitas.

Assim sendo, a França exigiu a restituição imediata da Alsácia e da Lorena, que tinha sido território Francês até à assinatura do Tratado de Paz que encerrou a Guerra Franco-Prussiana.

De todas as pretensões que a França pretendia ver satisfeitas, esta foi provavelmente a de mais fácil resolução. Aquando das negociações de Versalhes, o governo Alemão sabia que a região estava irremediavelmente perdida. Não só pela assinatura do Armistício, que logo ali determinou, através de uma cláusula, a entrega da região à França, mas também porque o próprio Presidente Wilson tinha apresentado tal condição nos catorze pontos elaborados¹¹².

O grande problema é que as garantias pretendidas e consideradas inegociáveis pela França não ficavam por aqui.

Não sendo possível a constituição de um estado autónomo na margem esquerda do Reno, a França exigia a total desmilitarização desta região, assim como a entrega da região do Sarre, a sudoeste da Alemanha, como compensação pela destruição económica da ocupação Alemã em diversas regiões Francesas¹¹³.

No campo das indemnizações, a França culpabilizava a Alemanha por todos os prejuízos resultantes da Guerra, sem nunca se ter verdadeiramente concretizado o valor concreto a ser pago, porque, segundo esta, o cálculo só poderia ser feito a futuro¹¹⁴.

No que concerne a estas posições, os representantes Franceses estavam divididos, com o General Foch a ser a cara da intransigência e radical perante a Alemanha e o Ministro Clémenceau “mais benevolente”, no sentido de pretender uma solução pacífica para a Europa mais duradoura e de futuro¹¹⁵.

¹¹² MAZOWER, Mark (2017), pág.153;

¹¹³ Para melhor desenvolvimento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330;

¹¹⁴ Sobre o problema das indemnizações consultar, Jean-Baptiste (2013), pág. 19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330;

¹¹⁵ Sobre a posição Francesa nas negociações consultar MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; ROTH, Ariel Ilan. (2010), pág. 1-167; GRAFTON, George (1901), pág. 1-65;

No que concerne aos Catorze pontos apresentados pelo Presidente Norte-Americano, a França pretende limitações à aplicação de algumas das suas cláusulas, não acreditando no modelo da Sociedade das Nações formulado por Woodrow Wilson¹¹⁶.

No que diz respeito ao Reino Unido, este apresenta uma posição ambígua. Primeiro porque se encontra mais desiludido com a Guerra do que propriamente satisfeito com a vitória¹¹⁷. Em segundo lugar, considera que, por um lado, a proposta da França é exagerada, sobretudo no que diz respeito às indemnizações pesadas que esta pretendia que fossem aplicáveis à Alemanha, mas, por outro lado, pretende que a ideia de Império Germânico seja erradicada. Não obstante, uma das grandes preocupações do Reino Unido vem da situação russa e do medo da propagação do Comunismo pela Europa¹¹⁸. Situação que era vista como uma alteração radical do mapa político europeu¹¹⁹.

No que concerne aos Estados Unidos da América, como já tivemos oportunidade de referenciar, o presidente Wilson assume uma posição de destaque na matéria das negociações. Amplamente discutidos, os seus catorze pontos serviram de base a qualquer negociação. O Presidente Norte-Americano faz da Paz de Versalhes e da criação da Sociedade das Nações um projecto pessoal, tentando que estes seguissem os seus ideais e modelos de construção da paz¹²⁰.

Apesar de tudo, o Presidente Norte-Americano sentia-se desiludido com o comportamento de alguns estados (sobretudo a França), que pretendiam uma “Paz imposta” pelos vencedores, em vez de uma Paz duradoura, baseada na justiça e

¹¹⁶ MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; ROTH, Ariel Ilan. (2010), pág. 1-167; GRAFTON, George (1901), pág. 1-65;

¹¹⁷ Sobre a posição Inglesa nas negociações consultar MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; ROTH, Ariel Ilan. (2010), pág. 1-167; GRAFTON, George (1901), pág. 1-12; O'BRIEN, John. (2001), pág. 1-65;

¹¹⁸ Consultar MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; ROTH, Ariel Ilan. (2010), pág. 1-167; GRAFTON, George (1901), pág. 1-12; O'BRIEN, John. (2001), pág. 1-65;

¹¹⁹ Idem;

¹²⁰ Sobre a posição Norte-Americana nas negociações consultar MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72 ; ROTH, Ariel Ilan. (2010), pág. 1-167; GRAFTON, George (1901),pág. 1-12; O'BRIEN, John. (2001), pág. 1-65;

moralidade, que permitisse a sua perpetuidade e impedisse uma futura “Guerra de vingança”¹²¹.

Por sua vez, a Itália, não tinha qualquer ambição em “castigar” a Alemanha, cingindo as suas ambições a questões meramente territoriais¹²². Para além das regiões de Zara, Fiúme e Trieste, os Italianos tinham intenções claras relativamente aos despojos do antigo Império Otomano e às regiões do Alto Adige e do Norte da Dalmácia¹²³.

Para além disso, num segundo plano, a ideia da total dissolução do Império Austro-Húngaro era, pelas razões mais evidentes, outro objectivo italiano.

III) Versalhes: o erro dos vencedores

Um dos princípios que se tentam adoptar em Versalhes era o “princípio das nacionalidades”¹²⁴ como forma de definição das novas fronteiras políticas Europeias.

Na aplicação deste princípio e na concepção moralista formulada pelo Presidente Norte-Americano nos seus catorze pontos, basicamente formulava-se a possibilidade de os povos disporem do seu próprio futuro¹²⁵.

Esta ideia, aplicada a Versalhes, definia que um território onde existisse uma maioria não alemã deveria ser entregue a um novo Estado que representasse a maioria da população presente nesse território¹²⁶. Contudo, este princípio seria levado a cabo

¹²¹ MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72 ; ROTH, Ariel Ilan. (2010), pág. 1-167; GRAFTON, George (1901),pág. 1-12; O`BRIEN, John. (2001), pág. 1-65;

¹²² Sobre a posição Italiana consultar MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; ROTH, Ariel Ilan. (2010), pág. 1-167; GRAFTON, George (1901), pág. 1-12; O`BRIEN, John. (2001), pág. 1-65;

¹²³ Idem;

¹²⁴ No que diz respeito ao princípio das Nacionalidade e à sua origem consultar BLUNTCHLI, M. (1874);

¹²⁵ Para se perceber as diferenças entre o princípios das Nacionalidades formulado em finais do século XIX e o actual conceito de princípio à autodeterminação dos povos consultar BLUNTCHLI, M. (1874); RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; GIBSON, John S. (1991), pág. 1 -133; VATTEL, Emmerich de (2008); CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.74 -91; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.115 -122; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.11 -39; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.257 -265;

¹²⁶ Idem;

sobretudo quando estivesse em causa uma zona fronteiriça ou uma região com determinadas especificidades. Importa referir a este contexto que não só em Versalhes, mas também no Tratado de Saint-Germain e no Tratado de Sèvres e Lausana, este princípio deveria potencialmente ter aplicação¹²⁷.

No que diz respeito à definição da fronteira Polaca, ficou estabelecido que, nas regiões onde os Polacos contassem com mais de 65 por cento do total da população¹²⁸, a região deveria fazer parte do novo estado Polaco¹²⁹.

No entanto, após uma primeira análise, verificou-se que este novo estado Polaco não teria acesso ao mar de acordo com a aplicação estrita deste princípio. Assim, as potências vencedores acabaram por decidir pela criação do corredor de Danzig, que permitiria o acesso ao mar à Polónia. Para que a situação tentasse respeitar o princípio das nacionalidades, foi considerada que esta cidade seria uma “cidade livre” ao abrigo do artigo 104.º do Tratado de Versalhes¹³⁰. No entanto, na prática o corredor era controlado pela Polónia, deixando mais de dois milhões de Alemães sob hegemonia Polaca, o que representava uma clara violação do próprio princípio formulado pelo Wilson¹³¹.

No que diz respeito à Boémia e à Alta Silésia, este princípio também foi totalmente ignorado. De facto, as regiões eram totalmente dominadas por uma maioria populacional Germânica que foi de facto ignorada¹³².

Por fim, e também em desrespeito claro por este princípio, temos a questão do Anschluss¹³³.

A 21 de Outubro de 1918, e para justificação da aplicação deste conceito, o Presidente Wilson afirmou na base do princípio que cada povo seria livre para decidir o

¹²⁷ Sobre a não aplicação do princípio das nacionalidade noutros tratados consultar GERWARTH, Robert (2017), pág. 171-199; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330;

¹²⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.22 -24;

¹²⁹ DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.23 -24;

¹³⁰ DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.24;

¹³¹ Idem;

¹³² Ibidem;

¹³³ Sobre as pretensões Austríacas consultar MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.31 -37 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; ROTH, Ariel Ilan. (2010), Palgrave Macmillan, pág. 1-167; GRAFTON, George (1901), pág. 1-12; O'BRIEN, John. (2001), pág. 1-65;

seu destino. No seguimento, o povo Austríaco foi perentório em requerer uma unificação à Alemanha¹³⁴. Ora, esta pretensão foi totalmente rejeitada pelas potências vencedoras, sobretudo pela França e Itália¹³⁵ que se opuseram claramente a tal desfecho. Já para não falar da plena propriedade das Minas da região do Sarre, que foram entregues sem qualquer plebiscito a esse respeito¹³⁶.

Mas os erros de Versalhes não terminaram por aqui...

O princípio das reparações de guerra indicava que os Alemães, assim como as outras potências da Tríplice Aliança, seriam responsáveis pelos prejuízos de guerra causados às potências aliadas¹³⁷.

Independentemente de uma análise que possamos fazer dos valores, o que se pode referenciar é que as indemnizações para além de terem sido manifestamente desproporcionadas, não eram definitivas, uma vez que foi constituída uma comissão de indemnizações que se encontrava responsável pela organização dos pagamentos. Ora, tal decisão foi radicalmente contra o princípio definido pelo Presidente Wilson e pelo próprio espírito do armistício assinado pelos Alemães que definia que as indemnizações deveriam ser calculadas por base num parâmetro equitativo¹³⁸.

Contudo, e já não sendo suficiente, foram impostas outras duras condições à Alemanha.

¹³⁴ MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.31 -37 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; ROTH, Ariel Ilan. (2010), Palgrave Macmillan, pág. 1-167; GRAFTON, George (1901), pág. 1-12; O`BRIEN, John. (2001), pág. 1-65;

¹³⁵ Idem;

¹³⁶ Para um melhor desenvolvimento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330;

¹³⁷ Sobre a questão das indemnizações consultar GERWARTH, Robert (2017), pág. 171-199; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330;

¹³⁸ Consultar GERWARTH, Robert (2017), pág. 171-199; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330;

A perda integral das colônias, o desarmamento e a consagração da possibilidade de julgamento dos criminosos de guerra, foram as outras condições que os Alemães tiveram que enfrentar na paz ditada pelos vencedores¹³⁹.

Assim, o projecto do Presidente Norte-Americano, assente numa paz marcada pela justiça e moralidade dos estados, deu lugar a uma paz ditada pelos interesses dos vencedores, não indo ao encontro do espírito dos catorze pontos e da ideia de paz tendencialmente perpétua.

IV) O Tratado de Saint-Germain, Sèvres e Lausana

À semelhança do que aconteceu em Versalhes, os tratados em causa foram mais uma paz imposta pelos vencedores do que uma paz que permitisse revitalização dos vencidos¹⁴⁰.

No Tratado de Saint-Germain, celebrado entre a Áustria e os Aliados (excepto os Estados Unidos porque o Tratado, tal como o de Versalhes continha o Pacto da Sociedade das Nações) e que definiu a paz com a Áustria, tratou-se do desmembramento e repartição dos territórios do antigo Império Austro-Húngaro, com o estabelecimento da República Austríaca.

No clausurado do Tratado ficou estabelecido que, para além de abdicar de variados territórios, a Áustria foi ainda obrigada a abdicar do princípio das nacionalidades e a comprometer-se a não se unir com a Alemanha (artigo 88º do Tratado)¹⁴¹.

Por sua vez, o Tratado de Sèvres, que foi celebrado entre o antigo Império Otomano e os Aliados, constituiu uma situação que podemos qualificar de (ainda mais) dramática. Ele clausurou a perda do Império Otomano de parte da Turquia, de todos os territórios Turcos na Europa e ainda da Palestina, Síria, Líbano e Mesopotâmia.

¹³⁹ Sobre as condições impostas à Alemanha consultar GERWARTH, Robert (2017), pág. 171-199; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.24 -31 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330;

¹⁴⁰ Sobre os outros tratados de paz consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330;FERRO, Marc. (2008), pág.255 -295;

¹⁴¹ Consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330;FERRO, Marc. (2008), pág.255 -295;

E, apesar deste Tratado ter sido posteriormente “substituído” pelo Tratado de Lausana em 1923 (o Império Otomano nunca ratificou o Tratado de Sèvres e o seu desfecho acabou por dar origem à guerra de independência Turca), a principal diferença entre eles diferiu no facto de os Aliados reconhecerem, neste último, a nova Turquia de Mustafá Kemal enquanto país soberano e independente. As possessões territoriais mencionadas supra estavam irremediavelmente perdidas pelo antigo Império Otomano¹⁴².

Assim, o Império Otomano foi repartido por diversas potências e vários novos estados foram criados. De forma mais grave do que aconteceu em Versalhes, ou mesmo em Saint Germain, não houve qualquer sensibilidade ou respeito pelo princípio das nacionalidades. Mesmo na parte que diz respeito ao Presidente Woodrow Wilson, os princípios propostos nos catorze pontos foram totalmente ignorados nos tratados de Sèvres e Lausana, verificando-se uma total destruição e desconsideração pela identidade cultural Turca.

V) As consequências dos Tratados de Paz e a redefinição das Fronteiras

No que diz respeito às consequências dos Tratados de Paz assinados verifica-se que elas redefiniram o mapa político europeu e marcaram profundamente as relações internacionais nos anos que se seguiram.

A Alemanha, uma das mais afectadas pelo Tratado de Paz, viu-se despojada da Alsácia-Lorena, da Posnânia, Eupen, Malmédy, Slesvig¹⁴³ e ainda teve de ceder o corredor de Danzig para a formação de um estado “livre”. Para além disto, a Alemanha perdeu ainda todas as suas colónias no continente africano, viu o seu exército reduzido a 100 mil homens, a sua frota de guerra totalmente confiscada e, tendo sido considerada

¹⁴² Vide GERWARTH, Robert (2017), pág. 171-199; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; MAZOWER, Mark (2017), pág.227-259; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330;

¹⁴³ Para uma visão mais aprofundada das consequências dos tratados de paz consultar GERWARTH, Robert (2017), pág. 171-199; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; MAZOWER, Mark (2017), pág.227-259; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330;

culpada pela guerra (artigo 231 do Tratado de Versalhes), foi ainda obrigada a pagar pesadas indemnizações.

Acresceu a esta situação a obrigatoriedade de realização de um plebiscito na Silésia e Sarre, tendo visto ainda a ocupação por parte da França da margem esquerda do Reno durante quinze anos a título de caução pelas indemnizações que teriam de ser pagas¹⁴⁴.

Atendendo às condições impostas, a reacção do povo alemão foi violenta. Os dirigentes alemães foram acusados pela população de aceitarem “uma paz ridícula”¹⁴⁵ e de terem “apunhalado o povo alemão pelas costas”¹⁴⁶, nomeadamente no que diz respeito aos Alemães que foram abandonados à sua sorte em Danzig e nas Sudetas.

Ora, o desagrado alemão não era para menos. Para além dos aliados não terem minimamente (como já verificamos) respeitado os princípios que eles próprios instituíram, culpavam exclusivamente a Alemanha pela Guerra o que é exagerado e historicamente incorrecto.

A Guerra na Europa Ocidental deveu-se, sobretudo, a uma Alemanha que cresce subitamente numa Europa restrita às suas ambições¹⁴⁷. E o maior problema é que nem França, nem Inglaterra, nem tão pouco a Rússia, estiveram prontas a fazer um pequeno sacrifício e conceder pretensões que, de facto, seriam justas¹⁴⁸. Esta, entre outras, é talvez a “grande” razão para a formulação da Guerra, onde a culpa não morre certamente solteira.

¹⁴⁴ Consultar GERWARTH, Robert (2017), pág. 171-199; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; MAZOWER, Mark (2017), pág.227-259; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330;

¹⁴⁵ Sobre as reacções do povo Alemão consultar MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; *Deustsch Allgemeine Zeitung*, nº 306, 307, 308, 309, 310, 30 Junho a 4 de Julho de 1919, disponível em http://zefys.staatsbibliothek-berlin.de/index.php?id=title&no_cache=1&tx_zefyskalender_pi4%5Bzdb%5D=2807323X&tx_zefyskalender_pi4%5Byear%5D=1919, consultado a 10 de Maio de 2018;

¹⁴⁶ Idem;

¹⁴⁷ FERRO, Marc. (2008), pág.277;

¹⁴⁸ Idem;

No que concerne ao Império Austro-húngaro, a Áustria vê o seu império destruído e a possibilidade de formar a “Grande Alemanha” totalmente negada, enquanto a Hungria vê, também em relação a ela, ser ignorado o “princípio das nacionalidades”¹⁴⁹.

O império Otomano que, como verificamos, foi totalmente destruído, viu a sua opinião pública revoltar-se de tal forma que suscitou um revivalismo nacional, que se incorpora posteriormente na revolta de Mustapha Pacha¹⁵⁰.

Em relação às outras potências, o Reino Unido e a França conseguem alcançar os seus principais objectivos.

Apesar de algumas cedências, a maior parte das reivindicações da França foram aceites e o Reino Unido consegue travar os ideais comunistas de leste e afastar a ameaça naval alemã¹⁵¹.

Pelo seu lado, a Itália viu serem recusadas todas as suas importantes pretensões territoriais, nomeadamente as respeitantes aos despojos do Império Otomano.

A Itália sai tão prejudicada das negociações que a opinião pública italiana considera que o acordo é totalmente prejudicial para os interesses italianos¹⁵². Pelo que a Itália, apesar de ter vencido a Grande Guerra, considera que foi totalmente “derrotada” e ignorada nos acordos de paz¹⁵³.

O mesmo acontece com o Japão. Apesar de não ter grandes ambições, o Japão acreditava que poderia ser aceite na Comunidade Internacional como grande potência Asiática¹⁵⁴. O facto de ter sido colocado à margem nas negociações levou a que o governo Japonês considerasse que todos os acordos de paz constituíram uma profunda falta de respeito e consideração pelo Império e seus representantes¹⁵⁵.

¹⁴⁹ Para maior desenvolvimento consultar MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

¹⁵⁰ Consultar MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

¹⁵¹ FERRO, Marc. (2008), pág.277;

¹⁵² Para maior desenvolvimento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; FERRO, Marc. (2008), pág.277 -289;

¹⁵³ Idem;

¹⁵⁴ Sobre as reacções do Japão a Versalhes consultar W. BURKMAN, Thomas (2008), pág. 1 -223;

¹⁵⁵ Idem;

Os Estados Unidos da América, e sobretudo o presidente Wilson, saem dos acordos de paz com um sentimento agridoce. Por um lado, conseguem ser a grande figura nas negociações de paz e levar grande parte das suas ideias a bom porto, mas, por outro lado, sentem que os Tratados celebrados se trataram mais de um meio para a França e o Reino Unido discutirem e aprovarem agendas próprias do que para se celebrar uma paz sólida de compromisso¹⁵⁶.

Fazendo um balanço geral dos Tratados, conseguimos retirar algumas ideias interessantes. Em primeiro lugar, fazendo nossas as palavras de FERRO¹⁵⁷, “Os Aliados não se apercebiam que perdiam a paz no preciso momento em que ganhavam a Guerra”.

De facto, a atitude, sobretudo da França e do Reino Unido, em “fazer ajoelhar” a Alemanha foi bastante infeliz.

Não só porque veio levantar graves problemas no que diz respeito à forma como os Alemães viam Versalhes, mas também porque abriram as portas para o surgimento de ideologias tendencialmente bélicas, oriundas de um patriotismo exacerbado que surge do orgulho ferido. Por outro lado, a Alemanha, que não tinha visto o seu território ser materialmente afectado durante a Guerra, mantinha o seu potencial económico de crescimento, tendo apenas que se readaptar as novas realidades, enquanto a França tinha que se reconstruir e o Reino Unido tinha passado de uma situação de credora para devedora¹⁵⁸.

Por outro lado, a forma como trataram a Itália e o Japão levou a que estas potências olhassem cada vez mais para a sua política de decisão interna como o foro para a resolução de problemas¹⁵⁹.

¹⁵⁶ Sobre a posição Norte-Americana consultar GERWARTH, Robert (2017), pág. 171-199; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; MAZOWER, Mark (2017), pág.164 -168 ;DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ;FERRO, Marc. (2008) pág.277 -289 ;MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

¹⁵⁷ FERRO, Marc. (2008), pág.286;

¹⁵⁸ FERRO, Marc. (2008), pág.259 -288;

¹⁵⁹ FERRO, Marc. (2008), pág.259 -288; W. BURKMAN, Thomas (2008), pág. 1 -223;

A forma com que estes agentes olharam a partir desta data para as organizações e instituições foi de profunda desconfiança, muito pelo que se passou nos Tratados de Paz¹⁶⁰.

Por fim, não nos podemos esquecer da questão de várias regiões, onde para fazer face a interesses específicos, os Aliados alteraram os próprios princípios definidos para que a decisão final fosse outra. Ou seja, fazendo uma analogia, podemos dizer que os Aliados criaram as “regras do jogo” e, ao mesmo tempo, as defraudaram...

CAPÍTULO II – A SOCIEDADE DAS NAÇÕES

I) Da evolução do Direito internacional no Séc. XIX e XX à criação de uma Sociedade Internacional para preservação da Paz

No séc. XIX, verificou-se uma grande evolução no campo do Direito Internacional. Como muito bem disse HERSHEY¹⁶¹, em 1912, “O meio século que começou com a declaração de Paris, em 1856, e terminou com a conferência de Londres, em 1909, assistiu a avanços maiores em direcção ao internacionalismo e a tentativas mais bem-sucedidas para melhorar e codificar o direito internacional do que qualquer outro século da história(...)”.

De facto, com o surgimento dos nacionalismos e com o aumento do poder central dos Estados, surgiu uma necessidade sobretudo filosófica de se criar instituições Internacionais duráveis que se circunscrevessem a variados assuntos do foro Internacionalista¹⁶².

¹⁶⁰ Para melhor compreensão consultar AMERASINGHE, C.F. (2005), pág. 66-105; GERWARTH, Robert (2017), pág. 171-199; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60 ;RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ;FERRO, Marc. (2008), pág.259 -288 ;MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

¹⁶¹ In MAZOWER, Mark (2017), pág.95;

¹⁶² Para mais informações consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; MOUGE, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72;

Neste sentido, desde muito cedo os juristas procuraram soluções de compromisso como forma de resolução dos conflitos¹⁶³. Desta feita, não foi com espanto que, no Congresso Pacifista Universal em 1851, tenham havido as primeiras manifestações filosófico-jurídicas, no sentido de criar um Código de Direito Internacional que codificasse a prática jurídica internacional¹⁶⁴. O principal objectivo desta codificação seria a de que a mesma representasse uma fatia importante do Direito Internacional, no sentido de conseguir conduzir, ainda que alternativamente, as relações entre os Estados¹⁶⁵.

Esta ideologia de codificação e resolução dos problemas através do Direito Internacional começava a ser vista, não só por juristas, mas também pela classe política, como uma solução a ser levada em conta¹⁶⁶. Deste modo, foram realizados diversos trabalhos de cariz internacional no sentido de codificar as relações entre os Estados.

Um dos exemplos foi o código de Lieber de 1863, onde se assiste a um esforço de humanização dos conflitos bélicos e que se traduziu no primeiro passo para a internacionalização das leis da Guerra.

Mas não só Lieber se expressou neste sentido. Rolin-Jaequemyns, Johann Kaspar Bluntschli e David Dudley Field foram alguns dos nomes que procuraram codificar as relações entre os Estados. Destaca-se, naturalmente o trabalho de Rolin-Jaequemyns na “Revue de Droit Internationale et de Legislation Comparée”, de David Dudley Field nos “Acordos transatlânticos entre Reino Unido e Estados Unidos da América” e de Johann Kaspar Bluntschli na “Das moderne Völkerrecht der zivilisierten Staaten” de 1868¹⁶⁷.

¹⁶³ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123; VATTEL, Emmerich de (2008), pág.192 – 218; BULL, Hedley; KINGSBURY, Benedict and ROBERTS, Adam (1990), pág. 65-95; VON BERNSTORFF, Jochen and DUNLAP, Thomas (2010), pág. 61-78;

¹⁶⁴ Idem;

¹⁶⁵ Sobre a importância da codificação do Direito Internacional consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123; GOUVEIA, Jorge Bacelar. (2001); CLARK, Ian. (2007);

¹⁶⁶ Sobre a evolução do Direito internacional consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123; SHAW, Malcolm N. (2008), pág. 13 -38; KOSKINIEMI, Martti (2004), pág. 179 – 413;

¹⁶⁷ Sobre os trabalhos desenvolvidos e o instituto de Direito internacional consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123; SMITH, Thomas W. (1999), pág. 7 – 185 ; KACZOWSKA, Alina (2010), pág. 1-221; C.G. WEERAMANTRY, C.G. (2003), pág. 32-75; Institut de Droit International (1880); Institut de Droit International (1900); Institut de Droit International (1895);

Aliás, não é por acaso que estes autores integraram o Instituto de Direito Internacional. Contudo, há que realçar que o grande passo foi dado sobretudo na Primeira Conferência de Genebra¹⁶⁸.

Entre várias ideias lançadas, realçamos o facto de se ter feito um esforço em torno do movimento pacifista na tentativa de humanizar a condução da Guerra. Neste sentido, convém realçar a criação da Cruz Vermelha como grande triunfo desta mesma Conferência¹⁶⁹.

Sobretudo o que importa reter é a ideia criada com a necessidade de se proceder à reforma da conceptualização internacional, no sentido de se caminhar para uma codificação das relações entre estados¹⁷⁰.

Foi no seguimento de tais expressões que, na década de 70 do Séc. XIX, se começou a proceder às primeiras publicações periódicas de Direito Internacional e à criação, em 1873, do Instituto de Direito Internacional¹⁷¹. De facto, parecia que a maior consciencialização para a resolução dos conflitos entre os Estados através da formulação jurídica estava a ganhar adeptos. Sobretudo, começou-se a pensar que os diferendos e assuntos internacionais entre os Estados poderiam ser resolvidos através do Direito Internacional, em contraposição da quase exclusividade da resolução diplomática que até então era seguida¹⁷².

Foi neste sentido, embebidos por este espírito, que os juristas da época tentaram o reconhecimento do Direito Internacional como meio para resolução de diferendos, mas sobretudo tentando transmitir de forma firme que a Grandes Potências só tinham a ganhar com a assunção de compromissos vinculativos que transformassem as “leis da Guerra” com a sua codificação¹⁷³.

Por sua vez, os diplomatas também viam “com bons olhos” a evolução de uma base internacionalista do Direito, porque acreditavam que ele poderia resolver diversos

¹⁶⁸ Sobre as conferências de Genebra consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123; BERNHARDT, Rudolf (1983); BERNHARDT, Rudolf (1983); BERNHARDT, Rudolf (1983);

¹⁶⁹ Idem;

¹⁷⁰ Ibidem;

¹⁷¹ Sobre o Instituto de Direito Internacional vide nota de rodapé n.º167

¹⁷² Idem;

¹⁷³ Para mais informações consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123; GUEDES, Armando Marques. (1935), pág.398; SCHIAVONE, Giuseppe. (2005); KOSKINIEMI, Martti (2004), pág. 179 – 413; FRANCK, Thomas M. (2004);

problemas diplomáticos sensíveis, sobretudo no que diz respeito ao encontro de justificação para a legitimidade política de diversas acções levadas a cabo pelos Estados.

O principal problema que se levantava nestes termos era o de perceber em que sentido o Direito Internacional evoluiria para definir as relações entre os Estados e comunidades.

Assim, a questão principal é se este consagraria uma visão filosófico-romântica de codificação no sentido de tratar todos os povos, comunidades e estados segundo uma ampla aplicação do princípio da igualdade? Ou se, por outro lado, seria mais realista e adaptável aos interesses das principais potências coloniais e teria uma visão mais redutora, de aplicação restrita apenas e só a um conjunto de estados?

A resposta parece evidente. Em pleno finais do século XIX e com as disputas coloniais mais presentes do que nunca, uma proposta de aplicação filosófico-romântica teria sido totalmente obliterada pelas principais potências¹⁷⁴.

Assim, os juristas da época, profundamente influenciados por uma ideia de “supremacia ocidental” criaram o chamado “padrão civilizacional”¹⁷⁵. Segundo eles o padrão civilizacional seria fundamental para oferecer um critério para determinar o estatuto global e as práticas diplomáticas apropriadas a serem tidas em conta nas relações entre os estados ou comunidades.

Neste sentido, foram criados, por uma série de juristas, diferentes níveis de reconhecimento estatal¹⁷⁶, que permitiriam aferir a relação entre os estados ou entre os estados e comunidades.

Assim, quando houvesse “pleno reconhecimento internacional” dos estados envolvidos, as regras e preceitos jurídicos que marcariam as suas relações seriam baseados no princípio da igualdade. Por outro lado, quando não houvesse reconhecimento internacional ou reconhecimento internacional pleno nas relações entre vários estados ou entre estados e comunidades, as relações não se baseariam no

¹⁷⁴ Sobre a visão das grandes potências consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.41 -72;

¹⁷⁵ Sobre o padrão civilizacional consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123;

¹⁷⁶ Sobre o reconhecimento estatal consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.305 -327; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; MELLO, Celso D. Albuquerque. (2004), pág. 1475 -1497;

princípio da igualdade, mas sim, como refere LORIMER¹⁷⁷ “A nação civilizada exerce inevitavelmente este seu poder, e no seu exercício tem o direito de assumir uma atitude de guardião e de pôr completamente de lado a vontade aproximada da raça retrógrada”.

Desta forma, os juristas encontravam, com base no Direito, uma forma de os Estados não só de regularem e resolverem os diferendos entre si, mas de justificarem a existência e a necessidade de domínios coloniais¹⁷⁸. E esta foi a lógica que presidiu às mentes jurídicas nos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX¹⁷⁹.

A criação e a idealização de uma organização com vista a regular as relações entre os estados seria profundamente marcada pela ideia de que a sociedade, através das suas Potências, deveria “cuidar” obrigatoriamente dos Estados mais fracos¹⁸⁰.

Esta é a lógica que se encontra por detrás dos mandatos coloniais na Sociedade das Nações e que se encontrou bem patente até à formulação do direito à autodeterminação dos povos como conhecemos hoje.

Analisando o exposto, fazemos nossas as palavras de MAZOWER¹⁸¹, que refere “(...) O direito Internacional do século XIX tinha duas faces; ao mesmo tempo que os juristas justificaram o alargamento do domínio colonial ultramarino, defenderam o seu valor para os Estados nacionais soberanos que estavam a surgir na Europa”.

Todo este trabalho levou à realização das Conferências de Haia (1899 e 1907), onde sobretudo se tentou humanizar as relações entre os estados civilizados, através da famosa arbitragem, criando (apesar das limitações) ou tentando criar uma forma de resolução pacífica dos conflitos sem recurso à Guerra¹⁸².

A primeira destas conferências de Haia realizou-se em 1899 e teve a presença de 26 estados. As potências participantes tinham como objectivo “promover a manutenção da paz geral e criar as condições para a solução amigável dos conflitos internacionais,

¹⁷⁷ In MAZOWER, Mark (2017), pág.103;

¹⁷⁸ Sobre a justificação colonial consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123; O'BRIEN, John. (2001), pág. 1-65; FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne ; PETER, Simone and HOGGER, Daniel. (2012); ARMSTRONG, David; FARRELL, Theo and LAMBERT, Hélène. (2007), pág. 9-74; GIBSON, John S. (1991), pág. 1 -133;

¹⁷⁹ Idem;

¹⁸⁰ Ibidem;

¹⁸¹ MAZOWER, Mark (2017), pág.103 -104;

¹⁸² Sobre as conferências de Haia consultar consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123; TRUYOL Y SERRA, António (1991), pág.181 -182; MOREIRA, Adriano. (1982); ROCHA, Manoel Ibsen Cordeiro. (2012); BERNHARDT, Rudolf (1983); BERNHARDT, Rudolf (1983); BERNHARDT, Rudolf (1983); FREITAS, Pedro Caridade de. (2012);

através da instituição permanente de uma jurisdição arbitral”¹⁸³. Na conferência de Haia da qual resultou o texto aprovado, ficou reconhecido pelas potências signatárias da Convenção que a arbitragem deveria considerar-se como um instrumento adequado a dirimir questões de interpretação e aplicação das Convenções Internacionais e para obter uma resolução equitativa de litígios que não fossem resolvidos através da via diplomática.

A segunda Conferência de Haia de 1907 “ao reunir o número maior de Estados até então presentes numa reunião destas constitui um esforço exemplar no caminho da construção de um Direito Internacional de Paz”¹⁸⁴. As principais novidades desta nova conferência foi a votação sobre o princípio da arbitragem obrigatória que foi aprovada por 32 votos contra 10¹⁸⁵.

Contudo, temos de enquadrar Haia no espírito legalista da época. Se, por um lado, tentou codificar de um ponto de vista pacifista as relações entre estados, por outro, através da regra do “padrão civilizacional” permitiu a contínua selvajaria das principais potências sobre estados ou comunidades que não eram “plenamente reconhecidos” pelo Direito Internacional e que nestes termos não estariam ao abrigo do princípio da igualdade. Mais, de forma lamentável, Haia, em vez de ser apenas um marco pacifista na história das relações Internacionais, foi também uma justificação legal para as principais potências justificarem as repressões e brutalidades que faziam sobre os povos colonizados¹⁸⁶.

Dizemos isto porque as Convenções de Haia só tinham eficácia *inter partes*, ou seja, vinculavam apenas as partes que tinham assinado o compromisso. Isto é, não regulavam nem tentavam regular de forma pacífica as relações entre Estados e movimentos independentistas.

A título exemplificativo, referenciamos que as Convenções de Haia proibiam os bombardeamentos aéreos. Contudo, tanto os Italianos na Líbia em 1911 como a Royal Air Force no Iraque ou Egipto fizeram uso de bombardeamento aéreo para por fim a revoltas iniciadas pelas populações locais. Como pelo “padrão civilizacional” estes povos

¹⁸³ In FREITAS, Pedro Caridade de. (2012), pág. 564;

¹⁸⁴ In FREITAS, Pedro Caridade de. (2012), pág. 564;

¹⁸⁵ FREITAS, Pedro Caridade de. (2012), pág. 574;

¹⁸⁶ Posição sustentada por Mark Mazower in MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123;

não tinham vontade própria separada dos “Estados civilizados” as Convenções de Haia excluía-nos da nova visão internacionalista, não lhes dando valor ou protecção jurídica¹⁸⁷. Aliás, as regras e cláusulas estabelecidas foram criadas para estados “civilizados” e para regular as relações entre “povos civilizados”. As restantes comunidades não eram dignas de tal protecção segundo a visão internacionalista da época¹⁸⁸.

Ora, tal situação justifica a afirmação de que Haia, em vez de ser apenas um marco pacifista na história das relações Internacionais, foi também uma justificação legal para as principais potências justificarem as repressões e brutalidades que faziam sobre o povos colonizados, pelo facto de ao criar normas e regras tão restritas para regular as relações entre Estados “civilizados” (com a aplicação *inter partes*), excluía automaticamente desta equação todos os movimentos independentistas e populações consideradas como povos “não civilizados”. Neste sentido, e para justificar as repressões feitas pelo Império Britânico, Winston Churchill e Herbert Kitchener afirmavam que as regras e princípios estabelecidos pelo Direito Internacional tinham aplicação apenas entre Estados civilizados e que em Haia os Estados foram perentórios em definir regras claras entre Estados civilizados colocando os restantes à margem da lei¹⁸⁹.

Aliás como referia o jornalista Britânico W.T. Stead na época, as Convenções de Haia criavam dois tipos de Internacionalismo no novo século: o dos países civilizados, que significava paz, e o dos “não civilizados”, que significava violência¹⁹⁰.

Em termos objectivos, as Conferências de Haia são hoje em dia vistas como um marco pacifista. Na época, foram também vistas de bom grado pelas grandes potências, como uma forma diplomática de justificarem, ao abrigo da lei, os actos por elas praticados¹⁹¹. Em bem da verdade, pode-se afirmar que as Conferências de Haia foram a plena representação dos movimentos pacifistas elencados nos pensamentos dos juristas da época. No entanto, no que diz respeito à relação entre as potências e os chamados povos do terceiro mundo, como refere MANZOWER¹⁹² “As conferências de

¹⁸⁷ MAZOWER, Mark (2017), pág.107;

¹⁸⁸ MAZOWER, Mark (2017), pág.107;

¹⁸⁹ MAZOWER, Mark (2017), pág.108;

¹⁹⁰ MAZOWER, Mark (2017), pág.108;

¹⁹¹ MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123

¹⁹² MAZOWER, Mark (2017), pág.107;

Haia contribuíram pouco para mudar esta realidade; aliás, permitiram que o argumento a favor da brutalidade fosse apresentado sob uma capa legalista”.

Como já referenciamos, temos a título exemplificativo a largada de bombas a partir de balões que tinha sido expressamente proibida pela convenção de Haia de 1899¹⁹³, contudo o definido ficou adstrito apenas no que concerne às potências signatárias de Haia. O bombardeamento pelos Italianos da Líbia em 1911 e do Afeganistão e Iraque pela *Royal Air Force* Britânica são um bom exemplo daquilo que estamos a tentar descrever¹⁹⁴. Haia foi muito importante na regulação de definição da Paz Europeia, mas falhava a olhos vistos nas relações das potências Europeias com as suas colônias¹⁹⁵.

Considerando o exposto, a pergunta que se impõe é se a nossa opinião não será manifestamente exagerada, quando olhámos para a criação da arbitragem Internacional para dirimir conflitos como uma grande conquista das Conferências de Haia?

A nossa resposta tem de ser um evidente não. Isto porque temos de nos enquadrar no espírito da época. De facto, não se pode por em causa o valor da arbitragem. É uma fantástica solução jurídica e uma forma de resolver pacificamente o conflito entre os Estados. No entanto, a sua assunção em Haia surge como forma alternativa e não obrigatória de resolução de litígios¹⁹⁶. Apesar dos esforços de alguns juristas, nenhuma potência aceitou “realmente” a obrigatoriedade da arbitragem e, muito menos, deu um apoio real à criação de uma “polícia internacional” para impor o resultado às relações interestaduais. Mais, apesar de o seu enfoque político ir no sentido de criar um caminho gradual para a paz internacional e ser bastante bem vista nesse sentido, as classes dirigentes não acreditavam na ideia de uma paz perpetuada na base da erradicação da guerra de forma a que qualquer conflito pudesse ser resolvido através da arbitragem de conflitos¹⁹⁷. Aliás não era por acaso que muitos Internacionalistas,

¹⁹³ MAZOWER, Mark (2017), pág.105 -110;

¹⁹⁴ MAZOWER, Mark (2017), pág.100 -110;

¹⁹⁵ Para maior desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.105 -110; TRUYOL Y SERRA, António (1991), pág.181 -182; MOREIRA, Adriano. (1982); ROCHA, Manoel Ibson Cordeiro. (2012); BERNHARDT, Rudolf (1983); BERNHARDT, Rudolf (1983); BERNHARDT, Rudolf (1983);

¹⁹⁶ Consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.105 -110; TRUYOL Y SERRA, António (1991), pág.181 -182; MOREIRA, Adriano. (1982); ROCHA, Manoel Ibson Cordeiro. (2012); BERNHARDT, Rudolf (1983); BERNHARDT, Rudolf (1983); BERNHARDT, Rudolf (1983);

¹⁹⁷ Idem;

conhecedores dos pensamentos dos dirigentes políticos, consideravam que a arbitragem por si só nunca seria suficiente, se não fosse apoiada pela criação de um tribunal internacional com poderes vinculativos e coactivos¹⁹⁸.

No entanto, há que realçar que todas as inovações na forma de pensamento internacionalista reinantes no final do Séc. XIX e início do Séc. XX estabeleceram um padrão de comportamento internacional onde as sociedades e sobretudo as classes políticas aprenderam a “pensar internacionalmente”, no sentido de ganharem sensibilidade em relação à resolução pacífica dos assuntos internacionais, ganhando um autocontrolo nacional no que respeita à utilização do *ius belli* como primeiro fim.

Contudo, esta resolução não era verdadeiramente entendida como uma fidelidade à lei¹⁹⁹, mas sobretudo como um compromisso de interesses, o que se relevou talvez o principal problema na “hora da verdade”.

Como vimos, houve uma mudança de paradigma no século XIX. As classes dirigentes começaram a olhar para o Direito Internacional como meio para resolver conflitos entre estados e preservar a paz, dando de forma lenta importância ao trabalho elaborado pelos juristas.

Desta forma, através do trabalho realizado, não foram só codificadas as relações dos Estados em período de Guerra, mas também a arbitragem internacional como meio idóneo para a resolução de conflitos. No entanto, estes primeiros passos, pelas razões elencadas, não eram minimamente suficientes porque, para além de não serem vinculativos, não se tratavam nem tão pouco conseguiam ser mais do que meros foros de discussão e resolução da paz a nível Internacional.

Assim, foi com naturalidade que no início do século XX, sobretudo com o desenrolar da Grande Guerra, assistimos a uma evolução no sentido de se criar uma estrutura que permitisse a preservação da paz.

¹⁹⁸ Sobre a possível criação de um Tribunal Internacional consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123; NAVARI, Cornelia. (2000), pág. 102 – 164; PUCHALA, Donald J. (2003), pág. 1 – 73; LOYD, Lona. (1921); KNEPPER, Paul. (2011), pág. 33 -114;

¹⁹⁹ Sobre o pensamento internacionalista da época consultar e fidelidade à lei consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -123; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.41 -72;

II) Da inspiração à realidade: A Sociedade das Nações

i) *As origens da inspiração*

No que diz respeito à inspiração para a criação de uma organização para a preservação da paz, constata-se que esta assenta na própria natureza do final de século XIX. Dizemos isto porque, quando olhámos para o concerto Europeu, vimos que em momento algum se sugeriu que ele se sustentasse numa instituição.

A paz universal, segundo o concerto, assentava em forças espontâneas de aplicação da razão humana ou da vontade de Deus e não em qualquer ideia ou estrutura organizativa²⁰⁰.

No entanto, no final do século XIX, os juristas embebidos com as ideias de codificação da paz e sustentados pelas diversas áreas científicas²⁰¹, começaram a ter pensamentos mais amplos no que concerne à idealização de estruturas organizativas e políticas como forma de preservação da paz.

A ciência²⁰², que assentava numa cooperação de diferentes pensamentos, começou a centrar e compilar as energias na realização de congressos, conferências e organizações por forma a coordenar esforços entre investigadores e regular os próprios passos dados em cada área.

Por outro lado, a tecnologia e os serviços, que cada vez mais eram uma realidade presente e importante no dia-a-dia das sociedades começaram a sentir a necessidade de regular a nível internacional as diferentes interações entre os estados por forma a coordenar esforços e rentabilizar recursos comerciais e económicos²⁰³.

²⁰⁰ Sobre o pensamento e criação de uma organização internacional universal consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.123 -145; LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág.5 -44; MOREIRA, José Carlos. (1929), pág. 52 -144; KERSHAW, Ian. (2016), pág. 29-555; WILLIAMS, Andrews (2006), pág. 35-65;

²⁰¹ Idem;

²⁰² Sobre esta questão consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.123 -145;

²⁰³ Consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.123 -145;

A União Postal Internacional criada em 1874 e a União Telegráfica Internacional criadas em 1865 foram um bom exemplo disso²⁰⁴.

Ora, “embriagados” por este profundo espírito científico e não querendo ficar atrás, os juristas começaram a idealizar formas de organizar a cooperação entre os estados num formato próximo ao seguido por estas áreas.

Desta forma, houve uma infinidade de reuniões, congressos e conferências no sentido de se debater e concluir ideias.

A questão da criação de uma associação entre estados era algo cada vez mais trabalhado e presente no dia-a-dia entre internacionalistas. As próprias conferências realizadas no final do séc. XIX e início do séc. XX começaram já a ser marcadas por estas ideias.

Contudo, foi sobretudo a partir do início do Séc. XX que a ideia organizativa para a preservação da paz mundial começou a ganhar corpo²⁰⁵. Juristas como SAINT-SIMMON²⁰⁶ ou OTLET²⁰⁷ tentaram dar passos firmes nesta direcção. Sobretudo, OTLET que, no início do século XX, com a sua proposta de criação de um Gabinete Central das Instituições Internacionais, tentava criar uma espécie de organização/cooperação internacional que resistisse à diplomacia internacional e sobretudo ao militarismo.

Acima de tudo, tentando codificar o próprio Direito Internacional, as suas relações e idealizando a vinculação dos Estados aderentes às associações Internacionais²⁰⁸. Começavam-se a dar os primeiros passos para a idealização de uma vinculatividade jurídica dos Estados às organizações internacionais.

No entanto, esta visão não foi adoptada pelos Estados. Em primeiro lugar, porque os próprios fóruns científicos estavam subordinados a considerações políticas²⁰⁹. Depois, esta ideia de vinculatividade dos Estados a uma Organização

²⁰⁴ Sobre as primeiras organizações de cariz Internacional consultar COICAUD, Jean-Marc and HEISKANEN, Veijo. (2001), pág. 47 – 187; GROSS, Leo (1983), pág. 3-225; José E. ALVAREZ, José E. (2005), pág. 1-45; BEDERMAN, David J. (2008), pág.43 – 55;

²⁰⁵ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.123 -145; LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.5 -44; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72;

²⁰⁶ Idem;

²⁰⁷ Ibidem;

²⁰⁸ Para melhor compreensão consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.123 -145; MILZA, Pierre. (2007) pág. 7 -43; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72;

²⁰⁹ Idem;

Internacional que juridicamente pusesse impor regras de conduta era visto como uma mera utopia.

Para os Estados, apesar das preocupações internacionalistas, o Direito Internacional continuava a funcionar sobretudo como forma de justificação diplomática para a tomada de certas decisões políticas. Nestes termos, construir uma Organização Internacional dotada de poderes para impor regras de conduta aos Estados extravasando o poder político era visto pela grande maioria das elites políticas como algo impensável²¹⁰.

Aliás, como já tivemos oportunidade de nos pronunciar, Woodrow Wilson, um dos “pais” da Sociedade das Nações, acreditava muito mais na construção de uma Sociedade dotada de poderes de “intervenção moral” do que propriamente numa Sociedade dotada de poderes ligados à vinculatividade jurídica²¹¹.

A utilização do Presidente Norte-Americano do termo “associação de estados” e não “organização” é muito esclarecedor do pensamento da época.

Estabelecendo um ponto de análise, podemos chegar às seguintes conclusões:

No final do séc. XIX começou a haver cada vez mais uma progressão lenta da cooperação Internacional²¹². Cada vez mais a cooperação Internacional evoluía no sentido multilateral, tentando as grandes potências a institucionalização das relações internacionais.

Como também referenciamos, a institucionalização na comunidade científica e nos serviços impulsionaram também o mesmo fenómeno nas relações internacionais. Apesar dos argumentos que apresentamos em relação às Conferências de Haia²¹³, estas representaram o primeiro mecanismo de institucionalização, sobretudo através da arbitragem. Essa necessidade vai ganhar força sobretudo na Grande Guerra, onde se começa a idealizar a primeira Organização de vocação universal e competência geral, começando a haver uma mudança de paradigma nas Relações Internacionais. Lentamente, o fenómeno da “diplomacia de conferências” era substituído por uma nova

²¹⁰ MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72;

²¹¹ Sobre o pensamento de Wilson consultar Capítulo I, ponto I);

²¹² Sobre a cooperação Internacional consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.123 -145; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009),pág.61 -72;

²¹³ Sobre Haia consultar Capítulo II, ponto I);

realidade: as Organizações Internacionais. Mas será que podemos falar de uma verdadeira nova realidade?

ii) Os projectos para a criação de uma Organização Internacional com vocação para a protecção da Paz Mundial

Existem vários Autores²¹⁴ que definem que a Sociedade das Nações representou uma mudança de paradigma nas relações internacionais. De facto, a Sociedade das Nações aparenta ser a primeira Organização Internacional de vocação Universal e competência geral. Constituída através do “Pacto”, a Sociedade das Nações nasce com o Tratado de Versalhes. Com ela, surge para muitos Internacionalistas a mudança de paradigma das relações entre os estados com a transição de um sistema de conferências internacionais para a institucionalização de um sistema de organizações Internacionais²¹⁵.

De facto, a Sociedade das Nações traz algo de diferente, ao aparentemente adquirir uma realidade própria desvinculada dos Estados passando a dispor de órgãos, secretariados independentes e mesmo de poderes próprios²¹⁶. No entanto, esta realidade, que parece clara pela análise do “Pacto” da Sociedade das Nações não é, no nosso entendimento, assim tão linear.

Pelo que, para melhor compreensão, faremos uma análise à natureza e constituição da Sociedade para definirmos as nossas próprias conclusões.

A concepção filosófica de criação de uma Sociedade com vista à preservação da paz e segurança a nível mundial remonta ao século XIV com São Tomás de Aquino²¹⁷. Ao longo dos tempos, mesmo que a título meramente filosófico-conceptual foram surgindo

²¹⁴ Entre outros, Anique H.M. Van Ginneken, Denny Myers, Jean- Baptiste Duroselle, Lobo D'Avila Lima, François- Charles Mouge in VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -65; LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág.5 -44; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72;

²¹⁵ Para melhor entendimento sobre a Sociedade das Nações consultar LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág.5 -44 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 60 -65; Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág.19 -77,; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); FREITAS, Pedro Caridade de. (2015); HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; OPPENHEIN, L. (1919);

²¹⁶ Idem;

²¹⁷ Sobre a concepção filosófica elaborada por S. Tomás de Aquino consultar LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág.5 -44;

por toda a Europa, ideias conceptualizadoras de uma paz tendencialmente perpetua²¹⁸. Como já verificamos supra, o séc. XX foi inovador neste capítulo, sobretudo com o deflagrar da Grande Guerra.

Uma das principais potências neste capítulo foram os Estados Unidos da América. Nas mentes pacifistas Norte-Americanas, movidas pelas circunstâncias políticas, surgem várias criações. No dia 17 de Junho de 1915, surge no famoso Liberty Bell, patrocinado pelo antigo Presidente Norte-Americano Taft, a célebre “League to Enforce Peace” com o objectivo de ser a “base fundamental do programa a submeter a quem de direito na futura conferência de paz, devendo as grandes potências mundiais ser convidadas a formar uma liga de paz, assegurando, num convénio entre os seus membros, o princípio de que qualquer estado tem de ser consultado perante uma eventualidade bélica, através de um regulamento prévio antes de se poder dar início a qualquer hostilidade.”²¹⁹.

Este programa alicerçava-se em quatro cláusulas fundamentais²²⁰, que suportariam o principal objectivo mencionado.

O referido programa, suscitou desde logo no meio político norte-americano, reticências várias no que dizia respeito à sua construção, nomeadamente relativamente ao princípio presente na cláusula de solidariedade Internacional.

Para alguns políticos apoiantes da doutrina de Monroe²²¹, seria prudente o veto à cláusula em causa. ROOT, o líder do partido Democrático e apoiante da doutrina de Monroe, dizia “Aceito que se participe numa Guerra, mas só numa Guerra Americana e para um fim Americano!”²²².

Apesar da oposição surgida aquando da sua criação, a ideia central da “League to Enforce Peace”²²³ ganhou um novo fôlego, em Maio de 1916, quando o Presidente

²¹⁸ Sobre a paz perpétua consultar LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.5 -44; TRUYOL Y SERRA, António. (2003), pág.243 -244; FREITAS, Pedro Caridade de. (2012), pág. 536 -541; NUSSBAUM, Arthur. (S/D), pág.150 -160; SCOTT, James Brown (1928), pág. 102 -103; FIORE, Pascoal (1904), pág.19 -23;

²¹⁹ In LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.21;

²²⁰ Para um melhor desenvolvimento consultar LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.5 -44; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;

²²¹ Sobre a política de Monroe no âmbito das relações internacionais consultar AKAMI, Tomoko, (2002), pág. 167-275; CLAVIN, Patricia (2013), pág. 1- 360; CARR, E.H. (1946), pág. 170 -224;

²²² In MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;

²²³ Para melhor compreensão do projecto “League to enforce peace” consultar LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.5 -44 ; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;

Woodrow Wilson²²⁴, horrorizado com o seguimento e consequências da Guerra em curso, declarou que os Estados Unidos promoveriam, no fim da Guerra, a criação de uma espécie de “associação universal das nações”²²⁵ afim de manter a segurança dos caminhos marítimos e manutenção da paz Mundial. No entanto, frisou que as ideias sugeridas pela “League to Enforce Peace” eram demasiado ambiciosas²²⁶ e pouco realistas, pelo que necessitavam na realidade de uma reformulação.

É no seguimento da posição assumida que o Presidente Norte-Americano Woodrow Wilson vai, cada vez mais, afirmar o seu papel de mentor na organização a ser criada.

As ideias norte-americanas rapidamente chegaram a uma Europa mergulhada na Guerra, sendo o Reino Unido um dos países onde estas obtiveram o mais favorável acolhimento.

Inspirados pelas ideias provenientes da “League to Enforce Peace”, Bryce criou um projecto, datado de 1917, que seria a substância da chamada “Sociedade Fabiana de Direito Internacional”, onde se previa a criação, após o termo da Guerra, de um Conselho e Tribunal Internacional, assim como a criação de uma instância executiva apelidada de Secretariado Internacional²²⁷. Entretanto, em 1915, fora criada a “League of Free Nations Association”, que era nada mais do que uma cópia da Norte-Americana “League to Enforce Peace”²²⁸.

Em 1918, a “Sociedade Fabiana de Direito Internacional” fundiu-se com a “League of Free Nations Association”, originando a “League of Nations Society”, que tinha como principal objectivo, “criar uma Liga Mundial entre os povos livres para garantia da justiça Internacional, mútua defesa e perpetuidade da paz”²²⁹.

Estes projectos tiveram uma grande adesão de grande parte do quadrante político Britânico. Deste efeito, surgiram uma série de intervenções políticas que

²²⁴ Para melhor compreensão da posição de Wilson consultar Capítulo I, ponto I);

²²⁵ Idem;

²²⁶ Ibidem;

²²⁷ Para melhor compreensão dos diferentes projectos britânicos de Organização Internacional consultar YEARWOOD, Peter J. (2009), pág. 1-324; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.5 -44 ;

²²⁸ Consultar YEARWOOD, Peter J. (2009), pág. 1-324; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.5 -44 ;

²²⁹ In LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.25 ;

originaram um rol de projectos interessantes, entre os quais, o Projecto Smuts²³⁰, criado pelo General Smuts, que previa e aconselhava a constituição de uma Assembleia Geral de Estados, assim como de um Conselho e Secretariado. O plano de actuação teria como base a instalação de uma moratória de Guerra, a redução dos exércitos, a nacionalização das fábricas de Guerra e, também, a criação de mandatos coloniais, seriados de A a C, consoante o seu objecto.

Entretanto, em Março de 1918 o Governo Britânico decide criar uma comissão especial que apresentasse a sua posição oficial sobre o assunto. A comissão nomeada por Saint-James, elaborou o Projecto Philmore²³¹, uma clara inspiração da “League to Enforce Peace.”

Este projecto, após conclusão, foi apresentado ao Presidente dos Estados Unidos da América, em Junho de 1918, tendo esta marcado o início de cooperação entre os dois países na redação daquilo que seria o início de uma cooperação oficial Anglo-Americana, com o objectivo claro de redigir as bases do projecto da futura Sociedade das Nações.

Entretanto, E. Root, sugerido pelo Coronel House, propôs a introdução num futuro pacto da Sociedade das Nações, de uma instância jurisdicional, o “International Court” ou, em Português, o “Tribunal Permanente de Justiça Internacional”, que surge, enquanto ideia do pensamento internacionalista, nas actas da Conferência da Paz em 1907.

A organização, competência, jurisdição e alçada deste Tribunal, sugerido por E. Root, eram as grandes inovações do apelidado “Projecto House”²³², que, na essência, é a principal alteração ao projecto de origem Inglesa.

Por outro lado, Woodrow Wilson considerava em contradição que a criação de um “International Court” não inspirava grande confiança, preferindo antes uma cláusula compromisso de solidariedade, entre os membros aderentes do pacto, garantindo assim

²³⁰ Sobre o Projecto Smuts consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág.5 -44 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 60 -65; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72;

²³¹ Sobre o Projecto Phillimore consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág.5 -44 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -65 ;MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72 ;

²³² Sobre o Projecto House consultar MAZOWER, Mark (2017), pág. 145 -181;LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág.5 -44 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -65 ;MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72 ;

a sua autonomia territorial e política. Ideia essa que expressou nos seus famosos catorze pontos, aquando da assinatura do armistício.

Consequentemente, da colaboração oficial entre Washington e Londres resulta um projecto apelidado de “Projecto Hurst-Miller”²³³. Este projecto, no fundo, é uma junção e compilação de todos os projectos Ingleses e Americanos até aqui referidos, tendo servido como texto de abertura das discussões oficiais para a criação da Sociedade das Nações em Fevereiro de 1919.

No entanto, não só nos EUA e Inglaterra surgiram ideias para a futura construção da paz Mundial. Em Berlim, a partir de 1918, o problema da criação de uma organização pacifista, começou a levantar alguma preocupação.

Neste sentido, ERZBERGER, proponha a criação de uma Associação para a Paz, “sem indemnizações ou anexações”. Esta proposta foi apresentada nas páginas do seu “Der Wölkerbund, der Weg zum Weltfrieden”²³⁴ e consistia na estatuição de uma Sociedade das Nações livre e universal, de forma a garantir a paz e sem autorizar os seus membros a abandoná-la sem razão aparente. A sede seria na Holanda e Bélgica, e deveria ser composta por uma Assembleia Universal, um Conselho e um Secretariado Internacional, para além de que teria cláusulas a prever a arbitragem obrigatória e a Cláusula da Nação mais favorecida.

Também num dos seus aliados, a Áustria, surgiu o chamado “Projecto Henri-Lammasch”, onde o seu autor, que partilhava o mesmo nome, propunha a criação, nos próximos vinte anos, de uma liga ou sociedade entre estados, tendo como órgãos um Tribunal de Arbitragem e um Supremo Tribunal Internacional, aos quais caberiam a resolução de todos os conflitos Internacionais e cujas respectivas sanções seriam coactivas, até a da garantia da solidariedade territorial²³⁵.

²³³ Sobre o Projecto Hurst-Miller consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.5 -44 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 60 -65 ;MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72 ;

²³⁴ Sobre o projecto Alemão consultar ERZBERGER, M. (1918), pág. 5 – 184; LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.5 -44 ;

²³⁵ Sobre o projecto Henri – Lammasch consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.5 -44 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -65 ;MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72 ;

Os países Latinos também apresentaram soluções para a paz. Em França, a apelidada “Quai d’Orsay”²³⁶ elaborou também um projecto de Sociedade das Nações.

Este projecto entendia que a Sociedade não deveria ter uma Universalidade absoluta, mas sim apenas condicionada aqueles estados que oferecessem uma garantia do cumprimento das normas e costumes internacionais. Para isso, aconselhava a formação de uma assembleia Internacional, com um Conselho e uma delegação Permanente, assim como a instalação de um Tribunal Internacional, cujas decisões eram garantidas por sanções diplomáticas, legais e militares.

Por seu lado, o projecto Italiano previa a criação de um preâmbulo, com a “Declaração dos Direitos dos Estados”, prevendo a regulação e gestão dos interesses Internacionais comuns, as relações com terceiros e também as sanções aplicáveis em caso de violação. Para o efeito, seria criado uma Conferência, um Conselho e um Secretariado Permanente, assim como a previsão de várias Direcções Técnicas²³⁷, responsáveis por questões económicas, laborais e militares. A solução dos conflitos internacionais seria entregue à arbitragem e a um Tribunal Internacional de Justiça, que seria criado para o efeito. Verifica-se, portanto, que houve uma grande preocupação com o futuro da Paz Mundial por uma parte significativa da comunidade Internacional, surgindo vários projectos de paz que iriam dar uma base teórica importante para a criação da futura Sociedade das Nações.

Na criação do projecto final, que foi levado a Versalhes em 1919, foram sobretudo levados em conta os projectos Americano e Britânico²³⁸.

Contudo, a ideia de criação de uma organização foi especialmente marcada pelas ideias de Woodrow Wilson e Jan Smuts. Wilson, diferentemente de Taft e do seu projecto “League to Enforce Peace”, apostava em formas de mediação e pacificação que se afastavam dos princípios orientadores legalistas. Diferentemente dos “princípios da

²³⁶ Sobre o projecto Francês Quad d’Orsay consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;LIMA, Lobo D’Avila. (1934), pág. 5 -44 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 60 -65 ;MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72 ;

²³⁷ Sobre o projecto Italiano consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;LIMA, Lobo D’Avila. (1934), pág.5 -44 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -65 ;MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72 ;

²³⁸ Sobre o projecto adoptado em Versalhes consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;LIMA, Lobo D’Avila. (1934), pág.5 -44; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -65; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72;

lei e da equidade” de Taft, Wilson acreditava sobretudo numa “associação entre nações”, onde sobressaíssem as atitudes e valores morais que deveriam regular as relações entre estados e definissem a Paz Mundial²³⁹.

Como já referimos num capítulo anterior, Wilson acreditava numa “(...) Liga de Honra, uma parceria de opinião(...)”, centrada numa “esfera de acção moral” que actuasse para inspirar os Estados e não os limitar como propunham outros projectos²⁴⁰.

Estas ideias eram compartilhadas por Smuts, que seguia de uma linha de pensamento britânica de criação uma organização sobretudo com um pendor moral, em detrimento do legalista²⁴¹. Neste prisma, a linha de pensamento baseava-se muito mais nas questões práticas sobre o funcionamento da Organização e a sua forma burocrática, do que propriamente na aplicação de leis Internacionais e restrições por ela impostas²⁴².

Apesar de vários juristas e membros do governo britânico²⁴³ discordarem desta posição, o apoio de Wilson revelou-se fundamental na comissão criada para elaborar um projecto de Pacto²⁴⁴ que foi, essencialmente, a base do que veio a ser aprovado em Versalhes e que foi moldado à imagem e semelhança do defendido por Wilson.

²³⁹ DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -65;

²⁴⁰ Para mais informações sobre a paz idealizada por Wilson consultar Capítulo I, ponto I);

²⁴¹ Para melhor compreensão das ideias expressas por Smuts consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.5 -44 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 60 -65; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72;

²⁴² idem;

²⁴³ Sobre a posição do governos Britânico consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;

²⁴⁴ Com o armistício de 11 de Novembro de 1918, verifica-se a suspensão das operações de Guerra entre os países que estavam envolvidos naquela que tinha sido o evento bélico mais destrutivo até à data, apelidado por muitos como a Guerra das Guerras .

Este armistício, promoveu o início das negociações de paz, domiciliadas em Paris e cujo termo foi a celebração do afamado Tratado de Versalhes de 28 de Junho de 1919 . Aquando das reuniões, os Plenipotenciários e as comitivas, começaram a conversar e a discutir aquilo que iria ser os futuros termos de paz, sob a rubrica de Conferências Preliminares de Paz. Estas rondas negociais, seriam a base da construção do futuro Tratado de Versalhes, tendo elas sido alvo de uma crítica acérrima em virtude da política que algumas potências seguiram no decorrer das negociações .

Nas negociações referidas, surgiu logo na segunda sessão plenária, de 25 de Janeiro de 1919, no congresso de Paris, a nomeação de uma comissão especialmente destinada, a “organizar uma Sociedade das Nações, instrumento de cooperação Internacional, que assegurasse o exercício das obrigações Internacionais e que salvaguardasse a Paz. Esta Sociedade, donde a criação deveria ser parte integrante do Tratado Geral de paz, tem de ser apoiada pelas Nações civilizadas através de projectos que apoiem a sua elaboração.” A comissão criada foi constituída por uma série de personalidades políticas das principais potências, sendo presididas pelo Presidente Wilson . A Comissão, iniciou sem demora os trabalhos, sob grande aparato da opinião pública da época. Trabalhos que foram iniciados no dia 3 de Fevereiro de 1919, no renomeado

Considerando o exposto, antes de discutirmos a natureza e problemas de vinculatividade, devemos analisar o pacto da Sociedade das Nações e a sua Organização.

III) A Sociedade das Nações – Composição e Funcionamento

Através de uma análise das linhas que introduzem o pacto da Sociedade das Nações, deduzimos que a mesma contém uma dupla categoria de membros, os originários e aderentes.²⁴⁵ Todos os países originários foram aqueles que actuaram na Grande Guerra como aliados ou então aqueles que se mantiveram neutros, não cortando as relações diplomáticas com aqueles que venceram a Guerra.²⁴⁶ Nestes países

Hotel Grillon, com a intervenção do Coronel House . Essa reunião plenária serviu para se tocar de forma ainda muito suave naquilo que seriam as linhas gerais do projecto de Sociedade das Nações.

Os seguintes trabalhos da Comissão especial, até ao seu termo em 29 de Abril de 1919, abrangem dois momentos constituídos de vária ordem e importância. A 14 de Fevereiro de 1919, foi apresentado e lido o primeiro projecto de pacto da Sociedade das Nações, texto esse que era o resultado do trabalho iniciado a 3 de Fevereiro e que pôs em confrontação a construção Anglo-Americana e Francesa sobre o que teria de ser a futura Sociedade .

Com a apresentação do primeiro projecto, surge uma segunda fase na ordem de trabalhos em que a França, Itália e Japão , voltaram a apresentar alterações tentando por esta via inserir ideias dos seus contraprojetos e ao mesmo tempo introduzir os seus interesses diplomáticos no futuro pacto da Sociedade das Nações . Após este segundo momento, o projecto revisto foi enviado para uma análise dos outros países apelidados de bons neutrais por forma a analisarem e apresentarem as suas conclusões.

A 6 de Maio, o projecto ainda com algumas reticências foi submetido a sufrágio e favoravelmente votado incorporando assim o texto do Tratado de Versalhes a 28 de Junho de 1919.

Mesmo depois da aprovação do pacto da Sociedade das Nações um vigoroso e primeiro debate surgiu em torno da matéria preambular do pacto e consequente directriz. Debate que realçou as clivagens entre as orientações Anglo-Americanas e Latinas anteriormente abordadas . Esta primeira clivagem surgiu na sessão de 13 de Fevereiro onde o Prof.Larnaud propôs em nome da França, uma emenda ao texto preambular do pacto em que se visava dois pontos já realçados no tratado de Versalhes. Estas ideias, consubstanciavam-se na abertura de um inquérito formal para apurar as responsabilidades contraídas na prática de crimes de guerra e a aplicação dos resultados das conferências de Haia . Esta emenda Francesa não foi aceite tendo sido no caso a perspectiva Anglo – Americana, que vingou no assunto sugerido, julgando a proposta Francesa inoportuna. Parecendo que não o vingar desta concepção foi importante para a Sociedade das Nações, porque permitiu que num momento inicial a Sociedade não fosse vista tão só como aquela que representa os estados aderentes às conferências de Haia e às resoluções de arbitragem, mas sim, como uma Organização complexa e de carácter tendencialmente Universal. Para mais informações consultar DUNNE, Tim; COX, Michael; BOTH, Ken and BROWN, Chris (1998), pág. 65-83; LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.5 -44;

²⁴⁵ Sobre os membros da Sociedade das Nações consultar LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.49 -157 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -65; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág. 61 -72; CUNHA, Silva. (1993), pág.69-79;

²⁴⁶ Idem;

originários figuram entidades que, politicamente, não eram completamente autónomas, criando, no entendimento de LOBO D'AVILLA²⁴⁷, uma grande deficiência no pacto da *Sociedade das Nações*.

De facto, perfilhamos esta opinião. A título exemplificativo, a área de influência Britânica que se estendia pelos países que compoñham a chamada Commonwealth²⁴⁸, e que não eram ainda politicamente autónomos, representava na prática seis votos, em contraste do que aconteceria com os Estados Unidos que, caso tivesse acabado por participar na Sociedade das Nações, teria tido apenas direito a um voto, sendo uma federação composta na época por quarenta e seis estados.

Relativamente aos países aderentes, refira-se que, apesar de a Sociedade das Nações pretender ter um carácter Universal, o Universalismo encontrava-se condicionado abstratamente.

Para um país entrar na Sociedade das Nações, seria necessário que, cumulativamente, visse a sua admissão aprovada por dois terços da Assembleia, desse a sua intenção de observar os compromissos internacionais e, por fim, aceitasse o regulamento da sociedade no que dizia respeito à composição dos seus armamentos militares.

Se as duas últimas premissas até poderiam ser ultrapassáveis, já no que diz respeito à primeira, era demonstrava-se uma maior dificuldade, uma vez que, nos casos dos países *alógenos e exíguos*, a tarefa de entrar para a Sociedade das Nações obtendo a aprovação de dois terços não se revelava fácil²⁴⁹.

Analisemos, agora, os órgãos que compoñham a *Sociedade das Nações*. Segundo a enumeração oficial²⁵⁰, eles foram três: A Assembleia, o Conselho e o Secretariado Permanente. Contudo, segundo algumas opiniões doutrinárias do qual perfilhamos²⁵¹,

²⁴⁷ LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág.56 -57;

²⁴⁸ Sobre as ambições britânicas na Sociedade das Nações e a extensão dos votos pela Commonwealth consultar YEARWOOD, Peter J. (2009), pág. 1-324; LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág.56 -60 ;

²⁴⁹ Sobre a entrada de novos membros na Sociedade das Nações consultar MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; COICAUD, Jean-Marc and HEISKANEN, Veijo. (2001), pág. 47 – 187;

²⁵⁰ Artigo 2º do Pacto da Sociedade das Nações;

²⁵¹ Entre outros, defendem esta posição Lobo D'Avila Lima, Pereira da Silva, Denny Myers, in LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág. 63; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

devemos fazer uma subdivisão entre órgãos Constitucionais da Sociedade e órgãos Administrativos. Neste sentido, temos como órgãos Constitucionais: A Assembleia, o Conselho e o Tribunal Permanente de Justiça Internacional; já como órgão da acção administrativa encontramos o Secretariado Permanente, coadjuvado pela Repartição Internacional do Trabalho e o Instituto de Cooperação Intelectual. Analisemos então, pormenorizadamente, cada um deles:

i) *A Assembleia e o Conselho*

A Assembleia era composta pelos representantes dos membros da Sociedade, cada um com o máximo de três representantes e um voto (*art. 3 do Pacto da SdN*). Cada membro, tinha também membros suplentes e delegados periciais, ambos sem direito de voto. Reunia-se em períodos fixos de um ano (normalmente em Setembro) e, extraordinariamente, “todas as vezes que as circunstâncias exigiam”²⁵². As reuniões eram convocadas pelo Presidente do Conselho e por intermédio do Secretário-Geral.

As convocatórias eram distribuídas pelos membros quatro meses antes da Assembleia se reunir, prazo esse que podia ser encurtado por duas razões: Deliberação do Conselho ou circunstâncias extraordinárias e de força maior.

Faziam obrigatoriamente parte da Ordem de Trabalhos os relatórios do Conselho e Secretariado, assim como o Projecto de Orçamento. Podiam também fazer parte da ordem de trabalhos outros assuntos, desde que se vissem preenchidas algumas formalidades.

A presidência da Assembleia cabia ao Presidente do Conselho, que era responsável pela nomeação da mesa da Assembleia (um presidente e seis vices), à qual competia, em concorrência com os presidentes das Comissões Interinas, a direcção dos trabalhos em Plenário.

A discussão e aprovação em Assembleia era feita primeiramente na generalidade, seguida da discussão e aprovação na especialidade, através da repartição dos assuntos

²⁵² Sobre a Assembleia da Sociedade das Nações consultar LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág.64 -71; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 60 -85; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -60; SILVA, Roberto Luiz .(2008), pág. 322 -325; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág.19 -77; ALEXANDER, F.(1928) pág.17 -155;

pelas várias comissões²⁵³, que elaboravam relatórios e pareceres a serem submetidos a discussão e votação pela generalidade dos membros da Assembleia.

Em relação às competências próprias da Assembleia, era da sua exclusiva competência a admissão de novos membros (*art. 1º e art. 2º do Pacto da SdN*), a eleição de membros do Conselho, a fiscalização das contas da Sociedade e, quando necessário, convidar os membros a rever os tratados. Para além disto, a Assembleia também conhecia de situações internacionais que podiam colocar em perigo a Paz Mundial (*art. 9º do Pacto da SdN*). Conjuntamente com o Conselho, cabia-lhe ainda intervir na designação dos Juizes do Tribunal Permanente de Justiça Internacional e, concorrentemente, também com o Conselho, “Conhecer de qualquer objectivo ou assunto que pertença à esfera de acção da Sociedade ou diga respeito à paz Mundial” (*art. 3º Pacto SdN*).²⁵⁴

No que respeitava ao Conselho, era originalmente composto pelos representantes das chamadas potências Aliadas (Inglaterra, França, Itália e Japão) e por quatro membros da Sociedade, designados pela Assembleia, sendo que a primeira nomeação, coube, conforme disposto no pacto (*Art. 4º Pacto da SdN*), à Bélgica, Espanha, Brasil e Grécia, tendo-se posteriormente a verificar um carácter praticamente permanente desta primeira série de representantes²⁵⁵, o que veio a gerar várias críticas. Por outro lado, também foi autorizado que o Conselho, com aprovação por maioria da Assembleia, designasse outros membros com representação permanente²⁵⁶.

Para além disso, o Conselho era consultado pela Assembleia relativamente “ao número dos membros da Sociedade, que serão escolhidos pela Assembleia para serem representados no Conselho” (*Art. 4º do Pacto da SdN*). Verificou-se, também, que, caso fosse discutido um interesse específico de um Estado que não tivesse representado no

²⁵³ Consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág. 64 -71; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 60 -85; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág. 39 -60; SILVA, Roberto Luiz .(2008), pág. 322 -325; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); MYERS, Denny. (1930), pág. 60 -180; Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág. 19 -77; ALEXANDER, F.(1928) pág. 17 -155;

²⁵⁴ Idem;

²⁵⁵ Sobre o Conselho da Sociedade das Nações consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág. 64 -71; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 60 -85; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág. 39 -60; SILVA, Roberto Luiz .(2008), pág. 322 -325; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); MYERS, Denny. (1930), pág. 60 -180; Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág. 19 -77; ALEXANDER, F.(1928), pág. 17 -155;

²⁵⁶ Idem;

Conselho, ele seria convidado a ter um representante para a discussão do assunto em causa (*Art.4º n. º5 do Pacto da SDN*).

O Conselho reunia-se quando as circunstâncias o exigissem - contudo, no mínimo reuniria uma vez por ano na sede da Sociedade ou noutro lugar designado (*Art.4 n. º3 Pacto da SdN*). Em caso de urgência, o Conselho podia ser convocado a qualquer momento pelo Secretário-Geral a pedido de qualquer membro do Sociedade²⁵⁷.

As atribuições exclusivas do Conselho eram: deliberar sobre o domicílio ou local de funcionamento da Sociedade (*Art.7º n.º2 Pacto da SdN*); preparar os planos de redução dos armamentos a submeter ao exame e decisão dos diversos governos, assim como designar o aumento desse limites (*Art.8º n.º2 e 4 Pacto da SdN*); nomear comissões técnicas e militares para os devidos efeitos (*Art.8º n.º 5 e 9 do Pacto da SdN*); nomear a Comissão encarregada da especial função dos mandatos (*Art.22º do Pacto da SdN*); intervir activamente em qualquer diferendo Internacional que não tivesse sido submetido a arbitragem (*Art.15º n.º1 do Pacto da SdN*); garantir a exequibilidade das decisões arbitrais (*Art.18º n.º4 do Pacto da SdN*); promover a expulsão de qualquer membro por violação do Pacto da SdN e, ainda, competia-lhe a vigilância e execução da cláusula de solidariedade territorial e política. (*Art.10º do Pacto da SdN*).

A estas juntam-se as atribuições concorrenciais e conjuntas com a Assembleia, que foram já mencionadas na análise das competências deste órgão. Como podemos verificar, as competências atribuídas ao Conselho e à Assembleia tornaram-nos nos órgãos com mais poder e, ao mesmo tempo, os mais importantes na organização da vida da Sociedade.

ii) Tribunal Permanente de Justiça Internacional

A criação de um Tribunal Permanente de Justiça Internacional foi, como vimos, um dos objectivos para preconizar uma solução para perpetuar a paz a nível Mundial. Assim, logo no *artigo 14º do Pacto da Sociedade das Nações*, ficou estabelecido a criação de

²⁵⁷LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág. 64 -71; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -85; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -60; SILVA, Roberto Luiz .(2008), pág. 322 -325; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág.19 -77; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155;

um Tribunal Permanente de Justiça Internacional, através da elaboração por parte do Conselho de um projecto a ser submetido aos membros da Sociedade. Nestes termos, ficou logo disposto a criação de uma instância de justiça, fazendo jus ao pensamento Internacionalista no que respeitava à pré-concepção de uma instância internacional²⁵⁸.

Nessa linha, o Conselho, em Fevereiro de 1920, convocou uma comissão de dez juristas de várias nacionalidades, encarregando-os da redacção de um projecto de organização do Tribunal. O projecto foi apresentado e aprovado pela Assembleia em fins de 1920, tendo a sua constituição sido completada em Setembro do ano seguinte com a nomeação do respectivo corpo de magistrados²⁵⁹.

O Tribunal Permanente²⁶⁰ foi composto inicialmente por quinze juizes, com quatro suplentes, tendo sido numa fase posterior este número aumentado para vinte e um, em função do aumento de membros da Sociedade.

Os Juizes eram eleitos paralelamente por sufrágios da Assembleia e do Conselho, de entre uma lista que era constituída pelos elencos nacionais dos estados membros.

A eleição era feita por nove anos, com a faculdade de recondução, competindo ao Tribunal eleger os respectivos presidentes e vice-presidentes, cujo mandato era trienal e suscetível de renovação.

Em geral, o Tribunal funcionava com onze membros, podendo fazê-lo também com dez ou nove, havendo apenas uma norma de funcionamento de mínimo de onze, em casos de processo sumário²⁶¹. O Tribunal tinha sede em Haia, no Palácio da Paz, podendo funcionar também em instâncias especiais²⁶².

²⁵⁸ Sobre o procedimento de criação do Tribunal Permanente consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.71 -77; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -85; Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág.19 -77;

²⁵⁹ Idem;

²⁶⁰ Sobre o Tribunal Permanente de justiça Internacional consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.71 -77; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -85; Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág.19 -77; SILVA, Pereira da. (1928), pág.49 -108; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; GARDINER, Richar K. (2003);

²⁶¹ Consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.71 -77; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -85; Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág.19 -77; SILVA, Pereira da. (1928), pág.49 -108; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; GARDINER, Richar K. (2003);

²⁶² Idem;

A competência do Tribunal Permanente centrava-se em dois tipos: a consultiva e a judiciária. Relativamente à judiciária, a jurisdição era voluntária ou obrigatória, mediante se tivesse atribuído competência para o efeito mediante especial acordo ou nos termos do Pacto.

No que dizia respeito à competência consultiva, só poderia ser requerida pelo Conselho ou pela Assembleia, reservando-se o Tribunal a emitir ou não parecer conforme as circunstâncias do caso.

O julgamento era feito sem apelação ou agravo, incluindo qualquer excepção de incompetência, sem prejuízo, todavia, do recurso de revista baseado em qualquer fundamento ou facto novo, cujo conhecimento devia ser produzido num prazo mínimo de seis meses e máximo de dois anos.

Apesar de se ter pretendido a jurisdição obrigatória para todos membros da Sociedade das Nações, a falta de unanimidade dos membros neste ponto trouxe o principal problema ao Tribunal Permanente, uma vez que levou a que a sua jurisdição ficasse condicionada à adesão e aceitação de cada estado membro. Nessa linha, acabou por se constatar um reduzido número de adesões à jurisdição do Tribunal Permanente de Justiça.

Neste sentido, e por sugestão do delegado do Brasil²⁶³, estabeleceu-se no Protocolo adicional ao artigo 36.º do Estatuto do Tribunal, a possibilidade de aderirem à jurisdição do Tribunal colocando reservas a essa mesma adesão. Isto levou a que a jurisdição do Tribunal, apesar de na teoria ser de jurisdição obrigatória, fosse, na realidade, prática de jurisdição optativa ²⁶⁴. Nessa linha, seguimos PEREIRA DA SILVA, que escreveu que *“Uma jurisdição que não é obrigatória, não é uma verdadeira jurisdição”*²⁶⁵.

Como tal, o Tribunal Permanente de Justiça Internacional nunca foi o órgão que alegava ser, não se conseguindo impor na resolução dos conflitos latentes, nem tão pouco executar as suas decisões.

²⁶³ Sobre a jurisdição optativa do Tribunal consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.71 -77; QUEIROZ, Cristina.(2013), pág.39 -60; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; SILVA, Pereira da. (1928), pág.49 -108 ; MOREIRA, Adriano. (2003);

²⁶⁴ Consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.71 -77; QUEIROZ, Cristina.(2013), pág.39 -60; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; SILVA, Pereira da. (1928), pág.49 -108 ; MOREIRA, Adriano. (2003);

²⁶⁵ SILVA, Pereira da. (1928), pág.48 -49;

iii) *Secretariado Permanente*

O Secretariado Permanente, órgão da acção Administrativa da Sociedade das Nações, embora tendo mediante o pacto (*Art.2º e 6º do Pacto da SdN*) um papel subalterno na esfera da Sociedade das Nações, acabou por, na realidade, assumir um importante papel como órgão complementar da máquina constitucional da Sociedade²⁶⁶. Fazemos tal afirmação porque, conforme disponha o artigo 24º do *Pacto da Sociedade das Nações*, estava-lhe estritamente confiadas “todas as repartições anteriormente estabelecidas por tratados colectivos (...), bem como quaisquer repartições Internacionais e comissões criadas para a resolução de assuntos de interesse Internacional.”

Na sua essência, o Secretariado Permanente era um corpo colectivo, domiciliado na sede da Sociedade das Nações, constituído por técnicos dos vários ramos de serviços a seu cargo, sob a gestão de um Secretário-Geral, assistido por um Secretário Adjunto e dois Subsecretários (*art.6º Pacto da SdN*).

Os serviços do Secretariado²⁶⁷ estavam à disposição permanente dos membros da Sociedade e encontravam-se distribuídos por diversas secções.

A génese económica e financeira da Sociedade, com a preparação de um trabalho preliminar, também surgiu pela parte do Secretariado que, na sessão de 1920 em Roma, apresentou ao Conselho a sustentação económica e Financeira da Sociedade através da elaboração de um plano, que foi votado, posteriormente, pela Assembleia.

A partir dessa data, a Sociedade das Nações passou a apresentar um orçamento anual com a relação das despesas e orçamentos de cada órgão. Relativamente aos contributos de cada país no orçamento da Sociedade, foi criado o mecanismo das taxas e proporcionalidade de cada um dos seus membros.

²⁶⁶ Sobre o secretariado permanente consultar SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág.19 -77; LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.77 -85; MAZOWER, Mark (2017), pág. 145 - 181; GUERRA, Sidney. (2007), pág. 15 -16;

²⁶⁷Idem;

Para a gestão do enunciado, que não era em nada menos relevante na vida da Sociedade, foi criada uma organização económica e financeira, não só responsável pelos aspetos contabilísticos, mas também pelo tratamento de outros aspetos financeiros²⁶⁸.

Neste sentido, foram criadas duas comissões autónomas, a quem coube a realização de duas conferências Internacionais em Bruxelas e Génova, assim como o empreendimento da promoção concreta de assistência material a certos países consórcios.

Para além do constatado, teve também um papel importante no aperfeiçoamento do entendimento Internacional sobre problemas gerais, como a reunião de 1923 sobre as facilidades aduaneiras, assim como o reforço dos trabalhos de Haia de 1910 e 1912, quanto ao entendimento uniforme das legislações respeitantes às letras de câmbio²⁶⁹.

Assumiu, igualmente, um papel importante na generalização da cláusula de arbitragem nos contratos comerciais celebrados entre cidadãos de diferentes nacionalidades, no combate à evasão fiscal e dupla tributação e preocupou-se, ainda, com a protecção legislativa conferida à propriedade industrial, olhando de frente para o problema da concorrência desleal. Ainda que de forma mais lata, preocupou-se ainda com o tratamento jurídico das pessoas e bens estrangeiros²⁷⁰.

iv) O Instituto Internacional do Trabalho

Se tivéssemos que elencar os benefícios de Versalhes, entre eles estariam garantidamente a preocupação social criada em torno do Direito do Trabalho.

Com Versalhes não se verificou a criação de uma simples Convenção Internacional sobre o tema, mas, isso sim, um Acordo Internacional com uma vasta extensão multilateral, obedecendo estas disposições à rubrica “Trabalho”, que tão bem preenche

²⁶⁸ Consultar SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág.19 -77; LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.77 -85; MAZOWER, Mark (2017), pág. 145 -181; GUERRA, Sidney. (2007), pág. 15 -16;

²⁶⁹ Sobre o secretariado permanente e o seu trabalho no campo da arbitragem e definição das letras de cambio consultar ENDRES, Anthony M. and FLEMING, Grant A. (2004), pág. 1 – 17; LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.77 -85; Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág.19 -77;

²⁷⁰ ENDRES, Anthony M. and FLEMING, Grant A. (2004), pág. 1 – 17; LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.77 -85; Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág.19 -77;

o articulado da parte XIII do Tratado de Versalhes e que foi sinteticamente transportado para o *artigo 23º do Pacto da Sociedade das Nações, nas alíneas a) e b)*.

Para entendermos, portanto, o porquê da criação e objectivo principal do Instituto Internacional do Trabalho, devemos atender ao preâmbulo do Pacto da Sociedade das Nações, que diz o seguinte:” (...) Atendendo a que existem condições de trabalho que constituem para um grande número de pessoas a injustiça, a miséria e as privações, (...) e visto ser urgente melhorar essas condições, por exemplo, no que respeita às horas de trabalho, à fixação da duração máxima do dia da semana de trabalho, ao recrutamento da mão-de-obra, à luta contra a falta de trabalho, à garantia de um salário que assegure condições de existência, (...) à protecção da infância, dos adolescentes, e das mulheres, às pensões de velhice e invalidez, à defesa dos trabalhadores ocupado no estrangeiro, à afirmação do princípio da liberdade sindical, à organização do ensino profissional e técnico (...). Atendendo a que a falta de adopção de qualquer nação de um regime de trabalho realmente humano, constitui um obstáculo aos esforços das outras nações desejosas de melhorar a sorte dos trabalhadores dos seus próprios países”.

Do preâmbulo, supracitado, conseguem-se prontamente retirar três conclusões que nos permitem explicar a criação do Instituto. A primeira é a necessidade que os países tinham de dar aos seus cidadãos melhores condições no trabalho, em virtude de a insatisfação social pelas parcas retribuições e más condições serem pontos importantes no espectro social, e possíveis causas de revolta e contestação no seio interno.

Acrescentando, sabemos que este tipo de pontos de contestação traz não só instabilidade interna, mas também internacional, porque um país internamente instável é mais propício a convulsões internacionais, sendo desta forma, ainda que indiretamente, uma ameaça à paz.

Em segundo lugar, o espírito de sensibilidade para com as classes em situações mais desfavorecidas (grávidas, crianças e idosos) que, pela sua condição inerente, serão mais facilmente manipuláveis.

E, por último, a consciência Internacional de que o problema não era apenas uma questão nacional, mas sim internacional, porque só com um esforço concertado se poderia ajudar a resolver a situação, em virtude de as medidas protecionistas trazerem custos que, individualmente, não poderiam ser suportados (por força da debilidade

económica no pós-Grande Guerra) e que trariam, a título individual, prejuízos competitivos para com os demais competidores Internacionais²⁷¹.

No seguimento deste sentimento generalizado, foi criada uma organização permanente, constituída desde logo pelos membros originários da Sociedade e futuros aderentes, compreendendo uma Conferência Geral de representantes dos diversos associados e uma Repartição Internacional. Era inicialmente composta por vinte e quatro pessoas (doze membros dos governos, seis representantes dos patrões e seis representantes dos empregados e operários)²⁷². Esta conferência reunia obrigatoriamente uma vez por ano, composta por quatro representantes de cada membro, dos quais dois eram representantes do Governos e dois representantes de patrões e operários (um cada).

A representação podia ainda ser acrescida da presença e consulta de delegados técnicos, em número não superior a dois para cada matéria da ordem de trabalhos. As sessões podiam ser na sede da Sociedade, ou noutro local predeterminado.

A Repartição Internacional do Trabalho e o Conselho de Administração eram responsáveis por: centralizar toda a informação e distribuir todas as informações relativas à regulamentação Internacional da condição dos trabalhadores; estudar as propostas e promover a sua submissão à Conferência; executar os inquéritos especiais indicados pela Conferência; organizar as sessões da Conferência; publicar um boletim periódico consagrado ao estudo das questões relativas à indústria e interesse Internacional no campo do Direito laboral (Boletim Internacional do Trabalho); iniciar inquéritos por queixas apresentadas por algum dos governos membros²⁷³.

Qualquer violação de alguma convenção por parte dos países membros podia acarretar sanções económicas, intervenções arbitrais ou intervenções do Tribunal Permanente de Justiça Internacional.

²⁷¹ Para um melhor desenvolvimento do Instituto Internacional do Trabalho consultar LEITÃO, Luís Menezes. (2008), pág. 63 -79; LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.85 -93; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.401 -427; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.195 -203; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180;

²⁷² Idem;

²⁷³ LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.85 -93;

A Repartição Internacional do Trabalho, no seu programa inicial (a Conferência de Outubro de 1919, em Washington), definiu vários pontos que iriam ser os seus objetivos primordiais de concretização, dando origem a alguns projectos de convenções e recomendações, vistos como essenciais²⁷⁴.

Na Conferência de Génova de 1920 foram abordadas as questões de trabalho marítimo. Já na Conferência de Genebra em Abril do ano seguinte, foram expostas, de forma mais complexa, questões relativas ao trabalho infantil, trabalho agrícola, número de horas semanais, protecção das mulheres grávidas, regulamentação do trabalho nocturno, entre outras.

As conferências seguiram-se nos anos seguintes²⁷⁵, tratando sempre de questões de especial complexidade, revelando o sucesso da Repartição na regulamentação a nível internacional de uma série de ditames fundamentais para a protecção dos direitos dos trabalhadores, ocupando assim uma posição de relevância no seio da própria Organização.

O sucesso deste instituto foi de tal forma claro que, ainda nos dias de hoje, se mantém activo com a denominação de Organização Internacional do Trabalho, tendo assumido um papel relevante como instituo no Direito do Trabalho a nível internacional e cumprindo assim os objectivos primordiais da sua criação, enquanto Instituto de protecção das condições dos trabalhadores a nível Internacional.

v) *Instituto de Cooperação Intelectual*

Conforme explanamos supra, a protecção do trabalhador e das condições de trabalho foi uma das preocupações dos países, aquando do Tratado de Versalhes e da posterior criação da Sociedade das Nações. No entanto, houve também, quanto ao

²⁷⁴ Para um melhor desenvolvimento consultar LEITÃO, Luís Menezes. (2008), pág. 63 -79; LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág. 85 -93; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.401 - 427; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.195 -201; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180;

²⁷⁵ Para mais informações consultar LEITÃO, Luís Menezes. (2008), pág. 63 -79; LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág.85 -93; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.401 -427; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.195 -201; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; ENDRES, Anthony M. and FLEMING, Grant A. (2004), pág. 1 – 17;

trabalho intelectual, uma especial preocupação, de forma a conseguir atender a uma regulamentação a nível Internacional.

Por consequência, foi criado o Instituto de Cooperação Internacional, onde na sua primeira assembleia foram explanados por BOURGEOIS²⁷⁶ os objectivos a serem perseguidos pelo Instituto.

Estes objectivos foram presentes a exame na segunda assembleia em Agosto de 1922, em Genebra, e aprovados com o parecer favorável de MURRAY²⁷⁷, sob a designação “Programa Bourgeois”, que consistiam em cinco objectivos primordiais. A saber: inquérito à situação do trabalho Intelectual, auxílio aos países menos desenvolvidos a nível de trabalho intelectual, a protecção da propriedade Intelectual, a cooperação Interuniversitária e a coordenação bibliográfica Internacional²⁷⁸.

Relativamente ao primeiro objectivo, foi feito um inquérito, por parte da Assembleia e do Conselho, a todos os países membros sobre a situação da regulação ao nível do trabalho intelectual em cada um deles, tendo sido o resultado publicado pelo Instituto, por forma a tornar patente os problemas que residiam a este nível em cada um dos estados.

Após o cumprimento do primeiro objectivo, tentou-se, em função dos resultados obtidos, passar para a resolução do segundo, ajudando cada estado membro na resolução dos seus principais problemas.

Contudo, chegou-se a conclusão de que a condição dos trabalhadores e Institutos, em países afectados pela Guerra e desagregação política, eram más, preocupando-se, deste modo, a Comissão em satisfazer as principais necessidades de cada um e criando para uma maior eficiência comissões próprias em cada país por forma a ampliar a rede de solidariedade.

Já no que concerne à concretização do terceiro ponto, não podemos deixar de destacar as ideias de RUFFINI²⁷⁹, que, através do seu projecto, levou a Comissão a

²⁷⁶ In LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.93 -95;

²⁷⁷ in LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.93 -95;

²⁷⁸ Para melhor desenvolvimento do Instituto de cooperação Internacional consultar LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág. 93 -100; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.550 -553; Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág.19 -77;

²⁷⁹ In LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.96;

apresentar, bem com a devida aprovação em sede de Assembleia Geral, a protecção dos Direito de Autor, que compreendia regulamentação Nacional e Internacional da propriedade do autor, no que concerne à edição, reprodução, e versão da obra tanto em vida como *post mortem*.

No que respeita ao objectivo denominado de cooperação Interuniversitária, verificou-se que seria de difícil execução, dado que os recursos para o efeito se revelaram escassos. Mesmo assim, foram apresentados variados projectos²⁸⁰, que, por apresentarem todos eles gastos elevadíssimos, acabaram por nunca ser postos em prática.

Por fim, na cooperação bibliográfica Internacional, a Comissão levou a cabo um projecto que estimulava a troca de publicações a nível Internacional, auxiliava a pesquisa científica e tentava intensificar as relações literárias e artísticas.

No seguimento deste projecto, foi criado a fundação do Instituto que se remetia a apoiar financeiramente vários projectos literários e artísticos. A criação do Instituto de Cooperação Intelectual foi dos mecanismos mais ambiciosos que a Sociedade criou - e, apesar de não ter atingido a completude dos seus objectivos, foi dos projectos mais apoiados pelos países, revelando-se de significativa importância no desenvolvimento intelectual, permitindo que, através do apoio mútuo, o desenvolvimento de um mecanismo de suporte à protecção e apoio da actividade intelectual.

IV) Uma análise factual da Sociedade das Nações

Atendendo ao já apresentado verifica-se que a Sociedade das Nações descartou quase por completo os projectos legalistas, centrando-se basicamente no defendido por Wilson²⁸¹.

Fazendo, agora, uma análise da Sociedade das Nações, atendendo ao exposto, podemos chegar a algumas conclusões.

²⁸⁰ Para melhor desenvolvimento consultar LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág.5 -44; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.550 -553; Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. (1931), pág.19 -77;

²⁸¹ Para além disso, a Sociedade também explorou outros conceitos, nomeadamente no que diz respeito ao Direito do Mar. Para melhor desenvolvimento consultar BASTOS, Fernando Loureiro. (2005);

Em primeiro lugar, a Sociedade das Nações, diferentemente dos projectos apresentados na “League to Enforce Peace” e outros inspirados nas ideias de Taft, não tinha qualquer pendor legalista²⁸². O cargo de Secretário-Geral era um posto basicamente administrativo, não tendo qualquer função diplomática ou institucional de elevada importância²⁸³. A Assembleia Geral não dispunha de poderes legislativos e qualquer membro podia vetar uma iniciativa, impossibilitando a sua aplicação²⁸⁴. O Conselho, que, mesmo assim, era o órgão mais poderoso da Sociedade, podia recomendar acções contra membros infractores, mas carecia de meios para as implementar²⁸⁵. O Secretariado era apenas um órgão coordenador esvaziado de poder, não podendo actuar em nenhuma circunstância de forma independente dos membros da Sociedade das Nações²⁸⁶. Para além disto, e apesar das suas valências, os Institutos Internacionais do Trabalho e de Cooperação Internacional²⁸⁷ eram órgãos com carácter

²⁸² Sobre a falta do pendor legalista da Sociedade das Nações consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;

²⁸³ Sobre a incapacidade do secretário Geral consultar MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.461 -554; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -85 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.211 -223; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;

²⁸⁴ Sobre a incapacidade da Assembleia Geral consultar MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.461 -554; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -189 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -149; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.211 -223; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;

²⁸⁵ Sobre a incapacidade do Conselho consultar MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.461 -564; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -189; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -149 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.211 -223; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;

²⁸⁶ Sobre a incapacidade do secretariado consultar MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.461 -564; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -189; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -149 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.211 -223; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;

²⁸⁷ Sobre a importância do Instituto Internacional do Trabalho e de cooperação internacional consultar MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.461 -564; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.195 -201; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -149 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes;

mais acessório do que propriamente definidores da própria natureza da Organização. O único órgão que restou das ideias legalistas foi o Tribunal Permanente de Justiça Internacional, que foi bastante criticado por Wilson²⁸⁸.

No entanto, apesar de o Tribunal pretender dotar a Sociedade de uma fonte de autoridade judicial vinculativa, não representava na plena acepção o idealizado por Taft, visto que não foi constituído um aparelho com força para obrigar os Estados a respeitarem as decisões arbitrais e, muito menos, que actuasse como forma de imposição da paz²⁸⁹.

Fazendo uma breve análise, podemos fazer nossas as palavras de MANZOWER²⁹⁰, ao referir que a “Liga foi uma inovação diplomática” e um fórum de “debate democrático” que “circunscreveu o papel da arbitragem”. No entanto, não ficou marcada pela sua vinculatividade jurídica, nem tão pouco pelos princípios legalistas que nortearam parte das ideias revolucionárias do séc. XX.

Pelo que poderemos fazer esta questão: Foi a Sociedade das Nações uma verdadeira Organização Internacional?

Pensamos que já temos algumas pistas relativamente à resposta que pretendemos dar, no entanto convém fazer uma análise da natureza do Pacto da Sociedade das Nações e da personalidade jurídica da Sociedade das Nações

V) A natureza jurídica do Pacto da Sociedade das Nações

Analisemos agora a natureza jurídica do Pacto da Sociedade das Nações, ou dito de outra forma: será o Pacto da Sociedade das Nações um verdadeiro Tratado Internacional? Em primeiro lugar convém definir Tratado Internacional.

FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.211 -223; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;

²⁸⁸ No que respeita à opinião de Wilson sobre o Tribunal Permanente consultar MARCH, Francis Andrew, BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág.669 a 729; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;

²⁸⁹ Para mais informações consultar MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine. (2009), pág.61 -72; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.461 -564; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.63 -119; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -149 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.387 -391; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;

²⁹⁰ MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ;

Na noção actual de Tratado, o artigo 2º n.º 2 da Convenção de Viena de 1969 define Tratado como “um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo direito internacional, quer esteja consignado num instrumento único, quer em dois ou mais instrumentos conexos, e qualquer que seja a sua denominação particular”. GONÇALVES PEREIRA e FAUSTO QUADROS defendem, contudo, que a definição dada pela Convenção é imprecisa²⁹¹.

Em primeiro lugar, porque ela apenas foi ratificada por um número reduzido de estados, pelo que não qualifica a definição como a implicitamente aceite pela comunidade Internacional. Em segundo lugar, afirmam que não cabe a uma Convenção dar definições sobre o conceito jurídico de Tratado. Para além disso, afirmam que a própria Convenção se limita “aos fins da Convenção”, pelo que pode haver outros Tratados que adoptem outras definições. Pelo que nos apresentam como definição de Tratado Internacional “Um acordo de vontades, em forma escrita, entre sujeitos de Direito Internacional, agindo nesta qualidade, de que resulta a produção de efeitos jurídicos”²⁹².

Por outro lado, JORGE MIRANDA²⁹³ define Tratado como “Um acordo de vontades entre sujeitos de Direito Internacional constitutivo de direitos e deveres ou de outros efeitos nas relações entre eles; ou, de outra perspectiva, um acordo de vontades, regido pelo Direito Internacional, entre sujeitos de Direito Internacional; ou, ainda, um acordo de vontades entre sujeitos de Direito Internacional, agindo enquanto tais, de que derivam efeitos jurídico-internacionais ou jurídico-internacionais relevantes”²⁹⁴.

Independentemente da definição escolhida, existem vários preceitos que se conseguem retirar da definição de Tratado e que já eram compreendidos na definição de Tratado em 1918.

Em primeiro lugar, e antes de mais, um Tratado Internacional é um acordo de vontades (*ex consensu advenit vinculum*)²⁹⁵.

²⁹¹ PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.169 -176;

²⁹² Idem;;

²⁹³ MIRANDA, Jorge. (2012), pág.55 ;

²⁹⁴ Idem;

²⁹⁵ PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.169 -176;

Ora, quando olhamos para o Pacto da Sociedade das Nações, não residem dúvidas relativamente a este ponto. O próprio pacto quando define “As altas partes contratantes”²⁹⁶ é bastante claro a defini-lo como um acordo de vontades.

Em segundo lugar, para estarmos perante um verdadeiro Tratado é necessário que todas as partes sejam sujeitos de Direito Internacional e que ajam nessa qualidade. Neste ponto, também parecem não existir dúvidas. O Pacto foi formado pela vontade dos Estados Membros e eles são sujeitos de Direito Internacional.

Chegamos, agora, aos outros dois pressupostos essenciais para estarmos perante um Tratado Internacional.

Neste ponto, definimos que, para estarmos perante um tratado, é também necessário que ele seja regulamentado pelo Direito Internacional e, ao mesmo tempo, que consiga produzir efeitos com relevância jurídica nas relações Internacionais (sejam efeitos a serem produzidos directamente nas relações entre os Estados, sejam efeitos a serem produzidos nas ordens internas das partes)²⁹⁷.

No que diz respeito ao Pacto da Sociedade das Nações, este cumpre os dois pressupostos.

Conforme vimos da análise que fizemos da Sociedade das Nações, a falta de um pendor legalista é uma característica básica da Sociedade. O Pacto que a constitui pretendeu acima de tudo criar uma “liga de Honra, parceria de opinião de opinião”²⁹⁸.

Associado a isto, vemos a falta de vinculatividade jurídica como uma das características mais básicas da Sociedade das Nações²⁹⁹.

No entanto, o pacto produz efeitos jurídicos. A criação da Sociedade das Nações é o efeito jurídico do pacto. Independentemente do carácter vinculativo e legalista das decisões emanadas pela Sociedade, a sua própria criação é em si mesmo um efeito jurídico.

O Pacto pode desconsiderar os poderes da Sociedade, mas o que importa para a sua definição enquanto Tratado Internacional são os efeitos que produziu

²⁹⁶ In Preâmbulo do Pacto da Sociedade das Nações;

²⁹⁷ MIRANDA, Jorge. (2012), pág.55 -57 ;

²⁹⁸ Consultar Capítulo II;

²⁹⁹ Vide Capítulo II;

relativamente ao funcionamento e criação da Sociedade e dos seus diferentes órgãos.

Consequentemente, temos de definir a natureza jurídica do Pacto da Sociedade das Nações como sendo um verdadeiro Tratado Internacional.

VI) A Sociedade das Nações e a sua personalidade jurídica – Uma verdadeira Organização Internacional?

Passemos agora à principal questão: Porque é que a Sociedade das Nações não tinha vinculatividade jurídica? Não esquecendo o exposto relativamente às ideias que construíram a Sociedade, havia um ponto essencial que não podemos deixar de referir: a Sociedade das Nações carecia de uma “verdadeira” personalidade jurídica³⁰⁰. Mas, de que forma é que carecia de uma “verdadeira” personalidade jurídica? E será a personalidade jurídica assim tão importante?

As organizações Internacionais na sua génese reflectem a harmonização dos objectivos dos Estados integrantes. As palavras cooperação e solidariedade entre Estados representam o apogeu da génese criativa das Organizações Internacionais³⁰¹. Também nestes termos se pode dizer que são os Estados membros que definem a própria extensão das Organizações, enquanto seus criadores.

³⁰⁰ Para uma melhor compreensão da personalidade jurídica da Sociedade das Nações consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -119; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág. 430 -433; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1956); BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; TRUYOL Y SERRA, António (2003), pág. 57 -67; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; QUEIROZ, Cristina. (2009), pág.183; BOAS, Gideon. (2012), pág. 1-20; EVANS, Malcolm D. (2003), pág. 89 – 117; KOROWICZ, Marek St. (1959), pág. 1-23;

³⁰¹ Para um melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -167; MIRANDA, Jorge. (2012), pág. 188 -189 ; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -119; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.430 -433 ; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág. 149 -199; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág. pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1956); BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; TRUYOL Y SERRA, António (2003), pág. 57 -67; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; QUEIROZ, Cristina. (2009), pág.183; BOAS, Gideon. (2012), pág. 1-20; EVANS, Malcolm D. (2003), pág. 89 – 117; KOROWICZ, Marek St. (1959), pág. 1-23;

Assim, tanto no plano da cooperação como da solidariedade, a Sociedade das Nações, e mesmo a Organização das Nações Unidas, tem como principais objectivos a garantia da Paz e da Segurança entre os povos. O reconhecimento Internacional é fundamental para qualquer organização Internacional³⁰².

Em relação à personalidade jurídica, na actualidade a sua melhor definição pode ser encontrada no artigo 104.º da Carta das Nações Unidas, que nos diz “A organização gozará, no território de cada um dos seus membros, da capacidade jurídica necessária ao exercício das suas funções e à realização dos seus propósitos”.

Neste sentido, conseguimos automaticamente dizer que ela é um atributo essencial do sujeito de direito. Numa forma mais ampla, podemos referenciar que ela representa a disposição para um sujeito ser titular de direitos e obrigações que são objectos de protecção jurídica³⁰³.

Numa visão mais clássica do Direito Internacional, a personalidade jurídica internacional só poderia ser atribuída a entidades dotadas de população, território e poder político, ou seja, na prática só era admitida personalidade jurídica quando estivéssemos perante estados soberanos³⁰⁴.

³⁰² Sobre o reconhecimento Internacional consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -182; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; QUEIROZ, Cristina. (2013), pág.39 -119; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.305 -327; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.149 -199; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1956); BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; TRUYOL Y SERRA, António (2003), pág. 57 -67; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; QUEIROZ, Cristina. (2009), pág.183; BOAS, Gideon. (2012), pág. 1-20; EVANS, Malcolm D. (2003), pág. 89 – 117; KOROWICZ, Marek St. (1959), pág. 1-23;

³⁰³ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; QUEIROZ, Cristina. (2013), pág.39 -119; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.305 -327; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág. 149 -199; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1956); BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; TRUYOL Y SERRA, António (2003), pág. 57 -67; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; QUEIROZ, Cristina. (2009), pág.183; BOAS, Gideon. (2012), pág. 1-20; EVANS, Malcolm D. (2003), pág. 89 – 117; KOROWICZ, Marek St. (1959), pág. 1-23;

³⁰⁴ Para mais informações consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág. 153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), Lisboa, pág.188 -189 ; QUEIROZ, Cristina. (2013), pág.39 -119; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.305 -327; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.149 -199; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan.

Contudo, com a maior conceptualização e desenvolvimento do Direito Internacional, começou-se a formular a necessidade de diversificar os sujeitos internacionais.

Ora, neste sentido só uma evolução do conceito permitiria a formação de uma Organização de cariz internacional, porque a prossecução dos seus fins só seria possível com a existência de personalidade jurídica. Aliás, podemos mesmo afirmar que para estarmos perante uma “verdadeira” Organização Internacional, esta tem de gozar de personalidade jurídica própria que lhe permita manifestar-se perante os Estados membros e outras organizações³⁰⁵. Isto porque a personalidade jurídica é fundamental para verificar se uma organização consegue produzir manifestações de vontade que lhe sejam juridicamente imputáveis, através de direitos e obrigações próprias³⁰⁶.

Neste sentido, quando olhamos para a personalidade jurídica de uma organização Internacional, devemos fazê-lo mediante dois prismas. A Personalidade Jurídica de Direito Interno, ou Personalidade Jurídica Funcional, e a personalidade Jurídica de Direito Internacional³⁰⁷.

Relativamente à Personalidade Jurídica de Direito Interno, podemos referenciar que esta representa “o reconhecimento como sujeito de direito conforme as regras do ordenamento jurídico do estado que a hospeda e que serve como instrumento para a realização dos objectivos institucionais”³⁰⁸.

Na prática, isto representa dotar a Organização dos poderes necessários para fazer face à realização dos objectivos mínimos institucionais. Ou seja, dotar a Organização dos poderes necessários para contratar e despedir funcionários, adquirir imóveis, agir em nome próprio, entre outros.

Esta “face” da personalidade jurídica, apesar de aparentar dotar a Organização de poderes amplos, na realidade autolimita-se pelo princípio da especialidade que

(1992), pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1956); BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; TRUYOL Y SERRA, António (2003), pág. 57 -67; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; QUEIROZ, Cristina. (2009), pág.183; BOAS, Gideon. (2012), pág. 1-20; EVANS, Malcolm D. (2003), pág. 89 – 117; KOROWICZ, Marek St. (1959), pág. 1-23;

³⁰⁵ ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166;

³⁰⁶ CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169 ;

³⁰⁷ ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166;

³⁰⁸ In ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.154;

circunscreve a actuação da Organização aos objectivos e funções que lhe estão assinalados. Por outras palavras, a capacidade para a Organização adquirir imóveis, contratar funcionários e agir em nome próprio é limitada às situações em que está a cumprir os objectivos para os quais foi criada. Fora deste campo de actuação a Organização não terá capacidade para este efeito³⁰⁹.

No que diz respeito à Sociedade das Nações, verifica-se que, contrariamente ao que acontece na Carta das Nações Unidas (artigo 104.º), o Pacto da Sociedade das Nações nada dispõe relativamente à existência de uma personalidade jurídica funcional³¹⁰.

Contudo, salvo melhor opinião, considera-se que a Sociedade das Nações estava dotada desta dimensão. Aliás, nem outra posição se poderá considerar quando olharmos para o funcionamento da Sociedade das Nações³¹¹.

Ora, uma organização Internacional carecida de personalidade jurídica funcional não conseguia cumprir coisas tão simples como comprar ou arrendar os edifícios necessários para o desenvolvimento das suas actividades³¹². No fundo, a Organização carecida originalmente de uma personalidade funcional necessária não consegue desempenhar as suas actividades³¹³.

Aliás, nem é necessário ser uma Organização Internacional para estar capacitada de personalidade jurídica funcional. Um bom exemplo disso são as Organizações não Governamentais, que não são Organizações Internacionais e que veem a sua

³⁰⁹ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; QUEIROZ, Cristina. (2013), pág.39 -119; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.430 -433 ; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1956); BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; TRUYOL Y SERRA, António (2003), pág. 57 -67; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; QUEIROZ, Cristina. (2009), pág.183; BOAS, Gideon. (2012), pág. 1-20; EVANS, Malcolm D. (2003), pág. 89 – 117; KOROWICZ, Marek St. (1959), pág. 1-23;

³¹⁰ Sobre a Sociedade das Nações e a personalidade jurídica funcional consultar CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166;

³¹¹ Relembre-se o explanado supra relativamente ao funcionamento da Sociedade das Nações.

³¹² Para mais informações consultar CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág. 151 -166;

³¹³ Idem;

personalidade jurídica funcional reconhecida, a título de exemplo, pela Convenção Europeia sobre o Reconhecimento da Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais não Governamentais³¹⁴. Ou o Instituto de Direito internacional supramencionado que não é uma Organização Internacional e tinha personalidade jurídica funcional, necessária para o desempenho das suas funções³¹⁵.

A Sociedade das Nações³¹⁶ teve uma sede (Genebra) e teve diversos funcionários distribuídos pelos diferentes órgãos (desde o Secretariado à Comissão Permanente para os Mandatos).

Todas estas atribuições, que eram independentes dos Estados, foram realizadas pela Sociedade que, em nome próprio, adquiriu bens e constituiu capital humano através da contratação de inúmeros funcionários³¹⁷. A existência de um orçamento anual e as próprias competências do Secretariado são um bom exemplo da existência de uma Personalidade Jurídica Funcional fundamental para a atribuição e persecução das competências básicas da Sociedade.

A outra vertente da personalidade jurídica é a Personalidade Jurídica Internacional³¹⁸.

Nas palavras do Tribunal Internacional de Justiça, no parecer exarado em 1949, a Personalidade Jurídica Internacional reflete-se ao “pretender-se que a Organização exercesse e desfrutasse, de funções e direitos que só podem ser explicados pressupondo

³¹⁴ Vide artigo 2º da Convenção Europeia sobre o Reconhecimento da Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais não Governamentais

³¹⁵ MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;

³¹⁶ Uma vez mais remete-se para o explando supra sobre o funcionamento e organização da Sociedade das Nações

³¹⁷ Idem;

³¹⁸ Sobre a personalidade jurídica internacional consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189 ; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -119; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.430 -433; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1956); BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; TRUYOL Y SERRA, António (2003), pág. 57 -67; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; QUEIROZ, Cristina. (2009), pág.183; BOAS, Gideon. (2012), pág. 1-20; EVANS, Malcolm D. (2003), pág. 89 – 117; KOROWICZ, Marek St. (1959), pág. 1-23;

uma ampla medida de personalidade internacional e a capacidade para funcionar no plano Internacional”³¹⁹.

Pelo que, em termos gerais, pode-se definir a personalidade jurídica internacional de uma organização como um conjunto de direitos, obrigações e prerrogativas que se manifestam em relação a outros sujeitos de direito internacional³²⁰.

Deste modo, apesar de a personalidade jurídica de uma organização poder ser mais ou menos limitada (consoante as funções e objectivos que desempenha e se propõe), ela é fundamental no papel de ser um “atributo instrumental ou funcional cujo exercício está indissoluvelmente associado à prossecução dos objectivos que a Organização Internacional tem competência para prosseguir”³²¹.

Portanto, pode-se dizer que a Personalidade Jurídica Internacional parte do simples facto de as Organizações serem produtos dos Estados que lhes conferem uma finalidade a ser perseguida e, como tal, é preciso dotá-la do reconhecimento de uma personalidade jurídica internacional para que consiga plenamente executar as actividades vinculadas ao desempenho das suas funções³²².

³¹⁹ In Cour Internationale de Justice. (1949);

³²⁰ Para mais informações consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189 ; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -119; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág. 430 -433; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1956); BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; TRUYOL Y SERRA, António (2003), pág. 57 -67; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; QUEIROZ, Cristina. (2009), pág.183; BOAS, Gideon. (2012), pág. 1-20; EVANS, Malcolm D. (2003), pág. 89 – 117; KOROWICZ, Marek St. (1959), pág. 1-23;

³²¹ ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166;

³²² Para mais informações consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -119; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.430 -433 ; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1956); BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; TRUYOL Y SERRA, António (2003), pág. 57 -67; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; QUEIROZ, Cristina. (2009), pág.183; BOAS, Gideon. (2012), pág. 1-20; EVANS, Malcolm D. (2003), pág. 89 – 117; KOROWICZ, Marek St. (1959), pág. 1-23;

No fundo, é a atribuição de um *ius tractum* à Organização para que esta possa vincular os Estados às suas decisões e para que haja, ao mesmo tempo, uma exclusão da responsabilidade dos próprios Estados perante as decisões da Organização³²³.

Desta forma, a personalidade jurídica é um dos elementos fundamentais de qualquer instituição porque sem ela é impossível “agir em nome próprio no mundo do direito”³²⁴.

Portanto, a personalidade jurídica é um elemento essencial na noção de organização internacional porque, sem ela, não se consegue actuar de forma adequada à prossecução das principais finalidades da Organização³²⁵.

Atualmente, as Cartas constitutivas das diferentes organizações contêm normalmente cláusulas gerais de reconhecimento da personalidade jurídica à Organização nos territórios dos diferentes estados membros por forma a que possa exercer as suas funções e realizar os seus objectivos. Esta noção, que foi assumida de forma plena no pós-Segunda Guerra Mundial, tem sido quase textualmente reproduzida em todos os actos constitutivos de diferentes organizações³²⁶.

Contudo, tem sido consagrado por diversos autores e pelo próprio Tribunal Internacional de Justiça que a existência da personalidade jurídica internacional de uma organização decorre implicitamente dos seus propósitos funcionais e da formação de uma vontade independente dos membros que a compõe. Pelo que, neste entendimento, mesmo que o Tratado que instituí a Organização não disponha cláusulas relativamente à existência de personalidade jurídica da Organização, ela existiria sempre pela formação da vontade dos Estados e pela própria formação da

³²³ MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;

³²⁴ PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.431;

³²⁵ Para mais informações consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág. 153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189 ; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -119; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.430 -433 ; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1956); BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; TRUYOL Y SERRA, António (2003), pág. 57 -67; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; QUEIROZ, Cristina. (2009), pág.183; BOAS, Gideon. (2012), pág. 1-20; EVANS, Malcolm D. (2003), pág. 89 – 117; KOROWICZ, Marek St. (1959), pág. 1-23;

³²⁶ CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169 ;

Organização³²⁷. Neste sentido, considerando as opiniões que temos expressado relativamente à personalidade jurídica da Sociedade das Nações, deveremos responder a duas questões: Se a personalidade jurídica Internacional é fundamental para a formação de uma organização Internacional, como é que é possível a Sociedade das Nações não ter personalidade? E, por outro lado, se a Sociedade das Nações, pelo facto de não ter personalidade jurídica, poderá ser considerada uma “verdadeira” organização Internacional? Por outras palavras, qual é a verdadeira natureza da Sociedade das Nações?

Antes de respondermos às questões, devemos começar por definir os elementos essenciais para estarmos perante uma Organização Internacional e posteriormente mencionar as três características fundamentais da Personalidade Jurídica Internacional de uma Organização.

Consequentemente, verifica-se que, para CRISTINA QUEIROZ, para estarmos perante uma Organização Internacional ela tem de dispor de “um secretariado independente; de órgãos compostos por personalidades que não representem os Estados; e poderes próprios, resultantes de uma verdadeira e própria renúncia de competências por parte dos Estados.”³²⁸. Referindo ainda que, já no que concerne à formação das Organizações Internacionais, “A transição do sistema de conferências internacionais para o das organizações internacionais dá-se a partir do momento em que estas últimas adquirem uma realidade própria, desvinculada dos Estados que lhe deram origem (...)”³²⁹.

No que diz respeito às três características fundamentais da personalidade jurídica internacional elas são: O princípio da especialidade, a teoria dos poderes implícitos e a oponibilidade da personalidade das Organizações Internacionais³³⁰.

³²⁷ Favoravelmente a esta tese, entre outros, André Gonçalves Pereira e Fausto Quadros, Cristina Queiroz, Jorge Miranda, João Mota Campos, Manuel Carlos Lopes Porto, António José Fernandes, Eduardo Raposo Medeiros, Manuel de Almeida Ribeiro, Maria Luísa Duarte, Éneas Setúbal Andrade, Allan Pellet, Patrick Dailler e Nguyen Qouc Dinh in CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág. 153 - 169 ; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -119; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.411 -461; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645;

³²⁸ QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.53;

³²⁹ Idem;

³³⁰ ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166;

Tal como acontece na Personalidade Jurídica Funcional, também a Personalidade Jurídica Internacional é limitada pelo próprio princípio da especialidade. No fundo, tal como acontece na personalidade funcional, o princípio da especialidade limita também a capacidade jurídica das Organizações Internacionais aos seus objectivos institucionais³³¹.

Diferentemente dos Estados, as organizações dependem os seus direitos e deveres dos propósitos e funções que lhe são explicitamente ou implicitamente atribuídos³³². Nesta linha de pensamento, surge a teoria dos poderes implícitos que nos refere que existem poderes que deverão ser consagrados apesar de não estarem explícitos no tratado constitutivo da Organização³³³. Esta posição, formulada pelo Tribunal Internacional de Justiça, faz todo o sentido considerando a capacidade das organizações internacionais sendo adaptável às finalidades da própria organização.

Isto permite uma maior flexibilidade e correcta persecução dos objectivos e finalidades da organização, indo para além da mera interpretação ordinária do tratado constitutivo da Organização.

Por fim, temos a oponibilidade da personalidade das Organizações Internacionais, onde se considera que as Organizações tendencialmente universais, pelo argumento da representatividade da “vontade da comunidade internacional”³³⁴, poderão emanar poderes oponíveis a estados terceiros da Organização. Esta extensão baseia-se no entendimento que de uma posição de acordo com o Direito Internacional, emanada pela larga maioria dos membros da Comunidade Internacional, pode instituir uma entidade dotada de Personalidade Internacional Objectiva e não apenas reconhecida pelos Estados integrantes. Na prática, perante esta situação, isto significa

³³¹ Para mais informações consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189 ; QUEIROZ, Cristina. (2013), pág.44 -119 ; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.411 -461; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1956); BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; TRUYOL Y SERRA, António (2003), pág. 57 -67; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; QUEIROZ, Cristina. (2009), pág.183; BOAS, Gideon. (2012), pág. 1-20; EVANS, Malcolm D. (2003), pág. 89 – 117; KOROWICZ, Marek St. (1959), pág. 1-23;

³³² ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166;

³³³ Idem;

³³⁴ Desenvolveremos o conceito de comunidade internacional no capítulo IV.

que mesmo os Estados que não se encontrem vinculados ao tratado constitutivo estariam sujeitos ao reconhecimento da subjectividade da Organização – ou seja, um reconhecimento integral da personalidade jurídica da Organização.

Nestes termos, fazendo um ponto de análise da situação verifica-se que: para estarmos perante uma Organização Internacional é necessário que ela seja titular de poderes próprios resultantes de uma renúncia de competências por parte dos estados e, ao mesmo tempo, para uma Organização Internacional ser titular de Direitos e obrigações é necessário que ela tenha personalidade jurídica³³⁵.

Desta forma, em termos conclusivos, podemos então dizer que para estarmos perante uma Organização Internacional é necessário que ela tenha Personalidade Jurídica Internacional. Só com Personalidade Jurídica Internacional é possível que a Organização seja titular de poderes próprios, numa lógica de direitos e obrigações. Aliás, esta posição da essencialidade da personalidade jurídica de uma Organização Internacional tem sido sufragada por vários autores³³⁶. Mas o que é que isto significa?

Na prática, significa uma série de prerrogativas. Nomeadamente, a Organização dotada de personalidade pode manter relações Diplomáticas, concluir Tratados e acordos Internacionais assim como fazer reclamações Internacionais³³⁷.

³³⁵ Para mais informações consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189 ; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -119 ; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.411 -461; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1956); BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; TRUYOL Y SERRA, António (2003), pág. 57 -67; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; QUEIROZ, Cristina. (2009), pág.183; BOAS, Gideon. (2012), pág. 1-20; EVANS, Malcolm D. (2003), pág. 89 – 117; KOROWICZ, Marek St. (1959), pág. 1-23;

³³⁶ Entre outros, Jorge Miranda, André Gonçalves Pereira e Fausto Quadros, João Mota Campos, Manuel Carlos Lopes Porto, Manuel de Almeida Ribeiro, Maria Luísa Duarte, Nguyen Qouc Dinh, Patrick Dailier, Allan Pellet in MIRANDA, Jorge. (2012), pág. 188 -189; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.411 -461; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -119; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169;

³³⁷ Sobre os poderes conferidos às Organizações com a personalidade jurídica consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -119; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.411 -461; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1956); BAPTISTA, Eduardo

Mas, mais importante do que isso, é o facto de que, só com a personalidade jurídica, é que lhe pode ser conferido um poder de coacção³³⁸, ainda que limitado, sobre os Estados infratores.

Pelo que podemos estabelecer, desde já, que qualquer competência vinculativa da Organização provém de uma personalidade internacional e capacidade para agir no plano internacional. Personalidade e capacidade que, automaticamente e pela natureza das coisas, é oponível aos Estados membros.

Voltemos, então, à primeira questão que formulamos. A personalidade jurídica é indispensável a qualquer Organização. Pelo que, se a Organização não tiver personalidade jurídica, deve-se questionar se podemos falar verdadeiramente de uma Organização Internacional ou se, pelos contrário, não estaríamos perante um sistema de conferências diplomáticas Internacionais.

Ao estudarmos uma Organização Internacional e olharmos para o seu acto constitutivo examinamos se dele decorrem direitos e obrigações próprios e se a organização é susceptível de produzir manifestações de vontade que lhe sejam juridicamente imputáveis. Logo, podemos dizer que a personalidade jurídica é inseparável da vontade própria. Deste modo, e pelo que também já foi analisado, podemos dizer que, no plano prático, haver uma organização sem personalidade jurídica internacional é o mesmo que afirmar que esta não possui uma “vontade própria”, não podendo chegar a distinguir-se dos Estados membros e, conseqüentemente, não tendo existência separada deles nestes mesmos termos.

Pelo que, pela própria definição por nós adoptada, é impossível haver uma Organização Internacional sem personalidade jurídica Internacional. Isto porque um dos pressupostos de existência uma Organização (poderes próprios) nunca poderá ser preenchido. O que significa que ela, na prática, não possui vontade própria vinculativa e acaba por não ter, neste plano, existência separada dos Estados Membros.

Correia. (2015), pág.251 -268; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; TRUYOL Y SERRA, António (2003), pág. 57 -67; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; QUEIROZ, Cristina. (2009), pág.183; BOAS, Gideon. (2012), pág. 1-20; EVANS, Malcolm D. (2003), pág. 89 – 117; KOROWICZ, Marek St. (1959), pág. 1-23;

³³⁸ No que diz respeito à utilização da força e coacção pelas Organizações Internacionais enquanto representantes da comunidade Internacional faremos a devida análise no capítulo IV.

Deste modo, se uma organização sem personalidade jurídica não tem existência separada dos Estados membros, por ordem de razão isto significa que a personalidade jurídica das Organizações internacionais é essencial para que as decisões emanadas por esta sejam oponíveis aos Estados integrantes.

Em termos conclusivos, a personalidade jurídica não é só decisiva para a existência de uma Organização, como também é decisiva para que a sua vontade seja oponível *erga omnes* aos Estados membros.

Desta forma, quando olhamos para a Sociedade das Nações, encontramos-nos perante uma situação complexa. De facto, atendendo às características da Sociedade das Nações, ela aparenta não ser dotada de personalidade jurídica. Isto porque, em momento algum, a Sociedade das Nações³³⁹ teve qualquer poder de coacção sobre qualquer Estado. E, na sua curta vida, também não conseguiu estabelecer relações diplomáticas e muito menos ser o principal fórum para organizar e celebrar acordos ou Tratados Internacionais³⁴⁰ (como será por demais evidente no fenómeno da Pactomania que abordaremos).

Aliás, como vimos, essa nunca foi a ideia do “Pai” da Sociedade das Nações. Wilson não era um legalista e, portanto, a sua ideia era baseada na constituição de uma organização que funcionasse como fórum de debate e não como um sujeito que impusesse condutas³⁴¹. Como ele bem dizia, a organização deveria ser “uma associação de Estados” não “limitativa das acções cometidas por estes”³⁴².

Mais, se houvesse a pretensão de dotar a Sociedade de Personalidade Jurídica Internacional, a natureza do próprio pacto seria esclarecedora neste sentido, como eram alguns dos projectos³⁴³ apresentados ou mesmo, posteriormente, a Carta das Nações Unidas.

Contudo, se analisarmos o Pacto vemos que ele, aparentemente, em algumas questões parece dotar a Sociedade das Nações de Personalidade Jurídica Internacional.

³³⁹ Sobre a incapacidade da Sociedade das Nações ver capítulo III, ponto VIII)

³⁴⁰ No que diz respeito ao falhanço da Sociedade das Nações na resolução das questões internacionais abordaremos no Capítulo III.

³⁴¹ Sobre Wilson consultar Capítulo I, ponto I;

³⁴² MARCH, Francis Andrew, BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág.669-729;

³⁴³ Sobre os projectos de construção da Sociedade das Nações consultar Capítulo II, ponto II;

Destacamos, naturalmente a questão dos mandatos coloniais onde se verifica que o próprio Pacto consegue estabelecer não só uma forma de distribuição dos mandatos, como a sua própria organização monitorizada por um órgão da Organização (Comissão Permanente para os Mandatos).

Deste modo, adoptamos uma posição híbrida. A Sociedade das Nações apesar de ter Personalidade Jurídica Internacional, esta só se manifestou na altura da sua formação através do Pacto. Os Estados “sem querer” dotaram a Organização de uma Personalidade Jurídica Internacional, no entanto nunca a reconheceram durante toda a vida da Sociedade.

Isto porque, para além do facto de a vontade da Sociedade nunca ter sido vinculativa ou vista pelos estados como tal, também nunca conseguiu ser, na realidade, separada da vontade dos próprios Estados. A sua principal função foi exercer uma posição de parceria de opinião entre os Estados³⁴⁴, sem qualquer carácter vinculativo e imposição internacional. Portanto, respondendo às perguntas que colocámos, concluímos que a Sociedade das Nações era dotada de personalidade jurídica Internacional meramente teórica e apresentada pelo Pacto, não se tendo esta expressado durante toda a vida da Organização. Contudo, ela é suficiente para a podemos qualificar como uma Organização Internacional.

Por outro lado, a Sociedade das Nações detinha uma Personalidade Jurídica Funcional que permitia o seu funcionamento. No entanto não detinha uma “verdadeira” Personalidade Jurídica Internacional, o que levou que durante toda a sua vida ela não pudesse assumir direitos e obrigações a nível Internacional, o que impedia, nestes termos, que fosse uma Organização Internacional idêntica à actual Organização das Nações Unidas.

Esta posição faz com que a Sociedade das Nações deva ser considerada uma Organização Internacional, mas que ainda se encontrava integrada num sistema de conferências Internacionais, o que faz com que ela se situasse num plano diferente das Nações Unidas e todos as restantes organizações conhecidas de carácter universal.

No entanto, o seu próprio pacto e a forma como está constituída levam a perguntar se, na sua essência, a Sociedade das Nações já não representa um desvio do

³⁴⁴ Para melhor compreensão consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181;

sistema de conferências internacionais típico do Sec. XIX. A resposta é positiva. O que a torna uma realidade estranha. Isto porque já não está integrada no sistema clássico de conferência Internacionais do séc. XIX e início do Séc. XX, mas também ainda não se encontra no sistema de Organizações Internacionais, conforme apresentado no pós-Segunda Guerra Mundial.

Na realidade, a Sociedade das Nações assume uma posição híbrida, em que se assume como uma Organização Internacional, mas, na verdade, não passa de uma realidade integrada no sistema de conferências internacionais.

Esta situação acontece porque o Pacto da Sociedade das Nações, que é profundamente influenciado por Wilson, não é dotado de um pendor legalista, no entanto as ideias jurídicas provenientes de outros projectos (como o de Taft) levaram a que, pelo fenómeno do acaso, se criasse uma Organização Internacional com uma personalidade jurídica Internacional “coxa” não pretendida pelos próprios Estados fundadores.

CAPÍTULO III – AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS AO LONGO DOS ANOS 20 E 30

Falemos agora do quadro geopolítico mundial no período posterior à assinatura de Versalhes. Como parece evidente, tal acepção ajudará a perceber da nossa parte não só como as principais potências se relacionaram no quadro das relações internacionais, mas também demonstrar a inoperância interventiva da Sociedade das Nações e de que forma as relações internacionais ainda se caracterizavam pela diplomacia bilateral e de “conferências”³⁴⁵.

Mas, antes de começarmos pelo principais actores das Relações internacionais no pós-Guerra, começaremos por uma pequena análise do novo regime dos Mandatos instituído pela Sociedade das Nações e a forma como este influenciou as Relações Internacionais e o Direito Internacional.

³⁴⁵ Sobre a Diplomacia bilateral e de conferências consultar Capítulo III.

I) O Regime dos Mandatos – Um marco no Direito e relações Internacionais

Após o fim da Grande Guerra e com a derrota das potências da Tríplice Aliança, apareceu um grande problema nas mãos das potências aliadas, relativamente ao destino das colónias dos países vencidos.

Falamos, portanto, das colónias alemãs no Pacífico e na África e de parte do território do antigo Império Otomano. O Reich, num total acto de humilhação e a “pedido” dos aliados, renuncia em Versalhes, a favor destes, a todas as suas possessões coloniais, tomando mais tarde os Turcos o mesmo caminho³⁴⁶.

Assim, nas reuniões de antecâmara da conferência de paz, os aliados debateram e discutiram o rumo a dar a estas possessões coloniais.

Nessa discussão, as potências aliadas encontram uma ambiguidade. Se, por um lado, era inaceitável para a opinião pública europeia e americana as potências aliadas adquirirem novas colónias, conceber a liberdade aos povos coloniais parecia igualmente impossível³⁴⁷.

Deste modo, e após sucessivas reuniões, surge o regime dos mandatos aprovados em sessão a 30 de Janeiro, inserido no Tratado de Versalhes e na matéria Preambular do Pacto da Sociedade das Nações, sendo também transpostos para o artigo 22º do Pacto da Sociedade das Nações³⁴⁸.

Na realidade, se olharmos para a natureza do sistema de mandatos, verificamos que ela “pega na velha ideia do padrão civilizacional e calibrou-a para um mundo finalmente empenhado no paradigma mazziniano de uma sociedade de nações”³⁴⁹.

O principal objecto dos mandatos eram, segundo a fonte oficial³⁵⁰, as “ colónias e territórios que, em consequência da guerra, deixaram de estar sob a suserania dos

³⁴⁶ Sobre os territórios perdidos pelo Império Germânico e Otomano consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.24 -43; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72.; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; BUCHAN, John. (2014), pág.15- 261; GERWARTH, Robert (2017) pág. 171 a 199;

³⁴⁷ Para melhor desenvolvimento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -105; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919);

³⁴⁸ Vide artigo 22º do Pacto da Sociedade das Nações

³⁴⁹ In MAZOWER, Mark (2017), pág.192;

³⁵⁰ In Artigo 22º do Pacto da Sociedade das Nações

Estados que os governavam (...) e que são habitados por povos ainda não capazes de se governar por si nas condições particularmente difíceis no mundo moderno (...), cuja independência é provisoriamente reconhecida sob condição se de guiarem pelos conselhos e auxílio de um mandatário até ao momento de serem aptas para sua autonomia e regência”.

Contudo, nalguns casos, como na África Central e algumas ilhas do Pacífico, o Pacto da Sociedade das Nações, no artigo 22º, dispunha “o mandatário assuma ali a administração do território que pela proibição de abuso, tais como o comércio e a escravatura (...), garantam a liberdade de consciência e religião, sem outras limitações além das que forem impostas pela manutenção da ordem pública e bons costumes. (...)”.

Quanto à administração do mandato, apesar de existir um mandante, a Sociedade era uma figura importante, numa lógica de responsabilidade solidária de todos os membros na administração do território mandatado. Neste sentido, o Conselho e a Assembleia criaram uma comissão permanente incumbida de receber e examinar os relatórios anuais dos mandatários e dar parecer ao Conselho sobre quaisquer questões respeitantes à execução dos mandatos³⁵¹.

Ao mandante eram atribuídos vários poderes, que iam desde a delimitação do objecto geográfico até ao estabelecimento dos termos do exercício do mesmo e consequente fiscalização. Deste modo, e respeitando as considerações feitas no pacto supracitado, os territórios foram repartidos por categorias, consoante o seu diverso índice de civilização e consequente graduação de autonomia, sendo esta categorização determinante para a extensão dos poderes do mandante³⁵².

Assim, tínhamos os mandatos de Tipo-A, que eram aquelas comunidades vassalas do Império Otomano e às quais, atendendo ao seu desenvolvimento civilizacional, foi reconhecida provisoriamente o direito de independência, sob condição de a sua administração ter a superintendência e conselho de um mandatário³⁵³.

³⁵¹ Sobre a Comissão permanente dos Mandatos consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -105; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), Lisboa, pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919);

³⁵² Para posterior desenvolvimento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -105; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919);

³⁵³ Relativamente aos mandatos de Tipo -A consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -105; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -

Por seu lado, os mandatos do Tipo-B abrangiam os territórios dos Camarões, Togo e da antiga Africa Oriental Alemã, e seriam aqueles aos quais não seria possível atribuir uma autonomia total e, portanto, teria de haver um mandatário que assumisse a administração³⁵⁴.

O último tipo, os de Tipo-C, composto pelos territórios do Sudoeste Africano e Ilhas do Pacífico Austral, como não era possível terem qualquer tipo de autonomia pelo suposto atraso inerente dos territórios em questão, integravam parte do território do mandatário³⁵⁵.

Conforme referido anteriormente, os mandatos tinham poderes de âmbito geral, comum a todo o tipo de mandatos (plenos poderes de superintendência e gestão e relatório anual do mandatário sobre sua acção política e administrativa), e poderes de âmbito especial, conforme o tipo de mandato em causa (poderes mais alargados nos de tipo B e C, e praticamente nulos nos de tipo A).

O regime dos mandatos foi tudo menos consensual. Apesar de, na teoria, pretender ser um regime meramente transitório entre a situação de colónia para futuro país independente, revelou-se, sobretudo para as potências derrotadas na Grande Guerra, como uma forma de os países aliados anexarem territórios e aumentarem a sua área de influência geográfica³⁵⁶.

Aliás, a imprensa alemã³⁵⁷ da época chegou a classificar os Mandatos como uma das situações em que as potências aliadas se aproveitaram de uma Alemanha derrotada e

72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919); LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.119 -129;

³⁵⁴ Relativamente aos mandatos de Tipo -B consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -105; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919); LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.119 -129;

³⁵⁵ Relativamente aos mandatos de Tipo -C consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -105; RÉMOND, René (2011), pág. 307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919); LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.119 -129;

³⁵⁶ A favor desta posição Mark Mazower e Susan Pedersen in MAZOWER, Mark (2017), pág.191 -198 ; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107

³⁵⁷ Sobre esta situação consultar Jornais Alemães da época nomeadamente *Deustsch Allgemeine Zeitung*, nº 165, 166, 167, 10 Abril a 13 de Abril de 1923, disponível em http://zefys.staatsbibliothek-berlin.de/index.php?id=kalendar&no_cache=1&tx_zefyskalendar_pi1%5Byy%5D=1923, consultado em 10 de Maio de 2018;

enfraquecida pela Guerra para enriquecer - Adolf Hitler chegou mesmo a utilizar o exemplo dos mandatos como arma política e como ataque claro ao que Versalhes representou.

De facto, se olharmos para o sistema de mandatos e para as palavras de alguns dos seus criadores verifica-se que eles representavam, na teoria, uma forma de civilizar os povos coloniais³⁵⁸. Como dizia HOBSON³⁵⁹ “Os povos coloniais eram efectivamente crianças que tinham que ser educadas por conta da civilização”.

Contudo, na realidade, eles representavam apenas um vocabulário para as potências vencedoras adquirirem novas possessões coloniais. Na verdade, as potências actuavam sobre os territórios sujeitos a mandatos como actuavam em relação às suas próprias colónias. A aparência jurídica criada pelo supra exposto e pela Comissão Permanente de Supervisão dos Mandatos, exigida por Wilson, não eram mais do que meras questões teóricas sem vontade independente e sem qualquer influência nas decisões das potências colonizadoras³⁶⁰.

Para fundamentar a nossa posição basta olhar para a actuação francesa sobre a Síria e a britânica na Mesopotâmia³⁶¹ para verificar a validade dos nossos argumentos.

A França, perante a insurreição do povo Sírio, que contestava as duras medidas aplicadas pelo governo francês, viu a sua capital absolutamente arrasada pela aviação francesa³⁶².

O número de mortos foi dez vezes superior ao de Guernica, tendo a Comissão Permanente apenas pedido um simples esclarecimento à França sobre o sucedido.

³⁵⁸ Para um melhor desenvolvimento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -85; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919); LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.119 -129;

³⁵⁹ In MAZOWER, Mark (2017), pág.103 -104;

³⁶⁰ Para um melhor entendimento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -85; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919); LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.119 -129;

³⁶¹ Sobre o ataque Britânico sobre a Mesopotâmia consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013) pág.65 -85; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; NYE JR., Joseph S. Nye. (2002); CARR, E.H. (1946), pág. 1 -146; KNEPPER, Paul. (2011), pág. 33 -114;

³⁶² Sobre o ataque Francês sobre a Síria consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -85; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; NYE JR., Joseph S. Nye. (2002); CARR, E.H. (1946), pág. 1 -146; KNEPPER, Paul. (2011), pág. 33 -114;

Desta feita, não podemos ser indiferentes e temos de dizer que, na realidade, os mandatos foram uma extensão da Conferência de Berlim de 1885, apenas com a particularidade de representarem um modelo mais internacionalizado da ordem colonial³⁶³. Porque, apesar de formalmente representarem uma inovação no Direito Internacional, na prática não passaram de uma nova forma de colonialismo.

II) Os Principais actores no quadro geopolítico Mundial e as relações Internacionais no pós-Grande Guerra

Passemos agora à análise das Relações Internacionais no pós-Grande Guerra, onde analisaremos cada um dos principais actores no quadro geopolítico mundial e de que forma é que estes se posicionaram no “tabuleiro” da política e das relações internacionais.

Sem menosprezo pelos restantes estados, centraremos a nossa análise nos Estados Unidos da América, França, Reino Unido, Itália, Rússia e Alemanha.

Num ponto posterior deste capítulo abordaremos, ainda, a posição Japonesa que evoluiu sobretudo no final da década de 20.

A nossa opção por estes actores deve-se ao facto de serem estes os Estados que vão marcar a evolução da política internacional no período mediador entre as duas Guerras Mundiais, definindo os ditames das Relações Internacionais neste período.

i) *Os Estados Unidos e a Sociedade das Nações*

O início de vida da Sociedade das Nações não foi muito auspicioso³⁶⁴. Apesar de ser vista, sobretudo pelos Estados não europeus, como uma representação da garantia de

³⁶³ Para um melhor desenvolvimento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -85; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919); LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.119 -129;

³⁶⁴ Sobre o início da Sociedade das Nações consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -85; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009) pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919); LIMA, Lobo D`Avila. (1934), pág.5 -44;

igualdade internacional formal, acabou por sentir um verdadeiro revês na não entrada dos Estados Unidos da América para a Organização³⁶⁵.

Analisando o que aconteceu, podemos referir que o Presidente Wilson foi descuidado na abordagem que fez ao Senado Norte Americano³⁶⁶. Tendo abordado a situação com alguma arrogância, o Presidente Norte-Americano, apesar da sua popularidade na Europa, viu o próprio Senado a estar dividido mesmo dentro do próprio partido Democrata.

Apesar de ter apoiantes incansáveis das suas ideias e do prestígio Internacional que trouxe para os Estados Unidos enquanto veículo da Paz, alguns senadores ficaram desagradados pela forma como as coisas foram conduzidas em Versalhes³⁶⁷.

Em primeiro lugar, os internacionalistas legalistas consideravam que a base da Sociedade das Nações era essencialmente política e não jurídica. Defensores do modelo proposto por Taft³⁶⁸ viam com maus olhos a entrada dos Estados Unidos numa organização que basicamente não passava de “uma aliança ligada a um órgão consultivo quase parlamentar sem poder legislativo”³⁶⁹ e que ignorava por completo a tradição arbitral da diplomacia Americana³⁷⁰.

Para além disto, achavam que a Sociedade, na realidade, colocava as sanções a serem aplicadas acima da Lei, o que poderia manchar a imagem dos Estados Unidos no

³⁶⁵ Sobre a não entrada dos Estados Unidos na Sociedade consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -85; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919); LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.5 -44; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919). pág. 669- 729;

³⁶⁶ Sobre Wilson e a sua abordagem perante os diferente quadrantes políticos Norte-Americanos consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -85; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919); LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.5 -44; MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729;

³⁶⁷ Sobre o prestígio Internacional de Wilson consultar MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; AKAMI, Tomoko. (2002), pág. 167-275; NEFF, Stephen C. (2005), pág. 277-376;

³⁶⁸ Sobre o modelo de Taft e seus defensores consultar capítulo II, ponto II;

³⁶⁹ In MAZOWER, Mark (2017), pág.165;

³⁷⁰ Sobre a tradição diplomática Norte-Americana consultar MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; AKAMI, Tomoko. (2002), pág. 167-275; NEFF, Stephen C. (2005), pág. 277-376;

sentido de o “contaminar com a mácula imperial”³⁷¹ que o país tentava a todo o custo afastar.

Por outro lado, os senadores defensores do Monroísmo clássico³⁷², consideravam que a Sociedade das Nações pretendia representar um futuro Governo Mundial e que tal opção nunca deveria sequer ser equacionada pelos Estados Unidos. Para além disso, temiam que uma entrada na Sociedade pudesse significar que o povo Americano fosse obrigado a “agir porque a Liga o mandava”³⁷³.

Mais, a Sociedade das Nações, nesta visão, servia e tinha sido criada para tratar de assuntos exclusivamente europeus, pelo que os defensores da doutrina de Monroe, por razões óbvias, não poderiam aceitar uma intromissão dos Estados Unidos nos assuntos europeus.

Foi com esta falta de apoio que o Wilson acaba por ver o Tratado de Versalhes ser definitivamente rejeitado pelo Senado em Março 1920, com a consequente não adesão dos Estados Unidos ao Pacto da Sociedade das Nações.

Com a saída de Wilson da Presidência e a vitória do Republicano e Monroísta radical Warren Harding³⁷⁴, a esperança de entrada dos Estados Unidos na organização “morreu” completamente. Com a vitória arrasadora do republicano Harding e com o consequente abandono total da política externa no sentido do Internacionalismo, os governos norte-americanos que se seguiram entenderam a mensagem no sentido de o povo americano ter dado uma cabal resposta no sentido de “uma rejeição absoluta de todas as alianças políticas ou ligas com potências estrangeiras”³⁷⁵.

Aliás, a partir dessa data, os Estados Unidos da América assumem uma posição de isolacionismo, virando-se exclusivamente para os interesses do continente Americano. Tanto assim foi que, durante a década de 20 e 30, as únicas intervenções internacionalistas norte-americanas eram exclusivamente viradas para as questões

³⁷¹ In MAZOWER, Mark (2017), pág.166;

³⁷² Sobre os defensores do Monroísmo Clássico consultar MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; AKAMI, Tomoko. (2002), pág. 167-275; NEFF, pág. 277-376;

³⁷³ In MAZOWER, Mark (2017), pág.168;

³⁷⁴ Sobre Warren Harding e a nova visão internacionalista Norte-Americana consultar MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph (1919), pág. 669- 729; AKAMI, Tomoko. (2002), pág. 167-275; NEFF, Stephen C. (2005), pág. 277-376; MAZOWER, Mark (2017), pág.168;

³⁷⁵In RÉMOND, René (2011), pág.318

regionais que envolvessem o continente Americano. O Monroísmo clássico vai imperar e marcar a posição norte-americana até à Segunda Guerra Mundial.

ii) A posição Francesa

Apesar de a França ter sido economicamente devastada pela Grande Guerra³⁷⁶, acabou por ser, sem sombra de dúvidas, uma das potências que sai mais reforçada do conflito.

A França, em termos morais e ideológicos, triunfou³⁷⁷. Consegue uma vitória sobre o império Germânico, vingando-se da derrota que tinha tido na Guerra Franco-Prussiana e sai naturalmente reforçada diplomaticamente do conflito.

Como vimos no período bismarckiano³⁷⁸, vários países na Europa ocidental e oriental aproximaram-se politicamente da recém-criada Alemanha em detrimento da França que, provisoriamente, chegou mesmo a ser afastada do principal cenário diplomático Internacional.

Com a vitória na Grande Guerra, e a posição de força exercida em Versalhes, a França recupera uma posição privilegiada no campo diplomático. Ora, tal sucede, sobretudo, pela posição tomada pelos Estados Unidos no sentido do afastamento, assim como pela inércia britânica que estava principalmente preocupada com os seus interesses coloniais e ultramarinos, dizendo-lhe pouco os assuntos da Europa Continental.

Assim, a França assumia uma posição de “líder espiritual” e moral da Europa no pós-Versalhes³⁷⁹.

³⁷⁶ Sobre a posição Francesa no pós-Grande Guerra consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 - 60; RÉMOND, René (2011), pág.307 -327; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 a 43; OPPENHEIN, L. (1919); LIMA, Lobo D'Avila. (1934), pág.5 -44;

³⁷⁷ Sobre o triunfo “moral e intelectual” Francês consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60; RÉMOND, René (2011), pág.307 -327; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009) pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007) ,pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919);

³⁷⁸ Vide Capítulo Introdutório;

³⁷⁹ Para melhor compreensão da posição Francesa enquanto líder espiritual e moral de Europa consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60; RÉMOND, René (2011), pág.307 -327; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009) pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág.7 -43; OPPENHEIN, L. (1919);

Desta feita, com o mundo com os “olhos postos” nela, a França assumiu uma posição algo discutível. Se, por um lado, era vista como o “baluarte da paz”, por outro lado, assumiu uma posição de firmeza relativamente a Versalhes e às duras condições impostas à Alemanha³⁸⁰.

No entanto, ciente da necessidade de a França fazer concessões à Alemanha como forma de preservar e manter a paz, o Primeiro-Ministro Aristide Briand, apoiado pelo homólogo Inglês Lloyd George, promoveu a Conferência de Cannes em Fevereiro de 1922³⁸¹, por forma a criar uma moratória onde se reviram as duras condições impostas ao governo alemão, sobretudo no que diz respeito às pesadas indemnizações que este, na data, não conseguia suportar.

No entanto, muito por culpa da opinião pública francesa³⁸² e do total falhanço do pacto de garantia que a França pretendia celebrar com o Reino Unido, a conferência acaba por ser marcada pelo insucesso e a França mantém a sua posição totalmente inflexível em relação à Alemanha.

A mesma situação acaba por acontecer no que diz respeito à Conferência de Génova de Maio de 1922³⁸³. Apesar de não se poder atribuir culpas exclusivas à França, a verdade é que a sua posição inflexível, nomeadamente no que diz respeito às indemnizações, inviabilizou qualquer acordo entre os Estados e não resolveu o problema das pretensões soviéticas.

Esta posição “dura” refletiu-se na posição exercida pela França no que diz respeito ao Ruhr³⁸⁴.

³⁸⁰ Sobre a posição Francesa perante a Alemanha consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.19 -60; RÉMOND, René (2011), pág.307 -327; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009) pág.61 -72; PEDERSEN, pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919);

³⁸¹ Sobre a conferência de Cannes consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -105; RÉMOND, René (2011), pág.307 -327; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -71; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919);

³⁸² No que diz respeito à opinião pública Francesa DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -105; RÉMOND, René (2011), pág.307 -327; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919);

³⁸³ Sobre a conferência de Génova consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -105; RÉMOND, René (2011), pág.307 -327; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919).;

³⁸⁴ No que concerne à posição Francesa perante o Ruhr e a sua ocupação consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.71 -75; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU,

Não tendo a Alemanha honrado os pagamentos em 1921 e tendo pedido uma moratória de seis meses, a França mantendo a sua posição de força e coadjuvada pela Bélgica, decide ocupar militarmente a região em Janeiro de 1923 sobre o pretexto de protegerem uma Missão Interaliada de Controlo das Fábricas e Minas (MICUM).

Na prática, a França foi implacável face ao incumprimento alemão, tendo ocupado as fábricas e minas de uma das zonas mais ricas e industrializadas da Alemanha como forma de garantia de pagamento das indemnizações. E, apesar de inicialmente ter enfrentado uma “resistência passiva”³⁸⁵, a França conseguiu ter o efeito pretendido sobretudo quando, sob o seu apoio, começam a surgir movimentos separatistas renanos do resto da Alemanha³⁸⁶. Isto levou a que Alemanha, nas negociações de 1924 e através do chamado Comité Dawes, aceitasse um acordo em que implicasse uma redução das indemnizações e dilação dos prazos de pagamento inferior à pretendida quando requereu a moratória à França em 1921³⁸⁷.

A recuperação da região do Ruhr por parte da Alemanha era fundamental em termos económicos e a França, sabendo disso, aproveitou-se da situação. Mas a inflexibilidade francesa não se revelou apenas no que diz respeito às indemnizações. A redução dos armamentos prevista nas negociações de paz, vista como fundamental à segurança colectiva, tentou alicerçar-se no protocolo de Genebra³⁸⁸. Contudo, apesar de ter sido proposta e discutida sob a égide da Sociedade das Nações, a posição inflexível do Reino Unido e da França levaram a um total fracasso do projecto.

Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015); MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919);

³⁸⁵ As populações locais fizeram uma espécie de “resistência passiva” à ocupação Francesa in DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.71 -75; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

³⁸⁶ Sobre os movimentos separatistas consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.71 -75; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919);

³⁸⁷ No que diz respeito à moratória requerida pela Alemanha consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.71 -75; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

³⁸⁸ Sobre o protocolo de Genebra e a redução dos armamentos consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.79 -81; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107; MILZA, Pierre. (2007), pág. 7 -43; OPPENHEIN, L. (1919);

Uma vez mais, a Sociedade das Nações mostrou a sua total inoperabilidade relativamente a assuntos de importância na manutenção da Paz. Apesar de a Assembleia se ter manifestado e os órgãos da organização terem intervindo, a França e Reino Unido ignoraram-nos por completo e tentaram, bilateralmente, resolver os seus problemas.

Relativamente a outras questões, a França marcou a sua política internacional pela tentativa de estender a sua área de influência. A posição de defensora dos países da pequena entente são um bom exemplo disso. Sobretudo no que diz respeito à protecção da Checoslováquia como a assinatura da aliança em 1924³⁸⁹.

No que diz respeito às possessões coloniais, a França também tentou estender a sua influência³⁹⁰. Não só através das suas colónias, mas também através do regime dos mandatos atribuídos pela Sociedade das Nações, onde claramente a França pretendeu *de facto* estender a sua influência além-fronteiras, ignorando por completo a formalidade do regime dos mandatos e as próprias indicações da Sociedade das Nações.

iii) A posição do Reino Unido

O Reino Unido, diferentemente da França, focou-se noutras direcções³⁹¹. Apesar de ter sido economicamente afectado pela Guerra, o Reino Unido tinha um sentimento agri-doce.

Por um lado, a crise criada pela Grande Guerra e o desastre económico que representou levantou imensos problemas ao Reino Unido, que via a sua posição privilegiada de potência económica e comercial ameaçada.

Por outro lado, a vitória na Grande Guerra afastou o “perigo” representado pelo Império Alemão no que diz respeito ao lugar incontestado de principal potência colonial

³⁸⁹ Para melhor compreensão da aliança entre a França e a Checoslováquia consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.203 -207 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

³⁹⁰ Sobre a extensão da influência Francesa por toda a comunidade Internacional DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 85 -130 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

³⁹¹ No que diz respeito à posição e reacção Britânica no pós Grande Guerra consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -85 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

e, ao mesmo tempo, permitia ao Reino Unido abrir a possibilidade de se expandir para novos horizontes³⁹².

Pelo que o interesse do Reino Unido não se centrou, em contraposição com a França, no “castigo” da Alemanha. É verdade que nenhum país sofreu tanto a nível material e económico como a França, mas também é verdade que o Reino Unido procurou, sobretudo, resolver os seus problemas económicos e de desemprego, e, deste modo, direccionou a sua política Internacional sobretudo para a defesa dos seus interesses comerciais.

Portanto, foi com alguma naturalidade que o Primeiro-Ministro Lloyd George tentou chegar a uma solução de compromisso entre França e Alemanha na Conferência de Cannes e posteriormente na Conferência de Génova.

Contudo, quando os seus interesses económicos foram ligeiramente postos em causa, recuou nas suas posições. Um bom exemplo disso acaba por ser o Pacto de Garantia exigido pela França, o que fez cair as negociações.

Este é um exemplo claro da intervenção Internacionalista do Reino Unido no pós-Versalhes.

Sabendo de antemão que a preservação da paz era essencial para o crescimento económico, o Reino Unido procurava conciliação, mas, ao mesmo tempo, não aceitava qualquer solução de compromisso que pudesse comprometer alguma posição política que decidisse ser tomada. Aliás, esse facto ficou bem espelhado no Protocolo de Genebra relativamente ao Desarmamento³⁹³.

Ora, se a posição pouco interventiva marcou a política Internacionalista do Reino Unido na Europa continental, o mesmo já não se pode dizer em relação às possessões coloniais³⁹⁴. Com o alargamento do seu espaço de influência através dos mandatos

³⁹² Sobre o afastamento do perigo Alemão consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 24 -31; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; NAVARI, Cornelia. (2000), pág. 102 – 164; KHALEVI, J. Holsti. (1991), pág.213 -243;

³⁹³ Sobre a posição inglesa relativamente ao desarmamento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.85 -105 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 61 -72; HARTMANN, Anja V. (2001), pág. 214-235; ROTH, Ariel Ilan. (2010), Palgrave Macmillan, pág. 1-167;

³⁹⁴ No que diz respeito à relação entre o Reino Unido e os mandatos coloniais consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.57 -60 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; PEDERSEN, Susan. (2015), pág. 17-107;

conferidos pela Sociedade das Nações, o Reino Unido geria os seus interesses coloniais com base nos seus interesses económicos e comerciais.

Os diferentes apoios e acordos celebrados entre o Reino Unido e Estados/comunidades foram um excelente reflexo da ideia que se quer transmitir.

Desta forma, no pós-Grande Guerra o Reino Unido centrou toda a sua política Internacional na sua recuperação económica e comercial tentando expandir a sua área de influência política e comercial a novas comunidades.

iv) A posição Italiana

Em relação à Itália, podemos dizer que ela, apesar de ter vencido a Grande Guerra, acaba na realidade por ser uma das potências derrotadas³⁹⁵.

Aliás, a entrada da Itália na Grande Guerra aconteceu graças a uma negociação onde lhe foram prometidas várias possessões. Mas, como já tivemos oportunidade de ver, poucas promessas foram cumpridas³⁹⁶.

O resultado da fricção entre a Itália e a Jugoslávia relativamente ao caso de Fiúme, a questão albanesa e o acordo entre a Itália e a Checoslováquia acaba por ter um impacto muito negativo na opinião pública Italiana³⁹⁷.

Assim, as reacções da opinião pública foram muito violentas, sobretudo no que diz respeito aos ex-combatentes que reclamavam que tinham lutado por nada.

Esta convulsão social, originada pela resolução da paz, acaba por ser responsável pela ascensão meteórica do fascismo Italiano que acaba por chegar ao poder em 1922, depois da famosa Marcha sobre Roma em Outubro³⁹⁸.

³⁹⁵ Sobre as consequências da Guerra para a Itália consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 - 85; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

³⁹⁶ Consultar Capítulo II e Capítulo III;

³⁹⁷ Sobre a opinião pública Italiana consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -85 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

³⁹⁸ No que diz respeito ao Fascismo Italiano e a sua ascensão ao poder consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.149 -171 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; MOTYL, Alexander J. (2001);

Com a chegada do Partido Fascista e do seu líder, Benito Mussolini, ao poder³⁹⁹, a Itália assume uma posição agressiva na Política Internacional. Baseada na frase de Mussolini “temos fome de colónias”⁴⁰⁰, a Itália passa a ser agressiva nas relações com outros Estados. Sobretudo no que diz respeito à questão colonial, onde a posição conflituosa Italiana se faz sentir sobretudo no que diz respeito à Etiópia e à extensão da Somália Italiana⁴⁰¹.

As contantes ameaças proferidas pelo ditador Italiano levaram a várias reacções políticas Internacionais, inclusive a protestos do governo Etíope na Sociedade das Nações (Etiópia era membro desde 1923). No entanto, como veremos infra, a Sociedade mostrou, uma vez mais, uma total incapacidade para lidar com a situação.

Em relação ao desarmamento, a Itália fascista colocou o problema automaticamente de lado, porque nem considerava tal hipótese. O modelo político e de Estado idealizado por Mussolini não era compatível com acordos que limitassem o poder bélico do próprio Estado⁴⁰².

Pode-se assim dizer que, em meados dos anos 20, a Itália era vista pelas restantes potências como um potencial foco de conflito, não só pelas reivindicações que fazia, mas sobretudo pelo modelo de governo antidemocrático e expansionista.

v) *A posição da Rússia - renascida sobre a bandeira Soviética*

No que diz respeito à Rússia, podemos afirmar que esta é o caso mais paradigmático de todos⁴⁰³.

³⁹⁹ Sobre Mussolini consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.149 -171 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

⁴⁰⁰ In MAZOWER, Mark (2017), pág.181;

⁴⁰¹ Sobre a Itália e a sua expansão colonial DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.149 -171 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

⁴⁰² Relativamente à Itália e à sua relação com o desarmamento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.149 -171 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

⁴⁰³ No que diz respeito à posição Soviética consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.43 -57 ; RÉMOND, René (2011), pág. 307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

Durante a Grande Guerra, face à incapacidade militar demonstrada, a opinião da sociedade Russa era quase unânime no que diz respeito a sair a todo o custo do conflito⁴⁰⁴.

Apesar de, em 1914, com as sucessivas declarações de Guerra ter havido apoio ao Czarismo por “sentimento patriótico”, volvidos três anos o descontentamento da população era evidente face às péssimas condições de vida e ao prolongamento de uma dolorosa Guerra.

Entre vários movimentos, os Marxistas ganharam popularidade, sobretudo pela forma activa como reagiam contra a Guerra em curso. De facto, numa perspectiva Marxista-Leninista, a Guerra não servia os interesses Soviéticos⁴⁰⁵.

Portanto, quando em 1917 olhamos para as Revoluções de Fevereiro e Outubro, vemos sobretudo que elas representaram não só a ascensão de um movimento, mas também uma manifestação pública da sociedade Russa contra a Guerra.

Foi, portanto, com alguma naturalidade que, a 3 Março de 1918, a Rússia assina o Tratado de Brest-Litovski que era em toda a linha prejudicial para os interesses Russos.

No entanto, ele acaba por reflectir a necessidade que a Rússia demonstrava em sair da Guerra. Não só ilustrativo das dificuldades económicas e sociais que o prolongamento acarretava, mas, sobretudo, para serenar os ânimos e acalmar a opinião pública.

No pós-Guerra, a Rússia Soviética procurou sobretudo uma coisa: reconhecimento. É um facto que conseguiu a anulação de Brest-Litovski, mas o que o governo comunista procurava era o seu próprio reconhecimento e a sua internacionalização⁴⁰⁶.

⁴⁰⁴ Para melhor compreensão consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.43 -57 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne ; PETER, Simone and HOGGER, Daniel. (2012); BUZAN, Barry and LAWSON, George. (2015), pág.240-305;

⁴⁰⁵ Sobre a perspectiva Marxista-Leninista consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.43 -57 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne ; PETER, Simone and HOGGER, Daniel. (2012); BUZAN, Barry and LAWSON, George. (2015), pág.240-305;

⁴⁰⁶ Sobre a tentativa de Internacionalização do governo Soviético consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.43 -57; RÉMOND, René (2011) pág. 307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne ; PETER, Simone and HOGGER, Daniel. (2012); BUZAN, Barry and LAWSON, George. (2015), pág.240-305;

Esta abordagem fica bem clara na fundação da Terceira Internacional, em plena Guerra Civil Russa, onde Lenine tenta, na prática, conceber uma organização supranacional que promovesse a expansão do comunismo a outros estados através de uma ajuda directa do governo Russo.

A ideologia Marxista e a sua expansão não agradavam a outras potências, nomeadamente aos Estados Unidos e ao Reino Unido, que eram extremamente críticos do regime comunista⁴⁰⁷.

Aliás, a posição política Internacional Marxista-Leninista defendida por Lenine era totalmente antagónica da defendida por Wilson e Lloyd George. Autores como MAZOWER⁴⁰⁸ escrevem que podemos caracterizar esta relação como sendo a “Batalha das ideologias” e que a posição antagónica destas potências na ordem Internacional foi transplantada para a Guerra Fria.

Desta forma, as potências ocidentais recusavam convidar a Rússia para aderir à Sociedade das Nações, não reconhecendo o governo comunista e, ao mesmo tempo, prestavam auxílio na Guerra Civil aos Russos Brancos como forma de combate ao regime⁴⁰⁹.

Por outro lado, no meio de uma Guerra Civil, os comunistas tentavam lutar em várias frentes. Em primeiro lugar, pretendiam obter o reconhecimento das outras potências como governo legítimo na Rússia, ao mesmo tempo que triunfavam na Guerra Civil⁴¹⁰. Para além disso, tentavam ajudar os movimentos comunistas como forma de internacionalizar a causa comunista e estendê-la a outros estados em diversas partes do Globo.

⁴⁰⁷ No que diz respeito à posição Inglesa e Norte-Americana do regime Soviético consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.43 -57 ; RÉMOND, René (2011), pág. 307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne ; PETER, Simone and HOGGER, Daniel. (2012); BUZAN, Barry and LAWSON, George. (2015), pág.240-305;

⁴⁰⁸ In MAZOWER, Mark (2017), pág.204;

⁴⁰⁹ No que diz respeito aos primeiros passos da Sociedade das Nações e a Rússia consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.85 -105; RÉMOND, René (2011), pág. 307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; KOSKINIEMI, Martti (2004), pág. 179-413; TOWLE, Philip (2000), pág. 80-147; DUNNE, Tim; COX, Michael; BOTH, Ken and BROWN, Chris (1998), pág. 65-83;

⁴¹⁰ No que diz respeito à Guerra Civil entre Russos Brancos e Vermelhos consultar KELLOGG, Michael. (2005);

Em relação à Sociedade das Nações, Lenine apelidava-a de “cadáver fedorento” e de “aliança de bandidos contra o proletariado”⁴¹¹. Basicamente, o governo Russo considerava a Sociedade como uma “Santa Aliança de Capitalistas”⁴¹², onde, na prática, uma série de potências aproveitavam o cunho da Sociedade para expandir as suas áreas de influência, desrespeitando por completo o direito de cada povo decidir o seu destino⁴¹³.

Contudo, estas posições extremadas sofreram uma evolução. Com o início dos anos 20 e com a definição da Guerra civil Russa a favor dos Comunistas, cada vez mais as restantes potências encaravam a possibilidade de reconhecimento do governo soviético⁴¹⁴.

Por outro lado, os comunistas Russos também verificavam que a ideia da Terceira Internacional no sentido de expandir a revolução do proletariado a outros estados não passava de um sonho⁴¹⁵.

As pesadas derrotas dos movimentos comunistas na China, Arménia, Turquia, Índia e Egipto indicavam precisamente isso. Pelo que, lentamente, também da parte soviética havia uma maior abertura para dialogar⁴¹⁶.

O primeiro passo foi dado com o Tratado de Rapallo, celebrado entre a Alemanha e a Rússia, onde entre outras cláusulas estava prevista a renúncia às indemnizações de Guerra, restabelecimento das relações diplomáticas e reconhecimento do governo soviético⁴¹⁷.

⁴¹¹ In MAZOWER, Mark (2017), pág.202;

⁴¹² In MAZOWER, Mark (2017), pág.202

⁴¹³ Para um maior aprofundamento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.85 -105 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; KELLOGG, Michael. (2005);

⁴¹⁴ No que diz respeito ao reconhecimento do Governo Comunista consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.85 -105; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; KELLOGG, Michael. (2005);

⁴¹⁵ Sobre a Internacional Russa consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.43 -57 ; RÉMOND, René (2011), pág. 307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; KELLOGG, Michael. (2005);

⁴¹⁶ Para melhor desenvolvimento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.43 -57 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; KELLOGG, Michael. (2005);

⁴¹⁷ Sobre o Tratado de Rapallo consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.43 -57; RÉMOND, René (2011), pág. 307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; KELLOGG, Michael. (2005);

Estava, assim, aberto o caminho para o reconhecimento do governo soviético pelas outras Grandes Potências. Assim, o Reino Unido deu o primeiro passo a 2 de Fevereiro de 1924, seguida da Itália e França. Os Estados Unidos, por sua vez, não caminharam no mesmo sentido.

Por parte da recém-criada União Soviética, também começou a haver uma maior abertura para o diálogo e mesmo para criar uma relação estreita com a Sociedade das Nações.

Um exemplos disso ocorre em final de 1923, quando o Governo Soviético aceita o convite da Sociedade para ajudar a organizar uma conferência sobre desarmamento geral⁴¹⁸.

vi) *A posição Alemã*

Diktat. Essa é talvez a palavra mais apropriada para descrever a reacção alemã ao Armistício e ao Tratado de Versalhes⁴¹⁹.

As duríssimas condições impostas à Alemanha foram vistas por toda a sociedade alemã como um verdadeiro *Diktat*⁴²⁰.

Aliás, a indignação sentida com a aceitação dessas cláusulas por parte do governo foi vista pela opinião pública como uma verdadeira traição ao “povo alemão”. Não foi por acaso que o Império Alemão caiu e a recém-formada república teve problemas de diferente ordem, nomeadamente esteve perto de se tornar um estado comunista com os soviets a conseguirem poder em diferentes cidades⁴²¹.

A ideia dos “traidores de Versalhes” não foi inventada por Hitler. Era algo comum de ouvir e ler na opinião pública Alemã⁴²² depois da assinatura de Versalhes.

⁴¹⁸ Sobre a perspectiva Russa do desarmamento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.43 -57; RÉMOND, René (2011), pág. 307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; KELLOGG, Michael. (2005);

⁴¹⁹ No que diz respeito à reacção Alemã ao armistício consultar Capítulo I e Capítulo II;

⁴²⁰ Para melhor desenvolvimento consultar Capítulo II.

⁴²¹ No que diz respeito ao Comunismo na Alemanha consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.43 -57; RÉMOND, René (2011), pág. 307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; KELLOGG, Michael. (2005);

⁴²² Para melhor desenvolvimento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.43 -57; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; KELLOGG, Michael. (2005);

A República de Weimar teve que lidar com uma opinião pública crispada o que lhe trouxe várias convulsões sociais. As escaladas de violência entre partidos de esquerda e direita eram constantes. As perdas territoriais, o desarmamento militar e as pesadas indemnizações impostas, sobretudo pela França, eram vistas como humilhantes e colocaram a Alemanha numa situação económica muito difícil⁴²³.

No início dos anos 20, a Alemanha está perante uma situação económica muito difícil.

Com a declaração do Chanceler Wirth⁴²⁴, onde anunciou que não conseguiria honrar o pagamento das indemnizações referentes ao ano de 1921 e com o pedido de moratória à França em Julho de 1922, a Alemanha demonstra que enfrenta uma grave crise. Crise que se agrava em Janeiro de 1923, quando, goradas as negociações de moratória, a Bélgica e França ocupam a região do Reno que era “só” a região mais industrializada e uma das mais ricas da Alemanha⁴²⁵.

Isto trouxe diversos problemas. Em 1923 a economia Alemã conheceu uma elevada inflação o que fez com que o marco se desvalorizasse hora a hora⁴²⁶.

A título de exemplo, os comerciantes chegavam a mudar os preços dos produtos diversas vezes ao dia e os selos dos correios aumentavam diariamente⁴²⁷. Esta hiperinflação, umbilicalmente ligada à ocupação do Ruhr, teve consequências políticas e sociais bastante graves.

A nível social, os índices de pobreza aumentaram na Alemanha chegando, em plena crise, a atingir máximos históricos, onde grande parte das poupanças ficaram reduzidas a valores a rondar o zero e a aristocracia alemã, que vivia de rendimentos, viu

⁴²³ No que diz respeito à situação económica Alemã consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.133 -149 ; RÉMOND, René (2011) pág.318 -327 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; LENG, Russel J. (1993), pág. 45-66; WILLIAMS, Andrews (2006), pág. 35-65; MARKS, Sally (1976), pág. 1-147;

⁴²⁴ In RÉMOND, René (2011), pág.317

⁴²⁵ Sobre a ocupação Francesa do Reno consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.94 -97 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; LENG, Russel J. (1993), pág. 45-66; WILLIAMS, Andrews (2006), pág. 35-65; MARKS, Sally (1976), pág. 1-147;

⁴²⁶ No que diz respeito à inflação do Marco Alemão consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -85; RÉMOND, René (2011), pág.327 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; LENG, Russel J. (1993), pág. 45-66; WILLIAMS, Andrews (2006), pág. 35-65; MARKS, Sally (1976), pág. 1-147;

⁴²⁷ Idem;

a sua vida totalmente arruinada⁴²⁸. Olhando para o plano social, é fácil perceber que isto trouxe consequências políticas.

A agitação política levou a um crescimento do apoio às políticas extremistas de esquerda e direita.

Muitos dos ex-combatentes da Grande Guerra, que se sentiam-se traídos e abandonados pelo estado, juntam-se aos chamados “irmãos das trincheiras” que eram verdadeiras milícias que corporizavam os partidos extremistas⁴²⁹.

Os atentados a personalidades políticas sucedem-se. Num destes partidos encontra-se um obscuro, mas brilhante, jovem orador que vai marcar negativamente o século XX: Adolf Hitler.

É dele que nasce a revolta em Munique em Novembro de 1923⁴³⁰. E, apesar do seu insucesso, ela é ilustrativa da convulsão da política e social Alemã no início da década de 20.

A Alemanha estava a viver um dos períodos mais complicados na sua história.

III) O período de *bonança* das relações internacionais e o apogeu da Segurança colectiva

Após este início conturbado a Europa vai passar por um período de grande estabilidade⁴³¹.

Aliás, pode-se com alguma certeza afirmar que o período mediado entre 1925 e 1930 é, sem sombra de dúvidas, o período mais estável e pacífico que as Relações Internacionais conheceram entre as duas guerras⁴³².

⁴²⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.94 -97;

⁴²⁹ Para melhor desenvolvimento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.65 -85 ; RÉMOND, René (2011), pág. 327 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; LENG, Russel J. (1993), pág. 45-66; WILLIAMS, Andrews (2006), pág. 35-65; MARKS, Sally (1976), pág. 1-147;

⁴³⁰ No que diz respeito à ascensão de Adolf Hitler consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.149 -171; RÉMOND, René (2011), pág.344 -355 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; MANN, Michael. (2011), pág. 29 -397;

⁴³¹ Para melhor desenvolvimento sobre o período da segurança colectiva consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.85 -105 ; RÉMOND, René (2011), pág.314 -318 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

⁴³² Idem;

E como é que foi possível acontecer este período? A melhor resposta para isto é talvez o facto de os países terem ultrapassado os problemas económicos, políticos e financeiros do pós-Grande Guerra.

A este período muitos apelidam como o “apogeu da segurança colectiva”⁴³³ pela forma como se demonstrou profícuo na mediação através da paz das Relações Internacionais.

Os primeiros passos foram sendo dados lentamente nos anos antecedentes.

Ora, os problemas no médio Oriente foram lentamente serenados⁴³⁴.

A Turquia e a Grécia põem fim ao confronto bélico entre ambas com a assinatura do Tratado de Lausana em 1923, que estabelece condições bem mais apetecíveis para a Turquia do que o Tratado de Sèvres, com a Grécia a renunciar à Grécia Asiática e os dois países acordarem uma troca de populações.

Também foi no ano de 1923 que o Reino Unido serenou as relações com a Irlanda e parte da sua convulsão interna⁴³⁵. No entanto, o Norte da Irlanda continuou em domínio britânico, o que vai provocar algumas fricções na comunidade Irlandesa até aos dias de hoje.

A França, com a vitória nas eleições de 11 de Maio de 1924 de uma maioria de esquerda, radical e socialista altera o seu espírito diplomático⁴³⁶. Apesar de, ao contrário de alguns autores, considerar-se que a França continua a apoiar a sua política Internacional num sistema de “diplomacia de conferências”⁴³⁷, a França, de facto, altera a sua forma de estar perante a Comunidade Internacional, fazendo da arbitragem e do desarmamento as suas principais bandeiras.

Abandonando a ideia e a visualização de combate à “inimiga Alemanha”, a França procura a paz no tabuleiro político Internacional. Muito influenciada pela

⁴³³ DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.85 -105

⁴³⁴ Sobre os problemas no Médio Oriente consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.110 -125 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; WILLIAMSON, David. (1994), pág. 81-197;

⁴³⁵ Sobre as relações conturbadas entre o Reino Unido e a Irlanda consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.133 -149 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 61 -72;

⁴³⁶ No que diz respeito à França neste período consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.133- 149; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; WALTZ, Kenneth N. (2015), pág. 143-265;

⁴³⁷ A título de exemplo Mark Manzower in MAZOWER, Mark (2017), pág.146;

ascensão do pacifista Aristide Briand e de Édouard Herriot⁴³⁸, a França aproxima-se de outras potências na forma de abordar a situação alemã.

Esta aproximação de ideias, sobretudo o entendimento entre França e o Reino Unido, permite que sejam dados passos muito importantes. A celebração do plano Dawes, cujo tratado implica uma redução das reparações de Guerra e a desocupação do Ruhr é o primeiro passo.

O grande passo é, sem dúvida, dado com o Pacto de Locarno de 1925⁴³⁹, onde se verifica a transição de uma paz imposta (o famoso *Diktat*) para uma situação que se aproximava mais de uma “paz contratualizada”.

A Alemanha reconhece definitivamente as cedências territoriais, mas, por outro lado, garante da parte dos aliados à sua total integridade e evita que situações como as que aconteceram no Ruhr aparentemente não se voltem a repetir. A assinatura também vai permitir que a própria Alemanha adira à Sociedade das Nações em 1926⁴⁴⁰.

A Alemanha também retira dividendos de toda esta mudança de paradigma. Depois dos problemas que abordamos, a Alemanha com a assinatura do plano Dawes, e posteriormente de Locarno, começa lentamente a melhorar.

Apesar de nunca esquecer o que aconteceu em Versalhes⁴⁴¹, a opinião pública alemã vê com bons olhos os passos dados pela República Francesa.

Briand, que era uma figura bastante bem vista pelos *opinion makers* alemães da época, também foi um ponto importante para este “desanuviamento”.

Visto como um pacifista, várias elites políticas acreditavam que a França sustentada nas ideias de Briand era muito mais respeitável.

⁴³⁸ Sobre Aristide Briand e Édouard Herriot consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.85 -105; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 61 -72;

⁴³⁹ No que diz respeito ao Pacto de Locarno consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.85 -105; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); SCHIAVONE, Giuseppe. (2005);

⁴⁴⁰ Sobre a adesão da Alemanha à Sociedade das Nações consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.60 -65; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); SCHIAVONE, Giuseppe. (2005);

⁴⁴¹ A Alemanha ficou sempre ressentida com Versalhes. Para mais informações consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.133 -149 ; RÉMOND, René (2011), pág. 307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

Por outro lado, os passos dados pela França no plano Dawes e em Locarno permitiram que a economia Alemã começasse lentamente a recuperar.

A vitória do Marechal Hindenburg no sufrágio universal em 1925 e a consolidação das bases da prosperidade económica levavam a crer que, lentamente, a potência germânica recuperava do pós-Guerra⁴⁴².

O mesmo com o Reino Unido. Depois de vários problemas, a economia britânica também dava sinais de recuperação em 1925⁴⁴³.

A instabilidade política, sobretudo criada pelo aparecimento do partido trabalhista, parecia ultrapassada com a vitória esmagadora dos conservadores em 1925, assim como o serenar das relações entre o Reino Unido e as suas colónias, também foram pontos importantes na recuperação económica e na sua estabilidade política.

Todos estes passos levaram ao apogeu da segurança colectiva. Sobretudo após Locarno, os tratados e pactos celebrados entre Estados aumentaram de forma exponencial⁴⁴⁴. A confiança na manutenção da paz e na resolução pacífica dos conflitos era vista como a principal solução por todas as potências.

A própria Sociedade das Nações neste período conseguiu emitir algumas decisões e marcar a sua posição. Contudo, não nos enganemos pela aparente importância da Sociedade.

Alguns autores⁴⁴⁵, afirmam que, durante este período, a Sociedade funcionou verdadeiramente como uma Organização que impunha através da vinculatividade jurídica, as suas decisões aos seus membros.

Não podíamos estar mais em desacordo! Se a Sociedade das Nações teve importância neste período deveu-se, sobretudo, aos membros que a compunham. As decisões da própria Sociedade continuavam a surgir de um sistema baseado na

⁴⁴² Sobre a recuperação da Alemanha nos anos 20, consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.85 - 105 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

⁴⁴³ No que diz respeito à recuperação Inglesa consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 85 -105 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 61 - 72;

⁴⁴⁴ Sobre a “febre” dos Estados na celebração de Pacto e Tratados consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.85 -105; RÉMOND, René (2011), pág. 307 -330 ; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 61 -72; SMITH, Thomas W. (1999), pág. 7 – 185 ;

⁴⁴⁵ Entre outros René Rémond in RÉMOND, René (2011) pág.307 -330. ;

“diplomacia de conferências”⁴⁴⁶, onde a Sociedade e as suas reuniões não passavam na realidade de um fórum de debate entre as principais potências. Mesmo perante as decisões da Sociedade, os Estados sempre que assumiam uma posição faziam-no em nome próprio e nunca numa lógica organizativa. A aparente vinculatividade e importância da sociedade era desmascarada com os Tratados celebrados entre os Estados que eram realizados todos à margem da própria Sociedade – inclusivamente o importante pacto Briand-Kellog de 1928⁴⁴⁷.

O apogeu deste período é sem sombra de dúvidas o ano de 1928. Todo o desenvolvimento das Relações Internacionais e da sua política pacifista desde 1925 vem colidir neste ponto.

A assinatura do Pacto Briand-Kellog é a representação do apogeu ⁴⁴⁸. O Tratado, conhecido pelo nome do Ministro dos Negócios Estrangeiros Franceses e pelo Secretário de Estado Americano, é um marco nas Relações Internacionais. Assinado por sessenta estados (ou seja, por quase toda a totalidade dos Estados existentes) ele representa o apogeu da segurança colectiva com os estados a renunciarem recorrer à violência para resolver os seus diferendos. Este pacto vem, no nosso entendimento, estabelecer definitivamente os limites ao exercício do *Ius Belli* e definir de forma consensual o *Bellum iustum*⁴⁴⁹.

A sua importância é de tal forma clara que, ainda em 1945, é utilizado como base jurídica para obter condenações nos julgamentos de Nuremberga e Tóquio⁴⁵⁰.

A partir desta data, havia uma vinculação jurídica efectiva dos Estados à limitação da utilização do *ius belli* e à definição do *Bellum iustum*. É neste prisma um ponto marcante no Direito Internacional. E é marcante porquê?

⁴⁴⁶ In MAZOWER, Mark (2017), pág.146 ;

⁴⁴⁷ Sobre o pacto Briand-Kellog consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.85 -105; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); SCHIAVONE, Giuseppe. (2005);

⁴⁴⁸ Idem;

⁴⁴⁹ Sobre o Bellum iustum consultar MOSELEY, Alexander (2006); VATTEL, Emmerich de (2008), pág.429 – 452;

⁴⁵⁰ No que diz respeito à utilização de tal conceptualização no julgamento de Nuremberga e Tóquio consultar BASSIOUNI ,Cherif, pág.515; FEIO, Diogo. (2001); ORENTLICHER, Diane F. (2001), pág.155; MERON, Theodor. (1998), pág.189; NOBRE DE MENDONÇA LUZ, João José. (1985), pág.1 -26; WRIGHT, Quincy (1947), pág.38 -72;

Segundo MOSELEY⁴⁵¹, que se baseia no defendido por GROTIUS só é possível travar uma Guerra quando se cumprirem os critérios de *jus ad bellum*. A causa justa é o princípio fundamental da Guerra Justa. A legítima defesa contra uma agressão é encarada pela Comunidade Internacional como a regra basilar da causa justa. Não devendo os Estados fazer uso do *Ius Bellum* em qualquer outro caso.

Ora, considerando isto, verifica-se que este ponto é marcante porque retrata uma efectiva vinculação da Comunidade Internacional ao princípio da “Guerra Justa” formulado e aplicado à Comunidade dos Estados.

A utilização do *Ius Belli* passava a partir desta data a ser limitado pela própria Comunidade Internacional aos casos compreendidos na definição de *Bellum Iustum*. O conceito “medievaresco” de que o *Ius Bellum* é um direito independente e inerente à existência da figura do Estado estava definitivamente ultrapassado⁴⁵².

Se as questões relativamente à existência de crimes contra a paz que foram colocadas no final da Grande Guerra deixam de fazer sentido em 1945, muito podemos agradecer ao Pacto Briand-Kellog. Não é por acaso, que mesmo Hitler tenta desvirtuar o conceito e por diversas vezes sindicar que os Aliados são os principais causadores da Guerra porque, no seu entendimento, a Alemanha tinha uma *causa justa* para a invasão da Checoslováquia e Polónia⁴⁵³.

O apogeu e impacto do pacto Briand-Kellog fez-se notar logo no imediato.

Briand vai propor a criação de uma organização federal Europeia e a França, Reino Unido e Bélgica evacuam a Renânia cinco anos antes do previsto⁴⁵⁴.

As principais potências reduzem as suas forças militares a níveis históricos. Um clima de paz estava de facto instalado.

⁴⁵¹ In MOSELEY, Alexander (2006), pág.14;

⁴⁵² Sobre o *Ius Belli* consultar BERNHARDT, Rudolf (1983); BERNHARDT, Rudolf (1983); BERNHARDT, Rudolf (1983);

⁴⁵³ Sobre a causa justa da Alemanha para Hitler consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.149 -171; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); SCHIAVONE, Giuseppe. (2005); MANN, Michael. (2011), pág. 29 -397;

⁴⁵⁴ No que diz respeito às consequências do Pacto Briand-Kellog consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 85 -105; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); SCHIAVONE, Giuseppe. (2005);

Para descrever esta fase terminamos com as sábias palavras de RÉMOND⁴⁵⁵ que descrevia este período da seguinte forma “Na maior parte dos países, as instituições democráticas ultrapassaram vitoriosamente as suas dificuldades. A liberdade reina em Inglaterra, em França, na Alemanha. Quase por toda a parte, a situação é florescente, a economia prospera. No exterior, a Europa reconquistou o seu prestígio e a sua autoridade, os seus impérios coloniais fizeram prova de lealdade. Apenas a Grã-Bretanha se debate com algumas dificuldades na Índia. A Europa continua a ser o centro do mundo, tanto mais que a Rússia vive afastada da cena Internacional e os Estados Unidos escolheram o isolamento. Paris, Londres e Genebra são as capitais políticas, económicas e intelectuais do mundo. Dez anos mais tarde deflagrará a Segunda Guerra Mundial”.

IV) O Crash da bolsa de Wall Street e a sua extensão pelo resto do Mundo

A única forma de abordar este ponto é começar por uma data: 24 de Outubro de 1929. A quinta-feira negra da bolsa de Wall Street vai trazer consequências para além daquelas que se conseguiam, à data, imaginar⁴⁵⁶.

Sem entrar em grandes detalhes, a bolsa de valores naquela fatídica quinta-feira vai presenciar uma situação quase sem paralelo. Quando os 70 milhões de título colocados à venda não encontram compradores é a derrocada nas quotações⁴⁵⁷.

A perda total é avaliada, só naquele dia, em cerca de 18 mil milhões de dólares.

Esta crise de crédito vai-se estender pelos dias seguintes, revelando, por um lado, a fraqueza do sistema e, por outro, o facto das quotações apresentarem valores muito superiores ao seu valor real e comercializável.

A crise instalada, contrariamente ao defendido pelo Presidente Hoover e especialistas, vai perdurar e destruir qualquer esperança de prosperidade que residia no pensamento norte-americano.

⁴⁵⁵ In RÉMOND, René (2011), pág.318;

⁴⁵⁶ Sobre o Crash da Bolsa de Wall street consultar GEIST, Charles R. (1997), pág.153 -180;

⁴⁵⁷ Idem;

Mais grave do que isso, a crise financeira em pouco tempo assalta vários sectores da economia norte-americana⁴⁵⁸. Uma economia baseada na interdependência entre sistemas sofre o “efeito bola de neve” com a derrocada do sistema financeiro.

As empresas deixam de ter dinheiro para pagar salários, as pessoas não conseguem adquirir bens de consumo e as falências de pequenos ou grandes comerciantes tornam-se diárias e a proporções inimagináveis.

Toda esta crise, aliada a uma crise de confiança, amplia semana após semana a gravidade da situação com despedimentos diários, aumento dos stocks e redução do poder de compra a níveis que pareciam inacreditáveis.

O grande problema é que, rapidamente, a crise alastra-se a outros países. Apesar de a economia norte-americana ser extremamente protecionista, os laços estabelecidos com as economias europeias, assim como os empréstimos constantemente concedidos pelos Estados Unidos, foram afectados⁴⁵⁹.

A relação osmótica entre os sistemas económicos e financeiros fez com que as bolsas Europeias caíssem a pique⁴⁶⁰. Considerando que as economias europeias seguiam um modelo idêntico aos Estados Unidos da América, no que diz respeito à sua interdependência entre sistemas, não é difícil perceber o que aconteceu.

Tal como nos Estados Unidos, os efeitos desta crise financeira são catastróficos para a economia. O Reino Unido e a Alemanha são os primeiros a ser atingidos, seguidos da França em 1932.

Toda esta situação leva ao aumento de um dos grandes problemas sociais: o desemprego. A falta de emprego atinge níveis históricos, assim como a falta de poder de compra das populações. A criminalidade aumenta vertiginosamente, assim como a mendicância. A Europa voltava a estar mergulhada numa profunda crise muito idêntica ao pós-guerra e que vai trazer diversas consequências políticas.

⁴⁵⁸ No que diz respeito à economia Norte-Americana nos anos 20 e 30 consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.105 -133; MAZOWER, Mark (2017), pág.149 -156; RÉMOND, René (2011), pág.307 -327; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; GEIST, Charles R. (1997), pág.153 -180;

⁴⁵⁹ No que diz respeito à crise bolsista das outras potências Europeias consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.133 -149; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181; RÉMOND, René (2011), pág.307 -327; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; GEIST, Charles R. (1997), pág.153 -180;

⁴⁶⁰ Idem;

V) As consequências políticas de Wall Street e a crise das democracias

Como refere RÉMOND⁴⁶¹, no que diz respeito às consequências políticas, podemos e devemos reduzi-las a dois tipos.

As primeiras e mais evidentes são as consequências psicológicas. A opinião pública perde a fé nas instituições democráticas e, cada vez, mais tem dúvidas dos sistemas de inspiração liberal voltados para as democracias parlamentares⁴⁶². Como refere RÉMOND⁴⁶³, vários sectores da opinião pública tornam-se disponíveis para ouvir os “apelos de aventureiros e agitadores”⁴⁶⁴.

A outra consequência relaciona-se com a alteração das estruturas governamentais e de organização de poderes.

Os governos vão, mais tarde ou mais cedo, pôr em causa as suas máximas liberais.

Vão intervir nos domínios respeitantes à iniciativa privada (intervindo directamente na economia), mas também abandonar o sistema livre cambista para regressar ao proteccionismo clássico (Até o Reino Unido que era o expoente máximo deste sistema o vai fazer em 1931).

Ora a crise vai levar à falência da economia liberal, alterar o relacionamento e o posicionamento dos estados nas relações entre si e pôr em causa os ideais democráticos identificados com o liberalismo económico, que era visto como decadente⁴⁶⁵.

As democracias, vistas como as grandes vencedoras da Grande Guerra, em pouco mais de dez anos estavam a acabar ou a ser colocadas em causa na maior parte dos Estados⁴⁶⁶.

⁴⁶¹ In RÉMOND, René (2011), pág.318 -319;

⁴⁶² Para melhor compreensão consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.133 -149; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181; RÉMOND, René (2011), pág.318 -329; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; GEIST, Charles R. (1997), pág.153 -180;

⁴⁶³ In RÉMOND, René (2011), pág.319;

⁴⁶⁴ In RÉMOND, René (2011), pág.319;

⁴⁶⁵ Para melhor desenvolvimento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.133 -149; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -166; RÉMOND, René (2011), pág.318 -329; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; GEIST, Charles R. (1997), pág.153 -180;

⁴⁶⁶ Idem

Desta feita, a pergunta que neste momento se impõe fazer é a de questionar o porquê de a crise ter um impacto tão evidente nos diferentes sistemas democráticos.

Como resposta a esta questão, concordamos com RÉMOND⁴⁶⁷ que refere “A crise na democracia está no sentimento, exacto ou errado, da inadequação dos princípios e das instituições da democracia clássica, isto é, parlamentar e liberal, às circunstâncias, aos problemas e às disposições do espírito público”. Por sua vez, dizia também⁴⁶⁸ “O comunismo e o fascismo afiguram-se mais dinâmicos, mais modernos, mais bem-adaptados, valem-se de uma eficácia considerada superior, colhem argumentos nas deficiências internas da democracia (...)”.

Ora, relativamente a isto não poderíamos estar mais de acordo. As democracias parlamentares apresentam, no início dos anos 30, diversos problemas, mas, independentemente do específico regime democrático ou do país, o que expusemos supra é o sentimento comum a todos os estados democráticos.

Para a opinião pública da época, as democracias pela sua natureza transformavam a sociedade num produto mais desorganizado, desunido e ineficiente⁴⁶⁹.

As democracias, com os seus constantes debates e troca de ideias, eram vistas como um produto desorganizado e demasiado complexo.

Mas será que as razões para as crises democráticas eram idênticas em todos os estados?

Não! Neste ponto devemos separar entre os Estados em que a democracia era uma realidade nova e entre Estados em que se apresentava como uma realidade já conhecida e estabelecida⁴⁷⁰.

Separamos em duas realidades porque, neste ponto, faz todo o sentido. A democracia que foi transplantada como realidade nova veio no seguimento das potências democráticas terem ganho a Grande Guerra.

No entanto, nestes países – quer os recém-formados, quer aqueles em que existia tradição democrática – a democracia tratava-se de uma “mecânica bastante

⁴⁶⁷ In RÉMOND, René (2011), pág.319;

⁴⁶⁸ In RÉMOND, René (2011), pág.319;

⁴⁶⁹ Para melhor compreensão consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.133 -149; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -166; RÉMOND, René (2011), pág.318 -319; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 61 -72; GEIST, Charles R. (1997), pág.153 -180;

⁴⁷⁰ Idem;

complicada, um sistema excessivamente delicado para sociedades politicamente rudes.”⁴⁷¹

Por outro lado, nos outros países em que se apresentava como uma realidade adquirida, a democracia era associada inevitavelmente à crise de 1929⁴⁷². Com as diversas mutações que sofreu, a democracia chegou (por exemplo no caso Francês) a determinados pontos em que havia “confusão” de poderes entre o poder executivo e o poder legislativo.

Por isso, é natural que ela fosse vista pela opinião pública como anarquista e em desuso, transportada de um passado definitivamente ultrapassado. Em contraposição com os regimes nacionalistas, que se apresentavam como a grande novidade.

Nas palavras de RÉMOND⁴⁷³ “Assim, a democracia vê-se reprovada, no Ocidente da Europa, por ser uma sobrevivência anacrónica e, no Leste, por ser uma antecipação não assimilável.”

De facto, as democracias, pelos problemas expostos, enfrentavam uma série de obstáculos que, em muitos casos, levaram a alterações de regime político e, noutros, abalaram as estruturas democráticas.

As democracias liberais, vitoriosas na Grande Guerra estavam em crise⁴⁷⁴. Por outro lado, a “moda” eram os nacionalismos, que aproveitaram o seu espaço para conseguir uma ascensão natural...

VI) Os Nacionalismos e o Direito internacional

Neste ponto, cumpre-nos agora abordar os nacionalismos. Sem tentar fazer uma análise histórica pormenorizada do seu aparecimento e ascensão pelos diversos estados, tentaremos expor o modo como estes regimes se posicionaram no campo das Relações Internacionais e, ao mesmo tempo, como abordavam o Direito Internacional e

⁴⁷¹ In RÉMOND, René (2011), pág.320;

⁴⁷² Para melhor desenvolvimento consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.133 -149; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -166; RÉMOND, René (2011), pág.322 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; GEIST, Charles R. (1997), pág.153 -180;

⁴⁷³ In RÉMOND, René (2011), pág.319;

⁴⁷⁴ Para melhor desenvolvimento deste ponto consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.133 -149; MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -180; RÉMOND, René (2011), pág.318 -329; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

a própria Sociedade das Nações. Para este efeito, falaremos do Nacional-Socialismo Alemão, do Fascismo Italiano e do Japão Imperial – que foram as principais peças no “tabuleiro” do Internacionalismo.

Escolhemos abordar estas três potências em conjunto pela visão antagónica com que analisavam e compreendiam o Direito Internacional e as Relações Internacionais, mas também porque elas formavam as potências do Eixo, que via e pretendia uma nova Ordem Internacional completamente diferente daquela que hoje temos constituída – e da que estava, à data, estabelecida.

A visão política do mundo e da Sociedade por parte das potências do eixo é bastante díspar da representada pelo Aliados. Se a Segunda Guerra Mundial tivesse um desfecho diferente, a Ordem Internacional como nós a conhecemos hoje não existiria.

No entanto, antes de apresentarmos as diferentes visões internacionalistas, faremos uma análise do conceito de nação e nacionalismo.

Como refere CARIDADE DE FREITAS⁴⁷⁵ “O termo “nação” vem do latim *nascor* e etimologicamente significa relações de origem”. Acrescentando⁴⁷⁶ “Hodiernamente, podemos definir nação como um conjunto de pessoas com uma relação de nascimento, de origem, uma comunhão de raça, língua, costumes, independentemente de viverem no mesmo território soberano. Constitui elemento essencial da nação o vínculo que une entre si diversos grupos que receberam juntos as luzes da civilização, que desenvolveram os interesses pelas mesmas vias, que aperfeiçoaram aptidões e adquiriram hábito semelhantes, que possuem tradições, história e, em muitos casos, língua comum. A nacionalidade foi também identificada com a raça, moldada pelas grandes divisões etnológicas e pelas fronteiras naturais”.

Por sua vez, VATTEL, sobre o conceito de nação, define-a como⁴⁷⁷ “(...) a political body, or a society of united men, to jointly seek victory and security”.

Já ADRIANO MOREIRA escreve: ⁴⁷⁸“O Estado soberano é que foi o paradigma da nova ordem, as fidelidades em que assentava eram mais de uma espécie, incluindo um projecto de vida comum, a comum, a comunhão de fé, a vinculação dinástica, e

⁴⁷⁵ FREITAS, Pedro Caridade de. (2012), pág. 203;

⁴⁷⁶ FREITAS, Pedro Caridade de. (2012), pág. 203;

⁴⁷⁷ VATTEL, Emmerich de. (2008), pág. 102;

⁴⁷⁸ MOREIRA, Adriano. (1983) pág.382;

superioridade racial, o serviço de um classe, com vozes justificativas que faziam da razão de Estado o paradigma das soberanias.”

Independentemente do conceito de “nação” adotado, parece desde já claro, pelas várias definições apresentadas, que ele é indissociável das palavras “comunidade”, “povo”, “língua”, “raça” e “território”.

Ora, deste conceito de nação surge o conceito de nacionalismo. Deste modo, como refere CARIDADE DE FREITAS citando MARTIM DE ALBUQUERQUE⁴⁷⁹ “Nacionalismo foi entendido como o amor comum a um solo ou a outra qualquer realidade, como a língua ou a civilização; o desejo de independência política; o princípio de que a nação é um fim em si mesmo a que o individuo deve votar exclusivamente; a ideia de nação como nação suprema”.

Ora, estas definições, muito típicas do nacionalismo exprimido durante o século XIX e replicada no século XX, manifestaram-se de forma diferente consoante as diversas visões políticas.

As “ideias de nação como nação suprema” ou o “princípio de que a nação é um fim em si mesmo” tiveram ampla influência no regime ditatorial de Benito Mussolini e Adolf Hitler e na sua visão do Direito internacional e das Relações Internacionais. Em parte, esta visão também marcou, como veremos, a visão Japonesa.

Por sua vez, a questão da “raça” já teve amplitudes diferentes mediante a visão política. O conceito abordado pela Alemanha Nacional-Socialista era muito mais “racial” do que o exprimido pelo Fascismo Italiano e isso fez com que eles tivessem diferentes entendimentos das Relações Internacionais.

i) A Alemanha Nacional-Socialista

Começamos por abordar o Nacional-Socialismo porque a Alemanha, sem desconsideração para com a Itália e com o Japão, é a principal potência do eixo na Segunda Guerra Mundial⁴⁸⁰.

⁴⁷⁹ FREITAS, Pedro Caridade de. (2012), pág. 207;

⁴⁸⁰ Sobre a Alemanha Nazi consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.149 -221; MAZOWER, Mark (2017), pág.182 -212; RÉMOND, René (2011), pág.344 -357; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; MANN, Michael. (2011), pág. 29 -397; FRANCK, Thomas M. (2004);

É por causa dela que começa a Guerra e é nela que reside a principal força militar, bélica e política no confronto mundial.

Mas, na realidade, o que é o Nacional-Socialismo? É difícil falar de Nacional-Socialismo sem falar na sua principal figura: Adolf Hitler.

Sem Adolf Hitler, o Nacional-Socialismo nunca teria sido teorizado e seguido as suas matrizes mais básicas⁴⁸¹. No entanto, também é demasiado redutor dizer-se que o Nacional-Socialismo é apenas e só a representação da sua principal figura⁴⁸².

Desde a cervejaria de Munique em que começou a discursar, até à posição de *Reichführer*, Adolf Hitler fez um caminho meteórico até à assunção de líder incontestado da Alemanha⁴⁸³.

Centrando os seus argumentos na humilhação de Versalhes (mais uma vez o famoso *Diktat...*), na traição dos aristocratas alemães ao povo na assinatura do armistício e apoiado na crise económica, Hitler conseguiu cativar várias facções da opinião pública Germânica.

Tendo sido em parte influenciado pelo Fascismo Italiano e pelo regime autocrático de Benito Mussolini, Hitler tenta aproveitar-se no pós-guerra do descontentamento geral para ascender na escadaria política alemã.

Com o golpe de Estado falhado, a sua prisão e o resfriar do descontentamento Alemão, Hitler só volta à ribalta no pós-crise de 1929, quando todos os problemas relativos a Versalhes, à situação económico-social e ao orgulho alemão voltam a estar na agenda do dia.

O povo alemão, numa conjuntura económica difícil e ainda não esquecido do que aconteceu em Versalhes, acaba por acreditar numa pessoa e num regime que acima de tudo lhe prometia melhores condições de vida e a restituição do orgulho nacional “perdido” em Versalhes.

⁴⁸¹ A melhor forma de compreender Adolf Hitler é a leitura da sua autobiografia *Mein Kampf*. Para melhor desenvolvimento consultar HITLER, Adolf. (2015);

⁴⁸² Sobre o Nacional-Socialismo consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.149 -221; MAZOWER, Mark (2017), pág.182 -212; RÉMOND, René (2011), Lisboa, pág.344 -357; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 61 -72; MANN, Michael. (2011), pág. 29 -397; FRANCK, Thomas M. (2004);

⁴⁸³ Sobre a ascensão de Hitler até ao poder consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.149 -153; MAZOWER, Mark (2017), pág.182 -212; RÉMOND, René (2011), pág.344 -357; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; MANN, Michael. (2011), pág. 29 -397;

Assim, quando Hitler chega a Chanceler a 30 de Janeiro de 1933, e depois com os poderes reforçados pelo golpe palaciano dado com o incêndio do Parlamento Alemão, o Estado Alemão passa, à semelhança do Estado Fascista Italiano, a ser um estado autocrático. A Alemanha passa, a partir daquele momento, a ser uma ditadura.

Obviamente, esta alteração política acaba por ter extrema relevância no que diz respeito à forma como a Alemanha se passou a posicionar no cenário político Internacional.

Olhando para o regime Nacional-Socialista, não é difícil descortinar qual a sua opinião relativamente à Sociedade das Nações e qual a visão que o Nazismo partilhava relativamente ao Direito Internacional⁴⁸⁴. Basta ler o “Mein Kampf”⁴⁸⁵ (“A minha luta” – obra escrita por Adolf Hitler) para perceber que a visão de Adolf Hitler, e consequentemente do Nacional-Socialismo, não se enquadrava minimamente com a visão internacionalista partilhada pela Sociedade das Nações e as principais potências ocidentais.

A visão Internacionalista do Nacional-Socialismo criticava abertamente o modelo preconizado pela Sociedade das Nações, referindo que esta não passava de uma forma de o Reino Unido, a França e os Estados Unidos reescreverem as regras do internacionalismo de acordo com os seus modelos de Estado.

O Nacional-Socialismo não concebia uma idealização e mistificação do Direito Internacional que existisse numa esfera abstracta independente das relações de poder que ele reflectia.

Segundo SCHMITT⁴⁸⁶ a Sociedade das Nações não passava de uma aliança entre estados democráticos e, na realidade, ninguém considerava vinculativas as suas regras. A falta de personalidade jurídica da Sociedade das Nações para os juristas defensores do Nacional-Socialismo era um dado adquirido.

Acrescentando, que segundo a visão política mundial nazi, o estabelecimento de regras perenes e de congelamento do estatuto territorial estabelecido em Versalhes era absolutamente implausível⁴⁸⁷, assim como a aceitação do *Bellum iustum* que punha em

⁴⁸⁴ No que diz respeito à visão Internacionalista do Nazismo consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.149 -221; MAZOWER, Mark (2017), pág.182 -212;

⁴⁸⁵ Vide HITLER, Adolf. (2015);

⁴⁸⁶ In MAZOWER, Mark (2017), pág.205 -212;

⁴⁸⁷ In MAZOWER, Mark (2017), pág.205 -212;

causa a expansão pela conquista defendida tantas vezes por Adolf Hitler como um princípio básico dos Estados.

Para a ideologia Nazi, o Direito Internacional tinha, na realidade, de emanar da vontade do povo, expressa através dos seus governantes.

Esta idealização internacionalista nazi era profundamente influenciada pela escola alemã conservadora proveniente do Séc. XIX⁴⁸⁸, que negava em parte a existência de um Direito Internacional independente, o que surgia através de uma interpretação racista da lei⁴⁸⁹.

Esta interpretação sugeria que os tratados eram “meros bocados de papel”⁴⁹⁰ e que eles não “podiam tornar refém o bem-estar da raça”⁴⁹¹.

A política e aplicação do Direito eram, segundo esta visão, “uma luta entre raças, unificada no seu próprio Estado”⁴⁹².

Esta visão racial do Direito e das Relações Internacionais marcava profundamente o regime Nacional-Socialista. Adolf Hitler, nos seus discursos inflamados, impunha sempre um cunho racial⁴⁹³. A superioridade do povo alemão e a condição sub-humana de “outras raças” (nomeadamente os Judeus) deveria marcar, no entender do nacional-socialismo, o Direito Internacional e as Relações Internacionais.

Para o nacional-socialismo, “os princípios jurídicos Internacionais só seriam reconhecidos e aplicados se coincidissem com os conceitos jurídicos do povo alemão”⁴⁹⁴.

Para os Nazis, os povos só deviam uma fidelidade racial e de sangue, o que justificava no entendimento Nazi, que as minorias raciais germânicas não devessem qualquer tipo de fidelidade a outro estado do qual fizessem parte (como, por exemplo, o caso da Checoslováquia).

⁴⁸⁸ Sobre as origens da visão Internacionalista Nazi consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.149 - 221; MAZOWER, Mark (2017), pág.205 -212; RÉMOND, René (2011), pág.344 -357;

⁴⁸⁹ Idem;

⁴⁹⁰ In MAZOWER, Mark (2017), pág.207;

⁴⁹¹ In MAZOWER, Mark (2017), pág.207;

⁴⁹² In MAZOWER, Mark (2017), pág.206 -207;

⁴⁹³ Sobre o racismo presente na ideologia de Hitler consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.149 - 221; RÉMOND, René (2011), pág.344 -357; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 - 72; KERSHAW, Ian. (2016), pág. 29-555; JUDT, Tony. (2006), pág.33- 270; KERSHAW, Ian. (2011); PELZ, William A. (2016), pág. 209 -277; MANN, Michael. (2011), pág. 29 -397;

⁴⁹⁴ In MAZOWER, Mark (2017), pág. 207 -208;

Atendendo a esta conceptualização Nacional-Socialista, é fácil perceber que a Sociedade das Nações se tornou. na linha do que defendeu MANZOWER⁴⁹⁵, “numa guerra ideológica”.

A Sociedade que, como expusemos, era acima de tudo um fórum de debate deixou de abarcar toda a Europa. Foi com naturalidade que se assistiu à saída da Alemanha da Sociedade das Nações mal Hitler assumiu o poder⁴⁹⁶.

Para Hitler, como se explicou, a Sociedade das Nações era inconcebível⁴⁹⁷. Como concebeu no “Mein Kampf”, a Paz Mundial nunca poderia ser definida através de uma organização, mas apenas através de um entendimento entre as grandes potências onde cada uma delas governaria o seu próprio “Grande Espaço”⁴⁹⁸. A Nova Ordem Mundial deveria, no entendimento de Hitler e de alguns juristas Nacional-Socialistas, ser definida pela existência de grandes potências regionais que governariam o seu “grande espaço vital”⁴⁹⁹.

Por exemplo, Schmitt tentou criar um paralelismo entre esta concepção nazi e a doutrina de Monroe seguida pelo Estados Unidos⁵⁰⁰.

Aliás, para o Nacional-Socialismo, a idealização de haver “estadozecos miseráveis”⁵⁰¹ a ter uma palavra na Ordem Internacional era totalmente inconcebível. O sistema hierárquico e a não igualdade de Estados eram pontos profundamente estabelecidos e realizados como verdades absolutas nesta nova ideologia.

Hitler tinha um plano internacionalista em que a Alemanha governaria de forma incontestável esta nova Ordem Internacional, auxiliada por outras potências como o Japão e a Itália, que partilhavam parcialmente esta visão.

⁴⁹⁵ In MAZOWER, Mark (2017), pág.205 -208;

⁴⁹⁶ Sobre a saída da Alemanha da Sociedade das Nações consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.171 -193; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); SCHIAVONE, Giuseppe. (2005); SILVA, Pereira da. (1928), pág.49 -108;

⁴⁹⁷ Vide HITLER, Adolf. (2015);

⁴⁹⁸ Vide HITLER, Adolf. (2015);

⁴⁹⁹ Vide HITLER, Adolf. (2015);

⁵⁰⁰ In MAZOWER, Mark (2017), pág.207 -208;

⁵⁰¹ Conforme Goebbels propagava numa série de discursos. Para mais informações consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013) pág.149 -171; RÉMOND, René (2011), pág.344 -357; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; KERSHAW, Ian. (2016), pág. 29-555; JUDT, Tony. (2006), pág.33-270; KERSHAW, Ian. (2011); PELZ, William A. (2016), pág. 209 -277; MANN, Michael. (2011), pág. 29 -397;

ii) *A Itália Fascista*

A Itália fascista foi seduzida e influenciada por esta nova Ordem Mundial que a Alemanha propunha. No entanto, tinha uma visão ligeiramente distinta.

O Fascismo chega ao poder em Itália com a famosa marcha sobre Roma em 1922⁵⁰².

A Itália foi o primeiro país a ceder politicamente ao Nacionalismo. A forma como a opinião pública Italiana viu o resultado a Grande Guerra e o Tratado de Versalhes contribui decisivamente para este desfecho⁵⁰³. O apoio ao Fascismo no pós-Grande Guerra cresceu exponencialmente, sobretudo através dos “homens das trincheiras”⁵⁰⁴ que viram que o seu esforço de Guerra não foi devidamente recompensado.

Apoiando-se em argumentos que se circunscreviam à “falta de coragem da classe política”⁵⁰⁵ Italiana na negociação do Tratado de Versalhes, o movimento fascista foi ganhando adeptos por todo o país⁵⁰⁶.

Benito Mussolini foi o homem por detrás da governação fascista. Jornalista e pacifista⁵⁰⁷, Mussolini foi “arrastado” para uma Guerra para a qual considerava não haver razão para a Itália entrar. Estando a servir nas trincheiras e com o seu desfecho, Mussolini altera totalmente a sua visão das Relações Internacionais.

No pós-Guerra e após Versalhes, Mussolini, com as suas colunas de opinião, tem uma ascensão meteórica na classe política Italiana. Ao contrário de outros líderes do partido fascista, Mussolini consegue ascender na “pirâmide” política graças à reunião de consensos que consegue obter. O consenso (que à partida parece impossível) entre

⁵⁰² Sobre o Fascismo Italiano consultar MANN, Michael. (2011), pág. 29 -397; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.166 -171; RÉMOND, René (2011), pág.344 -357; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

⁵⁰³ Sobre a opinião pública Italiana consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.210 -211; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.166 -171; RÉMOND, René (2011), pág.344 -357; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 61 -72;

⁵⁰⁴ No que diz respeito aos “homens das trincheiras” vide Capítulo introdutório e Capítulo I

⁵⁰⁵ In RÉMOND, René (2011), pág.347 -349;

⁵⁰⁶ Sobre a ascensão do Fascismo Italiano consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.210 -211; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.166 -171; RÉMOND, René (2011), pág.344 -357; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 61 -72;

⁵⁰⁷ No que diz respeito a Benito Mussolini e à sua ascensão consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.210 -211; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.166 -171; RÉMOND, René (2011), pág.344 -357; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

grandes industriais, retornados da Guerra e trabalhadores revela-se decisivo para o ditador conseguir resultados com a famosa marcha sobre Roma em 1922.

No entanto, e apesar de ter uma identidade idêntica ao Nazismo, o Fascismo tem algumas diferenças fundamentais na forma como via o Direito Internacional e as Relações Internacionais.

Em primeiro lugar, apesar de Mussolini desprezar a Sociedade das Nações, considerava que o ideal seria criar um acordo entre as quatro principais potências ocidentais (França, Alemanha, Itália e Reino Unido) que fosse, na prática, uma nova forma de “concerto de potências”⁵⁰⁸.

Para além disso, em total contraponto com o Nacional-Socialismo, o Fascismo tinha em mente um conjunto de alianças com pequenos estados que partilhassem a ideologia fascista e expandissem o ideal para outros pontos do globo.

Para a Itália fascista, o modelo de governação ideal era a criação de um Internacionalismo Fascista onde se elaborasse uma espécie de confederação europeia de estados fascistas⁵⁰⁹ como forma de defender os interesses e expandir o ideal fascista pelo Mundo.

Contrariamente a Hitler, Mussolini não considerava o “grande espaço vital” efectivo como um ponto fundamental. Para ele, a defesa e propagação do ideal eram o ponto essencial. A defesa e expansão do fascismo far-se-ia com o espalhar dos ideais pelos quatro cantos do globo através dos pequenos e grandes Estados.

iii) O Japão Imperial

No que diz respeito ao Japão, a situação era totalmente distinta. O Japão, que tinha procurado em Versalhes o reconhecimento Internacional⁵¹⁰, viu-se colocado à margem das negociações e totalmente ignorado pelas restantes potências.

⁵⁰⁸ Sobre a visão Internacionalista do fascismo Italiano consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.166 -171; MAZOWER, Mark (2017), pág.210 -211; RÉMOND, René (2011), pág.344 -357;

⁵⁰⁹ Idem;

⁵¹⁰ Vide Capítulo I

Para a cultura Japonesa, profundamente marcada pelo código de conduta do *Bushido*⁵¹¹, a atitude dos aliados em Versalhes foi desonrosa e desrespeitosa para com o Império Japonês.

A partir dessa data, o Japão vai alterar completamente a sua relação com as potências europeias vencedoras da Grande Guerra, considerando que o Japão deveria mudar a sua forma de estar nas Relações Internacionais se pretendia, de futuro, ser respeitado⁵¹². Neste sentido, o Japão estabeleceu como principal meta tornar-se de forma incontestável a grande potência asiática.

A “rigidez” do Imperialismo Japonês ganha então uma nova face que vai sair reforçada com a entrada de Koki Hirota e, posteriormente, de Fumimaro Konoe e Hideki Tōjō no Governo e no Exército Japonês⁵¹³.

Pretendendo ser a grande potência asiática e expandir o limite das suas fronteiras terrestres e comerciais, o Japão via com muito bons olhos o novo regionalismo apresentado pelo Nacional-Socialismo. Assim como os Alemães e Italianos, os Japoneses, pelo que aconteceu em Versalhes, desprezavam a Sociedade das Nações pois consideravam que ela⁵¹⁴ “não passava de um fantoche para os Britânicos e Franceses fazerem valer as suas pretensões internas e protegerem os seus interesses velados”⁵¹⁵.

Mais, o Japão achava que a Sociedade das Nações nunca poderia ser compatível com os interesses Japoneses, uma vez que ela impedia a união dos países e povos da Ásia Oriental.

O Internacionalismo Japonês baseava-se, então, na busca de um modelo “Asiático Oriental” progressista sob liderança Japonesa, que oferecesse um paradigma de

⁵¹¹ Bushido – o código de conduta Japonês era muito claro. A honra é vista como algo irrenunciável. Sobre isto consultar W. BURKMAN, Thomas (2008), pág. 1 -223;

⁵¹² No que diz respeito ao Japão Imperial consultar W. BURKMAN, Thomas (2008), pág. 1 -223; MAZOWER, Mark (2017), pág.209 -210; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.333 -340; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

⁵¹³ Sobre as reformas no exército Japonês consultar W. BURKMAN, Thomas (2008), pág. 1 -223; MAZOWER, Mark (2017), pág.209 -210; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.110 -117; RÉMOND, René (2011), pág.357 -360; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

⁵¹⁴ No que diz respeito à visão do Japão da Sociedade das Nações consultar W. BURKMAN, Thomas (2008), pág. 1 -223; MAZOWER, Mark (2017), pág.209 -210; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.110 -117; RÉMOND, René (2011), pág.357 -360; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

⁵¹⁵ In MAZOWER, Mark (2017), pág.210;

liderança regional e que era alternativo à organização mundial no seu todo como propunha a Sociedade das Nações⁵¹⁶.

Este regionalismo, na visão Japonesa, seria muito mais eficiente porque não haveria conflito de interesses entre estados, mas tão só uma vontade única expressada regionalmente.

Desta forma, não é de espantar que o Japão e a Itália tivessem formado com a Alemanha o Pacto Tripartido.

O Eixo partilhava ideias comuns de “espaço de influência”, racismo, propagação de uma ideologia de tendor nacionalista e de governação internacional, através de uma política de força e imposição.

Assim, para as potências do Eixo a Sociedade das Nações não era apenas ineficaz, era uma inimiga ideológica que conflituava com tudo aquilo que defendiam e propunham para uma Nova Ordem Mundial⁵¹⁷.

VII) O clima de paz armada: Da diplomacia bilateral ao falhanço do projecto de Desarmamento

Como se consegue perceber pelo retratado anteriormente, os anos 30 não foram fáceis para as Relações Internacionais. Com a Sociedade das Nações a ser uma inimiga ideológica das potências do futuro Eixo, nem como fórum de debate Internacional ela conseguiu ser útil.

A abolição da diplomacia secreta nas Relações Internacionais, passou a ser uma miragem do passado. Uma das principais “bandeiras” de Wilson quando criou a Sociedade das Nações, foi totalmente ignorada pelos estados. Os países, marcados por estes vincos ideológicos distintos, utilizavam a diplomacia secreta e bilateral para fazer alianças, tratados Internacionais e acordos⁵¹⁸.

⁵¹⁶ Sobre o Internacionalismo Japonês consultar W. BURKMAN, Thomas (2008), pág. 1 -223; MAZOWER, Mark (2017), pág.209 -210; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 110 -117; RÉMOND, René (2011), pág.357 -360; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

⁵¹⁷ Para melhor desenvolvimento consultar KISSINGER, Henry. (2016), pág. 209 -277;

⁵¹⁸ Sobre a diplomacia secreta e bilateral nesta fase consultar MAZOWER, Mark (2017), pág. 145 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 171 -243; RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

Esta situação começou a ficar cada vez mais vincada com o decorrer da década e o aumento da agressividade dos Estados nas suas relações durante os conflitos bélicos que foram surgindo.

O projecto de desarmamento e de mediação de conflitos, que até começara a sofrer progressos nos finais dos anos 20, revelou-se um fracasso total com a mudança de paradigma. Ao mesmo tempo, a Sociedade das Nações era totalmente inoperante, não conseguindo emitir decisões com qualquer tipo de carácter vinculativo⁵¹⁹.

Ora, esta situação ficou bem latente no discurso de Robert Cecil a 10 de Setembro de 1931, na Assembleia da Sociedade das Nações, onde exprime claramente⁵²⁰ a sua desilusão e preocupação com o falhanço que era, até à data, o processo de desarmamento.

A declaração de Robert Cecil, não podia ser mais acertada, porque, no dia 18 de Setembro, uma bomba explodiu no Sul da Manchúria, sendo a região, seguidamente, ocupada, em parte, pelo exército Japonês, iniciando com estes acontecimentos um conflito bélico entre China e Japão.

Com o início das hostilidades, a China rapidamente se apresentou perante o Conselho da Sociedade invocando a violação do Pacto pelo governo japonês⁵²¹. Em virtude destes acontecimentos e com a ocupação por parte do exército Japonês, em Outubro de 1931, da região de Chinchow, o Conselho, com excepção claro está do Japão, ordenou no dia 24 de Outubro de 1931 a retirada do exército Japonês da área.

A situação era deveras complicada, porque, por um lado o Japão tinha algumas razões para as suas reivindicações e, por outro, a China tinha, de facto, sofrido uma agressão⁵²².

⁵¹⁹ Para mais desenvolvimentos consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 171 -243; RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

⁵²⁰ In DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.151 -155 ;

⁵²¹ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág. 145 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 141- 149; RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵²² Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 141 -149; RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

Entretanto, em Dezembro de 1931, Chinchow cai definitivamente em mãos Japonesas e, logo em Janeiro do ano seguinte, o Japão inicia um ataque a Shangai. Com todos estes acontecimentos, a China volta a apelar à Sociedade a sua intervenção, tanto ao Conselho como à Assembleia⁵²³.

Entretanto, e durante a ocupação de Chinchow em Dezembro de 1931, a Sociedade, com a resiliência do Reino Unido, decide constituir uma comissão especial para perceber a situação da Manchúria e tentar encontrar uma solução para o caso.

Contudo, o insucesso foi latente em virtude de dois meses depois, a zona ocupada pelo Japão se declarar como independente do demais território Chinês.

No entanto, a Comissão Lytton, não desistiu do seu propósito, adquirindo informação sobre a região e apresentando um relatório à Sociedade em Setembro de 1932, onde coloca como principal conclusão que o futuro da região teria de ser debatido em função de grande parte da população da Manchúria se considerar chinesa. Em seguimento da conclusão apresentada, a Assembleia, em 24 de Fevereiro de 1933, condena o Japão e obriga-o a abandonar a região.

O Japão, como medida de represália, abandona a Sociedade, e nada é feito pelos membros da Sociedade para resolver a situação, porque a Alemanha de Hitler tinha abandonado a Sociedade e o pensamento das grandes potências centrou-se, de imediato e exclusivamente, no perigo que isso poderia representar e não nas vidas e liberdade do povo da Manchúria. Para além disso, como as decisões da Sociedade não eram vistas como vinculativas, os Estados não se acharam na “obrigação” de intervir⁵²⁴.

Entretanto, em Dezembro 1934, as forças Italianas entram em confronto com o exército Abissínio, na fronteira entre a Somália Italiana e a província da Abissínia⁵²⁵.

⁵²³ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.141 -149; RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵²⁴ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 193 -221 ; RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵²⁵ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.175 -180; RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

Estava claro, aquando destes primeiros confrontos, que a Itália pretendia com a ofensiva uma futura invasão da província, como já o tinha feito em tempos remotos.

Com o crescimento das tensões entre estes dois membros, as grandes potências começaram a tentar intervir, por forma a defender os seus interesses. A França e o Reino Unido tentavam obter a simpatia da Itália de Mussolini, porque, com a saída da Alemanha, sentiam que a Europa, com uma união de Hitler e Mussolini, estava ameaçada, parecendo assim que os direitos da Abissínia, enquanto membro da Sociedade e estado independente, eram secundários.

Em seguimento destes eventos, em Janeiro e Março de 1935, a Abissínia apelou ao Conselho para intervir e parar a agressão Italiana, assim como para condenar o governo de Roma pelos actos praticados.

Na análise dos pedidos, a Sociedade iniciou, em Setembro, um procedimento de arbitragem, mas sem conseguir estancar as constantes reuniões e negociações entre Itália, Reino Unido e França⁵²⁶. Com a Sociedade totalmente à parte de tais reuniões, que não chegaram a bom porto, a Itália invade a Abissínia a 3 de Outubro de 1935.

Passados poucos dias, o Conselho condena a situação e decide aplicar sanções económicas. Assim, a 10 e 11 de Outubro são aplicadas a proibição de venda de armas à Itália e o corte de quaisquer tipos de crédito. Em Novembro, com a esperança de surtir efeito, é sugerido o corte do fornecimento de petróleo à Itália.

Com receio que a recomendação da Sociedade fosse tomada em consideração e como represália a tal sugestão, Mussolini coloca as tropas na fronteira com a França e põe toda a Europa em estado de alerta com o possível aparecimento de um novo confronto bélico. Com o medo latente, e totalmente à margem da Sociedade, a França e o Reino Unido reúnem-se com Mussolini, numa tentativa de obter uma solução, e cedem à pressão e chantagem do ditador Italiano, não cumprindo qualquer indicação da Sociedade. Aliás, vincaram a Mussolini que as decisões da Sociedade eram apenas recomendações e que, na realidade, nunca poriam a Paz Mundial em causa para cumprir “sugestões” da Sociedade das Nações.

⁵²⁶ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -212; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013) pág.175 -180; RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

Este sinal de fraqueza revigorou Mussolini que, em Janeiro de 1936, prosseguiu a sua campanha na Abissínia com uma ofensiva militar que não foi devidamente travada, assim como no caso de Hitler, que violou o Tratado de Versalhes e militarizou a zona do Reno.

A 5 de Maio, Mussolini declara-se imperador da Abissínia e a Guatemala abandona a Sociedade referindo que “ficou provado que a prática das ideias pela qual a Sociedade foi criada, era de impossível concretização”.

Em Julho de 1936, inicia-se a Guerra Civil Espanhola, também ela pondo em causa a Sociedade e servindo de antecâmara para a Segunda Guerra Mundial⁵²⁷.

Entretanto, em 1938, em clara violação do estabelecido em Versalhes, é celebrado o *Anschluss* entre Alemanha e Áustria, seguido da invasão da Checoslováquia pela Alemanha, sob o pretexto de defender os interesses das comunidades germânicas minoritárias presentes no território.

Uma vez mais, a questão, em vez de ser resolvida no foro da Organização Internacional, é resolvida através da diplomacia multilateral do acordo de Munique de 29 de Setembro de 1938, em clara violação do Direito Internacional e que termina com a soberania de Checoslováquia⁵²⁸.

Em 1939, com a invasão da Polónia pela Alemanha começa a Segunda Guerra Mundial....

Ora, se dúvidas houvesse, a década de 30 é bem ilustrativa da incapacidade da Sociedade das Nações.

As Relações Internacionais continuavam a ser marcadas sobretudo pela diplomacia bilateral e de conferências. A falta de personalidade jurídica da Sociedade da Nações é mais do que visível, o que se traduziu na previsível incapacidade de actuar em situações de conflito. Como bem referia WRIGHT⁵²⁹ no final dos anos 30 “O Direito

⁵²⁷ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág. 145 -222; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.175 -180; RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵²⁸ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -222; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 193 -243; RÉMOND, René (2011), pág.307 -318; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵²⁹ In MAZOWER, Mark (2017), pág.211 -212;

Internacional enquanto fonte inquestionável de autoridade imparcial, estava em pedaços”.

VIII) As causas do falhanço da Sociedade das Nações

Não se pode dizer que a Sociedade das Nações, falhou por causa de uma razão em específico...

Muitos autores tentam atribuir o fim da Sociedade das Nações, a duas ou três razões fundamentais⁵³⁰. No nosso entender, não se considera que o falhanço da Sociedade das Nações se tenha devido a duas ou três razões, mas sim a uma conjuntura económica, política, histórica e social que propiciou o desfecho terrível da Organização - ou seja, a “tempestade perfeita”.

Vamos tentar, portanto, expor a nossa opinião, sobre quais as razões que consideramos fundamentais para o desfecho da Sociedade.

i) Tratado de Versalhes

Uma das causas de falhanço da Sociedade das Nações é, sem sombra de dúvida o Tratado de Paz assinado em Versalhes a 28 de Junho de 1919.

Neste tratado, que se pretendia que fosse um bom começo para a instituição de uma paz duradoura, verifica-se que os interesses pessoais de algumas potências foram colocados à frente dos interesses da própria Comunidade Internacional. Woodrow Wilson, Presidente dos EUA, tentou que a sua popularidade entre a sociedade europeia da época conseguisse mediar as relações entre as principais potências, gerindo assim o conflito de interesses⁵³¹.

⁵³⁰ Entre outros, Mark Manzower fala no facto da Sociedade das Nações não ser uma Organização internacional para justificar o seu insucesso. Já René Remond fala no Tratado de Versalhes como a principal razão para todos os problemas. Por sua vez Jean-Baptiste Duroselle fala no Tratado de Versalhes mas acrescenta o facto dos Estados Unidos não terem entrado para justificar o falhanço in MAZOWER, Mark (2017), pág.95 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.221 -243; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330;

⁵³¹ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.147 -156; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.221 -243; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e

Para isso, Wilson tornou-se no primeiro Presidente Norte-Americano a deslocar-se à Europa e a permanecer por tanto tempo, tentando ser a “voz de comando” nas negociações de paz. No entanto, como vimos, diferentemente de Taft, nunca idealizou uma Sociedade das Nações que actuasse com poderes vinculativos e muitos menos que se apresentasse como uma “verdadeira” Organização Internacional⁵³².

Wilson não acreditava no valor da vinculatividade do Direito Internacional e achava que a Liga deveria ser uma “parceria de opinião”⁵³³. Se, por um lado, Wilson é o “pai” da Sociedade das Nações é, ao mesmo tempo, o seu “coveiro”, uma vez que nunca pretendeu dotar a Sociedade dos poderes necessários para ser uma verdadeira solução.

Para além disso, cedo se percebeu em Versalhes que diversos países tinham uma agenda própria. A França, recalcada da Guerra Franco-Prussiana de 1871, pretendia utilizar o Tratado como uma forma de humilhar publicamente a Alemanha.

Acrescenta-se a isso o facto de pretender que fossem aplicadas pesadas sanções, sabendo de antemão que a própria Alemanha não as poderia pagar. O que a França procurava era a humilhação e a bancarrota da Alemanha, para que a própria não ousasse futuramente entrar num novo conflito bélico. Contudo, não só a França foi a culpada da situação. O próprio Reino Unido, não estando tão interessado na humilhação pública da Alemanha, também levou a sua agenda própria, nomeadamente no que dizia respeito ao futuro das colónias alemãs, que, pela circunstância da Guerra, ficaram sem metrópole.

Há boa maneira inglesa, os Britânicos tentaram expandir os seus interesses comerciais, tendo uma intervenção muito directa na questão dos mandatos e também na área de influência que pretendiam ter na Sociedade.

PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵³² Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), Lisboa, pág.147 -156; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 221 -243; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, pág.61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵³³ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.147 -156; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.221 -243; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), 61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

O Japão e a Itália, vencedores da Grande Guerra, sentiram que foram totalmente desconsiderados.

O Japão, que com a intervenção na Guerra pretendia o reconhecimento Internacional das potências ocidentais, viu-se posto à margem nas negociações e, conseqüentemente, a opinião pública japonesa considerou um ultraje a atitude tida pelas potências ocidentais⁵³⁴.

Já a Itália, que tinha várias pretensões territoriais, não as viu satisfeitas, tendo a opinião pública italiana considerado uma derrota o que se passou em Versalhes⁵³⁵.

Quanto aos derrotados, a Alemanha viu-se humilhada em Versalhes – o famoso *Diktat*, sendo colocada de parte nas Relações Internacionais, o que ajudou à situação insustentável que permitiu, como consequência futura, a subida do Nazismo ao poder.

A Áustria viu o seu Império destruído com o desmembramento, e também teve pesadas sanções que lhe foram impostas. Não admira, portanto, que o *Anschluss* tivesse tido tantos apoiantes em Março de 1938.

ii) *A Sociedade das Nações enquanto Organização Internacional*

A Sociedade das Nações tinha, em si própria, uma série de deficiências. A mais importante de todas foi, como vimos em ..., a falta de uma “verdadeira” personalidade jurídica, o que comprometeu em larga escala a sua actuação, nomeadamente enquanto Organização vocacionada para a preservação da Paz a nível Mundial⁵³⁶.

Os anos 30 são o melhor dos exemplos...

⁵³⁴ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.221 -243; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág. 61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵³⁵ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.221 -243; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵³⁶ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág. 221 -243; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

Nesse sentido, a postura britânica e francesa (as principais potências fundadoras da Sociedade) perante a Sociedade e outros agentes, no que diz respeito à invasão da Abissínia por parte da Itália, da Manchúria pelo Japão ou da Checoslováquia por parte da Alemanha, são um disso um bom exemplo. A falta de uma “verdadeira” personalidade jurídica foi um problema demasiado evidente e conveniente. Os Estados nunca pretenderam dotar a Organização dos poderes necessários para intervir no Plano Internacional e, apesar de o Pacto parecer sugerir o contrário, a manifestação de vontade dos Estados impossibilitou que a Sociedade funcionasse com naturalidade.

Para além disto, o Pacto da Sociedade das Nações ainda apresentava outras questões formais que se revelaram prejudiciais.

A “má” distribuição dos votos na Assembleia foi algo muito real e nefasto. A opinião pública internacional via, desde a fundação da Sociedade, que alguns países conseguiam ter um grande número de votos e, consequentemente, capacidade de veto sobre variadíssimas questões porque certos territórios sob os quais exerciam alguma espécie de domínio tinham a possibilidade de votar (sendo o caso mais flagrante a Commonwealth Britânica).

Para além disto, o próprio Pacto que constituía a Sociedade era, em si mesmo, um problema. Isto porque dava uma clara ideia de que aquele organismo, que se pretendia universal⁵³⁷, era uma Sociedade apenas e só dos vencedores – impedindo, originalmente, a entrada de potências que perderam a Grande Guerra⁵³⁸.

Todas estas imperfeições foram, com mais ou menos importância, um contributo importante para a autodestruição da Sociedade.

⁵³⁷ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.145 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.221 -243; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵³⁸ Para melhor desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017),pág.145 -181; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.221 -243; RÉMOND, René (2011), pág.307 -330; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

iii) *O falhanço dos projectos de Desarmamento e da Cláusula de Solidariedade Territorial*

Outra das causas do falhanço da Sociedade das Nações foi o falhanço total no projeto de desarmamento e na aplicação da cláusula da solidariedade territorial⁵³⁹.

Como vimos anteriormente, os membros não reconheciam à Sociedade capacidade para gerir os conflitos e, ao mesmo tempo, proteger os interesses de cada estado membro, pondo assim em causa a sua independência.

Nestes termos, a corrida ao armamento, sobretudo na época de 30, veio antever e levou ao surgimento dos primeiros eventos de cariz bélico, culminando no desencadear da Segunda Guerra Mundial.

Esta corrida, em muitos casos, não foi vista com grande entusiasmo, mas sim como um mal necessário, em virtude de a Sociedade não conseguir resolver pacificamente os conflitos.

Em relação à solidariedade territorial, verificou-se também que não passou apenas de uma idealização, sendo demonstrativa da falta de capacidade da Sociedade de impor os interesses de todos os seus membros à frente das agendas pessoais de cada potência. Aliás, relativamente a este ponto, desde o momento em que a Sociedade não foi capacitada de personalidade jurídica se percebeu que era uma causa que não passava de uma simples idealização. Não havendo obrigatoriedade, jamais os Estados actuariam por forma a proteger interesses de terceiros.

O seu falhanço demonstrou, por um lado, a fraqueza da Organização e, por outro, deu “um recado” aos seus membros, de que só poderiam contar com eles próprios para resolver diferendos, o que leva naturalmente a uma desagregação⁵⁴⁰.

⁵³⁹ Para melhor desenvolvimento consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.100 -103; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵⁴⁰ Para melhor desenvolvimento consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.100 -103; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

iv) *O Tribunal Permanente de Justiça Internacional e os Mandatos*

O Tribunal Permanente revelou, aquando da sua génese, uma série de imperfeições, que, por razões óbvias, contribuíram para o seu péssimo funcionamento.

Primeiro, um dos seus grandes problemas era a não obrigatoriedade da sua jurisdição para os membros da Sociedade. Ou seja, um dos membros da Sociedade podia não fazer parte da jurisdição do Tribunal Permanente de Justiça Internacional. Advindo do problema descrito, a cláusula, posteriormente criada, que permitia formular reservas na adesão à jurisdição do Tribunal⁵⁴¹ foi uma autêntica desgraça, pois permitiu que uma série de países colocasse uma série de reservas que esvaziava o âmbito de jurisdição quase na sua totalidade.

Verifica-se, também, que o surgimento da cláusula de reciprocidade⁵⁴² levou a que muitos casos ficassem fora da competência do Órgão.

Por fim, caso um membro saísse ou fosse expulso da Sociedade, o Tribunal declarava-se automaticamente incompetente, invalidando todo o procedimento adoptado e não resolvendo a situação em concreto. Concluindo, conforme se verifica, a jurisdição e competência do tribunal tinha várias condicionantes que obstruíam o seu correcto funcionamento.

Já em relação aos Mandatos⁵⁴³, o principal problema adveio de eles serem vistos, sobretudo pelos países que ficaram sem as possessões coloniais, como um nova forma de colonização e, sobretudo, como uma expansão colonial levada a cabo pelos países vencedores da Grande Guerra. E que na verdade era.

Ficou, portanto, umbilicalmente ligado à ideia da “Sociedade dos Vencedores”.

⁵⁴¹ Para melhor desenvolvimento consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.71 -77; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵⁴² Para melhor desenvolvimento consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.71 -77; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155.; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵⁴³ Para melhor desenvolvimento consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.119 -129; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

v) *A não entrada dos Estados Unidos da América na Sociedade das Nações*

Com o respeito devido aos autores que pensam de forma diferente, considera-se que esta não foi, de todo, uma das principais razões do falhanço da Sociedade.

A nossa opinião fundamenta-se em dois factos. Primeiro, a entrada dos Estados Unidos não significava que a Sociedade das Nações fosse de facto diferente. Aliás, como já percebemos, Wilson tinha uma visão idêntica à transplantada para a Sociedade. A Sociedade das Nações com a entrada dos Estados Unidos, iria continuar a ter todos os problemas supramencionados, nomeadamente a falta de personalidade jurídica.

Para além disso, os Estados Unidos, neste período da história, não eram a principal potência mundial, nem tão pouco estavam dotados de um prestígio Internacional que lhes permitissem assumir a cabeça da organização como autoridade mediadora ou correctiva.

Os Estados Unidos eram um país que se assumia como potência à escala regional, não tendo grandes interesses numa assunção de grande potência mundial. Aliás um bom exemplo disso foi a política regionalista seguida no pós-Wilson⁵⁴⁴.

Neste sentido, considera-se a não adesão do Estados Unidos apenas como causa do falhanço pelo facto de o líder moral e “pai” da Sociedade Woodrow Wilson, o líder mais activo na construção destes moldes de paz, não conseguir com que o próprio país ao qual presidia assumisse um papel no seio da Organização.

vi) *O Crash de Wall Street e a onda de Nacionalismos*

Por fim, não podíamos acabar esta enumeração sem referir estas duas causas.

O Crash da Bolsa, em 24 de Outubro de 1929, mergulhou o Mundo numa profunda crise económica e social que não afetou apenas os EUA, mas sim todas as partes do Globo e especialmente a Europa.

Os países europeus, que ainda recuperavam dos efeitos económicos da Grande Guerra, ficaram em situações agonizantes, tanto a nível económico como social. As

⁵⁴⁴ Para melhor desenvolvimento consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.5 -44; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

dificuldades criadas levaram a ondas de contestação social, que tornaram os países mais individualistas e protecionistas na sua política interna e externa.

A Sociedade das Nações sofreu as consequências da nefasta crise, porque, a partir deste momento, os países começaram cada vez mais a trazer a sua própria agenda para o seio da Sociedade e, por esta via, a minar qualquer pensamento Internacionalista que poderia surgir.

Pode-se dizer, que este acontecimento foi o “pequeno empurrãozinho” para a Sociedade mostrar todas as suas debilidades e carências, que até aqui fizemos o favor de abordar⁵⁴⁵.

A ascensão dos nacionalismos⁵⁴⁶ também foram claramente uma razão que precipitou o fim da Sociedade.

A Alemanha e Itália, ambas com o orgulho ferido de Versalhes e do que ele representou, viram em Mussolini e Hitler verdadeiros “Messias” que iriam resolver todos os problemas através de um governo forte, rígido e imperialista. A sua ideia de Direito Internacional era totalmente díspar da defendida pela Sociedade das Nações pelo que, com a subida de tais projectos ao poder, a ideia de paz perpétua e cooperação internacional neste moldes era nitidamente impossível.

CAPÍTULO IV – A IMPORTANTE EVOLUÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL – “THE LEAGUE IS DEAD, LONG LIVE THE UNITED NATIONS”

E assim começava a Segunda Guerra Mundial. Mais destrutiva do que a Grande Guerra, a Segunda Guerra Mundial vai colocar a Humanidade à beira do abismo⁵⁴⁷.

⁵⁴⁵ Para melhor desenvolvimento consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.5 -44; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵⁴⁶ Para melhor desenvolvimento consultar LIMA, Lobo D'Ávila. (1934), pág.5 -44; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; SILVA, Pereira da. (1933), pág.134 -149; MYERS, Denny. (1930), pág.60 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009);

⁵⁴⁷ Sobre a Segunda Guerra Mundial consultar GILBERT, Martin. (2014), pág. 11 – 963; FERRÃO, Carlos (1945) ; KERSHAW, Ian. (2016), pág. 29-555;

Desde os oitenta milhões de mortes e do genocídio⁵⁴⁸, cometido no fenómeno do Holocausto, até ao esforço de Guerra Total⁵⁴⁹, exigido pelo líderes Nazis ao povo Germânico, a Segunda Guerra Mundial, mais do que vencedores e vencidos, teve vítimas. Não faremos uma análise à Segunda Guerra Mundial. A análise histórica do conflito não é o tema do nosso trabalho

Este capítulo final centrar-se-á no aparecimento da Organização das Nações Unidas e na importante evolução que esta representou para as Relações Internacionais e, sobretudo, para o Direito Internacional.

Neste sentido, faremos um paralelismo com a Sociedade das Nações. Analisaremos a natureza da Carta das Nações Unidas e a personalidade jurídica da Organização das Nações Unidas.

Com os resultados de análise, entraremos num ponto decisivo deste trabalho: discutir o uso da força pelas Nações Unidas e se as Nações Unidas são uma verdadeira representação da Comunidade Internacional. E tudo isto para tentarmos chegarmos a uma conclusão....

Será a Organização das Nações Unidas uma Organização perfeita? Não, como veremos infra. Contudo, tem conseguido manter a paz a nível global nos últimos setenta e três anos. E tal muito se deve à inovação que apresentou relativamente à Sociedade das Nações e ao compromisso que as principais potências assumiram em 1945.

É por isso que utilizamos a frase de Robert Cecil⁵⁵⁰ como título deste capítulo. A frase, que foi preferida na última sessão da Sociedade das Nações, descreve muito bem a evolução do Internacionalismo e o sucesso das Nações Unidas na preservação da paz a nível Mundial nos últimos setenta anos – “The League is dead, long live the United Nations”⁵⁵¹.

⁵⁴⁸ Para além do referenciado na nota anterior, sobre o genocídio na Segunda Guerra Mundial consultar PELZ, William A. (2016), pág. 209 -277; JUDT, Tony. (2006), pág.33- 270; MALLINDER, Louise (2008), pág. 245-262;

⁵⁴⁹ Sobre o esforço de Guerra Total consultar KERSHAW, Ian. (2011);

⁵⁵⁰ Frase proferida por Robert Cecil no seu discurso de encerramento da Sociedade das Nações. Para mais informações consultar *Last speech before the League of Nations* (8 April 1946).

⁵⁵¹ Idem;

I) A criação das Nações Unidas como um aperfeiçoamento do sistema

Se houve algo que a Segunda Guerra Mundial trouxe foi a ideia de que era necessário criar um padrão comum de Direito Internacional vinculativo. Aliás, era desejo dos Aliados que o Direito Internacional se tornasse uma força supranacional eficaz⁵⁵².

Quando Churchill, em 1941, se reuniu com Roosevelt, na Baía de Placentia em 26 de Agosto de 1941, foi firmado por ambos a famosa Carta do Atlântico⁵⁵³. Apesar dos Estados Unidos ainda se encontrarem como um país neutro, Roosevelt profundamente identificado com a causa Aliada, estabelece com Churchill um compromisso em que fica exposto que posteriormente à Guerra se fixasse “a instituição de um sistema de segurança geral fixado em bases mais amplas”⁵⁵⁴.

Estas amplas bases deveram-se ao facto de Roosevelt não querer comprometer de forma vinculada a posição norte-americana, até porque, na data de celebração do documento, os Estados Unidos ainda eram efectivamente um país neutro que não tinha uma vontade político-social completamente formada no que diz respeito à entrada na Guerra⁵⁵⁵. Para além disso, Roosevelt não queria que lhe acontecesse a mesma situação que aconteceu ao Presidente Wilson na Sociedade das Nações perante a opinião norte-americana⁵⁵⁶.

Por outro lado, os britânicos ficaram muito satisfeitos com o compromisso da Carta do Atlântico, porque, na prática, ela era, nas palavras de Churchill, “uma indicação inequívoca e ousada de que depois da Guerra os EUA se juntarão a nós no policiamento do mundo até ao estabelecimento de uma ordem melhor”⁵⁵⁷.

⁵⁵² Sobre a criação de uma Organização Internacional consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.63 -145 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -35; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384; JAKOBI, Anja P. (2009), pág. 45-66; BARNETT, Michael and FINNEMORE, Martha. (2004), pág. 1- 45;

⁵⁵³ Sobre a Carta do Atlântico consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -35; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384; JAKOBI, Anja P. (2009), pág. 45-66; BARNETT, Michael and FINNEMORE, Martha. (2004), pág. 1- 45;

⁵⁵⁴ In MAZOWER, Mark (2017), pág.233;

⁵⁵⁵ Sobre a posição Norte Americana e mais propriamente de Roosevelt consultar FOOT, Rosemary; MACFARLANE, S. Neil and MASTANDUNO, Michael. (2003); MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -35; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384;

⁵⁵⁶ Idem;

⁵⁵⁷ In MAZOWER, Mark (2017), pág. 233;

Com o bombardeamento de Pearl Harbor e a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra, em Dezembro de 1941, Roosevelt e Churchill percebem que uma futura resolução para manutenção da paz no pós-Guerra nunca resultaria sem a cooperação estreita e continuada das Três Grandes Potências Aliadas (Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética)⁵⁵⁸. Com isso, era previsível que a Sociedade das Nações tivesse os dias contados. Primeiro, porque o seu fracasso era patente e, em segundo lugar, porque a União Soviética jamais aceitaria tal solução, visto que tinha sido expulsa da Sociedade em 1939⁵⁵⁹.

Em seguimento de tais acontecimentos, foi assinada, em Janeiro de 1942, em Washington a “Declaração das Nações Unidas”⁵⁶⁰ entre Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética e outros vinte e seis estados. Nesta declaração os participantes comprometeram-se a elaborar um sistema de paz e segurança no pós-Guerra baseado nos princípios mencionados na Carta do Atlântico. O interessante ponto a reter de Washington é o facto de, a partir dessa data, o termo “Nações Unidas” passar a ser utilizado para descrever as potências Aliadas até ao final da Guerra (A Roménia assinou o armistício com “as nações Unidas”, a Itália capitulou perante “as forças armadas das Nações Unidas” e o mesmo aconteceu com a Alemanha)⁵⁶¹.

Esta tomada de decisão foi reafirmada em Novembro de 1943, na conferência de Teerão⁵⁶². A conferência, que reuniu Estaline, Roosevelt e Churchill, seguiu a linha de pensamento das anteriores, contudo trouxe algumas inovações. A primeira era a

⁵⁵⁸ Sobre o papel das “Três Grandes” potências consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -35; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384; JAKOBI, Anja P. (2009), pág. 45-66; BARNETT, Michael and FINNEMORE, Martha. (2004), pág. 1- 45;.

⁵⁵⁹ No que diz respeito à expulsão da União Soviética da Sociedade das Nações consultar VAN GINNEKEN, Anique H.M. (2009); MAZOWER, Mark (2017), pág.198 -205; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.221 -243; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110; FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne ; PETER, Simone and HOGGER, Daniel. (2012); SMITH, Thomas W. (1999), pág. 7 – 185 ; CARR, E.H. (1946), pág. 170 -224; OPPENHEIN, L. (1919);

⁵⁶⁰ Sobre a Declaração das Nações Unidas consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -35; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384; JAKOBI, Anja P. (2009), pág. 45-66; BARNETT, Michael and FINNEMORE, Martha. (2004), pág. 1- 45;.

⁵⁶¹ No que diz respeito à utilização do termos “Nações Unidas” consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.235 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -35; RÉMOND, René (2011) pág.307 -330; JAKOBI, Anja P. (2009), pág. 45-66; BARNETT, Michael and FINNEMORE, Martha. (2004), pág. 1- 45;.

⁵⁶² Sobre a Conferência de Teerão e os seguintes desenvolvimentos MAZOWER, Mark (2017), pág.240 -245 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -35; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384; JAKOBI, Anja P. (2009), pág. 45-66; BARNETT, Michael and FINNEMORE, Martha. (2004), pág. 1- 45;.

necessidade de facto de se construir uma Organização Internacional que assentasse no princípio da igualdade soberana de todos os Estados e em que a sua adesão fosse aberta a todos no período pós-Guerra. A segunda era uma cláusula aceite pelas quatro grandes potências que em caso de ameaça armada pudessem actuar no sentido de impor sanções ou mesmo, em casos extremos, invadir os Estados agressores.

No seguimento desta conferência, foi estabelecido a criação, a 9 de Dezembro de 1943, de um grupo de estudo que formulasse um projecto para a futura Organização Internacional⁵⁶³.

Ora, destes primeiros projectos conseguimos retirar a primeira diferença entre a Organização das Nações Unidas e a Sociedade das Nações: o entendimento dos Estados no sentido de considerarem que a futura organização deveria ser tendencialmente universal, em detrimento do que aconteceu com a Sociedade das Nações. Ou seja, a Organização não deveria ser exclusiva dos vencedores, mas também ter a representação dos vencidos. Apesar de, na prática não ter resultado bem assim, o princípio originalmente vincado já demonstrava uma evolução do pensamento Internacionalista⁵⁶⁴.

É ainda necessário reter que o facto de as três grandes potências não partilharem visões e ideais iguais no que diz respeito às Relações Internacionais não ter constituído impedimento a concordarem que a Paz só poderia ser obtida com a cooperação e intervenção dos principais actores nas Relações Internacionais⁵⁶⁵.

⁵⁶³ Consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.235 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -35; RÉMOND, René (2011) pág.307 -330; JAKOBI, Anja P. (2009), pág. 45-66; BARNETT, Michael and FINNEMORE, Martha. (2004), pág. 1- 45;.

Sobre a Conferência de Teerão e os seguintes desenvolvimentos MAZOWER, Mark (2017), pág.240 -245 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -35; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384; JAKOBI, Anja P. (2009), pág. 45-66; BARNETT, Michael and FINNEMORE, Martha. (2004), pág. 1- 45

⁵⁶⁴ Sobre a evolução do pensamento Internacionalista consultar MAZOWER, Mark (2017), pág. 181 -251; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -35; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384; CLARK, Ian. (2007); AUST, Anthony (2010), pág.178-186; DUNOFF, Jeffrey L. and TRACHTMAN, Joel P. (2009), pág. 37-149;

⁵⁶⁵ Para um maior desenvolvimento consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -75; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384.; CLARK, Ian. (2007); AUST, Anthony (2010), pág.178-186; DUNOFF, Jeffrey L. and TRACHTMAN, Joel P. (2009), pág. 37-149;

O grande passo foi dado com as conferências de Dumbarton Oaks⁵⁶⁶ em Setembro/Outubro de 1944. Nestas mesmas conferências, ficaram determinados três pontos fundamentais pelos quais a nova Organização Internacional deveria ser construída.

A primeira, ou a “tarefa primária”, deveria ser a manutenção da paz e da segurança Internacional⁵⁶⁷.

A segunda, e talvez a mais importante, seria dotar a nova Organização de poderes vinculativos. Basicamente, fazer com que a Organização das Nações Unidas tivesse uma “verdadeira” personalidade jurídica. Aliás, tal concepção ficou bem marcada na Carta das Nações Unidas nos artigos 104º e 105º.

Um bom exemplo do carácter vinculativo foi o entendimento que houve entre os Estados no sentido de dotar a organização de forças armadas⁵⁶⁸. Ora, como parecia, e ainda hoje parece evidente, a criação de algum tipo de forças armadas é essencial neste tipo de organização, porque em *última ratio* e caso todas as sanções aplicadas falhem, ela é a única forma, através de uma operação Internacional, de restabelecer a paz ou acabar com a agressão de um determinado Estado. Portanto, apesar de haver alguma discórdia sobre de que forma é que seriam constituídas estas forças, parecia claro para as Três Grande Potências⁵⁶⁹ que as Nações Unidas teriam obrigatoriamente de ter algum tipo de força militar.

Por fim, o terceiro ponto dizia respeito à filiação. Apesar de haver alguma discórdia entre Soviéticos e Americanos no que diz respeito à adesão das diferentes Repúblicas soviéticas e estados fascistas/ “semi” fascistas, a ideia assente foi que “a

⁵⁶⁶ No que diz respeito às conferências de Dumbarton Oaks consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.245 - 250 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág. 25 -75; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384;

⁵⁶⁷ Relativamente aos principais objectivos das Nações Unidas consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -75; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384 ; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -119; IRIYE, Akira. (2002), pág. 9 -59; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

⁵⁶⁸ Sobre as forças armadas da Organização consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.733 -789; WELLER, Marc; SOLOMOU, Alexia and RYLATT, Jake William. (2015), pág.179 -202;

⁵⁶⁹ Sobre as negociações para a criação de uma Organização Internacional consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -75; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384;

organização aspiraria à universalidade e que o único critério de adesão seria amar a paz”⁵⁷⁰. O que, apesar de na prática não ter “religiosamente cumprido” (por exemplo, Portugal só consegue entrar nas Nações Unidas em 1955), foi um princípio embrionário muito mais auspicioso do que o exposto na altura da criação da Sociedade das Nações.

Não obstante, Dumbarton Oaks conseguiu ainda dar mais alguns passos importantes⁵⁷¹.

Primeiro, chegou-se a um acordo relativamente à composição da Organização Internacional. Assim, ficou determinado que a Organização seria composta por uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Secretariado, um Tribunal Internacional de Justiça (que seria na prática uma “espécie” de continuação do Tribunal Permanente Internacional) e ainda, por influência norte-americana, um Conselho Económico e Social.

Contudo, Dumbarton Oaks não conseguiu resolver todos os diferendos.

Para além da questão da admissão e da constituição das forças militares das Nações Unidas, a questão do poder de veto do Conselho de Segurança não foi um problema resolvido.

Apesar de, para as Grandes Potências, ser praticamente indiscutível a necessidade de existência de um poder de veto, as principais questões residiam relativamente à questão da unanimidade sobre determinadas decisões.

Para os Estados Unidos, a questão da unanimidade era fundamental em questões securitárias. Na sua teorização, era inconcebível que o Conselho de Segurança pudesse actuar contra os próprios Estados Unidos e autorizar uma missão militar contra o membro, mesmo com o veto norte-americano. No entanto, consideravam, acima de tudo pela posição vinculada de Roosevelt⁵⁷² que em algumas questões não devesse ser necessária a unanimidade para que uma resolução fosse aprovada, sob pena de o

⁵⁷⁰ In MAZOWER, Mark (2017), pág.244;

⁵⁷¹ Sobre Dumbarton Oaks consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -75; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384 ; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.39 -119; IRIYE, Akira. (2002), pág. 9 -59; MOUGEL, François-Charles e PACTEAU, Séverine (2009), pág.61 -72;

⁵⁷² No que diz respeito à posição assumida por Roosevelt consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -75; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384;

Conselho de Segurança ser um órgão totalmente ineficiente, tal como a Sociedade das Nações.

Por outro lado, a União Soviética era mais radical, ao considerar que a unanimidade era absolutamente necessária em todas as situações. Profundamente marcada pelo que tinha acontecido na Sociedade das Nações⁵⁷³, a União Soviética não queria que, de alguma forma, o Conselho de Segurança pudesse aprovar alguma resolução contrária aos interesses Soviéticos. Este impasse manteve-se até à Conferência de Ialta.⁵⁷⁴

Em Ialta, que representou um prolongamento de Dumbarton Oaks, foram levantadas variadas questões.

Em primeiro lugar, os países mais pequenos começaram por expressar as suas reservas relativamente a uma vários assuntos, nomeadamente no que diz respeito ao poder de veto do Conselho de Segurança⁵⁷⁵. Aliás, na formulação de muitos estados, questionava-se se os poderes que se pretendia atribuir ao Conselho de Segurança não seria, na realidade, a promoção da criação de uma nova “Santa Aliança”. WEBSTER chegou mesmo a questionar se não estaríamos perante “Uma Aliança das grandes potências metida numa organização Internacional”⁵⁷⁶.

Neste sentido, os pequenos estados redirecionaram as suas intervenções para perceberem quais os direitos da Assembleia Geral nesta nova organização, nomeadamente no que diz respeito aos direitos humanos e às complicadas questões coloniais.

No que diz respeito às grandes potências, o maior desafio era tentar resolver o impasse relativamente à formulação do poder de veto. Roosevelt, que tinha também a questão da opinião pública norte-americana, decidiu levar à conferência uma comitiva composta por membros de todos os quadrantes políticos⁵⁷⁷. Não querendo correr os riscos que Wilson correu, Roosevelt fez uma campanha interna intensa a favor do

⁵⁷³ No que diz respeito à expulsão da União Soviética da Sociedade das Nações consultar Capítulo III;

⁵⁷⁴ Sobre a Conferência de Ialta consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -75; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384;

⁵⁷⁵ Idem

⁵⁷⁶ Ibidem;

⁵⁷⁷ Para perceber melhor a posição de Roosevelt e consequentemente dos Estados Unidos consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -75; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384;

Internacionalismo e decidiu envolver todo o Congresso na discussão internacionalista⁵⁷⁸.

No seguimento, o que se vai conseguir alcançar em falta é o entendimento que acabou por acontecer entre as Grandes Potências na definição da extensão do poder de veto⁵⁷⁹.

Ficou então definido que o veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança estaria presente em todas as situações excepto nas questões processuais⁵⁸⁰.

O papel de Roosevelt em busca de entendimento foi notório. Mediou não só as questões relativas à posição da opinião pública norte-americana (que era totalmente contrária a um acordo político com o Comunismo Soviético), como também aproximou a visão ocidental com a visão soviética, no sentido de obter uma convergência frisada na Organização criada⁵⁸¹. Isso permitiu não só que fosse criada a Organização das Nações Unidas, mas também, contrariamente ao que aconteceu nos pós-Grande Guerra, que os Estados Unidos fossem parte activa na organização.

Assim, apesar de já ter falecido na Conferência de São Francisco que definitivamente criou a organização, como dizem alguns autores⁵⁸², se existiu um “pai” da Organização das Nações Unidas, esse foi sem sombra de dúvidas o Presidente Norte-Americano.

A Conferência de São Francisco, que durou de 25 de Abril a 25 de Junho de 1945, fez os ajustes finais e fixou a Constituição da nova organização através da Carta das Nações Unidas⁵⁸³.

A Sociedade das Nações é dissolvida em 1946 e grande parte dos seus funcionários e bens são absorvidos pelas Nações Unidas⁵⁸⁴.

⁵⁷⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -75;

⁵⁷⁹ Sobre os resultados de falta consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -75; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384;

⁵⁸⁰ Idem;

⁵⁸¹ Sobre a importância de Roosevelt consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -75; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384;

⁵⁸² Entre outros, Mark Mazower, Jean Baptiste Duroselle, André Kaspi, e René Rémond in MAZOWER, Mark (2017),pág.227 -251; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, pág.25 -75;

⁵⁸³ No que diz respeito à Conferência de São Francisco consultar DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -35; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384;

⁵⁸⁴ Sobre o fim da Sociedade das Nações vide Capítulo III e Capítulo IV;

Neste ponto, devemos então perguntar se a Organização das Nações Unidas é definitivamente um ponto de rompimento com o passado? Aparentemente não. Como diz SWEETSER⁵⁸⁵ “(..) os sentimentos quando instado a comparar a Liga com a ONU, são como os de um homem na segunda lua-de-mel a falar da sua primeira mulher. E não é que a segunda mulher se parecia estranhamente com a primeira?”.

De facto, as Nações Unidas, na prática, estavam baseadas na estrutura tripartida fundamental da qual a Sociedade das Nações foi pioneira – poder executivo, legislativo e judicial. Como tal, verifica-se que, tal como a Sociedade das Nações, temos nas Nações Unidas uma Assembleia, um Conselho e um Tribunal.

Contudo a Organização das Nações Unidas, pela forma como foi configurada e pelas inovações que trouxe, representa não um rompimento com o passado, mas sim um aperfeiçoamento. A Sociedade das Nações acaba por ser como a mitológica fénix, que morre e renasce das cinzas numa versão melhorada.

Essa versão “melhorada” está patente em vários aspectos⁵⁸⁶.

Em primeiro lugar, é dotada de personalidade jurídica⁵⁸⁷. Como veremos, este é talvez o ponto evolutivo mais importante relativamente à Sociedade das Nações.

Neste sentido, também a sua própria natureza se altera. O Conselho de Segurança é dotado de poder de veto e tem jurisdição exclusiva para a manutenção e imposição da paz⁵⁸⁸. A Assembleia existe essencialmente como câmara de debates, mas

⁵⁸⁵ In MAZOWER, Mark (2017),pág.249;

⁵⁸⁶Para melhor desenvolvimento consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.340 -380; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69; WILLIAMS, John and LANG, Anthony F. (2005), pág. 95-210; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965);, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

⁵⁸⁷ Sobre a personalidade jurídica das Nações Unidas consultar CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.430 -433; ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166;

⁵⁸⁸ Sobre o Conselho de Segurança consultar JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -733 ; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.153 -169; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.261 -263; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645;

torna-se importante num sentido de permitir a chamada “diplomacia multilateral”⁵⁸⁹. O Conselho Económico e Social (uma real inovação) consegue ser um verdadeiro motor de cooperação Internacional⁵⁹⁰, enquanto que o novo Tribunal Internacional de Justiça, apesar de ter menos actividade, consegue ser mais realista e evitar algumas das deficiências do Tribunal Permanente⁵⁹¹.

Assim sendo, para melhor compreensão, no próximo ponto deste capítulo descreveremos cada um destes órgãos, sendo seguido de uma explanação ilustrativa das razões pelas quais a Organização das Nações Unidas se tornou uma realidade muito mais eficiente.

BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

⁵⁸⁹ Sobre a Assembleia Geral consultar PEREIRA, Bruno Yepes. (2006), pág. 130 -131; MONCADA, António Cabral de. (1996), pág. 336; JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.389 -411; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.245 -251; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.259 -261; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69;; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

⁵⁹⁰ Sobre o Conselho económico e Social consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág. 389 -411 ; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.271 -274; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.263 -264; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69;; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

⁵⁹¹ Sobre o Tribunal Justiça Internacional consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.1117 -1143 ; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.275 -287; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.264 -269; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69;; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

II) Os órgãos da Organização das Nações Unidas

Neste ponto falaremos resumidamente dos órgãos que compõe a Organização das Nações Unidas. Por razões práticas e pelo interesse que representam para este trabalho, centraremos a nossa análise nos órgãos principais da Organização. Quanto aos órgãos “integrados” (artigo 7º nº1 da Carta das Nações Unidas), sem querer retirar-lhes a devida importância, não faremos a sua análise (até pela sua falta de relevância prática para o presente estudo).

Os seis órgãos principais que compõe a Organização são: o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral, o Secretariado, o Conselho Económico e Social, o Tribunal Internacional de Justiça e o, na prática extinto, Conselho de Tutela.

Começemos pelo mais importante de todos: o Conselho de Segurança

i) *Conselho de Segurança*

Diferentemente do que acontecia com o Conselho Permanente, o Conselho de Segurança é um órgão restrito ao qual se atribui a responsabilidade principal pela manutenção da paz e da segurança Internacional⁵⁹².

Ele é composto pelos membros permanentes (“As 5 grandes” - URSS (actual Federação Russa), Reino Unido, França, Estados Unidos da América e República Popular China) e pelos membros não permanentes (eleitos e rotativos, sendo originalmente seis e, actualmente, onze).

Nas deliberações do Conselho de Segurança, verifica-se que estas, para serem aprovadas, necessitam em questões procedimentais de uma maioria simples do membros do Conselho e, em questões não procedimentais, de uma maioria qualificada, uma vez basta a maioria simples, desde que contenha os votos favoráveis dos cinco

⁵⁹² Para um melhor desenvolvimento consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -733; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.251 -260; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.261 -263; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69;; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

membros permanentes (o famoso “P5”)⁵⁹³. Quanto a este ponto, importa ainda realçar que existe ainda um poder de “duplo veto”, que pode ser traduzido na decisão de uma determinada questão ser ou não considerada procedimental⁵⁹⁴. Sendo esta decisão (a análise da questão ser ou não procedimental) não procedimental, um membro permanente poderá vetar duplamente uma deliberação (p.e. bastará votar negativamente sobre a procedimentalidade da decisão e, de seguida, usar o poder de veto para vetar a deliberação).

Convém ainda referir que se tem entendido que uma abstenção, quando utilizada por um dos membros permanentes numa questão não procedimental, tem um efeito idêntico ao veto, exceptuando esta regra se o membro permanente declarar expressamente que não se opõe à proposta ou caso não esteja presente na votação.⁵⁹⁵

⁵⁹³ Sobre os membros permanentes ou o apelidado “P5” consultar JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -733 ; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.251 -260; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.261 -263; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

⁵⁹⁴ Para melhor compreensão entre questões procedimentais e não procedimentais consultar JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.652 -687 ; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.251 -260; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.261 -263; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992) pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

⁵⁹⁵ Para melhor desenvolvimento consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.652 -687; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.251 -260; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.261 -263; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

Quanto à competência do Conselho de Segurança, e diferentemente do que acontecia no Conselho Permanente, podemos afirmar que elas são mais limitadas. mas passaram a ser vinculativas⁵⁹⁶.

Dizemos isto porque, por um lado, as deliberações do Conselho de Segurança são todas circunscritas à manutenção da paz e segurança Internacional, mas, por outro, são verdadeiramente vinculativas porque o Conselho de Segurança pode, no âmbito dos seus poderes ordenar sanções⁵⁹⁷ (e não apenas “sugerir”, como acontecia na Sociedade das Nações) e enviar forças de segurança das Nações Unidas (que sequer existiam na Sociedade das Nações).

O Conselho de Segurança delibera a pedido dos Estados Membros (artigo 35º nº1 da Carta), dos Estados não membros (artigo 35 nº2 da Carta), da Assembleia Geral (artigo 11 nº3 da Carta) e do Secretário-Geral (artigo 99º da Carta).

No âmbito das suas competências, verifica-se que as deliberações podem ser meras “recomendações” (de acordo com o Capítulo VI da Carta) ou “resoluções” (de acordo com o artigo VII da Carta)⁵⁹⁸.

⁵⁹⁶ Sobre a vinculatividade do Conselho de Segurança consultar JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -733 ; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.251 -260; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.261 -263; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

⁵⁹⁷ Para melhor compreensão das sanções do Conselho de Segurança consultar JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -733; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.251 -260; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.261 -263; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

⁵⁹⁸ Para perceber a diferença entre resoluções e recomendações consultar JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -687; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.287 -296; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.259 -261; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

A principal diferença reside no facto de as “resoluções” serem juridicamente vinculativas para os Estados envolvidos. Na prática, isto significa que, se uma resolução desta natureza não for cumprida, o Conselho de Segurança poderá tomar medidas para instigar o Estado a cumprir (que podem ir desde meros avisos de incumprimento até a uma intervenção armada)⁵⁹⁹.

Esta é também uma verdadeira “novidade” do Conselho de Segurança, que só é possível porque as Nações Unidas têm personalidade jurídica. Na Sociedade das Nações, como não tínhamos qualquer tipo de vinculação jurídica, as deliberações seriam sempre “obrigatoriamente” meras recomendações⁶⁰⁰.

Para além disto, o Conselho de Segurança vota ainda na eleição do Secretário Geral (artigo 97º da Carta), nas decisões relativas à composição da Organização (artigo 4º e 6º da Carta) e no Estatuto dos Estados membros (artigo 5º da Carta).

ii) A Assembleia Geral

A Assembleia Geral (tal como já o era na Sociedade das Nações) é um órgão de representação plenária composta por todos os Estados da Organização ao qual é atribuído um voto (artigo 9.º e 18.º da Carta)⁶⁰¹.

⁵⁹⁹ BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -687;

⁶⁰⁰ Consultar PEREIRA, Bruno Yepes. (2006), pág. 130 -131; MONCADA, António Cabral de. (1996), pág. 336; JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.389 -411; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.245 -251; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.259 -261; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69;; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

⁶⁰¹ PEREIRA, Bruno Yepes. (2006), pág. 130 -131; MONCADA, António Cabral de. (1996), pág. 336; JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.389 -411; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.245 -251; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.259 -261; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69;; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

A Assembleia é administrada por um secretariado eleito, que dispõe de poder administrativo dentro da Assembleia. Contrariamente ao Conselho de Segurança, é um órgão não permanente que se reúne anualmente para as sessões ordinárias e caso se justifique a qualquer altura para sessões extraordinárias (artigo 20.º da Carta)⁶⁰².

As deliberações da Assembleia são normalmente adoptadas por maioria simples (artigo 18º da Carta), sendo apenas exigida maioria qualificada de dois terços no caso de se tratar de “questões relevantes”⁶⁰³, cuja lista se encontra na Carta (artigo 18.º da Carta).

A Assembleia Geral, contrariamente ao Conselho de Segurança, tem uma competência ampla, mas essencialmente política. Basicamente, a função da Assembleia Geral é, dentro das suas competências, a de “formular recomendações aos membros das Nações Unidas e ao Conselho de Segurança ou a este e aqueles, conjuntamente, com referência a quaisquer questões ou assuntos”⁶⁰⁴ (artigo 10.º da Carta).

As matérias sobre as quais as recomendações não devem versar são as relativos à competência reservada dos Estados, aquelas que estejam a ser apreciadas pelo Conselho de Segurança e as relativas à paz e segurança Internacionais que deverão ser reenviadas para órgão competente: o Conselho de Segurança⁶⁰⁵.

A Assembleia Geral tem ainda outras competências.

⁶⁰² BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -687;

⁶⁰³ No que diz respeito às deliberações das Nações Unidas consultar PEREIRA, Bruno Yepes. (2006), pág. 130 -131; MONCADA, António Cabral de. (1996), pág. 336; JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.599 -647; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.287 -296; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.259 -261; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.153 -189; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69;; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

⁶⁰⁴ In Artigo 10º da Carta das Nações Unidas

⁶⁰⁵ Para melhor desenvolvimento consultar JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -733; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.251 -260; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.261 -263; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106

A eleição de membros de outros órgãos principais (artigo 23.º n.º 1, artigo 61.º, n.º 1 e artigo 86.º, n.º 1, alínea c) da Carta) e de alguns órgãos subsidiários (artigo 22.º da Carta), poder de autoridade sobre o Conselho Económico e Social e sobre o Conselho de Tutela (artigo 85.º da Carta), coordenação de actividades das instituições ou organizações especializadas (artigo 63.º da Carta), autoridade sobre a administração da organização e o seu orçamento (artigo 17.º da Carta), concessão de autorização às organizações especializadas para recorrerem ao Tribunal Internacional de Justiça nas situações do artigo 96.º n.º 2 da Carta e, ainda, discussão de outros assuntos nos termos do artigo 10.º e 11.º da Carta.

Para além disso, ainda partilha com o Conselho de Segurança a definição da composição da organização (artigo 4.º a 6.º da Carta), a eleição dos Juizes do Tribunal Internacional de Justiça (artigo 9.º do ETIJ) e a designação do Secretário-Geral (artigo 97.º da Carta).

Como se alcança a leitura da Carta, as faculdades de actuação da Assembleia Geral são muito mais limitadas do que as do Conselho de Segurança, funcionando sobretudo como uma “câmara de debates”⁶⁰⁶.

Contudo, diferentemente do que aconteceu na Sociedade das Nações, a Assembleia Geral das Nações Unidas consegue que as suas resoluções, apesar de não serem “vinculantes” como acontece no Conselho de Segurança, possam produzir efeitos jurídicos relevantes. Não só no que diz respeito à interpretação da própria Carta, mas, sobretudo, na formação (em algumas situações) de normas e princípios de Direito Internacional, sendo que tal só é possível pela própria natureza da Organização das Nações Unidas⁶⁰⁷.

⁶⁰⁶ Para perceber melhor o papel da Assembleia enquanto “Câmara de debates” consultar JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -733; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.251 -260; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.261 -263; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

⁶⁰⁷ Sobre a situação e para posterior desenvolvimento consultar PEREIRA, Bruno Yepes. (2006), pág. 130 -131; MONCADA, António Cabral de. (1996), pág. 336; JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.613 -647; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel

iii) O Secretariado

O Secretariado é o órgão administrativo da Organização das Nações Unidas⁶⁰⁸. É composto pelo Secretário Geral e pelos restantes funcionários Internacionais.

Sobretudo, através da figura do Secretário Geral, o Secretariado tem uma função administrativa e política.

Entre outras, o Secretário Geral convoca as reuniões do Conselho de Segurança, mas também, quando necessário, chama à atenção deste quando se está perante uma situação que possa perigar a paz (artigo 99.º da Carta).

Ao mesmo tempo, tem a faculdade e de representar a Organização, utilizar diversos meios de acção, de acordo com o artigo 98.º e 99.º da Carta, e de dirigir e controlar as operações de manutenção de paz de acordo com as resoluções que lhes deram origem.

iv) O Tribunal Internacional de Justiça

O Tribunal Internacional de Justiça é basicamente idêntico ao Tribunal Permanente que oportunamente descrevemos.

de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.287 -296; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.259 -261; QUEIROZ, Cristina. (2013), pág.153 -189; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69;; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

⁶⁰⁸ Para melhor desenvolvimento consultar JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -733; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.251 -260; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.261 -263; QUEIROZ, Cristina. (2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

Aliás, muitos autores⁶⁰⁹ classificam o Tribunal Internacional de Justiça não como um órgão originário, mas como um órgão que na sua base é uma continuação do Tribunal Permanente de Justiça Internacional.

O Tribunal Internacional de Justiça é integrado por quinze juízes eleitos por voto conjunto da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança⁶¹⁰.

Contudo, diferentemente do que representou o Tribunal Permanente de Justiça Internacional, o Tribunal Internacional exerce uma competência consultiva que, apesar de não apresentar uma natureza vinculativa, tem um efeito não negligenciável na interpretação e aplicação do Direito Internacional.

Aliás, o Conselho de Segurança, em muitas das suas deliberações, sustentou a sua decisão em interpretações feitas pelo Tribunal Internacional de Justiça.

v) *O Conselho Económico e Social*

O Conselho Económico e Social, de inspiração norte-americana, representa uma verdadeira inovação. Composto por cinquenta e quatro estados eleitos pela Assembleia Geral, o Conselho Económico e Social tem como principal função a actividade de cooperação Internacional da Organização das Nações Unidas⁶¹¹.

⁶⁰⁹ Entre outros, Mark Manzower, Jean- Baptiste Duroselle, André Kaspi e Jan Klabbers in MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André (2014), pág.25 -35 ; KLABBERS, Jan. (2013), pág. 140 -163;

⁶¹⁰ Para melhor desenvolvimento consultar JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -733; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.251 -260; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.261 -263; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

⁶¹¹ Para melhor desenvolvimento consultar JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -733; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.251 -260; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.261 -263; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.141 -153; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

Apesar de ser visto como um órgão dependente da Assembleia, o Conselho Económico tem desempenhado um papel importante na cooperação económica e social, nomeadamente no desenvolvimento do comércio Internacional, industrialização, recursos naturais, Direitos do Homem, Igualdade de Direitos, prevenção da criminalidade, questões demográficas e ciência e tecnologia⁶¹².

O trabalho do Conselho centra-se na emissão de recomendações dirigidas a estados membros, Assembleia e organizações especializadas. Como não é um órgão político, mas um órgão vocacionado para a cooperação internacional, a sua tarefa de se relacionar com as organizações especializadas tem sido de extrema importância, até para estabelecer “pontes” entre estas e a Organização, assim como perante diversas ONG`s⁶¹³.

vi) O Conselho de Tutela

O Conselho de Tutela foi o sucessor “espiritual” da Comissão Permanente dos Mandatos. No entanto, diferentemente desta, teve um papel muito mais conciliador.

Não podemos afirmar que o seu papel foi muito importante, nem que na prática representou uma verdadeira novidade relativamente à Comissão Permanente dos Mandatos. No entanto, não teve a mesma conotação política que a Comissão, pelo que acabou por ser muito mais bem aceite pelos Estados⁶¹⁴.

Desde 1994, com a autonomia de Palau, que é uma memória histórica, não desempenhando qualquer função.

⁶¹² BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -733;

⁶¹³ Sobre a cooperação entre o Conselho económico e Social e as diferentes ONG`s consultar ROCHA, Manoel Ibson Cordeiro. (2012); LOWE, Vaughan. (2007), pág. 100 -136; MELLO, Celso D. Albuquerque. (2004), pág. 1475 -1497; ORFORD, Anne (2006), pág.389-409; BEDERMAN, David J. (2002), pág. 1-49;

⁶¹⁴ Para um melhor desenvolvimento sobre as actividades do Conselho de Tutela consultar QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.153 -189; MATTOS, Adherbal Meira. (2010), pág. 330 -360; KOSKINIEMI, Martti (2004), pág. 413 - 510;

III) A natureza da Carta das Nações Unidas

A Carta das Nações Unidas, tal como o já referenciado Pacto da Sociedade das Nações, foi estabelecida através de um Tratado.

O Tratado que institui a Carta das Nações Unidas vale para os seus Estados Membros como qualquer outro tratado vinculado, segundo um dos princípios basilares do Direito dos Tratados, o *Pacta sunt servanta*⁶¹⁵.

Mas, será realmente a Carta das Nações Unidas um “verdadeiro” Tratado ou será como outros autores afirmam é a Carta mais do que um Tratado, tendo uma verdadeira natureza constitucional?

Primeiro devemos recuperar a definição de Tratado Internacional. Consoante já referenciamos supra tanto pela Convenção de Viena como pelas definições dadas por diferentes Autores consegue-se retirar elementos comuns em todas as definições consideradas⁶¹⁶.

Deste modo, em primeiro lugar, e antes de mais, um Tratado Internacional é um acordo de vontades (ex consensu advenit vinculum). Em segundo lugar para estarmos perante um verdadeiro Tratado é necessário que todas as partes sejam sujeitos de Direito Internacional e que hajam nessa qualidade⁶¹⁷. Ora, relativamente a estes dois pressupostos não existem dúvidas de que a Carta das Nações Unidas os preenchem. A Carta foi formada pela vontade dos Estados Membros e eles são sujeitos de Direito Internacional. Os outros dois pressupostos essenciais para estarmos perante um Tratado Internacional são o facto de ele ser regulamentado pelo Direito Internacional e de produzir efeitos com relevância nas Relações Internacionais (sejam efeitos a serem produzidos directamente nas relações entre os Estados sejam efeitos a serem produzidos nas ordens internas das partes)⁶¹⁸.

⁶¹⁵ Para melhor desenvolvimento consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.389 -411; CUNHA, Silva e PEREIRA, Maria da Assunção do Vale. (2000), pág.471 -534; BRITO, Wladimir de (2014), pág. 303 -312; MOREIRA, Adriano. (1983), pág.116 -161;

⁶¹⁶ Sobre a definição de Tratado Internacional consultar MIRANDA, Jorge. (2012), pág. 255 -259; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.153 -189; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.169 -176; MOREIRA, Adriano. (1983), pág.116 -161 ; DUPUY, René-Jean. (1993), pág. 109 -173;

⁶¹⁷ Vide Capítulo II;

⁶¹⁸ Vide Capítulo II;

Também neste sentido, não existem dúvidas no cumprimento destes dois pressupostos. A Carta das Nações Unidas foi regulamentada pelo Direito Internacional e é capaz de produzir efeitos jurídicos relevantes nas Relações Internacionais. Um bom exemplo disso é a Carta cumprir os pressupostos do Direito Internacional e produzir efeitos jurídicos relevantes ao dotar a Assembleia e o Conselho de Segurança dos poderes necessários para actuar na base do Direito.

Neste sentido, parece que a Carta das Nações Unidas, tal como o Pacto da Sociedade das Nações, é um verdadeiro Tratado Internacional. No entanto, existem vários autores que vão mais além e defendem que a Carta das Nações Unidas é uma verdadeira constituição⁶¹⁹.

Consequentemente os Autores que defendem o Constitucionalismo da Carta apresentam vários argumentos. A Carta, segundo esta visão, está elencada nos chamados “Tratados Universais” (Tratado emanado pela Comunidade Internacional) pelo que é um verdadeiro equilíbrio entre o Tratado e a Lei⁶²⁰.

Como defende TOMUSCHAT⁶²¹, estes Tratados são qualificados como sendo “Volkerrechtliche Nebenverfassungen”, ou seja, tem uma natureza fundacional tal como a representação do Direito Constitucional interno dos Estados.

Por outras palavras, estes tratados corporizam e representam interesses comuns e valores partilhados pela Comunidade Internacional, representando à vontade colectiva de toda a Humanidade.

Conclusivamente, quando olhamos para estes Tratados, podemos falar numa verdadeira legislação internacional que preenche um novo conceito de “constituição”, criando obrigações colectivas vinculantes que limita efectivamente a vontade subjectiva dos Estados. Os elementos que compõe e justificam este “novo constitucionalismo Internacional” são novos e variados.

Ora, em primeiro lugar verifica-se a actual emergência de normas jurídicas que estipulam obrigações nas relações entre os Estados e na relação dos Estados com a

⁶¹⁹ Entre outros, Cristina Queiroz, Christian Tomuschat, Lung – Chu Chen, Mario Prost in QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.145 -153 ; TOMUSCHAT, Christian (2009); CHEN, Lung-Chu.(2015), pág. 423-439; PROST, Mario (2012), pág.69-129;

⁶²⁰ Idem;

⁶²¹ In TOMUSCHAT, Christian (2009);

Comunidade Internacional⁶²². Consecutivamente, verifica-se também o aparecimento e corporização de uma série de normas jurídicas consideradas fundamentais que não podem ser derogadas pelos Estados e outros sujeitos de Direito Internacional e vinculam-nos mesmo contra a sua vontade – *ius cogens*⁶²³.

Tanto estas normas de *ius cogens* como as obrigações *erga omnes* que vinculam os Estados pressupõem uma esfera de assuntos partilhados por toda a Humanidade representados na Comunidade Internacional⁶²⁴. Para além disto, tudo ainda se assiste à criação e institucionalização de Tribunais independentes de carácter vinculativo que emitem decisões baseadas e com base nesta nova corporização normativa do Direito Internacional.

Pelo que esta nova realidade jurídica internacional pela sua universalidade e carácter jurídico vinculativo obriga, para os defensores da tese do “constitucionalismo”, os Estados e outros sujeitos de Direito Internacional de forma unilateral ao cumprimento destas mesmas normas.

Nestes termos, nas palavras de CRISTINA QUEIROZ “O Transgovernamentalismo converte-se hoje, rapidamente no modo mais extenso e efectivo de “governança” a nível Internacional, transnacional e global. Por isso importa reclamar para este campo uma “reconceptualização” teórica e uma integração no quadro de um “pensamento constitucional””⁶²⁵.

Acrescentando-se ainda, no que concerne à Carta, que ela dá legitimidade efectiva às Nações Unidas para exercerem poderes (ainda que a título excepcional) para actuarem sobre uma determinada comunidade territorial.

De facto, esta série de argumentos apresentados colocam-nos a dúvida sobre uma possível constitucionalidade da Carta. No entanto, salvo melhor opinião, considerarmos a Carta como uma espécie de Constituição Internacional parece-nos algo exagerado.

⁶²² In QUEIROZ, Cristina .(2013) pág.145 -153 ;

⁶²³ Sobre o *Ius Cogens* consultar BAPTISTA, Eduardo Correia. (1997), pág.504 -506 ; KAMMERHOFER, Jorg. (2010), pág. 195-240;

⁶²⁴ In QUEIROZ, Cristina .(2013) pág.145 -153 ;

⁶²⁵ In QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.136 ;

O poder emanado pela Carta das Nações Unidas é exercido de forma limitada e excepcional, ao contrário do exercido internamente pelos Estado, que tem um carácter permanente e não excepcional.

Para além disto, a aplicação da natureza constitucional à Carta não faz sentido, considerando a estrutura das Nações Unidas. Quando olhamos para as Nações Unidas não constatamos a existência de um “Governo de cariz mundial”. Estruturalmente as Nações Unidas não são, nem tentam ser um Governo Global, são simplesmente uma Organização Internacional. Nessa linha, vai, aliás, CORREIA BAPTISTA⁶²⁶, ao defender que: “Não é apenas o facto de a Carta não ser a lei fundamental da Comunidade internacional, por existir Direito com hierarquia superior a esta, o Direito Internacional Costumeiro, e que algumas das normas deste implicaram já a extinção de preceitos da Carta. Com efeito, segundo se julga, uma constituição nunca é um acto supremo, existindo sempre normas superiores a esta, desde logo, de Direito Internacional.”

Pelo que não temos dúvidas em afirmar que a Carta das Nações Unidas é um Tratado Multilateral.

Se fosse uma verdadeira constituição, seria um acto unilateral. Ora também esta simples constatação dá para perceber que a natureza Constitucional não tem fundamento, porque como muito bem refere CORREIA BAPTISTA⁶²⁷ “Isto é, uma parte num tratado pode alegar um vicio de vontade para se desvincular. Uma entidade que tenha participado na aprovação de um acto unilateral conjunto (portanto, criado por várias entidades) apenas poderá invocar um vicio de vontade no caso de o seu consentimento ter sido decisivo para aprovação do acto e, neste caso, todo o acto será inválido em relação a todos os seus destinatários e não apenas em relação a que o invoca”.

Pegando nas palavras do Ilustre Professor, e levando o argumento ao absurdo, podíamos referenciar que. se considerássemos a constitucionalidade da Carta, caso um Estado membro alegasse um vicio de vontade na sua adesão à Carta esse vicio poderia aproveitar a todos os demais Estados. Como é facilmente perceptível, esta idealização não tem concretização.

⁶²⁶ In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.393 -394;

⁶²⁷ In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.394 -395;

Logo, a Carta das Nações Unidas só constitui um acto unilateral relativamente à própria Organização. Os Estado Membros controlam a Organização, portanto não podemos falar de um acto unilateral, mas sim multilateral.

Pelo que, em termos conclusivos, não existem dúvidas em afirmar que a Carta tem a natureza de um verdadeiro tratado Internacional – assim como tinha o Pacto da Sociedade das Nações.

IV) A personalidade jurídica da Organização das Nações Unidas

Vamos agora analisar a personalidade jurídica da Organização das Nações Unidas.

Diferentemente do que acontecia no Pacto da Sociedade das Nações, a Organização das Nações Unidas tem no artigo 104.º da sua Carta expressamente prevista a personalidade jurídica da Organização.

Assim, o artigo 104.º da Carta dispõe “A Organização gozará, no território de cada um dos seus membros, da capacidade jurídica necessária ao exercício das suas funções e à realização dos seus objectivos.”

Nestes termos, parece desde logo que a Carta das Nações Unidas não deixa margem para dúvidas no que concerne à existência de personalidade jurídica.

Ora, recuperando as definições de Personalidade Jurídica Funcional e de Personalidade Jurídica Internacional supra explanadas⁶²⁸, verificamos que, no que concerne à primeira, não residem dúvidas que a Organização das Nações Unidas tem personalidade jurídica funcional.

Conforme explanamos, a personalidade jurídica funcional representa “o reconhecimento como sujeito de direito conforme as regras do ordenamento jurídico do estado que a hospeda e que serve como instrumento para a realização dos objectivos institucionais”⁶²⁹.

Atendendo a isto, verifica-se que, para além do artigo 104.º supramencionado que pode ser referenciado para a existência de uma personalidade jurídica funcional,

⁶²⁸ Vide Capítulo II, ponto VI;

⁶²⁹ In ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.154;

também o artigo 105.º, n.º 1 da Carta confirma esta disposição, indo mais além referindo que “A Organização gozará, no território de cada um dos seus membros, dos privilégios e imunidades necessários à realização dos seus objectivos.”.

Neste sentido, também a própria Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas reforça esta posição, assegurando no artigo 2.º que os bens, instalações e arquivos da Organização gozam de total imunidade, sendo completamente invioláveis, independentemente do local onde se encontrem⁶³⁰.

Consequentemente, fazendo um ponto comparativo entre as Nações Unidas e a Sociedade das Nações, podemos referenciar, relativamente à Personalidade Jurídica Funcional, que, apesar de ambas estarem dotadas, a sua natureza é totalmente diferente.

O Pacto da Sociedade das Nações era omissivo neste aspecto. Conforme expusemos, a Sociedade das Nações estava dotada de Personalidade Jurídica Funcional pela sua própria natureza⁶³¹. O Pacto nada dispunha e os privilégios e imunidades que pudessem emergir só surgiam da própria natureza da Sociedade e do seu Pacto. Obviamente que, relativamente aos privilégios e imunidades pela natureza das coisas e para permitir o seu funcionamento, eles tinham que existir na medida necessária para o cumprimento dos objectivos da Sociedade.

Contudo, a Personalidade Jurídica Funcional da Sociedade das Nações circunscrevia-se, apenas e só, ao cumprimento e realização dos propósitos da Sociedade.

No que diz respeito às Nações Unidas, a situação é diferente. Como vimos, a Carta é explícita nesse sentido, atribuindo expressamente esta condição às Nações Unidas. Contudo, conjugando o artigo 105.º da Carta com o artigo 2.º, n.º 1 da Convenção dos Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, verifica-se que existe uma verdadeira concretização “da medida necessária ao cumprimento e realização dos propósitos da Organização”.

Estes privilégios e imunidades estendem-se perante bens, instalações e arquivos da Organização em qualquer lugar. Uma verdadeira inovação relativamente à Sociedade

⁶³⁰ Vide artigo 2º da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas

⁶³¹ Vide Capítulo II, ponto VI;

das Nações, que deixava espaços para interpretações sobre o que poderia ou não estar abrangido pelos privilégios e imunidades. Esta definição permite uma verdadeira concretização, afastando uma interpretação dos Estados Membros do que se encontra sobre a baliza dos privilégios e imunidades e reforçando o papel das Nações Unidas no fiel cumprimento das tarefas que lhe foram adstritas⁶³².

No que diz respeito à Personalidade Jurídica Internacional remetemos em parte para as definições que expusemos supra.

Nestes termos, recuperando o supra descrito, podemos dizer que a Personalidade Jurídica Internacional de uma organização é um conjunto de direitos, obrigações e prerrogativas que se manifestam em relação a outros sujeitos de direito internacional.

No que concerne às Nações Unidas, verifica-se que a Carta, tal como o Pacto da Sociedade das Nações, também é omissa relativamente à consagração expressa da existência de uma Personalidade Jurídica Internacional da Organização.

Seguindo as palavras de vários Autores⁶³³, os Estados no pós-Segunda Guerra, ainda bastante influenciados pelos horrores da Guerra, não quiseram consagrar expressamente na Carta da Organização a sua Personalidade Jurídica Internacional com medo de criar um “supra-estado” que tivesse mais força do que os próprios Estados Membros.

No entanto, diferentemente do Pacto da Sociedade das Nações, a Carta no preâmbulo e artigo 1.º definia de forma clara os objectivos da Organização que tinham de ser prosseguidos pelos Estados.

Ora, na prática, o Pacto da Sociedade das Nações dispunha⁶³⁴ “ Considerando que, para desenvolver a cooperação entre as Nações e para lhes garantir a paz e a segurança, importa: aceitar certas obrigações de não recorrer à guerra; manter

⁶³² Para melhor desenvolvimento consultar ANDRADE, Enéas Setúbal (2008), pág.151 -166; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.287 -296 ; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág. pág.585 -645; CUNHA, Silva. (1993), pág.69-79; RAGAZZI, Maurizio. (2013), pág. 97 – 177; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645;

⁶³³ Entre outros, Maurizio Ragazzi e Éneas Setúbal Andrade in consultar ANDRADE, Enéas Setúbal (2008) pág.151 -166.; RAGAZZI, Maurizio. (2013), pág. 97 – 177;

⁶³⁴ Vide Preâmbulo do Pacto da Sociedade das Nações;

claramente relações internacionais fundadas sobre a justiça e a honra; observar rigorosamente as prescrições do Direito Internacional, reconhecidas de ora em diante com regra de conduta efetiva dos Governos; fazer reinar a justiça e respeitar escrupulosamente todas as obrigações dos Tratados nas relações mútuas dos povos organizados;”. Enquanto a Carta das Nações Unidas dispunha⁶³⁵ “Os objectivos das Nações Unidas são: 1. Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas colectivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os actos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz; 2. Desenvolver relações de amizade entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; 3. Realizar a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; 4. Ser um centro destinado a harmonizar a acção das nações para a consecução desses objectivos comuns.” (sublinhado nosso).

Desta maneira, analisando o exposto, nomeadamente o sublinhado, verifica-se que esta sensação de “dever” criada pela Carta perante os seus Estados Membros era totalmente diferente do consagrado no Pacto – que definia os seus objectivos como se fossem apenas “linhas de comandos”⁶³⁶.

Aliás, não só pelo disposto no artigo 1.º, mas também pela própria Carta era fácil de perceber que a Organização das Nações Unidas tinha personalidade jurídica Internacional. Esta “existência” foi confirmada pelo parecer sobre “*Réparation des dommages subis au service des Nations Unies*”⁶³⁷ exarado pelo Tribunal Internacional de Justiça a 11 de Abril de 1949 onde dispunha “De l’avis de la Cour, l’Organisation était destinée à exercer des fonctions et à jouir de droits - et elle l’a fait - qui ne peuvent

⁶³⁵ Vide Artigo 1.º da Carta das Nações Unidas

⁶³⁶ Vide supra natureza do Pacto da Sociedade das Nações

⁶³⁷ In Cour Internationale de Justice - *Réparation des dommages subis au service des nations unies* avis consultatif du 11 avril 1949;

s'expliquer que si l'Organisation possède une large mesure de personnalité internationale et la capacité d'agir sur le plan international. Elle est actuellement le type le plus élevé d'organisation internationale, et elle ne pourrait répondre aux intentions de ses fondateurs si elle était dépourvue de la personnalité internationale. On doit admettre que ses Membres, en lui assignant certaines fonctions, avec les devoirs et les responsabilités qui les accompagnent, l'ont revêtu de la compétence nécessaire pour lui permettre de s'acquitter effectivement de ces fonctions”.

Neste sentido, o Tribunal deixava claro que não era necessário que a personalidade decorresse do Tratado constitutivo para que existisse. Ela resultava, segundo o parecer, dos propósitos funcionais da entidade que permitem distinguir a vontade da Organização dos seus Estados membros. Aliás, como já expusemos relativamente na Sociedade das Nações, acreditamos que não podemos falar realmente de uma “verdadeira” Organização se esta não tiver personalidade jurídica Internacional.

Não residem dúvidas (ao contrário da Sociedade das Nações) que a Organização existe uma Personalidade Jurídica Internacional. E muito menos dúvidas existem em afirmar que ela é, contrariamente, à da Sociedade das Nações muito mais abrangente, vinculativa e realista.

Contudo, como em qualquer Organização, também ela está sujeita ao princípio da especialidade, à Teoria dos Poderes Implícitos e à sua oponibilidade perante Estados⁶³⁸, conforme explicado supra na primeira menção que fizemos relativamente à personalidade jurídica das Organizações Internacionais.

V) O Uso da força pela Comunidade Internacional: As Nações Unidas como representante da Comunidade Internacional

Como vimos, tanto a Sociedade das Nações como a Organização das Nações Unidas são Organizações Internacionais de vocação universal, em que o seu principal objectivo se centra na protecção e defesa da paz Mundial.

Desta forma, a pergunta que se impõe é a de saber qual é a melhor forma de preservar e defender esta paz.

⁶³⁸ Vide supra natureza do Pacto da Sociedade das Nações – Capítulo II, ponto V;

Desde tempos imemoriais que o recurso ao uso da força tem sido o meio mais “eficaz” para a preservação e imposição da paz. Desde sanções, bloqueios e recurso à Guerra, o uso da força tem sido utilizado tanto por Estados ou conjuntos de Estados como pela própria Comunidade Internacional⁶³⁹.

Consequentemente, importa referir que, aparentemente, tanto a Sociedade das Nações como a Organização das Nações Unidas enquanto “Organizações” vocacionadas para a preservação da Paz Mundial e potenciais representantes da Comunidade Internacional “aspiraram” a deter um poder do uso da força de carácter público e comunitário.

Mas será que de facto conseguiram? Quais as diferenças entre a Organização das Nações Unidas e a Sociedade das Nações relativamente a este preceito?

Antes de respondermos a estas perguntas, temos primeiro de definir (ainda de que forma sintética) o que é a Comunidade Internacional e este uso da força de cariz comunitário.

Numa base elementar, podemos dizer que a Comunidade Internacional é o conjunto dos diferentes estados que a compõe⁶⁴⁰. Na definição atribuída pelo artigo 53.º das Convenção de Viena do Direito dos Tratados de 1969 e de 1986, podemos definir como sendo o conjunto de Estados existentes (“pela comunidade internacional dos Estados no seu todo”).

Relativamente à expressão da sua vontade, a Comunidade Internacional tem evoluído na definição dessa expressão.

⁶³⁹ Sobre o uso da força na Comunidade Internacional consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.340 -411 ; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189; SIMMONS, Beth A. and STEINBERG, Richard H. (2006), pág. 205 - 260; SIMMONS, Berth A. and STEINBERG, Richard H. (2006), pág. 426-457; MEYER, Lukas H. (2009), pág. 123-186; KOHEN, Marcelo. (2010), pág.23; MARTINEZ-FRAGA, Pedro J. and REETZ, C. Ryan. (2015), pág. 1-11; FAWN, Rick. (2013);

⁶⁴⁰ Sobre a comunidade Internacional consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.307 -385; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189; SIMMONS, Beth A. and STEINBERG, Richard H. (2006), pág. 205 - 260; SIMMONS, Berth A. and STEINBERG, Richard H. (2006), pág. 426-457; MEYER, Lukas H. (2009), pág. 123-186; KOHEN, Marcelo. (2010), pág.23; MARTINEZ-FRAGA, Pedro J. and REETZ, C. Ryan. (2015), pág. 1-11; FAWN, Rick. (2013); SINCLAIR, Adriana (2010), pág. 1-61; BIERSTEKER, Thomas J.; SPIRO, Peter J.; SRIRAM, Chandra Lekha and RAFFO, Veronica. (2007), pág. 245 -288;

Profundamente marcada por argumentos históricos e pelo princípio costumeiro do *Pacta tetris*⁶⁴¹ (“o tratado vincula as partes e apenas as partes integrantes”), a expressão da vontade comunitária, como veremos, só poderia ser consubstanciada numa unanimidade e concordância de todos os estados que constituem a comunidade Internacional.

Contudo, com o evoluir dos tempos a expressão da vontade comunitária tem abandonado a premissa da unanimidade, sendo progressivamente adoptada como a expressão maioritária ou a expressão de vontade das grandes potências internacionais.

No que diz respeito ao uso da força de cariz comunitário, como muito bem refere CORREIA BAPTISTA⁶⁴² (que apelida de poder público bélico) “(...) poder público bélico é um poder colectivo que cabe ao conjunto dos Estados existentes, sendo de exercício necessariamente colectivo. Isto é, a decisão quanto ao exercício do poder público bélico deverá ser tomada pela Comunidade ou por uma entidade por esta criada para o efeito, embora exista a possibilidade de a decisão ser depois executada por um ou mais Estados com a devida habilitação comunitária.”

Ora, considerando tal definição, devemos então analisar e responder às questões supra suscitadas. Tanto a Sociedade das Nações como as Nações Unidas detiveram e no último caso detém um poder de uso da força de carácter público e comunitário?

Historicamente, verifica-se que existem “alguns casos de actuações que têm semelhanças com o exercício do poder público bélico”⁶⁴³.

Em plena Idade Média, o poder detido pelo Papa na denominada *República Christiana* parecia que ilustrava uma espécie de uso de força comunitária. O Papa poderia habilitar qualquer estado ou comunidade de estados cristãos a actuarem contra outro estado caso estivesse em causa uma violação explícita do Direito⁶⁴⁴.

No entanto, não estamos perante um verdadeiro uso da força pública comunitária porque as associações de estados cristãos não constituíam a Comunidade

⁶⁴¹ Sobre o *pacta tetris* consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.340 -380; VARELLA, Marcelo Dias. (2014), pág.57 -70; JACKSON, Miles. (2015), pág. 125 – 135;

⁶⁴² In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.387;

⁶⁴³ In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.314;

⁶⁴⁴ Para um melhor desenvolvimento consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.307 -385; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384; CUNHA, Silva. (1956);

Internacional e, muito menos, a base de intervenção (direito canônico) poderia ser reconduzido a uma espécie de Direito Internacional.

Esta mesma base também nos leva a questionar se a Santa Aliança e o Concerto Europeu representavam um uso de força público comunitário.

Ora, a Santa Aliança, que tentava estruturar uma espécie análoga de sistema de segurança colectiva, marcada pela responsabilidade exclusiva das grandes potências na decisão de intervenção e uso da força, parecia estar revestida de um uso da força comunitário⁶⁴⁵.

De facto, as grandes potências sentiam-se autorizadas a adoptar actos em nome daquilo que consideravam interesses comuns a todas as Nações Europeias (na altura a Europa representava a Comunidade Internacional).

Contudo, apesar das aparências, não podemos falar de um verdadeiro poder comunitário porque os outros estados existentes nunca lhes atribuíram tal poder e, como tal, não o poderíamos considerar legítimo à luz do Direito Internacional costumeiro.

Chegamos, então, à Sociedade das Nações. Foi a Sociedade das Nações munida de um poder comunitário habilitado para o uso da força? Ou, na terminologia de CORREIA BAPTISTA⁶⁴⁶, de um “poder público bélico”?

Segundo a posição de CORREIA BAPTISTA⁶⁴⁷, a Sociedade das Nações vem consagrar este poder. Nas suas palavras “(...) precursoras de uma realidade jurídica que emergiria no Século XX. O Pacto da Sociedade das Nações vem consagrar juridicamente, portanto, com o consentimento dos Estados afectados, este poder já exercido de facto, em parte à margem do Direito, pelas grandes potências colectivamente.” Acrescentando “(...) estado de Guerra no século XIX, foi possível legitimar as referidas primeiras utilizações de força na prossecução de interesses comuns sem necessidade de um fundamento específico.”

Neste sentido, para justificar a posição, CORREIA BAPTISTA apresenta vários argumentos.

⁶⁴⁵ Sobre a Santa Aliança consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.314 -319; MAZOWER, Mark (2017), pág.227 -251 ; RÉMOND, René (2011), pág.368 -384; CUNHA, Silva. (1956);

⁶⁴⁶ BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.319 -342 ;

⁶⁴⁷ In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.319 ;

Primeiro, começa a enunciar o carácter comunitário das decisões da Sociedade das Nações. Neste sentido, baseia-se no artigo 1.º, n.º 2 do Pacto da Sociedade das Nações para justificar a abertura do Pacto a todos os Estados independentes, visando a Sociedade a Universalidade nos termos do artigo supracitado⁶⁴⁸.

Para justificar o carácter da decisão comunitária da Sociedade, apresenta ainda o facto de o Pacto formalmente apresentar as primeiras excepções ao princípio costumeiro da unanimidade dos Estados, vista pelo costume internacional como essencial para se poder falar numa decisão verdadeiramente comunitária⁶⁴⁹.

Relativamente aos poderes Públicos Bélicos da Sociedade, o Ilustre Professor defende que a Sociedade tinha poderes com uma eficácia jurídica limitada.

Nestes termos, o artigo 15.º do Pacto da Sociedade das Nações atribuía um poder à Sociedade, se bem que bastante limitado. Mais concretamente, o artigo 15.º dispunha a possibilidade de recurso unilateral por parte de um estado membro perante o Conselho sobre um litígio que pudesse perigar a paz (artigo 15.º, n.º 1). Perante a situação, o Conselho elaboraria um relatório sobre a situação com uma proposta de solução que seria enviado aos Estados membros e poderia ser ou não adoptado⁶⁵⁰.

Contudo, mesmo uma votação unanime de todos os Estados, no sentido de aceitar o parecer, não configurava uma obrigatoriedade no que respeita à sua aplicação.

Tal relatório configurava, apenas e só, uma mera recomendação (artigo 15.º, n.º 4 e n.º 7 do Pacto da Sociedade das Nações).

Apesar disso, na opinião de CORREIA BAPTISTA⁶⁵¹ “Ainda assim, existindo uma decisão unânime, é indiscutível que esta tinha um efeito jurídico importante. As partes não eram obrigadas a executar a decisão, mas aquela que a rejeitasse ficava obrigada de recorrer à força contra uma que a executasse”. Acrescentando⁶⁵² “A qualificação do acto do Conselho como uma mera recomendação não é obstáculo a esta possibilidade, já que é pouco relevante a forma obrigatória ou não para os destinatários da habilitação. Mesmo não sendo obrigatória a habilitação a ser constitutiva produz efeitos em relação ao Estado alvo e aos Estados membros, atribuindo-lhes legitimidade (mas não um dever)

⁶⁴⁸ BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág. 319 -342;

⁶⁴⁹ Idem;

⁶⁵⁰ BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág. 319 -342;

⁶⁵¹ In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.325 ;

⁶⁵² In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.333 -334 ;

para praticar actos bélicos”. Concluindo⁶⁵³ “Ora, este acto de habilitação realizado por uma entidade dotada de carácter comunitário e o decorrente do uso privado habilitado integram o poder público bélico”.

Com o devido respeito, não podemos concordar com a posição do ilustre Professor.

Em primeiro lugar, porque, conforme já expusemos, a Sociedade das Nações carece de uma “verdadeira” Personalidade Jurídica Internacional no plano de actuação. Ora, o facto de carecer desta “verdadeira” personalidade jurídica, impede automaticamente que qualquer um dos seus órgãos emita recomendações com valor jurídico e que possam ser adoptadas pelos estados.⁶⁵⁴ Conforme já esclarecemos, a Sociedade das Nações tinha uma posição híbrida que se podia classificar como Organização, porque detinha personalidade jurídica de forma fortuita na sua formação, mas, por outro lado, a limitação dessa Personalidade Jurídica Internacional não lhe permitia emitir normas vinculativas para os Estados ou meras recomendações. Mais, verifica-se, por uma análise histórica, que nenhuma das recomendações emitidas pelo Conselho ao abrigo do artigo 15.º do Pacto foi utilizada como argumento pelos Estados para justificar a sua intervenção⁶⁵⁵. A título exemplificativo, temos as sanções aplicadas pelos estados ao Japão durante a invasão da Manchúria, onde se verifica que nenhuma delas foi com base nas recomendações emitidas pela Sociedade.

No entanto, não podemos apenas circunscrever os nossos argumentos a esta circunstância histórica. Os Estados sempre viram e pretenderam que a Sociedade das Nações fosse uma “parceria de opinião” em vez de ser uma verdadeira Organização⁶⁵⁶.

Aliás, mesmo no apogeu da Segurança Colectiva (em plenos anos 20), o papel da Sociedade das Nações foi praticamente nulo (não foi por acaso que muitos autores

⁶⁵³ In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.336 -337 ;

⁶⁵⁴ Vide supra explanada a personalidade jurídica da Sociedade das Nações – Capítulo II, parágrafo VI;

⁶⁵⁵ Entre outras, as decisões relativamente à invasão da Eitópia pela Itália Fascista, da Manchúria pelo Japão ou da Checoslováquia pela Alemanha. De facto, apesar de algumas medidas sugeridas pelas resoluções terem sido adoptadas (p.e. embargo económico à Itália) os Estados nunca adoptaram as sanções baseando-se nas decisões da Sociedade das Nações. O mesmo na invasão da Checoslováquia pela Alemanha. Aliás o acordo feito por Neville Chamberlain e Adolf Hitler foi totalmente ao “arrepio” do decidido pela Sociedade. Para mais informações consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.181 -215 ; RÉMOND, René (2011), pág.357 -368 ; ALEXANDER, F.(1928), pág.17 -155; DUROSELLE, Jean-Baptiste (2013), pág.175 -180; HOUSDEN, Martyn. (2012), pág. 93 -110;

⁶⁵⁶ Vide Capítulo II

apelidaram parte do período como “Pactomania”)⁶⁵⁷. Os acordos, tratados e definições da paz eram definidos bilateral ou multilateralmente entre os Estados – sem qualquer intervenção da Sociedade!

Neste prisma, também não podemos concordar no que diz respeito ao seu carácter comunitário. A Sociedade das Nações não representava a Comunidade Internacional, não só pelo facto de, na altura, o princípio costumeiro da unanimidade de todos os Estados estar bem presente⁶⁵⁸, mas, sobretudo, pelo facto de os próprios Estados nunca reconhecerem a Sociedade como sua efectiva representante. Desde a União Soviética, que via a Sociedade como um “instrumento do capitalismo ocidental”⁶⁵⁹, até ao Reino Unido que a via como uma “mera conferência”⁶⁶⁰, onde “podia demarcar a sua posição”, os Estados não espelharam, nem nunca tentaram espelhar, na Sociedade das Nações a representação da Comunidade Internacional.

Contudo, somos sensíveis ao argumento do Pacto se apresentar como um Tratado constitutivo de uma Organização e ter sido a base para a Carta Nações Unidas. No entanto, mesmo nesse prisma o Pacto demonstrava fragilidades no que concerne à sua vinculatividade. Tantos os pareceres do Conselho, como o estatuto do Tribunal Permanente eram um bom exemplo da ideia de não vinculatividade pretendida pelos Estados.

A apresentação formal do Pacto deve-se apenas e só às reuniões do Hotel Grillon⁶⁶¹, que antecederam a criação da Sociedade. A Comissão responsável, apesar de ter seguido a ideia base de Wilson, apresentou uma proposta baseada nestas ideias, mas com fragmentos de todos os outros projectos elaborados e apresentados ao longo dos anos. Nomeadamente a “League to Enforce Peace” de Taft, que pretendia dotar a Organização de verdadeiros poderes e de vinculatividade jurídica.

⁶⁵⁷ Sobre a pactomania consultar capítulo III;

⁶⁵⁸ Sobre este ponto consultar QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189; CUNHA, Silva e PEREIRA, Maria da Assunção do Vale. (2000), pág.471 -534; GUERRA, Sidney. (2007), pág. 15 -16; DUNOFF, Jeffrey L. and TRACHTMAN, Joel P. (2009), pág. 37-149; KOHEN, Marcelo. (2010), pág.23;

⁶⁵⁹ In MAZOWER, Mark (2017), pág.200;

⁶⁶⁰ In MAZOWER, Mark (2017), pág.159;

⁶⁶¹ Vide Capítulo II.

Pelo que não podemos concordar que a Sociedade das Nações tenha sido a primeira consagração internacional do uso da força pela comunidade Internacional (ou nas palavras de CORREIA BAPTISTA “poder público bélico”).

Essa conquista estava reservada para as Nações Unidas.

Analisando deste prisma, a Organização das Nações Unidas tinha uma estrutura muito semelhante à estrutura idealizada na Sociedade das Nações. No entanto, o facto de estar dotada de uma verdadeira Personalidade Jurídica Internacional permitiu que esta assumisse poderes que nunca poderiam ter sido consagrados na Sociedade das Nações.

A Carta das Nações Unidas atribui poderes específicos a favor do Conselho de Segurança. Estes poderes, que se encontram consagrados no Capítulo VII da Carta, permitem que este tenha um peso essencial e fundamental na Comunidade Internacional. Contudo, devemos perguntar-nos se a Organização das Nações Unidas constitui a vontade da Comunidade Internacional e, como tal, se poderá adquirir um estatuto costumeiro e vincular todos os estados.

Ora, a resposta a esta pergunta tem de ser respondida com os pressupostos verificados em 1945. Só assim podemos fazer uma análise comparativa com a Sociedade das Nações. Actualmente, as Nações Unidas são constituídas por cento e noventa e três Estados Membros e dois Estados observadores, pelo que, considerando o costume Internacional actual, parece claro que ela constitui verdadeiramente a Comunidade Internacional.

Contudo, em 1945 verificamos que a Organização das Nações Unidas foi formada inicialmente por 70 estados, pelo que não podíamos dizer que está abrangia a totalidade da Comunidade Internacional.

Assim, surge imediatamente a dúvida se a Organização das Nações Unidas poderia vincular, com as suas decisões, estados terceiros.

Como vimos, a Sociedade das Nações carecia de uma “verdadeira” Personalidade Jurídica Internacional, pelo que as normas emanadas pela Organização não eram

vinculativas dos Estados. Contudo, mesmo que fossem vinculativas pela força da norma costumeira *Pacta tetris*, parecia claro que ela vincularia apenas os Estados Membros⁶⁶².

No entanto, na formação das Nações Unidas, houve uma clara alteração da atitude da Comunidade Internacional. Como muito bem refere CORREIA BAPTISTA⁶⁶³, “A nova postura da Comunidade Internacional seria reflectida nas regras de formação da vontade das Nações Unidas no seio dos seus órgãos, que afectaram de forma decisiva a regra da unanimidade. Esta regra foi mantida (e mesmo reforçada) em relação às decisões de exercício do poder público quanto aos Estados com o estatuto de grande potência”.

Neste sentido, parece claro que se pode sustentar que as decisões comunitárias passavam a ser qualificadas como comunitárias, desde que tivessem o apoio de uma maioria qualificada dos Estados que compunham a comunidade Internacional.

Na prática, o que acontecia logo na formação da Assembleia Geral das Nações Unidas, porque esta era constituída em 1945 por 49 estados numa comunidade de pouco mais de 70 estados.

Conclusivamente, pode dizer-se que desde cedo se percebe que as decisões das Nações Unidas eram bem diferentes das emanadas pela Sociedade das Nações, porque elas eram de “facto” emanadas pela Comunidade Internacional, ao contrário do que acontecia anteriormente.

No que diz respeito aos Estados Terceiros e à sua vinculação ao que é emanado pelas Nações Unidas, a questão ainda hoje tem um interesse relativo. Como vimos, actualmente as Nações Unidas são compostas por quase todos os Estados. No entanto, não podemos deixar de referir que a questão só se levanta porque, diferentemente da Sociedade das Nações, a Organização das Nações Unidas tem uma “verdadeira” Personalidade Jurídica Internacional. Contudo, em 1945 a questão tinha bastante interesse. Como vimos, nem todos os Estados compunham a organização, portanto esta era uma questão com maior peso.

⁶⁶² Para um melhor desenvolvimento consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.307 -385; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.287 -296; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.411 -554;

⁶⁶³ In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.346;

Desta feita, defenderam diversos Autores⁶⁶⁴ que o artigo 2.º, n.º 6 da Carta das Nações Unidas criava obrigações para os Estados não membros. A posição era baseada na letra do n.º 6 do artigo 2.º da Carta que, supostamente, criava para os Estados não membros uma obrigação de actuar de acordo com os princípios das Nações Unidas e em tudo o que for necessário à manutenção da paz e segurança internacional.

No entanto, não podemos partilhar esta posição. O artigo 2.º, n.º 6 refere “a organização fará”, pelo que não cria nenhuma obrigação para os Estados terceiros. Como bem refere CORREIA BAPTISTA⁶⁶⁵ “Este artigo 2, n.º 6 refere-se aos princípios constantes dos n.º 3, n.º 4 e à obrigação de não assistir um Estado alvo de acção da Organização constante do artigo 2, n.º 5, embora se possa entender que o cumprimento destes deve ser realizado de acordo com o princípio costumeiro da boa-fé constante do n.º 2.”

Desta forma parece claro que a Carta não impõe obrigações a Estados terceiros, mas apenas limita a relação criando obrigações aos Estados membros na relação com os Estados Terceiros.

Apesar disso, mais recentemente tem-se formulado a existência de poderes costumeiros das Nações Unidas contra estados não membros. Este costume, relativamente recente, tem vindo a consolidar-se na prática das Nações Unidas, através da emissão pelo Conselho de Segurança de actos no exercício dos seus poderes contra Estados terceiros.

Esta prática costumeira foi-se consolidando ao longo dos anos. Alguns exemplos da formação deste costume foi a Resolução 4 (1946), de 29 de Abril, contra a Espanha, a Resolução 50 (1948), de 29 de Maio, contra a Palestina e as diversas resoluções emanadas nos anos 90 contra a ex-Jugoslávia da qual se destaca a Resolução 1244 (1999) relativamente ao Kosovo⁶⁶⁶.

Desta forma, apesar da Carta não poder ser aplicada aos Estados terceiros, a formação e existência de um Direito Internacional Costumeiro, com a extensão equivalente à da Carta, impõe as decisões emanadas pela Organização das Nações

⁶⁶⁴ Entre outros, Hans Kelsen, J.F. Lavile, R.J. Macdonald in MERLE, Jean-Christophe. (2007), pág. 123-134; LAVILE, J.F. (1947), pág.72-89; MACDONALD, R.J. (1988), pág.196 -215;

⁶⁶⁵ In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.350;

⁶⁶⁶ Vide Resolution 1244 (1999);

Unidas (mais propriamente as emitidas pelo Conselho de Segurança) a Estados não membros tornando-as verdadeiramente vinculativas.

Assim, diferentemente do que alguma vez poderia ter acontecido na Sociedade das Nações (sobretudo pela sua total inoperatividade), o Direito Internacional Costumeiro reconheceu à Organização das Nações Unidas o poder de “vincular *erga omnes* todos os Estados existentes em matérias de paz e segurança internacionais, independentemente da Carta ou de qualquer outro tratado, bem como de exercer o poder público bélico contra estes.”⁶⁶⁷

Nestes termos, não restam dúvidas quanto à existência de uma habilitação comunitária do uso da força pela Organização das Nações Unidas através do Conselho de Segurança⁶⁶⁸.

Portanto, atendendo a tudo o que expusemos, sobretudo no que diz respeito à determinação da vontade da Comunidade Internacional, vamos tentar explicar a natureza dos poderes emanados pelo Conselho de Segurança, nomeadamente os poderes bélicos e de que forma o Conselho de Segurança se relaciona com a Assembleia Geral das Nações Unidas.

VI) O Uso da força pelas Nações Unidas: Desde o poder de veto do Conselho de Segurança até ao equilíbrio de poderes com a Assembleia Geral

Não nos querendo repetir, não podemos deixar de referenciar que a Organização das Nações Unidas é uma organização de manutenção da paz mundial.

Como já nos pronunciamos, o texto originário da Carta era bastante claro a afirmar nos seus objectivos essa principal função. Isto não significa que a Carta não se preocupe com outros domínios, apenas nos referencia que o principal objectivo da Carta é a defesa da paz e da segurança Internacionais.

⁶⁶⁷ In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.366 ;

⁶⁶⁸ Sobre o Conselho de Segurança ponto II) i);

Quando olhamos para a Carta, facilmente percebemos que, actualmente, a responsabilidade de manutenção da paz e da segurança internacionais incumbe, acima de tudo, às grandes potências

À semelhança da Santa Aliança, as grande potências assumem os interesses da comunidade no que à manutenção da paz Internacional diz respeito.

No entanto, diferentemente do caso da Santa Aliança, as potências acuum neste sentido legitimadas pela comunidade Internacional. E porquê? Porque a Carta, enquanto representação da vontade da Comunidade Internacional, as legitima.

Esta quase exclusiva responsabilidade das grandes potências na manutenção da paz e segurança internacional não significa que os pequenos Estados deixem de participar na defesa da paz e segurança internacional – apenas o fazem a título secundário⁶⁶⁹.

A título exemplificativo, encontramos os diferentes Estados chamados de “potências secundárias”, que têm participado em diferentes forças de manutenção e restituição da paz criadas pelo Conselho de Segurança⁶⁷⁰.

Consequentemente (por tudo o que temos vindo a demonstrar), podemos afirmar incisivamente que o Conselho de Segurança, enquanto representante das Grandes Potências, é, de facto, o principal responsável pela paz e segurança internacional.

E este, pelos poderes que emana, nomeadamente pelo poder de veto, garante que as grandes potências têm de actuar colectivamente para a defesa da paz e segurança Internacional.

Esta conclusão é importante porque, como refere CRISTINA QUEIROZ⁶⁷¹, “O “sistema de segurança colectiva” assentava num acordo entre os Estados, um compromisso que possibilitava o êxito de uma acção colectiva na qual todos eram responsáveis.”

Deste modo, quando olhamos tanto para o Conselho de Segurança, como para o seu direito de veto, podemos concluir que no Conselho de Segurança reside, em última

⁶⁶⁹ Sobre a participação dos Estados na defesa da paz Internacional consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.599 -733 ; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.287 -296; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág. 461 -554;

⁶⁷⁰ A título de exemplo a participação Portuguesa nos anos 90 nos Balcãs. Sobre isto consultar GOMES, José Mira. (2000), pág. 51-60;

⁶⁷¹ In QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.147;

instância de decisão, o “princípio da unanimidade” que estava previsto na Sociedade das Nações.

Dizemos isto porque, quando analisamos o Conselho de Segurança, verificamos que o direito de veto dos membros permanentes reflecte-se num verdadeiro “princípio da unanimidade” no sentido de que qualquer um destes pode “vetar” uma decisão importante para a paz e segurança Internacional.

Também a Sociedade das Nações previa na Assembleia tal cenário. No entanto, isto só prova uma vez mais o sentido prático, objectivo e realista da Organização das Nações Unidas.

Consequentemente, como refere CRISTINA QUEIROZ⁶⁷², “A unanimidade apresentava-se, pois, como uma unanimidade “among the fews”, isto é, entre os Grandes. Uma unanimidade formada por um número reduzido de Estados, precisamente aqueles cujo acordo se tornava necessário para a causa da manutenção da paz e da segurança Internacionais”.

Vamos, então, fazer um ponto de situação. Olhando para a Carta das Nações Unidas é ilustrativo que o Conselho de Segurança se apresenta como o órgão responsável pela paz e segurança internacional, tomando decisões vinculativas e actuando, quando necessário, com execuções compulsivas. Este poder não é, assim, exercido pela Comunidade Internacional, mas sim por um órgão restrito onde o poder das grandes potências é inegável⁶⁷³.

Este exercício, levado a cabo pelo Conselho de Segurança, é consentido pela própria Organização que, em virtude da relação específica entre ambos, lhe atribui poderes para o efeito⁶⁷⁴.

Estes poderes conferidos ao Conselho de Segurança podem ser parcialmente delegados. Isso é indiscutível. Como já vimos na análise formal, o Conselho de Segurança

⁶⁷² In QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.147;

⁶⁷³ Para um melhor desenvolvimento consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -733; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999) pág.287 -296; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág. 461 -554;

⁶⁷⁴ Idem;

pode delegar poderes tanto no Secretário Geral como em órgãos subsidiários da Organização.

Podemos justificar esta afirmação, a título de exemplo, no artigo 12.º, n.º2 da Carta, que dispõe: “O Secretário-Geral, com o consentimento do Conselho de Segurança, comunicará à Assembleia Geral, em cada sessão, quaisquer assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que estiverem a ser tratados pelo Conselho de Segurança, e da mesma maneira dará conhecimento de tais assuntos à Assembleia Geral, ou aos membros das Nações Unidas se a Assembleia Geral não estiver em sessão, logo que o Conselho de Segurança terminar o exame dos referidos assuntos.”

Se, quanto a esta “delegação”, não existem dúvidas, já no que diz respeito à exclusividade da função do Conselho de Segurança das Nações Unidas na preservação da paz e segurança Internacional, as posições já não serão tão unânimes.

Conforme vimos, na Sociedade das Nações a preservação da paz e segurança internacional cabia verdadeiramente à Assembleia Geral. No entanto, também como já analisamos, a Sociedade das Nações era uma realidade totalmente distinta das Nações Unidas. Não só pela sua natureza, como pela vinculatividade, personalidade jurídica e contexto histórico-político e social em que foi criada.

Consequentemente, interessa então questionar qual é o papel actual da Assembleia Geral das Nações Unidas e se ela, verdadeiramente, pode também ter poderes originários no que diz respeito à preservação da paz e segurança Internacional. Quando olhamos para a Carta, tanto o artigo 24.º como o artigo 11.º, n.º 2 parecem claros em atribuir à Assembleia Geral uma competência secundária em matéria de paz e segurança internacionais⁶⁷⁵.

Nestes, como muito bem refere CORREIA BAPTISTA⁶⁷⁶ “(...) torna-se necessário distinguir por um lado, a adopção de actos constitutivos, verdadeiras manifestações de poder público; e, por outro lado, a adopção de meros actos declarativos, incluindo a

⁶⁷⁵ Para um melhor desenvolvimento consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003) pág.599 -647; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.287 -296; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág. 461 -554;

⁶⁷⁶ In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.600;

criação de estruturas executivas, máxime, operações de manutenção de paz. Acrescentado⁶⁷⁷ “ Os actos constitutivos são aqueles que contêm medidas que não podem ser fundadas em qualquer causa de justificação ou outra norma do Direito Internacional Costumeiro. Deste modo, os seus únicos fundamentos jurídicos seriam o próprio acto que as criasse e a disposição da Carta que conferisse à Assembleia competência para o aprovar. Actos declarativos, pelo contrário, são actos que embora devam ter um fundamento orgânico na Carta, visto que esta tem de reconhecer à Assembleia competência para os aprovar, encontram o seu fundamento substantivo no Direito Internacional Costumeiro. Isto é, a Assembleia limita-se a recomendar que sejam adoptadas medidas que o Direito Internacional já permitiria que fossem adoptadas, designadamente, pelos Estados membros independentemente de qualquer acto das Nações Unidas.”

Posto isto, para conseguirmos responder de forma concreta à pergunta que formulamos devemos centrar nos actos constitutivos porque eles é que representam verdadeiras manifestações de poder público. É certo que, relativamente ao actos declarativos, poder-se-ia discutir se a Assembleia pode ou não criar operações de manutenção da paz ou a possibilidade de a Assembleia poder emanar actos declarativos com carácter compulsivo.

No entanto, concordando-se ou não com cada ponto em causa, as manifestações de actos declarativos da Assembleia não representam uma verdadeira “concorrência” com o Conselho de Segurança na competência da defesa da paz e segurança Internacional⁶⁷⁸. Estes actos declarativos, independentemente de discutirmos a amplitude jurídica dada pela Carta, enquadram-se na competência secundária detida pela Assembleia na manutenção da paz e segurança Internacional. Não são, assim, verdadeiramente poderes “concorrenciais” dos emanados pelo Conselho de Segurança. Neste ponto, para conseguirmos responder à pergunta formulada devemos analisar se a Assembleia pode ou não adoptar actos constitutivos.

⁶⁷⁷ In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.600;

⁶⁷⁸ Para um melhor desenvolvimento consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.613 -647; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.287 -296; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189; PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1993), pág.461 -554;

Como já enunciámos, diferentemente do que acontecia no Pacto da Sociedade das Nações, a Carta das Nações Unidas não refere expressamente quais as competências da Assembleia na defesa da paz e segurança.

A única referência expressa é a enunciada nos artigos 24.º e 11.º, n.º 2 da Carta, onde se atribuí à Assembleia um poder subalternizado perante o Conselho de Segurança. Nos termos do artigo 11.º, n.º 2, a Assembleia pode discutir uma situação que perigues a paz e segurança Internacionais, mas em caso de ser necessária a tomada de uma acção, deverá remeter essa mesma questão ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Por sua vez, o artigo 24.º da Carta dispõe que as acções levadas a cabo para defesa da paz e segurança Internacional deverão ser iniciadas pelo Conselho de Segurança, não fazendo, nestes termos, qualquer referência à Assembleia Geral das Nações Unidas⁶⁷⁹.

Para acrescentar a estas menções, ainda podemos referir os artigos 10.º e 12.º da Carta⁶⁸⁰, que nos dizem que a Assembleia Geral pode discutir e fazer recomendações de assuntos que ponham em causa a paz e segurança Internacional, no entanto, esta discussão é limitada nos termos do n.º 1 do artigo 12.º: “Enquanto o Conselho de Segurança estiver a exercer, em relação a qualquer controvérsia ou situação, as funções que lhe são atribuídas na presente Carta, a Assembleia Geral não fará nenhuma recomendação a respeito dessa controvérsia ou situação, a menos que o Conselho de Segurança o solicite.”

Ora, nestes termos, parece claro que Assembleia tem um poder secundarizado e totalmente dependente do emanado pelo Conselho de Segurança, limitando-se a uma base extremamente restrita de actuação no seio das Nações Unidas no que à defesa da paz Internacional diz respeito.

A sua actuação máxima, pela Carta, circunscreve-se à criação de meras recomendações e, mesmo essas, têm um carácter extremamente limitado pela actuação do Conselho de Segurança. Perante este cenário, a resposta à nossa pergunta parece ter uma solução óbvia. Mas será realmente este o caso?

⁶⁷⁹ Vide artigo 24.º da Carta das Nações Unidas;

⁶⁸⁰ Vide artigo 10.º e 12.º da Carta das Nações Unidas;

Para, definitivamente, tomarmos uma posição analisaremos dois casos: O conflito Norte Coreano e a famosa Resolução União para a Paz.

Em 1950, estando o conflito Coreano no seu auge, a Assembleia Geral toma uma decisão importante, que poderá influenciar a nossa opinião relativamente a este assunto.

A Coreia, nos anos 50, estava assolada por uma Guerra Civil⁶⁸¹. O Norte, controlado por forças comunistas, era apoiado pela União Soviética, que combatia as forças do Sul pró-Occidentais, apoiadas pelos Estados Unidos da América. Em Setembro de 1950, as forças sul-coreanas viram uma hipótese de porem fim ao conflito através de incursão ofensiva pelo Norte da Coreia⁶⁸². Contudo, para que tal fosse possível, pediram a ajuda de terceiros, nomeadamente dos Estado Unidos, para que a ofensiva se traduzisse em resultados práticos.

No entanto, tal ofensiva necessitava, de acordo com o Direito Internacional, de “luz verde” do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ora, perante a intervenção da União Soviética na facção da Coreia do Norte, a possibilidade de uma legitimação desta incursão por parte do Conselho de Segurança era praticamente impossível, uma vez que contaria sempre o veto por parte os soviéticos,⁶⁸³.

Assim sendo, aconteceu algo verdadeiramente inovador. A Assembleia Geral, “controlada” pelos Estados Unidos ao “arrepio” das suas funções, aprovou a Resolução 376 (V), de 07 de Outubro de 1950⁶⁸⁴, que dispõe o seguinte “(...) all appropriate steps be taken to ensure conditions of stability throughout Korea. (...) for the establishment of a Unified independent and democratic government”.

Ora, analisando parte do teor da resolução, verifica-se que a Assembleia Geral, extravasando totalmente as suas competências, tentou validar uma intervenção nos assuntos internos da Coreia através da legitimação de uma invasão do Norte do país pelos estados membros da Organização. Mais, fê-lo não só violando as suas competências, que se limitavam a meras recomendações, como também dispondo de

⁶⁸¹ Sobre a Guerra da Coreia consultar MILLETT, Allan Reed, (2001), pág. 692; ROTTMAN, Gordon L. (2002), pág. 126; SHRADER, Charles R. (1995), pág.90;

⁶⁸² Idem;

⁶⁸³ Para melhor desenvolvimento BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.613 -647;

⁶⁸⁴ In Resolutions Adopted on the Reports of the First Committee 376 (V) The Problem of the Independence of Korea;

um assunto em que lhe estava totalmente vedada a possibilidade de discussão, uma vez que já tinha sido, por diversas vezes, discutida pelo Conselho de Segurança.

No fundo, a Assembleia, ao habilitar os seus membros a usar a força, estava verdadeiramente a utilizar um poder originário e não secundarizado pelo Conselho de Segurança.

Mas este não foi o único caso.

Seguida desta resolução, aparece também relativamente ao conflito Norte Coreano a famosa “Resolução União para a Paz”. A Resolução 377 A (V) de 3 de Novembro de 1950 dispõe⁶⁸⁵ “ "Reaffirming the importance of the exercise by the Security Council of its primary responsibility for the maintenance of international peace and security, and the duty of the permanent members to seek unanimity and to exercise restraint in the use of the veto, (...) Conscious that failure of the Security Council to discharge its responsibilities on behalf of all the Member States does not relieve Member States of their obligations or the United Nations of its responsibility under the Charter to maintain international peace and security, (...) Recognizing in particular that such failure does not deprive the General Assembly of its rights or relieve it of its responsibilities under the Charter in regard to the maintenance of international peace and security, (...) Resolves that if the Security Council, because of lack of unanimity of the permanent members, fails to exercise its primary responsibility for the maintenance of international peace and security in any case where there appears to be a threat to the peace, breach of the peace, or act of aggression, the General Assembly shall consider the matter immediately with a view to making appropriate recommendations to Members for collective measures, including in the case of a breach of the peace or act of aggression the use of armed force when necessary, to maintain or restore international peace and security."

Ora, se, na anterior Resolução, a Assembleia Geral ultrapassava as suas competências, nesta ainda vai mais além. A resolução não faz uma mera recomendação, indo ao ponto de habilitar de forma clara os Estados ao uso da força.

Consequentemente, se na anterior resolução era claro que a Assembleia estava a assumir um poder primário, nesta é evidente que a Assembleia assume um papel

⁶⁸⁵ Resolutions Adopted on the Reports of the First Committee 377 (V) Uniting for Peace;

idêntico ao do Conselho de Segurança, extravasando totalmente os poderes que lhe são conferidos pela Carta.

Pelo que devemos questionar se, atendendo a este episódio, não estaremos perante uma verdadeira emenda tácita da Carta. Porque apenas uma emenda tácita permite que estas resoluções sejam "legais" à luz do Direito Internacional.

Assim, somos levados a questionar-nos se a Carta não teria sido tacitamente emendada. Na nossa opinião não. Porquê?

A nossa posição fundamenta-se na premissa de que, para estarmos perante uma emenda tácita da Carta, seria sempre necessária uma unanimidade de aprovação dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Retiramos este princípio do próprio artigo 108.^o da Carta das Nações Unidas, que refere que, para haver uma emenda, será necessário que elas sejam favoravelmente adoptadas por "todos os membros do Conselho de Segurança", mas, sobretudo, pelo que muito bem refere CORREIA BAPTISTA⁶⁸⁶ "Levanta-se, porém, a questão da possibilidade de uma emenda informal, isto é, meramente tácita, à luz deste artigo, que cumpra os seus requisitos substanciais: isto é a maioria necessária. Esta possibilidade parece ser confirmada pela prática dos Estados Membros. Com efeito, diversas disposições da Carta têm sido alteradas pela práticas destes. Se esta for seguida ou acatada por uma maioria mínima de dois terços dos membros, incluindo os membros permanentes do Conselho de Segurança, deve-se entender que provocou uma emenda tácita da Carta, ainda que uma minoria de Estados se oponha a tal prática ou a considere antijurídica."

Atendendo a este facto devemos analisar as resoluções em concreto. Neste sentido verificamos que a União Soviética, que é um membro permanente, falou sempre na ilegalidade das resoluções. Para além disso, a maioria de dois terços na Assembleia não foi alcançada e até hoje nenhum dos Estados que votou contra a adopção da resolução se manifestou no sentido de reverter a sua posição e defender a legalidade das Resoluções emanadas⁶⁸⁷.

Portanto, sobretudo pela atitude Soviética, somos claros em afirmar que não existiu nenhuma emenda tácita da Carta. As resoluções foram ilegais, porque violaram

⁶⁸⁶ In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.397 -398;

⁶⁸⁷ In BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.397 -398;

de forma clara a Carta, assumindo a Assembleia poderes que apenas caberiam ao Conselho de Segurança.

Conclusivamente, vamos então responder à pergunta suscitada. Tem a Assembleia Geral das Nações Unidas poderes originários e “concorrenciais” aos do Conselho de Segurança no que diz respeito à preservação da paz e segurança Internacional?

No nosso entendimento, a resposta deve ser negativa. A Carta é muito clara neste aspecto. A Assembleia é totalmente secundarizada em matéria de paz e segurança Internacional. A sua intervenção circunscreve-se, essencialmente, a meras recomendações, que só podem ser elaboradas quando a situação não estiver a ser discutida pelo Conselho de Segurança.

As duas excepções analisadas, por mais simbólicas que possam ser, não deixam de ser ilegais. Não houve nenhuma alteração tácita da Carta, porque o Conselho de Segurança não foi unânime relativamente a este aspecto. Este “aparente” poder emanado pela Assembleia surge num contexto muito específico de “Guerra Fria”, em que os Estados Unidos procuram utilizar a Assembleia como “fantoche” para aparentar a legalidade das suas acções perante o bloco Soviético⁶⁸⁸. Podemos, assim, afirmar que estas medidas não passaram de uma manobra política episódica, que em momento algum deverá ser confundida com uma posição jurídica modificadora do ordenamento vigente.

É, nestes termos, evidente que no seio da Organização das Nações Unidas não existe qualquer equilíbrio de poderes entre Assembleia e Conselho no que diz respeito à manutenção da paz e uso da força. Essa tarefa cabe, exclusivamente, às Grandes Potências com assento no Conselho de Segurança e, a título secundário e de forma diminuída, à Assembleia Geral das Nações Unidas.

⁶⁸⁸ Sobre esta situação consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.599 -647; MAZOWER, Mark (2017), pág..227 -251 ; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189;

VII) A Organização das Nações Unidas como uma evolução da Sociedade das Nações.

Porque é que as Nações Unidas é uma evolução da Sociedade das Nações?

A melhor forma de respondermos a esta questão passa por analisarmos os pontos em comum e, depois, demarcarmos algumas das diferenças (para além das já mencionadas!) entre ambas as Organizações.

Como já tivemos oportunidade de demonstrar, as Nações Unidas surgiram com o objectivo de “preservação das gerações vindouras do flagelo da Guerra que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade”⁶⁸⁹.

Ora bem, este (se bem que descrito de outra forma) já era o objectivo consagrado pela própria Sociedade das Nações⁶⁹⁰. Na prática, ambas as Organizações tinham um fim comum: a manutenção da paz.

Contudo, apesar de ambas terem esse objectivo comum e serem edificadas com uma vocação universal, as Nações Unidas conseguem ir mais além, transformando-se também como o pilar da segurança colectiva⁶⁹¹.

Diferentemente do que tinha sido pensado na Sociedade das Nações, os fundadores das Nações Unidas pensavam que para além de ser necessário uma Organização de vocação universal era fundamental pensar a manutenção da paz em termos colectivos. E tal só seria possível se cada Estado participasse “na manutenção da paz e da Segurança Internacional, agindo não no seu interesse directo, mas enquanto garante de ordem jurídica Internacional na qual consente e cujo respeito pode unicamente ser garantido de modo colectivo”⁶⁹².

⁶⁸⁹ Vide Preâmbulo da Carta das Nações Unidas

⁶⁹⁰ Vide supra Capítulo II, nomeadamente sobre a natureza do Pacto da Sociedade das Nações.

⁶⁹¹ Sobre as Nações Unidas enquanto pilar da Segurança colectiva consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -733; MAZOWER, Mark (2017), pág. 227 -251 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.287 -296; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189; IRIYE, Akira. (2002), pág. 9 -59; WELLER, Marc; SOLOMOU, Alexia and RYLATT, Jake William. (2015), pág.179 -202; ORFORD, Anne (2006), pág.389-409; BEDERMAN, David J. (2002), pág. 1-49;

⁶⁹² In MAZOWER, Mark (2017), pág.233;

Nestes termos, diferentemente do projecto seguido pela Sociedade das Nações, considerou-se como essencial que a Organização fosse juridicamente vinculativa, sendo muito mais do que um mero “fórum de opinião”⁶⁹³. Desta forma, a própria Carta das Nações Unidas, apesar de ser também um Tratado, é um verdadeiro avanço relativamente ao Pacto.

No entanto, tal como na Sociedade das Nações, desde cedo se percebeu que apesar de a paz e segurança internacionais serem o objectivo principal das Nações Unidas, esta deveria intervir noutros domínios. Aliás, todas as outras organizações associadas às Nações Unidas são um bom exemplo disso⁶⁹⁴.

Regressando à questão da paz, outro ponto que convém realçar é o facto de as Nações Unidas terem sido muito mais pragmáticas do que a Sociedade das Nações.

A Organização das Nações Unidas, apesar de não esquecer a importância de todos os Estados, coloca a principal responsabilidade de preservação da paz na mão das grandes potências. O princípio da unanimidade seguido na Sociedade das Nações, espelhado na decisão de todos os seus membros, foi radicalmente readaptado.

Na Organização das Nações Unidas, procurou-se apenas uma unanimidade restringida a um órgão (Conselho de Segurança), onde residem as principais potências. Ou seja, procurou-se uma unanimidade formada apenas por um número reduzido de estados, mas, sobretudo, uma unanimidade daqueles cujo acordo é fundamental para a preservação e manutenção da paz⁶⁹⁵. Este mecanismo, muito mais realista e pragmático, pode ser visto como pouco democrático, mas é o único adaptável à realidade internacional.

Mesmo que a Sociedade das Nações tivesse uma “verdadeira” personalidade jurídica, o seu funcionamento era rígido e pouco adaptável à realidade. É por isso que, anteriormente, colocámos entre várias o pacto da Sociedade das Nações como uma das causas do seu falhanço⁶⁹⁶. Nas Nações Unidas jamais se teria assistido à expulsão do

⁶⁹³ Vide supra Capítulo II

⁶⁹⁴ Sobre as restantes Organizações da família das Nações Unidas consultar MAZOWER, Mark (2017), pág.307 -309 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág. 325 -711; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189;

⁶⁹⁵ Vide ponto I e II do presente Capítulo;

⁶⁹⁶ Vide Capítulo II;

Japão e da URSS, como aconteceu na época⁶⁹⁷. Decisões (que apesar da sua (não) justiça) que ainda vieram agravar o clima de paz armada bem presente na época e que deveriam ter sido evitadas.

Mais, não nos podemos esquecer de algo fundamental e que já tivemos oportunidade de fazer referência: a Organização das Nações Unidas é a verdadeira representante da Comunidade Internacional – uma qualificação impensável quanto à Sociedade das Nações⁶⁹⁸.

Se associarmos isto à existência de uma “verdadeira” personalidade jurídica que se encontra reflectida na Carta (artigo 104.º da Carta) e nos pareceres exarados, chega-se à conclusão que, na prática, as Nações Unidas, diferentemente da Sociedade das Nações, não são apenas um centro de debates estéreis e de enfrentamentos verbais⁶⁹⁹, mas sim numa verdadeira Organização que, através do seu Órgão mais importante (Conselho de Segurança), consegue emitir verdadeiras “resoluções”. É verdade que a Assembleia continua a ser, acima de tudo, um centro de debate, mas o Conselho de Segurança assume-se como um centro de decisão que o Conselho Permanente nunca conseguiu ser, criando conteúdo normativo vinculativo em vários temas de grande relevância para as Relações Internacionais.

Automaticamente, e por força da vinculatividade que as decisões do Conselho de Segurança podem ter, a forma como se vê as relações Internacionais foi afectada.

A “diplomacia bilateral” que se via usualmente em plenos anos 30 (por exemplo no período da *Pactomania*), pela falta de uma verdadeira vinculatividade e força da Sociedade das Nações, nunca teve essa expressão no período pós-Nações Unidas. Mesmo no auge da “Guerra Fria”, em que o Mundo estava bipolarizado em dois blocos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas conseguiu sempre ser o principal fórum de debate e decisão. A mudança de paradigma traduziu-se em passarmos de um sistema nítido de “diplomacia bilateral” para uma “diplomacia multilateral”, traduzido sobretudo no seio dos Estados que compunham o Conselho de Segurança⁷⁰⁰. Para além disto, com a possibilidade de a Assembleia introduzir questões para serem debatidas no

⁶⁹⁷ Vide Capítulo II;

⁶⁹⁸ Vide Capítulo II;

⁶⁹⁹ Vide Capítulo II.

⁷⁰⁰ Vide Capítulo II.

Conselho de Segurança, o simples “fórum de debate” consegue pelo menos que certos problemas localizados sejam discutidos de forma vinculativa no Conselho de Segurança (a título de exemplo, destacamos os vários casos que se verificaram no período de descolonização de África)⁷⁰¹. Isto era impossível de acontecer na Sociedade das Nações.

Portanto, as Nações Unidas, para além de serem um fórum de debate, conseguiram também ser um verdadeiro fórum de decisão, traduzido na acção do seu Conselho de Segurança⁷⁰².

Verifica-se também que, diferentemente da Sociedade das Nações, as Nações Unidas dispõem (como supra exposto) de forças armadas.

Isto permite que as Nações Unidas consigam por ela própria intervir na manutenção da paz e segurança internacional com a constituição de operações de diverso carácter. E, apesar dos inúmeros problemas que se verificam na constituição orçamental, material e humana de tais operações, a Organização consegue, através delas, demonstrar que não é apenas um centro de decisão, mas também em si mesma um instrumento operacional⁷⁰³.

Em jeito de conclusão, a natureza da Carta aliada a uma personalidade jurídica própria composta por novas capacidades atribuídas e com a dose de realismo necessário fizeram com que as Nações Unidas, diferentemente da Sociedade das Nações, deixassem de ser apenas um fórum de debate e passassem a ser um verdadeiro centro de decisão e de operacionalidade instrumental, o que representa uma clara evolução e

⁷⁰¹ Sobre esta situação consultar BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.647 -687 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.211 -287; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189; CUNHA, Silva. (1993), pág.69-79; CLARK, Ian. (2007); ORFORD, Anne (2006), pág.389-409; BEDERMAN, David J. (2002), pág. 1-49;

⁷⁰² Vide considerações sobre Conselho de Segurança no ponto III do presente Capítulo.

⁷⁰³ Para melhor desenvolvimento consultar PEREIRA, Bruno Yepes. (2006), pág. 130 -131; MONCADA, pág. 336; JOHNSTONE, Ian (1960), pág. 1 -33; BAPTISTA, Eduardo Correia (2003), pág.389 -411; MAZOWER, Mark (2017), pág.307 -309 ; CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa. (1999), pág.211 -287; MIRANDA, Jorge. (2012), pág.188 -189; QUEIROZ, Cristina .(2013), pág.119 -189; DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan. (1992), pág.585 -645; BAPTISTA, Eduardo Correia. (2015), pág.251 -268; MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira (2015), pág. 449 -481; MAARTEN, Bos. (1983), pág.59-69;; SØRENSEN, Max. (1968), pág. 1- 175; BRIELY, J.L. (1965); NETO, Ambrósio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José. (1914), pág. 60 -106;

Ihe tem permitido cumprir o seu principal desígnio – a manutenção da paz e segurança Internacional.

CONCLUSÃO

Como expusemos na introdução, o objectivo principal para esta dissertação era perceber a evolução do Direito Internacional e a sua função na obtenção e manutenção da paz Mundial desde os finais do Séc. XIX até aos dias de hoje.

Fazendo uma retrospectiva do trabalho efetuado, podemos afirmar, com alguma dose de segurança, que o principal objectivo foi cumprido.

Para além de toda a análise histórica, centrada, sobretudo, no estudo das relações internacionais entre os Estados neste período, tentámos fazer uma abordagem em termos jurídicos que não tem apenas valor histórico, mas que conseguirá auxiliar na avaliação da realidade actual.

Conforme vimos e expusemos ao longo deste trabalho, no que diz respeito à Sociedade das Nações tentámos uma abordagem diferente quanto à análise da sua composição.

Desta forma, ao longo do trabalho, foram apresentados dados que nos levam a concluir que a Sociedade das Nações teve uma personalidade jurídica “especial”: com este entendimento, podemos defender que este é um tipo de Organização de carácter híbrido, permitindo-nos esboçar algumas respostas a algumas das questões que têm sido colocadas por diversos Autores e que têm dividido opiniões.

O facto de a própria Sociedade das Nações não ser uma “efectiva” Organização Internacional também nos ajuda a explicar a razão que levou a que a Sociedade das Nações em casos específicos não tenha sido minimamente considerada.

Esta base, assim como todas as falhas cometidas, levaram a que, na prática, a Sociedade das Nações representasse na realidade uma transição entre um “sistema de conferências” para um “sistema de Organizações Internacionais”. Isso em parte, como expusemos, explica esta natureza híbrida muito particular da Sociedade das Nações.

Toda esta análise e composição da Sociedade das Nações levaram a que a Organização das Nações Unidas fosse uma verdadeira evolução no Direito Internacional, no sentido de se entrar definitivamente no sistema de Organizações Internacionais com o efectivo abandono do sistema de conferências do século XIX.

Corrigindo os erros do passado, criando uma verdadeira personalidade jurídica e uma natureza muito mais adequada a uma Organização que pretende preservar a paz

Mundial (vista por muitos como quase Constitucional), a Organização das Nações Unidas consegue cumprir o seu verdadeiro desígnio.

Adicionalmente, e diferentemente do verificado na Sociedade das Nações, a Organização das Nações Unidas consegue ser um efectivo representante da Comunidade Internacional, sendo o seu Conselho de Segurança um verdadeiro órgão com poderes vinculativos perante outros Estados e detendo um dos maiores poderes no campo do Direito Internacional: a habilitação do Uso da força.

Esta evolução, que nós analisámos ao longo deste trabalho, tem permitido que as Nações Unidas ultrapassem todas as crises que tem deparado, de forma a conseguir cumprir o seu principal desígnio: evitar um novo conflito à escala global.

Em termos conclusivos, a nossa dissertação explora conceitos relevantes para o Direito Internacional, tentando nós em cada um deles apresentar a nossa posição devidamente fundamentada.

Procuramos, com ela, frisar a importância de conceitos como a Personalidade Jurídica Internacional, a vinculatividade, a comunidade internacional e o uso da força habilitado no campo do Direito Internacional.

Acima de tudo, procuramos que o nosso texto fosse uma demonstração da importância do Direito internacional para a preservação da Paz a nível Mundial, através de uma análise comparativa onde o peso histórico assume-se como principal vector da compreensão da realidade actual.

Mais do que uma análise do século XX, pretendemos que a nossa dissertação seja ilustrativa da evolução do Direito Internacional explicando a gênese do sistema das Organizações Internacionais e a forma como ele, sobretudo através da Organização das Nações Unidas, tem conseguido manter uma paz generalizada desde o final da Segunda Guerra Mundial.

BIBLIOGRAFIA

Obras consultadas

AKAMI, Tomoko, *Internationalizing the Pacific – The USA, Japan and the Institute of Pacific Relations in war and peace*, London and New York, Routledge, 2002;

ALEXANDER, F., *From Paris to Locarno and after – The League of Nations and the search for security*, London, George Allen & Unwin, 1928;

ALVAREZ, José E., *International Organizations as Law Makers*, Oxford, Oxford University Press, 2005;

AMERASINGHE, C.F., *Principles of Institutional Law of International Organizations*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005;

AMMENDE, Ewald, *Human life in Russia*, London, Allen & Unwin, 1936;

ANDRADE, Éneas Setúbal, *Personalidade jurídica e Responsabilidade Internacional das Organizações Internacionais* in MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira, *Estudos de direito Internacional e relações Internacionais Público*, Lisboa, 1ª edição, AAFDL, 2008;

ARMSTRONG, David; FARRELL, Theo and LAMBERT, Hélène, *International Law and International Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007;

AUST, Anthony, *Handbook of International Law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010;

BAPTISTA, Eduardo Correia, *O Poder Público Bélico em Direito Internacional : O uso da força pelas Nações Unidas em especial*, Coimbra, Almedina – Colecção Teses, 2003;

BAPTISTA, Eduardo Correia, *Ius cogens em Direito Internacional*, Lisboa, 1ª edição, Lex, 1997;

BAPTISTA, Eduardo Correia, *Direito Internacional Público – Volume 1 : Conceitos e fontes*, Lisboa, 1ª edição, Lex, 2015;

BARNETT, Michael and FINNEMORE, Martha, *Rules for the World*, S/L, Cornell University Press, 2004;

BASSIOUNI, Cherif, *Crimes Against Humanity in International Criminal Law*, Londres, 2ª edição, Kluwer Law International, 1999;

BASTOS, Fernando Loureiro, *Contributo para a doutrina do direito do mar publicada em Portugal no século XIX e no Século XX até 1945* in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha*, Lisboa, FDUL, 2005;

BEDERMAN, David J., *The Spirit of International Law*, Georgia, The University of Georgia Press, 2002;

BEDERMAN, David J., *Globalization and International Law*, S/L, Palgrave Macmillan, 2008;

BERNHARDT, Rudolf, *Encyclopedia of Public International Law – Volume 4 – International Organizations in General and cooperation*, S/L, North-Holland Elsevier Science Publishers, 1983;

BERNHARDT, Rudolf, *Encyclopedia of Public International Law – Volume 5 – International Organizations in General and cooperation*, S/L, North-Holland Elsevier Science Publishers, 1983;

BERNHARDT, Rudolf, *Encyclopedia of Public International Law – Volume 7 – International Organizations in General and cooperation*, S/L, North-Holland Elsevier Science Publishers, 1983;

BIERSTEKER, Thomas J.; SPIRO, Peter J.; SRIRAM, Chandra Lekha and RAFFO, Veronica, *International Law and international Relations*, London and New York, Routledge, 2007;

BLUNTSCHLI, M., *Le Droit International Codifié*, Paris, Librairie de Guillaumin, 1874;

BOAS, Gideon, *Public International Law*, Cheltenham, Edward Elgar, 2012;

BRIELY, J.L., *Direito Internacional Público*, Lisboa, 6ª edição traduzida, Fundação Callouste Gulbenkian, 1965;

BRITO, Wladimir de, *Direito Internacional Público*, Coimbra, 2ª edição, Coimbra editora, 2014;

BUCHAN, John., *A History of the first world war*, London, 1ª edition, Endeavour Press, 2014;

BULL, Hedley; KINGSBURY, Benedict and ROBERTS, Adam, *Hugo Grotius and international Relations*, Oxford, Clarendon Press – Oxford, 1990;

BUZAN, Barry and LAWSON, George, *The Global Transformation – History, Modernity and the Making of International Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015;

BUZAN, Barry and LITTLE, Richard, *International Systems in World History*, Oxford, Oxford University Press, 2000;

CAMPOS, João Mota; PORTO, Manuel Carlos Lopes; FERNANDES, António José; MEDEIROS, Eduardo Raposo; RIBEIRO, Manuel de Almeida; DUARTE, Maria Luísa, *Organizações Internacionais*, Lisboa, 1ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999;

CARR, E.H., *The Twenty Years Crisis – 1919-1939 – A Introduction to the study of International Relations*, S/L, Macmillan & Co. Ltd, 1946;

CHEN, Lung-Chu, *An Introduction to Contemporary International Law*, Oxford, Oxford University Press, 2015;

CLARK, Ian, *International legitimacy and world society*, Oxford, 1ª edition, Oxford University Press, 2007;

CLAVIN, Patricia, *Securing the World Economy- The Reinvention of the League of Nations – 1920-1946*, Oxford, Oxford University Press, 2013

COICAUD, Jean-Marc and HEISKANEN, Veijo, *The legitimacy of International Organizations*, S/L, United Nations Press, 2001;

CONQUEST, Robert, *The Harvest of Sorrow: Soviet Collectivization and the Terror - Famine*, SL, The University of Alberta Press in Association with the Canadian Institute of Ukrainian Studies, 1986;

CUNHA, Silva e PEREIRA, Maria da Assunção do Vale, *Manual de Direito Internacional Público*, Coimbra, 1ª edição, Almedina, 2000;

CUNHA, Silva, *Introdução ao Estudo do Direito Internacional Público in “O Direito” ano 88, nº2*, Coimbra, 1956;

CUNHA, Silva, *Direito Internacional Público : A sociedade Internacional: composição, organização e domínio*, Lisboa, 4ª edição, AAFDL, 1993;

DAVIES, R.W., *The Socialist offensive: the collectivization of Soviet agriculture, 1929-1930*, London, Macmillan, 1980;

DINH, Nguyen Qouc; DAILLER, Patrick e PELLET, Allan, *Direito Internacional Público*, Lisboa, 4ª edição traduzida, Fundação Callouste Gulbenkian, 1992;

DUNNE, Tim; COX, Michael; BOTH, Ken and BROWN, Chris, *The Eighty years Crisis – International Relations – 1919-1999*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998;

DUNOFF, Jeffrey L. and TRACHTMAN, Joel P., *Ruling the World – Constitutionalism, International Law and Global Governance*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009;

DUPUY, René-Jean, *O Direito Internacional*, Coimbra, 1ª edição traduzida, Almedina, 1993;

DUROSELLE, Jean-Baptiste, *História das Relações Internacionais de 1919 a 1945 – Tomo I*, Lisboa, 1ª edição traduzida, Edições texto & grafia, 2013;

DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI, André, *História das Relações Internacionais de 1945 aos nossos dias – Tomo II*, Lisboa, 1ª edição traduzida, Edições texto & grafia, 2014;

ENDRES, Anthony M. and FLEMING, Grant A., *International Organizations and the analysis of economic policy- 1919-1950*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004

ERZBERGER, M., *Der Völkerbund : Der Weg Zum Weltfrieden*, Berlin, Salzwasser, 1918;

EVANS, Malcolm D., *International Law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003;

F. DIEHL, Paul F. and KU, Charlotte, *The Dynamics of International Law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010;

FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne ; PETER, Simone and HOGGER, Daniel, *The Oxford Handbook of The History of International Law*, Oxford, Oxford University Press, 2012;

FAWN, Rick., *International Organizations and Internal Conditionality – Making norms matter*, S/L, Palgrave Macmillan, 2013;

FEIO, Diogo, *Jurisdição Penal Internacional: a sua evolução in Nação e defesa n.º97 – 2ª série*, Lisboa, 2001;

FERRÃO, Carlos, *Como a Alemanha perdeu a Guerra*, Lisboa, 1ª edição, editorial século, 1945;

FERRO, Marc, *A Grande Guerra – 1914-1918*, Lisboa, 1ª edição traduzida, edições 70, 2008;

FIORE, Pasquale, *Trattato de Diritto Internazionale Pubblico*, 4ª edizione, volume I, Torino, Unione Tipografico -Editrice, 1904;

FOOT, Rosemary; MACFARLANE, S. Neil and MASTANDUNO, Michael, *US Hegemony and International Organizations*, Oxford, Oxford University Press, 2003;

FRANCK, Thomas M, *Recourse to Force*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004;

FREITAS, Pedro Caridade de, *Portugal e a Comunidade Internacional -Na segunda metade do Século XIX*, Lisboa, Quid Juris – Sociedade Editora Ltd.,2012;

FREITAS, Pedro Caridade de, *História do Direito Internacional Público: da Antiguidade à II Guerra Mundial*, Lisboa, 1ª edição, Principia, 2015;

GARDINER, Richard K., *International Law*, S/L, Pearson Longman, 2003;

GEIST, Charles R., *Wall Street – A History*, Oxford, Oxford University Press, 1997;

GERWARTH, Robert, *The Vanquished – Why the First World War failed to end 1917-1923*, Falkirk, 1ª edition, Penguin Books, 2017;

GIBSON, John S., *International Organizations, Constitutional Law and Human Rights*, S/L, Praegar, 1991;

GILBERT, Martin, *A Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, 8ª edição traduzida, Publicações Dom Quixote, 2014;

GOMES, José Mira, *O Envolvimento Diplomático de Portugal na Bósnia-Herzegovina in Revista Nação e Defesa, Inverno 2000, Nº 92 – 2.ª Série*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 2000;

GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Estado de Guerra in Dicionário jurídico da Administração Pública, II Suplemento*, Lisboa, 2001;

GRAFTON, George, *International Law*, S/L, Silver, Burdelt and company, 1901;

GRAY, Colin S., *War, Peace and International Relations*, London and New York, Routledge, 2007;

GREEN, L.C. and DICKASON, Olive P., *The Law of Nations and the new World*, S/L, The University of Alberta Press, 1989;

GROSS, Leo, *Essays on International law and Organization – volume I*, S/L, Springer-Science + Business Media, B.V., 1983;

GUEDES, Armando Marques, *Direito Internacional Público – volume 1 : Noções gerais, a evolução e os sujeitos do direito Internacional Público*, Lisboa, 1ª edição, 1935;

GUERRA, Sidney, *Direito Internacional Público*, Rio de Janeiro, 3ª edição, Maria Augusta Delgado, 2007;

HARTMANN, Anja V., *War, Peace and World Orders in European History*, London and New York, Routledge, 2001;

HITLER, Adolf, *Mein Kampf*, Lisboa, 1ª edição traduzida, E- Primatur, 2015;

HOUSDEN, Martyn, *The League of Nations and the Organization of Peace*, S/L, Pearson, 2012

IRIYE, Akira, *Global Community*, California, University of California Press, 2002;

JACKSON, Miles, *Complicity in International law*, Oxford, Oxford University Press, 2015;

JAKOBI, Anja P., *International Organizations and Lifelong Learning*, S/L, Palgrave Macmillan, 2009;

JOHNSTONE, Ian, *The Power of deliberation*, Oxford, Oxford University Press, 1960;

JUDT, Tony, *Pós-Guerra – História da Europa desde 1945*, Lisboa, 1ª edição traduzida, Edições 70, 2006;

KACZOWSKA, Alina, *Public International Law*, London and New York, Routledge, 2010;

KAMMERHOFER, Jorg, *Uncertainty in International Law – A kelsian perspective*, London and New York, Routledge, 2010;

KELLOGG, Michael, *The Russian Roots of Nazism- 1917-1945*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005;

KERSHAW, Ian, *Até ao fim – Destruição e derrota da Alemanha de Hitler (1944-1945)*, Lisboa, 2ª edição traduzida, Publicações Dom Quixote, 2011;

KERSHAW, Ian, *À Beira do Abismo – A Europa – 1914-1949*, Lisboa, 1ª edição traduzida, Publicações Dom Quixote, 2016;

KHALEVI, J. Holsti, *Peace and War: Armed Conflicts and International Order – 1648 – 1989*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991;

KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, 1ª edição traduzida, Objectiva, 2016;

KLABBERS, Jan, *International Law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2013;

KNEPPER, Paul, *International Crime in the 20th Century – The League of Nations Era 1919-1939*, S/L, Palgrave Macmillan, 2011;

KOHEN, Marcelo, *International Law and the quest for its implementation*, Boston, Leiden, 2010;

KOROWICZ, Marek St., *Introduction to international Law*, S/L, Springer- Science + Business Media, B.V., 1959;

KOSKINIEMI, Martti, *The Gentle Civilizer of Nations – The rise and fall of International Law 1870-1960*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004;

LAVILE, J.F., *International Organization and Neutrality - Vol.24*, S/L, BYIL, 1947;

LEITÃO, Luís Menezes, *Direito do Trabalho*, Coimbra, 1ª edição, Almedina, 2008;

LENG, Russel J., *Interstate Crisis behavior – 1816-1980 - Realism versus reciprocity*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993;

LESAFFER, Randall, *Peace Treaties and International Law in European History*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004;

LIMA, Lobo D`Avila, *Da Sociedade das Nações in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – A.2*, Lisboa, 1934;

LOWE, Vaughan, *International Law*, Oxford, 1^o edition, Oxford University Press, 2007;

LOYD, Lona, *Peace Through Law – Britain and International Court in the Court in the 1920's in Royal Historical Society, No. 74*, London, 1921;

MAARTEN, Bos., *Essays on International & Comparative Law in Honour of Judge Erades*, S/L, Springer – Science + Business Media, B.V., 1983;

MACDONALD, R.J., *The Charter of the United Nations and the development of fundamental principles of International Law in Contemporary Problems of International Law - Essays in Honour of Georg Schwarzenberger on his Eightieth Birthday*, London, 1988;

MALLINDER, Louise, *Amnesty, Human Rights and Political Transitions*, Oxford and Portland, Oregon University, 2008;

MANN, Michael, *Fascistas*, Lisboa, 1^a edição traduzida, edições 70, Lda, 2011;

MARCH, Francis Andrew and BEAMISH, Richard Joseph, *History of the World War: An Authentic Narrative of the World's Greatest War including the Treaty of Peace and the League of Nations Covenant*, Philadelphia, Chicago, Toronto, The John C. Winston Company, 1919;

MARKS, Sally, *The Illusion of Peace – International Relations in Europe 1918-1933*, UK, Mackmillan Education, 1976;

MARTINEZ-FRAGA, Pedro J. and REETZ, C. Ryan, *Public Purpose in International Law*, Cambridge University Press, 2015;

MATTOS, Adherbal Meira. (2010) *Direito Internacional Público*, Brasil, 4ª edição, Quartier Latin do Brasil, 2010;

MAZOWER, Mark, *Governar o Mundo – História de uma ideia: de 1815 até aos nossos dias*, Lisboa, Edições 70, 2017;

MAZZUOLI, Vallerio de Oliveira, *Curso de Direito Internacional Público*, Lisboa, 9ª edição traduzida, Editora Revista dos Tribunais, 2015;

MELLO, Celso D. Albuquerque, *Curso de Direito Internacional Público – volume 1*, Rio de Janeiro, 15ª edição, Renovar, 2004;

MERLE, Jean-Christophe, *La conception du droit de Hermann Cohen et de Hans Kelsen*, Paris, CNRS Éditions, 2007;

MERON, Theodor, *War Crimes Law Comes of Age*, Oxford, Oxford University Press, 1998;

MEYER, Lukas H., *Legitimacy, Justice and Public International Law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009;

MILLETT, Allan Reed, *The Korean War - Volume 3*, Nebraska, Nebraska Press, 2001;

MILZA, Pierre, *As relações Internacionais de 1918 a 1939*, Lisboa, 1ª edição, Edições 70, 2007;

MIRANDA, Jorge, *Curso de Direito Internacional*, Lisboa, Principia, 5ª edição, 2012;

MONCADA, António Cabral de, *Curso de Direito Internacional Público - volume I*, Coimbra, 1ª edição, Almedina, 1996;

MOREIRA, Adriano, *A comunidade Internacional em mudança*, Lisboa, 2ª edição, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica, 1982;

MOREIRA, Adriano, *Direito Internacional Público*, Lisboa, 1ª edição, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica, 1983;

MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 4ª edição, Coimbra, Almedina, 2002;

MOREIRA, Adriano, *A jurisdição Penal Internacional*, Lisboa, 1ª edição, Coimbra editora, 2003;

MOREIRA, José Carlos, *Lições de Direito Internacional Público*, Coimbra, 1ª edição, Gráfica Conimbricense, 1929;

MOSELEY, Alexander, *Encyclopedia of Philosophy*, S/L, 2006;

MOTYL, Alexander J., *Encyclopedia of Nationalism- Volume 2*, S/L, Academic Press, 2001;

MOUGEL, François- Charles e PACTEAU, Séverine, *História das Relações Internacionais – séc. XIX e XX*, Lisboa, Publicações Europa- América, 2009;

MYERS, Denny, *The Handbook of League of Nations since 1920*, Boston, World Peace Foundation, 1930;

NAVARI, Cornelia, *Internationalism and the State in Twentieth Century*, London and New York, Routledge, 2000;

NEFF, Stephen C., *War and the law of Nations – A General History*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005;

NETO, Ambrosio; SIMÕES, Martinho e FORTES, José, *Direito Internacional Público*, Coimbra, 1ª edição, Livraria Neves, 1914;

NOBRE DE MENDONÇA LUZ, João José, *O tribunal de Nuremberga: implicações jurídico-políticas no estatuto do indivíduo*, Lisboa, 1985;

NUSSBAUM, Arthur, *Historia del Derecho Internacional, Volume I e II*, Madrid, Editorial Revista de Derecho Privado, S/D;

NYE JR., Joseph S. Nye, *Compreender os conflitos internacionais – Uma introdução à teoria e à história*, Lisboa, 1ª edição traduzida, Grávida, 2002;

O'BRIEN, John, *International Law*, S/L, Cavendish Publishing Limited, 2001;

OPPENHEIN, L., *The league of nations and its problems*, S/L, Green and Co., 1919;

ORENTLICHER, Diane F., *Genocide in Crimes of Law : What the Public Should Know*, S/L , 1ª edition, Norton Press forthcoming, 2001;

ORFORD, Anne, *International Law and its Others*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006;

PEDERSEN, Susan, *The Guardian – The League of Nations and the Crisis of Empire*, Oxford, 1ª edition, Oxford University Press, 2015;

PELZ, William A., *História do povo da Europa Moderna*, Lisboa, 1ª edição traduzida, Objectiva, 2016;

PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto, *Manual de Direito Internacional Público*, Lisboa, 3ª edição, Almedina, 1993;

PEREIRA, Bruno Yepes, *Curso de Direito Internacional Público*, São Paulo, 1ª edição, Saraiva, 2006;

PROST, Mario, *The Concept of Unity in Public International Law*, S/L, Hart Publishing, 2012;

PUCHALA, Donald J., *Theory and History in International Relations*, London and New York, Routledge, 2003;

QUEIROZ, Cristina, *Direito Internacional e relações internacionais*, Coimbra, 1ª edição, Coimbra editora, 2009;

QUEIROZ, Cristina, *Direito Internacional e Relações Internacionais – Organizações Internacionais*, Coimbra, 1ª edição, Coimbra editora, 2013;

RAGAZZI, Maurizio, *Responsability of International Organizations – Essays in Memory of Sir Ian Brownlie*, Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2013;

RÉMOND, René, *Introdução à História do nosso tempo – Do antigo regime aos nossos dias*, Lisboa, 4ª edição, Grávida, 2011;

ROCHA, Manoel Ibson Cordeiro, *Direito Internacional Público*, Brasil, 1ª edição, Ribeirão Gráfica, 2012;

ROTH, Ariel Ilan, *The balance of Power and the Origins of World War II*, S/L, Palgrave Macmillan, 2010;

ROTTMAN, Gordon L., *Korean War Order of Battle: United States, United Nations, and Communist Ground, Naval, and Air Forces, 1950-1953*, S/L, Greenwood Publishing Group, 2002;

SCHIAVONE, Giuseppe, *International Organizations : A dictionary and directory*, S/L, Palgrave Macmillan, 2005;

SCOTT, James Brown, *El Origen Español del Derecho Internacional Moderno*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1928;

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, *Fins e organização da Sociedade das Nações*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1931;

SHAW, Malcolm N., *International Law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008;

SHRADER, Charles R., *Communist Logistics in the Korean War - Collection Issue 160 of Contributions in Military Studies*, SL, Greenwood Publishing Group, 1995;

SILVA, Pereira da, *A Sociedade das Nações e o Direito Penal Internacional*, Lisboa, 1ª edição, Ferin, 1928;

SILVA, Pereira da, *A Conferência da Lausana – Alguns aspectos da Sociedade das Nações*, Lisboa, 1933;

SILVA, Roberto Luiz, *Direito Internacional Público*, Belo Horizonte, 3ª edição, Del Rey, 2008;

SIMMONS, Berth A. and STEINBERG, Richard H., *International Law and International Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006;

SINCLAIR, Adriana, *International Relations Theory and International Law – A Critical Approach*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010;

SMITH, Anthony D., *Nationalism and Modernism*, London and New York, Routledge, 1998;

SMITH, Thomas W., *History and International Relations*, London and New York, Routledge, 1999;

SØRENSEN, Max, *Manual of Public International Law*, S/L, Palgrave Macmillan, 1968;

TOMUSCHAT, Christian, *Grundgesetz und Völkerrecht - Interdisziplinäre Perspektiven*, Vol. 4, Baden-Baden, 2009;

TOWLE, Philip, *Democracy and Peacemaking – Negotiations and Debates – 1815-1973*, London and New York, Routledge, 2000;

TRUYOL Y SERRA, António, *La Sociedad internacional*, Madrid, Alianza, 1991;

TRUYOL Y SERRA, António, *Noções fundamentais de direito internacional Público*, Coimbra, 2^a edição traduzida, Arménio Amado, 2003;

VAN GINNEKEN, Anique H.M., *The A to Z of the League of Nations*, Toronto, Plymouth, UK, The Scarecrow Press, Inc., Lanham, 2009;

VARELLA, Marcelo Dias, *Internationalization of law*, S/L, Springer, 2014;

VATTEL, Emmerich de, *The Law of Nations*, S/L, Liberty Found, inc, 2008;

VON BERNSTORFF, Jochen and DUNLAP, Thomas, *The Public International Law Theory of Hans Kelsen*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010;

W. BURKMAN, Thomas, *Japan and the League of Nations – Empire and the World Order – 1914-1938*, Hawai, University of Hawai “i” Press, 2008;

WALLACE, Rebecca M.M., *International Law*, S/L, Sweet & Maxwell, 2002;

WALTZ, Kenneth N., *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, 3ª edição, Grávida, 2015;

WEERAMANTRY, C.G., *Universalizing International Law- nº 48*, S/L, Martinus Nijhoff Publishers, 2003;

WELLER, Marc; SOLOMOU, Alexia and RYLATT, Jake William, *The Oxford handbook of the use of force in International law*, Oxford, Oxford University Press, 2015;

WILLIAMS, Andrew J. ; HADFIELD, Amelia and ROFE, J. Simon, *International History and International Relations*, London and New York, Routledge, 2012;

WILLIAMS, Andrews, *Liberalism and War – The victors and vanquished*, London and New York, Routledge, 2006;

WILLIAMS, John and LANG, Anthony F., *Hannah Arendt and International Relations*, S/L, Palgrave Macmillan, 2005;

WILLIAMSON, David, *War and Peace: International Relations 1878-1941*, S/L, Huddersfield Education, 1994;

WRIGHT, Quincy, *The Law of the Nuremberg Trial*, *American Journal of International Law*, vol.41, 1947;

YEARWOOD, Peter J., *The League of Nations in British Policy 1914-1925*, Oxford, Oxford University Press, 2009;

Legislação

Carta da Organização das Nações Unidas, que se encontra disponível em https://nacoesunidas.org/docs/carta_da_onu.pdf, consultado em 10 de Maio de 2018

Convenção Europeia sobre o Reconhecimento da Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais não Governamentais, que se encontra disponível em <http://www.gddc.pt/siii/docs/rar28-1991.pdf>, consultada em 10 de Maio de 2018

Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, que se encontra disponível em http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/33_-_convencao_sobre_os_privilegios_e_imunidades_das_nacoes_unida.pdf, consultado em 10 de Maio de 2018

Pacto da Sociedade das Nações, que se encontra disponível em http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/55_pacto_da_sociedade_e_das_nacoes.pdf, consultado em 10 de Maio de 2018;

Pareceres e decisões judiciais

Cour Internationale de Justice, *Réparation des Dommages subis au service des Nations Unies – Avis consultatif du 11 Avril 1949*, Hague, Leyde Société D`Editions, 1949;

Last speech before the League of Nations (8 April 1946), disponível em [https://www.unog.ch/80256EDD006B8954/\(httpAssets\)/36BC4F83BD9E4443C1257AF3004FC0AE/\\$file/Historical_overview_of_the_League_of_Nations.pdf](https://www.unog.ch/80256EDD006B8954/(httpAssets)/36BC4F83BD9E4443C1257AF3004FC0AE/$file/Historical_overview_of_the_League_of_Nations.pdf), consultado em 10 de Maio de 2018;

Resolution 1244 (1999) Adopted by the Security Council at its 4011th meeting, on 10 June 1999, disponível em <http://www.un.org/Docs/scres/1999/sc99.htm>, consultado em 10 de Maio de 2018;

Resolutions Adopted on the Reports of the First Committee 377 (V) Uniting for Peace, disponível em http://legal.un.org/avl/pdf/ha/ufp/ufp_ph_e.pdf, consultado em 10 de Maio de 2018

Resolutions Adopted on the Reports of the First Committee 376 (V) The Problem of the Independence of Korea, disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/5/ares5.htm>, consultado em 10 de Maio de 2018;

Institut de Droit International, *Manuel des lois de la Guerre sur terre, Session D` Oxford*, Oxford, 1880;

Institut de Droit International, *Règlement sur la responsabilité des Etats à raison des dommages soufferts par des étrangers en cas d'émeute, d'insurrection ou de guerre civile, Session de Neuchâtel*, Neuchâtel, 1990;

Institut de Droit International, *La sanction pénale à donner à la Convention de Genève du 22 août 1864, Session de Cambridge*, Cambridge, 1895;

Jornais consultados

Deustsch Allgemeine Zeitung, nº 306, 307, 308, 309, 310, 30 Junho a 4 de Julho de 1919, disponível em http://zefys.staatsbibliothekberlin.de/index.php?id=title&no_cache=1&tx_zefyskalender_pi4%5Bzdb%5D=2807323X&tx_zefyskalender_pi4%5Byear%5D=1919, consultado em 10 de Maio de 2018

Deustsch Allgemeine Zeitung, nº 165, 166, 167, 10 Abril a 13 de Abril de 1923, disponível em http://zefys.staatsbibliothekberlin.de/index.php?id=kalender&no_cache=1&tx_zefyskalender_pi1%5Byy%5D=1923, consultado em 10 de Maio de 2018;

